



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

SEGURANÇA E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS

A DIALÉTICA PROATIVA ENTRE O DESENHO E O USO SEGURO



Elisabete Cruz da Silva Moura Lopes Barreiros Ferreira

Tese de Doutoramento em Urbanismo

Orientador Científico: Professor Doutor Leonel de Sousa Fadigas

JÚRI

Presidente:

Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Professor Doutor Leonel de Sousa Fadigas

Professor associado com agregação | Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Professor Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho

Professor associado com agregação | Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Professora Doutora Maria da Graça Amaral Neto Saraiva

Professora associada | Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente

Professor auxiliar | Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Professor Doutor Paulo Filipe de Sousa Figueiredo Machado

Professor auxiliar convidado | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Lisboa | FA-UTL

Janeiro | 2013

I | Dedicatória

A vida presenteia-nos uma multiplicidade de caminhos a percorrer, dos quais alguns escolhemos para trilhar. Contudo, a virtude está em escolher a via certa, que nem sempre surge com clareza na imensidão e turbilhão do mundo que nos abarca.

Assim, constituindo o presente trabalho o culminar de uma etapa muito importante da minha vida quero dedicá-lo a todos os meus familiares e pessoas que intimamente me estão ligadas, que no período de desenvolvimento deste estudo me ajudaram com paciência, carinho e compreensão, demonstrando que a superação nos momentos difíceis vale a pena, por estarmos ao lado de quem realmente se importa com o nosso sucesso.

Ao Nuno, meu marido, e ao Rodrigo e Duarte, meus filhos, pelo seu amor incondicional e presença constante, agradeço toda a paciência que têm tido e o apoio que têm demonstrado em todas as minhas realizações.

Aos meus pais, pelo amor, coragem e pelo exemplo de carácter e determinação que me transmitiram pela vida fora, que se tem traduzido no superar de mim própria.

II | Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero expressar o meu enorme e puro agradecimento ao Professor Doutor Leonel Fadigas, pela sapiência e disponibilidade demonstrada, pela rigorosa e preciosa orientação nesta dissertação, fundamentais para a sua prossecução e conclusão, bem como, o apoio incondicional que sempre demonstrou.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Destaco a Direção Nacional da Policia de Segurança Pública e a Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) que respetivamente me disponibilizaram dados estatísticos do crime e o acesso à informação do SITAI (Sistema de Informação Territorial de Administração Interna), nomeadamente através do Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes (Diretor Nacional da PSP), do Doutor Paulo Machado (Ex-Diretor da DGAI) e do Eng.º Alexandre Santos (Consultor da DGAI).

Aos meus amigos, cuja presença foi um fator motivador, quero agradecer todo o incentivo que me deram e que permitiu concluir esta dissertação. Sem subestimar nenhum deles, não posso deixar de destacar alguns que pela sua preciosa ajuda me ajudaram na concretização deste estudo como o Dr. Paulo Gomes o Professor Doutor Francisco Serdoura, a Professora Doutora Leonor Vacas de Carvalho, o Arq.º João Seabra Gomes, a Dr.ª Ana Verónica Neves e a Dr.ª Margarida Reis. À Dr.ª Cíntia Sousa, à Dr.ª Patrícia Thadeu e ao Superintendente Pedro Clemente Diretor do Instituto Superior Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) expresso igualmente a minha gratidão por todo o apoio e disponibilidade demonstrada.

Quero também declarar o meu mais humilde agradecimento a todos os que estiveram comigo nesta fase da minha vida, nas mais diversas maneiras, que não obstante toda a sua complexidade me enriqueceu enormemente não só do foro intelectual mas, também, do foro humano.

Bem-haja a todos aqueles que trabalham incansavelmente em prol da construção de uma sociedade cada vez melhor.

III | Resumo

A presente dissertação tem como objetivo o estudo das relações entre a organização e morfologia urbana e a segurança urbana, tendo como base o papel do projeto urbano na prevenção criminal e na inibição do crime e da prática de incividades.

O estudo assenta numa abordagem sistemática e holística, pretendendo analisar e definir os tipos, natureza, forma de organização, características projetuais e de uso dos espaços públicos e das morfologias urbanas associadas que contribuem para o seu uso seguro e para a prevenção da criminalidade e do vandalismo. Para o efeito foram seguidos como referência os princípios do CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) e as medidas concretas da sua aplicação nos processos de planeamento urbano e de projeto de espaços públicos.

Na organização do estudo foi tida em consideração a evolução ocorrida no domínio da segurança urbana, no âmbito conceptual, e a necessidade de adaptação dos instrumentos legislativos vigentes - designadamente o regime jurídico dos instrumentos de gestão urbanística e da segurança interna relativos à segurança urbana – porque continuam por resolver problemas e situações causadoras de insegurança urbana. O que constitui um desafio que pressiona tanto os políticos como os urbanistas e as forças policiais e exige a sua permanente cooperação.

No âmbito do estudo realizou-se um diagnóstico de algumas situações de referência e uma abordagem analítica aos níveis dos tipos de criminalidade em Lisboa e nos municípios circundantes, como a sua relação com as morfologias urbanas onde ocorrem e a qualidade do espaço público.

Deste modo, com a aspiração de começar o percurso por um caminho fidedigno para a mudança do paradigma português em matérias de prevenção criminal através do desenho urbano, a dissertação procura explorar algumas estratégias de ação para um uso seguro que se considerem fulcrais para a integração das questões relativas à segurança urbana nos processos de planeamento urbano.

O combate à insegurança urbana, que é tanto uma questão de políticas públicas de segurança como de urbanismo e de prevenção e controle policial, impõe a necessidade de concretização e de operacionalização de medidas e estratégias de atuação, com recurso a ferramentas de planeamento e gestão urbanística que possibilitem anular ou reduzir os fatores de insegurança decorrentes das condições morfológicas e da qualidade do espaço público.

Para isso é também determinante dar especial atenção ao planeamento e à organização urbana e funcional dos espaços urbanos com características de não-lugares, especialmente quando estes são consequência da instalação de grandes infraestruturas que fragmentam a paisagem e o tecido urbano.

Palavras-chave

CPTED, criminalidade, desenho urbano, espaço público, morfologia urbana, qualidade de vida, políticas urbanas, segurança urbana, urbanismo, uso seguro.

IV | Abstract

The aim of this thesis is to analyse the relationship between urban organisation and morphology and urban security, based on the role of urban project in crime and the practice of incivilities preventions and inhibition.

This study is based on a systematic and holistic approach focussing on the analysis and definition of different types of public spaces and related urban morphologies, their nature, organisation model, project features and use, all of which contribute to safe use and prevention of crime and vandalism. The principles of CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) were followed as a reference, and so were concrete measures for their application in urban and public space projects.

The evolution of urban security in conceptual terms was taken into consideration in this study, and so was the need to adapt existing legal instruments – namely the legal framework of urban management and internal security instruments related to urban security – as insecurity in urban areas is still a reality that needs to be tackled. This is a challenge facing politicians, urban planners and police forces alike that requires permanent cooperation.

Within this study, and in addition to a diagnosis of some reference situations, an analytical approach was made of the levels of criminality in Lisbon and surrounding municipalities, and their relationship with the urban morphology and quality of public space.

Against this background, and in order to find a most reliable path for changing the Portuguese paradigm in matters of crime prevention through urban design, this paper focuses on some crucial action strategies meant to integrate security related issues in urban planning measures.

Combating urban crime and insecurity, which involves security public policies, urban planning, and police prevention and control, calls for the implementation of operational strategies resorting to urban planning and management tools that will

stop or reduce insecurity resulting from morphological conditions and public space quality.

Similarly, special attention should be drawn to the urban planning and the urban and functional organization of spaces with “non-places” characteristics, particularly when caused by the installation of large infrastructure facilities that fragment both landscape and urban fabric.

Keywords

CPTED, crime, urban design, public space, urban morphology, life quality, urban policies, urban security, urban planning, safe use.

V | Índice

Índice de figuras	3
Índice de quadros	8
Índice de gráficos	9
Lista de acrónimos	13
1 INTRODUÇÃO	17
1.1. Enquadramento e atualidade do tema	17
1.2. Delimitação do domínio do estudo	25
1.3. Questões relevantes para a investigação	31
1.4. Objetivos do estudo	32
1.5. Metodologia	35
1.6. Sistematização, estrutura e organização	39
PARTE I	43
2 A CIDADE FACE À (IN)SEGURANÇA	43
2.1. A cidade	43
2.2. O espaço público	47
2.3. O desenho urbano e os espaços públicos	49
2.4. A evolução do espaço público na organização da cidade	53
2.5. A cidade como atributo social	58
2.6. Qualidade de vida e segurança nos espaços públicos urbanos	61
2.7. Fatores para qualidade ambiental e segurança do espaço público urbano	66
2.8. Expectativas perante os espaços públicos urbanos	71
2.9. Segurança versus insegurança	76
2.10. A (in)segurança e o sentimento de medo nos espaços públicos	79
2.11. Os <i>media</i> na prevenção da criminalidade e segurança urbana	87
2.12. Custo do crime e das incivildades	92
3 O DESENHO URBANO E A PREVENÇÃO DO CRIME	97
3.1. O paradigma CPTED	97
3.2. Quatro décadas de práticas e debates	100
3.3. A prevenção criminal através do desenho urbano	109
3.4. A 2. ^a geração do CPTED	120
3.5. O crime e o desenho urbano como fator de inibição	125
3.6. A segurança urbana no contexto português	134
3.7. Tipos de crime no espaço público português	145
3.8. A prevenção criminal no espaço público	152
PARTE II	161
4 SEGURANÇA E ESPAÇO PÚBLICO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	161
4.1. Enquadramento demográfico e morfológico	161
4.2. Localização geográfica e características socioeconómicas	163
4.3. A segurança urbana em Lisboa perante o contexto internacional	165

4.4. Estudo caso – a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes	170
4.4.1 Análise 1 – Interpretação dos crimes registados pela PSP em espaço público urbano, em Lisboa e concelhos periféricos.....	178
4.4.1.1 Concelho de Lisboa.....	178
4.4.1.2 Concelho de Oeiras	187
4.4.1.3 Concelho da Amadora.....	194
4.4.1.4 Concelho de Odivelas	203
4.4.2 Análise 2 – Interpretação dos crimes registados pela PSP em espaço público urbano, em Lisboa e concelhos periféricos a partir do SITAI	219
4.5. A espacialização das ocorrências criminais.....	229
4.6. Os crimes registados e a interpretação dos dados da imprensa	235
 5 MORFOLOGIA, QUALIDADE DO ESPAÇO E FATORES DE GESTÃO DA SEGURANÇA URBANA	241
5.1. A morfologia e o espaço público das áreas de maior incidência criminal.....	241
5.2. O desenho urbano na conceção da prevenção da criminalidade.....	264
5.3. Condições para segurança dos espaços públicos	271
5.4. Orientações para o projeto e gestão do espaço público	282
 PARTE III.....	301
 6 ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA UM USO URBANO SEGURO	301
6.1. Enquadramento	301
6.2. Modelo de atuação	303
6.3. Pilares estratégicos de ação.....	305
6.3.1 Descrição.....	305
6.3.2 Campo de ação	306
6.3.2.1 Pilar estratégico de ação n.º1 - Construção de um novo modelo de planeamento e gestão territorial.....	306
6.3.2.2 Pilar estratégico de ação n.º2 - Modernização da administração interna e territorial do Estado	309
6.3.2.3 Pilar estratégico de ação n.º3 - Alteração cultural e comportamental do cidadão	311
6.4. Medidas de operacionalização	313
6.4.1 Descrição.....	313
6.4.2 Campo de ação	314
6.4.3 Medidas de operacionalização normativas	315
6.4.4 Medidas de operacionalização institucionais/organizacionais.....	322
6.4.5 Medidas de operacionalização culturais	328
 7 CONCLUSÃO	333
 Bibliografia	343
 ANEXO 1	365
Tabelas.....	365

Índice de figuras

Figura 1 Aspectos que influenciam a qualidade de vida e a segurança urbana.	30
Figura 2 Estratégia de definição de padrões de qualidade de vida que garantam a segurança urbana.	34
Figura 3 Metodologia da dissertação.	38
Figura 4 Elementos que definem a imagem ambiental da cidade, segundo Lynch (1960).	60
Figura 5 Ações que contribuem para uma segurança urbana efetiva.	61
Figura 6 Fatores que poderão influenciar a qualidade de vida e segurança em ambiente urbano.	69
Figura 7 Aspectos comportamentais que contribuem para o aumento ou diminuição da qualidade de vida e da segurança urbana.	70
Figura 8 Ações que contribuem para uma segurança urbana efetiva.	75
Figura 9 Esquema de sistema de segurança.	98
Figura 10 CPTED, abordagem integrada.	99
Figura 11 Princípios do CPTED.	110
Figura 12 Rua com movimento pedonal. Zona do Parque das Nações, Lisboa.	111
Figura 13 Parque infantil com vedação. Telheiras, Lisboa.	113
Figura 14 Espaço urbano organizado. Avenida da Liberdade, Lisboa.	114
Figura 15 Espaço público iluminado. Zona do Campo Pequeno, Lisboa.	115
Figura 16 A restauração na ocupação dos espaços exteriores. Praça de touros do Campo Pequeno.	117
Figura 17 As ligações entre o desenvolvimento físico e social, questionados pelo CPTED de 2. ^a geração.	122
Figura 18 Entrada da estação de metro. Alto dos Moinhos, Lisboa.	123
Figura 19 Pequeno edifício construído no meio do passeio público. Benfica, Lisboa.	126
Figura 20 Via pública ocupada por andaimes e tapumes. Saldanha, Lisboa.	127
Figura 21 Critérios mensuráveis de diagnóstico da qualidade da estrutura física urbana.	127
Figura 22 Triângulo do crime.	128
Figura 23 Princípios com vista à (re)qualificação sustentável da qualidade do espaço público urbano.	130
Figura 24 Passeio ribeirinho contíguo à marina. Parque das Nações, Lisboa.	131
Figura 25 Feira do livro. Parque Eduardo VII, Lisboa.	132
Figura 26 Bandas de edifícios. Bairro do Condado em Marvila (Zona J), Lisboa.	133

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 27 Índice de paz global - 2008.	138
Figura 28 Índice de paz global – 2009.....	139
Figura 29 Índice de paz global – 2010.....	139
Figura 30 Índice de paz global – 2011.....	140
Figura 31 Fator de ponderação – população residente, o rácio relativo à criminalidade participada em cada distrito/região autónoma, por 1.000 habitantes	151
Figura 32 Localização esquemática dos concelhos em estudo.	162
Figura 33 Localização esquemática das freguesias do concelho de Lisboa.	180
Figura 34 Localização esquemática das freguesias do concelho de Lisboa com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.....	182
Figura 35 Malha urbana da freguesia de Benfca.	184
Figura 36 Malha urbana da freguesia do Lumiar.....	185
Figura 37 Malha urbana da freguesia de Santa Maria dos Olivais.	185
Figura 38 Localização esquemática das freguesias do concelho de Oeiras onde se verifica a ocorrência de crimes registados pela PSP.....	188
Figura 39 Localização esquemática das freguesias do concelho de Oeiras com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos.	190
Figura 40 Malha urbana de Carnaxide.....	190
Figura 41 Malha urbana da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra.....	191
Figura 42 Malha urbana de Algés.....	191
Figura 43 Zona de interface entre Carnaxide e Benfca.	194
Figura 44 Localização esquemática das freguesias do concelho de Amadora com ocorrência de crimes registados pela PSP (2008-2010).	196
Figura 45 Localização esquemática das freguesias do concelho da Amadora com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.....	197
Figura 46 Malha urbana da freguesia da Buraca.	197
Figura 47 Malha urbana da Reboleira.....	198
Figura 48 Malha urbana da Venteira.	198
Figura 49 Malha urbana da Damaia.....	199
Figura 50 Malha urbana da Mina.....	199
Figura 51 Zona de interface entre Buraca e Benfca.....	202
Figura 52 Localização esquemática das freguesias do concelho de Odivelas.	204
Figura 53 Localização esquemática das freguesias do concelho de Odivelas com destaque das freguesias da Pontinha e de Odivelas que apresentam a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.....	205

Figura 54 Malha urbana da freguesia de Odivelas.....	206
Figura 55 Malha urbana da freguesia de Pontinha.....	206
Figura 56 Zona de interface entre as freguesias de Odivelas e do Lumiar.	209
Figura 57 Localização esquemática das freguesias do concelho de Loures.	212
Figura 58 Localização esquemática das freguesias do concelho de Loures com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.....	213
Figura 59 Malha urbana da Freguesia da Portela.....	214
Figura 60 Malha urbana da Freguesia do Prior Velho.	215
Figura 61 Zona de interface entre Prior Velho, Portela e Santa Maria dos Olivais.	217
Figura 62 Distribuição por freguesia dos valores absolutos referentes aos registos de crimes ocorridos por km ² , ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.....	220
Figura 63 Malha urbana da freguesia da Sé.....	221
Figura 64 Malha urbana da freguesia de Santa Engrácia.....	221
Figura 65 Malha urbana da freguesia de Alcântara.	222
Figura 66 Malha urbana da freguesia de Paço de Arcos.....	223
Figura 67 Malha urbana da freguesia da Ramada.....	223
Figura 68 Malha urbana de Santo António dos Cavaleiros.....	224
Figura 69 Malha Urbana de Camarate.....	225
Figura 70 Malha urbana da freguesia do Prior Velho.....	225
Figura 71 Análise comparativa por freguesia dos valores absolutos dos crimes registados ocorridos por km ² , ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.....	226
Figura 72 Distribuição por freguesia dos valores absolutos referentes aos registos de crimes ocorridos por km ² , ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.....	228
Figura 73 Análise comparativa por freguesia dos valores absolutos dos crimes registados ocorridos por km ² , ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.....	229
Figura 74 Espacialização esquemática da incidência do crime em espaço público urbano.	230
Figura 75 Representação esquemática da localização das freguesias mais problemáticas em estudo na análise 1.....	231
Figura 76 Fotografia aérea com representação esquemática da localização das freguesias mais problemáticas em estudo na análise 2.....	232
Figura 77 Malha urbana da freguesia do Prior Velho.....	233
Figura 78 Esquema de transportes públicos de Lisboa, traçados das linhas de metropolitano e das linhas ferroviárias de Lisboa.	242

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 79 Zona do nó do Senhor Roubado, freguesia de Odivelas e zona oriental de Lisboa (Santa Maria dos Olivais, Prior Velho e Portela), está situada na confluência de grandes eixos rodoviários e do aeroporto.....	243
Figura 80 CRIL, Linha Amarela do Metropolitano de Lisboa e estacionamento automóvel. Nó do Senhor Roubado, Odivelas.....	244
Figura 81 Estrutura viária que separa e une as freguesias da zona oriental de Lisboa (Santa Maria dos Olivais, Prior Velho e Portela). Lisboa.....	244
Figura 82 Rua Principal do Vale do Forno. Odivelas.....	245
Figura 83 Zona do nó do Senhor Roubado. Odivelas.....	246
Figura 84 Rua do Senhor Roubado. Odivelas.....	247
Figura 85 Três áreas com 75 fogos/ha.	248
Figura 86 Freguesia de Benfica.	249
Figura 87 Densidade da malha urbana da freguesia de Benfica	250
Figura 88 Esquema da malha urbana da freguesia de Benfica.	251
Figura 89 Estrada de Benfica. Lisboa.	252
Figura 90 Densidade da malha urbana da freguesia do Lumiar.....	254
Figura 91 Densidade da malha urbana da freguesia do Lumiar.....	255
Figura 92 Esquema da malha urbana da freguesia do Lumiar. Lisboa	256
Figura 93 Rua Professor Pulido Valente. Lisboa.....	256
Figura 94 Densidade da malha urbana da freguesia de Santa Maria dos Olivais.	258
Figura 95 Malha urbana da zona do Parque das Nações.	258
Figura 96 Esquema da malha urbana freguesia de Santa Maria dos Olivais.	259
Figura 97 Avenida D. João II. Parque das Nações, Lisboa.....	260
Figura 98 Freguesia da Buraca e Bairro Cova da Moura.....	261
Figura 99 Praça dos Restauradores, Lisboa.	265
Figura 100 Praça José Fontana, em Lisboa.....	266
Figura 101 Princípios base para a prevenção criminal.	267
Figura 102 Triangulação do crime <i>versus</i> prevenção criminal através do desenho urbano.	269
Figura 103 Triangulação da prevenção criminal no espaço público urbano.....	270
Figura 104 Av. da Liberdade. Lisboa	274
Figura 105 Desenho e segurança a condição <i>sine qua none</i>	275
Figura 106 A iluminação urbana como fator ambiental que conduz à segurança.	276
Figura 107 O espaço público e a interface com o que é privado.....	277
Figura 108 Obstáculos na via pública.	278

Figura 109 Uso múltiplo, atividade mista geradora.....	279
Figura 110 Pavimento degradado.	280
Figura 111 Atributos físico/ambientais como contributo para a sustentabilidade dos espaços públicos urbanos e respetiva qualidade de vida na cidade.....	282
Figura 112 Fluxograma do processo de aplicação do modelo.	290
Figura 113 Iluminação desadequada.....	291
Figura 114 É necessário o envolvimento e participação da comunidade na realização de eventos de rua.	293
Figura 115 A interface entre o espaço público e o privado.	294
Figura 116 Detalhe.....	294
Figura 117 Falta de manutenção.	296
Figura 118 Visibilidade constante ao longo da deambulação.....	297
Figura 119 <i>Graffitis</i>	298
Figura 120 Parque infantil.	299
Figura 121 A importância da escala da vegetação adjacente a caminhos pedonais.	300
Figura 122 Metodologia adotada para a superação das disfunções do sistema de segurança urbana.	305

Índice de quadros

Quadro 1 Dados estatísticos relativos aos Censos de 2001 e 2011.....	21
Quadro 2 Tipologias de espaço público urbano contemporâneo.	57
Quadro 3 Fatores que afetam o sentimento de insegurança.....	85
Quadro 4 Lista parcial da evolução do CPTED.....	100
Quadro 5 <i>Rankings</i> de paz global – 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.....	138
Quadro 6 Dados do crime em países europeus - 2006-2009.....	142
Quadro 7 Análise de variações.....	150
Quadro 8 Qualidade de vida - <i>rankings</i> mundiais de 2011.....	168
Quadro 9 Ranking de segurança pessoal, 2011.	169
Quadro 10 Dados globais fornecidos pela PSP relativamente aos crimes ocorridos e registados entre 2008 e 2010, inclusive (ver anexo I – tabelas 1 e 2).....	173
Quadro 11 Dados dos concelhos em análise, relativamente aos crimes ocorridos e registados entre 2008 e 2010, inclusive (ver anexo I – tabela 1 e 2).....	173
Quadro 12 Número de notícias de crimes por Concelhos em estudo que foram publicadas no jornal Correio da Manhã, nos meses de janeiro e julho de 2008, 2009 e 2010.....	236
Quadro 13 Número de ocorrências de crimes por Concelhos em estudo que foram registados pela PSP, nos meses de janeiro e julho de 2008, 2009 e 2010.	237
Quadro 14 % de casos de notícia relativamente às ocorrências de crimes em espaço público urbano registadas na base de dados da PSP, nos meses de janeiro e julho de 2008, 2009 e 2010.....	237
Quadro 15 Padrão ideal de atributos físico/ambientais que se traduzem em níveis de qualidade de vida em ambiente urbano.....	281

Índice de gráficos

Gráfico 1 Sondagens relativamente ao sentimento de segurança.	83
Gráfico 2 Indicadores de risco e medo do crime e de avaliação de desempenho policial em Portugal: evolução de 2000 a 2005.	86
Gráfico 3 Evolução do <i>stock</i> total de ocorrências reportadas no período de 1993 a 2007.	135
Gráfico 4 Taxa de criminalidade comparada nalguns países europeus.	137
Gráfico 5 Perceção do Crime como uma das prioridades para o país.	143
Gráfico 6 Comparação da evolução do roubo e do <i>modus operandi</i> “ <i>carjacking</i> ”, investigados pela PJ, de 2003 a 2008.	146
Gráfico 7 Zonas urbanas mais problemáticas.	149
Gráfico 8 Crimes contra o património.	152
Gráfico 9 Evolução da população em Lisboa.	164
Gráfico 10 Variação do crescimento da área metropolitana de Lisboa (1950)....	164
Gráfico 11 Variação do crescimento da área metropolitana de Lisboa (2009)....	165
Gráfico 12 Taxas de vitimização roubo de propriedade pessoal, relativa ao ano 2004 e resultados de pesquisas realizadas pelas <i>International Crime Victim Survey-ICVS</i> - relativas a anos anteriores.	166
Gráfico 13 Indicadores da natureza dos crimes registados nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 1 e 2).	172
Gráfico 14 Indicadores da natureza dos crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010 nos diferentes concelhos, (ver anexo I – tabelas 1 e 2).....	172
Gráfico 15 Indicadores de crimes de natureza pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos em análise, (ver anexo I – tabelas 1 e 2).....	174
Gráfico 16 Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano na via pública, ocorridos entre os anos 2008 e 2010 inclusive, (ver anexo I – tabela 5).	175
Gráfico 17 Indicadores de crimes praticados unicamente na via pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, divididos em crimes contra o património e crimes contra as pessoas (ver anexo I – tabela 3).....	175
Gráfico 18 Total de crimes registados que foram praticados unicamente na via pública de todos os concelhos em estudo, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, divididos em crimes contra o património e crimes contra as pessoas (ver anexo I – tabela 3).	176
Gráfico 19 Total dos crimes registados que foram praticados unicamente na via pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, por concelhos em estudo (ver anexo I – tabela 3).....	176
Gráfico 20 Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).	177

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 21 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia, (ver anexo I – tabela 12).....	177
Gráfico 22 Crimes contra o património registados que foram praticados unicamente na via pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, por concelhos em estudo (ver anexo I – tabela 3).....	178
Gráfico 23 Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).	179
Gráfico 24 Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Lisboa, (ver anexo I – tabela 6).	181
Gráfico 25 Registo do crime entre 2008 e 2010 na zona da Baixa, do Bairro Alto, Chiado/Bairro Alto, Av. 24 de Julho, Rossio, Sete Rios, Campo Grande e Martim Moniz, (ver anexo I – tabela 11).....	183
Gráfico 26 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 13).....	183
Gráfico 27 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Benfica, Lumiar e Santa Maria dos Olivais, (ver anexo I – tabelas 18, 19 e 20).	184
Gráfico 28 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho de Lisboa, (ver anexo I – tabela 33).	186
Gráfico 29 Número de fogos construídos entre 2001 e 2008, por freguesias do município.	187
Gráfico 30 Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 3).	187
Gráfico 31 Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).	188
Gráfico 32 Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Oeiras, (ver anexo I – tabela 10).....	189
Gráfico 33 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 17).....	192
Gráfico 34 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Algés, Carnaxide e Oeiras e São Julião da Barra, (ver anexo I – tabelas 30, 31 e 32).	192
Gráfico 35 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho de Oeiras, (ver anexo – tabela 33).....	193
Gráfico 36 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias de Benfica e de Carnaxide, (ver anexo – tabela 34).	193
Gráfico 37 Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 3).	195
Gráfico 38 Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).	195
Gráfico 39 Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho da Amadora, (ver anexo I – tabela 7).	196

Gráfico 40 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 14).....	200
Gráfico 41 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Buraca, Damaia, Mina, Reboleira e Venteira, (ver anexo I – tabelas 21, 22, 23, 24 e 25).	200
Gráfico 42 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho da Amadora, (ver anexo I – tabela 33).	201
Gráfico 43 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias de Benfica e da Buraca, (ver anexo – tabela 35).	201
Gráfico 44 Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo – Tabela 3).	203
Gráfico 45 Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo – Tabela 4).	203
Gráfico 46 Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Odivelas, (ver anexo I – tabela 9).	204
Gráfico 47 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia, entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 16).	207
Gráfico 48 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Odivelas e Pontinha, (ver anexo I – tabelas 28 e 29).	207
Gráfico 49 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho da Odivelas, (ver anexo I – tabela 33).	208
Gráfico 50 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias do Lumiar e de Odivelas, (ver anexo – tabela 36).	209
Gráfico 51 Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 3).	210
Gráfico 52 Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo – tabela 4).	211
Gráfico 53 Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Loures, (ver anexo – tabela 8).	213
Gráfico 54 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo – tabela 15).	214
Gráfico 55 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Portela e Prior Velho, (ver anexo – tabelas 26 e 27).	215
Gráfico 56 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho da Odivelas, (ver anexo – tabela 33).	216
Gráfico 57 Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias do Prior Velho, da Portela e de Santa Maria dos Olivais, (ver anexo – tabela 37).	216

Lista de acrónimos

AML - Área Metropolitana de Lisboa

ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses

BRE - *Building Research Establishment*

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CEU - Conselho Europeu de Urbanistas

ECTP-CEU - European Council of Spatial Planners - *Conseil Européen des Urbanistes*

CEN - Comité Europeu de Normalização

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CM - Correio da Manhã

CPTED - *Crime Prevention Through Environmental Design*

CPTEDM - *Crime Prevention Through Environmental Design and Management*

CRP - Constituição da República Portuguesa

CRIL - Circular Regional Interior de Lisboa

CSSG - *Community Safety Steering Group*

DGAI – Direção-Geral da Administração Interna

DGOTDU - Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano

DGPJ - Direção Geral da Polícia Judiciária

DMH/CMLoures - Divisão Municipal de Habitação / Câmara Municipal de Loures

DOC - *Designing Out Crime*

DOCA - *Designing Out Crime Association*

EEA - *European Environmental Agency*

EFUS - European Forum for Urban Safety

EUCPN - *European Crime Prevention Network*

FESU - Fórum Europeu para a Segurança Urbana

FPSU - Fórum Português para a Segurança Urbana

FBI - *Federal Bureau of Investigation*

GPI - *Global Peace Index*

HEUNI - *European Institute for Crime Prevention and Control*

HUD - *Housing and Urban Development*

IC - Itinerário Complementar

LISTA DE ACRÓNIMOS

ICPC - *International Centre for the Prevention of Crime*
ICVS - *International Crime Victims Survey*
IEP - *Institute for Economics and Peace*
IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IGP - Instituto Geográfico Português
IGT - Instrumentos de Gestão Territorial
INE - Instituto Nacional de Estatística
IPRI - Instituto Português de Relações Internacionais
GPI - *Global Peace Index*
JOCE - Jornal Oficial das Comunidades Europeias
LBOTU - Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo
LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MAI - Ministério da Administração Interna
MO - *Modus operandi*
NCPI - *American National Crime Prevention Institute*
ObsOT/U - Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCOT - Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDM - Plano Diretor Municipal
PER - O Programa Especial de Realojamento
PJ - Polícia Judiciária
PKVW - *Het Politiekeurmerk Veilig Wonen*
PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNAI - Plano Nacional de Ação para a Inclusão
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP - Plano de Pormenor
PPP - Parcerias Público-Privadas
PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território
PSP - Polícia de Segurança Pública
PU - Plano de Urbanização
RASI - Relatório Anual da Segurança Interna
RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SBD - *Secured By Design*
SIG - Sistema de Informação Geográfica
SITES - Sistema de Informação Territorial para Estudos Sociais
SITAI - Sistema de Informação Territorial da Administração Interna
SVOB - *Stichting Veilig Ontwerp en Beheer*
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UCR- *Uniform Crime Reporting*
UK - *United Kingdom*
UN - *United Nations*
UN-HABITAT - *United Nations Human Settlements Programme*
UNDP - *United Nations Development Programme*
UNECE - *United Nations Economic Commission for Europe*
UNICRI - *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*
USA - *United States of America*
WHO - *World Health Organisation*

1 | INTRODUÇÃO

“Quando digo “é nosso dever permanecermos otimistas”, tal inclui não só a abertura ao futuro, mas também o facto de que todos contribuímos para ele mediante todos os actos: somos todos responsáveis por aquilo que o futuro nos reserva.”

Karl Popper (1999)

1.1. Enquadramento e atualidade do tema

As cidades são realidades sociais e culturais complexas, onde a concentração populacional estimula e permite uma larga diversidade de ofertas e alternativas de vida em sociedade. Ao mesmo tempo são espaços de oportunidade e de mudança onde a estabilidade dos valores varia em função da multiplicidade social e cultural, da organização económica e do acesso à distribuição da riqueza e aos bens, quer estes sejam essenciais ou não. Reúnem, por isso, consideráveis diferenças nas oportunidades económicas e sociais, sendo que essas desigualdades podem ser espaciais, ou sociais, isto é entre bairros geralmente da mesma cidade ou diferentes grupos e quase sempre surgem as duas conjuntamente. De facto, esta situação lesa a atratividade, a competitividade, a inclusão social e a segurança das cidades.

Morfologicamente, as cidades são constituídas por sucessões de volumes e vazios, de espaços definidos por edifícios e espaços charneira, que tanto ligam como separam e se constituem como áreas de circulação e/ou de encontro. Estes espaços de charneira caracterizados por serem zonas livres de edificações, de utilização coletiva e de uso público condicionado ou não, apresentam diferentes tipologias, cada uma delas traduzindo os modos, os ritmos, as intensidades e os momentos da evolução urbana e, inclusivamente, os valores sociais e comportamentais dos diferentes momentos evolutivos.

Como realidades físicas e culturais, as cidades, são o resultado de um diversificado fluxo de trocas expresso numa forma própria de paisagem, tal como referiu Mumford (1964).

As inter-relações que nelas se estabelecem são simultaneamente sociais, económicas e funcionais. Os padrões de uso e vivência urbana determinam não apenas formas de organização espacial como, também, modos de apropriação por espaço. Os territórios urbanos correspondem a espaços de pertença e de uso que moldam a vida em sociedade e a percepção ou meio onde decorre a vida das populações.

A cidade constitui o habitat humano dominante e isso reflete-se no modo como hoje se abordam as questões relativas e no modo como se formam e organizam as relações sociais no quadro da vida de sociedade. Matéria cujo entender tem constituído uma constante na procura das melhores práticas de organização urbana e de criação de condições de reforço de coesão social, fator essencial de qualidade de vida e de garantia de segurança individual e coletiva (Fadigas, 2010).

As questões sociais são determinantes para o entendimento de que a cidade o que tem de mais importante são os homens, como o declarou Santo Agostinho. De facto, a componente humana é aquela que dá corpo à cidade nas suas diferentes dimensões e lhe estabelece tanto os parâmetros como os limites de funcionamento do âmbito da organização social que a ela corresponde. Razão porque, desde muito cedo, quando a sociologia se automatizou, no século XIX, como disciplina científica autónoma, as questões urbanas estiveram, desde logo, muito ligadas à sua corporização como ciência.

Assim, não é de estranhar que os estudos que hoje se consagram com a “escola de Chicago”, nos anos 20 do século passado, tenham tido a importância e o impacto que tiveram para a compreensão dos fenómenos urbanos.

A análise da realidade social urbana que Park, Burgess e McKenzie (1925) divulgaram no livro “*The city*”, é uma primeira e importante abordagem da ecologia humana no contexto do habitat específico que a cidade é. Trata-se de uma análise que procura articular questões que ainda hoje se revelam importantes para

compreender a complexidade da realidade urbana, especialmente se tivermos em conta o seu carácter crescentemente multicultural. As relações entre os aspetos sociais e as características físicas do espaço construído são fatores que importa ter presente tanto na análise urbana como na análise comportamental de quem usa os espaços que a cidade disponibiliza para os diferentes usos. Tanto mais que as cidades são cada vez mais menos uniformes e mais miscigenadas, com fluxos migratórios constantes e acelerados, traduzindo-se esta realidade em formas diversas de apropriação do espaço, organização funcional e de identificação com o território.

A sociedade urbana portuguesa contemporânea não é exceção neste quadro de evolução. Alterou-se rapidamente nas últimas décadas, perdendo o seu carácter rural. A emigração a partir de meados do século passado contribuiu para isso, como contribuiu, também, o desenvolvimento económico e social das últimas décadas. As áreas rurais perderam população enquanto as áreas urbanas cresceram. A rede viária aproximou as pessoas das diferentes regiões e as novas tecnologias aproximaram os cidadãos uns dos outros, independentemente da sua localização. As relações de vizinhança alteraram-se, com o aumento do conforto e segurança dentro das casas, e a degradação das condições de uso e de organização dos espaços públicos. Enfim, nas cidades, organizou-se uma nova vida quotidiana em que *“o esquecimento da sua dimensão pública podia estar na origem da crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece”* (Castro, 2002, p.56).

Neste pressuposto, de acordo com Teixeira (1993, pp.386-387): *“A fim de recuperarmos esta dimensão humana dos fenómenos urbanos é essencial o estudo dos ciclos curtos da história, dos microfenómenos. É a este nível básico que a complexidade da vida urbana e os processos que moldam a cidade podem ser compreendidos: é a este nível que se torna evidente que as acções individuais não são condicionadas simplesmente por motivações racionais, mas são necessariamente influenciadas também por factores subjectivos e culturais. Só através da análise detalhada de situações particulares se podem compreender os grandes processos sociais, económicos e culturais da sociedade urbana.”*

As mutações, sociais, económicas, políticas e tecnológicas, operadas nos sistemas urbanos, no último século traduziram-se numa alteração civilizacional com repercussões marcantes nas vivências urbanas ao mesmo tempo que a globalização alterou substancialmente a dimensão temporal e espacial das realidades urbanas. O tempo como se acelera muito rapidamente tudo se torna obsoleto, passado, fazendo com que a instabilidade e incerteza dominem as nossas vidas.

Estamos perante uma mudança de arquétipo. Na realidade, *“a esta situação de mudança de paradigmas urbanos corresponde a emergência de realidades que forçosamente impõem uma revisão dos modelos urbanísticos dominantes”* (Fadigas, 2010, p.10). As cidades não são artefactos, objetos que vivem por si, fazem-se e desfazem-se como organismos vivos que são Chueca-Goitia (1982). O processo de urbanização que marca as sociedades e as regiões mais desenvolvidas, mostra-o bem, sendo isso acompanhado de diferentes níveis de envolvimento afetivo entre o indivíduo e o espaço que habita e o rodeia, constituindo-se este aspeto um fator determinante da qualificação do espaço público. Esta qualificação decorre do tipo de identificação com os sítios.

Mas a qualificação do espaço é também consequência das relações entre a oferta e a procura. A discrepância entre o uso e a oferta do espaço público urbano de qualidade contribui para a sua desqualificação, por serem menos sedutoras as condições da oferta, aumentando deste modo a potencial procura de outros espaços alternativos. *“Os espaços públicos têm sido, em simultâneo, alvo de intervenção por parte dos poderes públicos, no sentido da sua (re)qualificação e do renovar do seu histórico protagonismo, mas até agora não têm sido capazes de promover, de forma consolidada e generalizada, o retorno à rua, à praça, ao largo, caminhando, pelo contrário, na direcção da pura estetização do espaço (arte pública, mobiliário, design urbano), sem consequências efectivas no seu uso (...)”* (Gonçalves, 2005, p.48). No entanto, a integração social e a aprendizagem da cidadania necessitam de espaços públicos urbanos qualificados, como condições de socialização que não pode estar ausente das políticas públicas.

Até porque, para tal, *“actualmente, as cidades necessitam promover a sua identidade e as suas qualidades para se afirmarem e diferenciarem numa rede urbana cada vez mais competitiva”* (Brandão, Carrelo, & Águas, 2002, p.16). Ou, para aquele efeito, mais competentes e mais eficientes na promoção da socialização como condição de qualificação da vida e dos espaços onde decorre.

A percentagem de população mundial que vive nas cidades como revelam os dados disponibilizados regularmente pelas Nações Unidas tem aumentado de ano para ano (ONU, 2010). Portugal não é exceção: nas últimas décadas a taxa de urbanização tem vindo a aumentar, ganhando as áreas urbanas uma crescente dimensão. Segundo os resultados provisórios do Censo 2011 (INE, 2011), a população residente em Portugal cresceu cerca de 2% (por continuarmos a ser um país de imigração), acentuando-se o padrão de litoralização. A comparação com o Censo de 2001 é, quanto a isso, clara como é visível no quadro seguinte.

Censos	Total de população residente (N.º)	Municípios do interior que perderam população (N.º)
2001	10 356 117	171
2011	10 561 614	198

Quadro 1 | Dados estatísticos relativos aos Censos de 2001 e 2011.
Fonte: INE (2011).

O que se deve ao facto de ser muito significativa a concentração da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto relativamente à década anterior. Esta realidade não pode, por isso, deixar de colocar a questão da indispensabilidade da cidade se ajustar e responder às necessidades reais das suas populações, com processos adequados de desenvolvimento que não pode deixar de considerar a importância da dimensão social urbana.

A dimensão social urbana implica, neste sentido, o reconhecimento da importância da organização física da cidade, o seu carácter espacial e a forma como se organizam e articulam funções, relações, usos, espaços abertos e espaços construídos. No fundo, espaços por onde circulam pessoas, bens e energia e nos

quais se cruzam as múltiplas realidades que configuram aquilo que a cidade, na sua pluralidade, é.

Nestes espaços, que na maior parte dos casos são espaços de relação e de encontro, residem valores e fatores que representam formas de identidade e de apropriação, temporária ou deficiente, que se refletem tanto no ordenamento como na realidade construída da sua arquitetura urbana. Com eles se criam as paisagens que dão corpo às várias partes da cidade, que organizam a sua unidade ou a sua fragmentação e que, naturalmente, estimulam os sentimentos com que cada um deles se apropria, usa ou reage.

Os espaços públicos são, assim, neste entendimento, realidades urbanas que ganham crescente importância à medida que a cidade se vai tornando mais plural, mais diversificada e sujeita a mais variadas leituras e formas de uso. Daí que, hoje, questões novas como a segurança, o medo, a ansiedade, o conforto e a posse do espaço sejam questões sempre presentes quando se abordam as questões relativas tanto à organização como à gestão e uso do espaço público.

A realidade urbana fez emergir, pela diversidade da sua dimensão social, aspetos que, agora, passam a fazer parte integrante do universo das preocupações urbanísticas. O que abre caminho a outras reflexões e debates sobre a relação entre a posse e o uso, a forma e a função, a coesão social e a afirmação identitária. O que até há pouco eram questões de polícia e de bons costumes – incivildades, violência, medo, crime – são agora, cada vez mais, questões de sociedade e de urbanismo.

O atual contexto nacional, cuja realidade passa pela incerteza, instabilidade e imprevisibilidade face ao sentimento do medo, acentua-se ainda mais a necessidade de atuar na segurança, preferencialmente a montante da ocorrência de qualquer crime.

Portugal sofre com os efeitos da globalização, com a qual politicamente, os Estados perdem a sua centralidade e autonomia, uma vez que os desafios e problemas que se colocam têm, cada vez mais, cariz transnacional, salientando assim a crise de governabilidade; culturalmente, estamos perante uma mudança dos

hábitos de consumo, estilos de vida, baseados nos padrões ocidentais, que incrementam as reações identitárias; e socialmente, acentuam-se as disparidades de padrões de bem-estar, que conduzem à existência de pessoas sem o bem-estar pretendido. As desigualdades acentuam-se e, o fosso entre indivíduos ricos e pobres cresce exponencialmente.

Atualmente, a mudança social em curso, faz com que os mecanismos informais de controlo social, simultaneamente à quebra das solidariedades, sejam considerados como agentes potenciadores da criminalidade. Portugal depara-se com vários fatores que podem potenciar o desvio e a delinquência, como são o caso da desestruturação familiar, o desemprego de longa duração, o aumento das desigualdades sociais, a desertificação das zonas rurais e a grande concentração nos centros urbanos e o crescimento da marginalização e exclusão social em zonas de subúrbios.

Estes fenómenos acabam por ter uma influência determinante, no processo de viver a cidade e do respetivo planeamento urbano em que o desenho urbano nem sempre facilmente se ajusta na resposta às novas formas de vida, por vezes geradoras de aumento dos níveis de incerteza e de insegurança dos cidadãos.

Neste contexto, o estudo da organização, uso e funcionamento dos espaços públicos revela-se essencial para dar resposta a novas realidades tendo em conta aspetos tão relevantes como os seguintes:

- a. Redução do espaço público e da interação das cidades. Como consequência da desertificação das zonas urbanas centrais (*e.g.* o caso dos centros históricos), do aumento da esperança média de vida e da diminuição da taxa de natalidade, das consequências económicas e sociais das crises económicas de um maior afluxo de emigrantes e de maior multiculturalidade urbana;
- b. Especulação imobiliária, associada à expulsão de residentes das áreas centrais para as periféricas;
- c. Proliferação de espaços fechados privados de uso público condicionado com utilização coletiva. Isto é, tem aumentado a utilização efetiva de espaços de lazer privados, condomínios, centros comerciais. Estes espaços permitem as pessoas viverem sem conviverem, o que não possibilita uma osmose social visível,

fragmentam a sociedade e reduzem os fatores de coesão que conduzem à segurança urbana. A não cidade, também, é isto.

Estes aspetos tendencialmente levam à redução do uso do espaço público e do convívio social e decorrem maioritariamente de uma série de não conformidades quer ao nível do ordenamento do território, quer do planeamento e gestão territoriais, com especial incidência na dimensão urbana.

Não obstante, os meios de comunicação social têm, também, um papel preponderante na criação de condições de prevenção da criminalidade e da segurança urbana. Ocupam uma posição importante para a comunicação, e partilha de informação e divulgação na sociedade. Pelo que, neste contexto *“as pessoas confiam em imagens de tendências que sejam de preferência disponibilizadas pelos especialistas e fontes oficiais”* (Sacco, 2000, p.208).²

Contudo, devido à complexidade e ao quadro multidimensional, que inclui o impacto dos meios de comunicação e as suas interações e ligações, essas funções permanecem em grande parte indefinidas. Portanto, o impacto é mais complexo do que um vínculo de causalidade ou simplesmente em conformidade com os valores de notícias dominantes. Por fim, mediante o estabelecimento de uma relação inclusiva, interativa e democrática, com uma variedade de fontes de comunicação social, há espaço para resultados positivos em termos de prevenção da criminalidade, não deixando de ter em consideração que o uso indevido da informação, pode levar a equívocos e à estigmatização social. Em suma, a comunicação social é fundamental para promover estratégias bem-sucedidas de prevenção da criminalidade e das políticas que as suportam.

Por último mas não sem menos importância, importa referir que toda a criminalidade tem um custo associado e este não decorre apenas da prática efetiva do delito ou da incivilidade. Estes custos podem ser diretos (tangíveis), ou indiretos (intangíveis) e resultam também do sentimento de medo do crime

² *“People rely on images of trends and prevalence made available by the experts and official sources”* (Sacco, 2000), versão original.

independentemente de ele acontecer ou não. Outro aspeto que igualmente contribui para a dificuldade de calcular o crime prende-se com o facto de existirem sempre crimes cujas ocorrências nunca chegam a ser registadas pelas autoridades, (Bowles, Reyes & Garoupa, 2009).

1.2. Delimitação do domínio do estudo

Esta dissertação ambiciona lançar a reflexão sobre os principais problemas existentes nos espaços públicos das cidades que têm implicações no âmbito da segurança urbana, com particular enfoque em Lisboa e nos concelhos periféricos contíguos, nomeadamente: Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.

Pretende-se, igualmente, tecer diretrizes que contribuam para a (re)organização do espaço que habitamos, em prole do benefício de um uso seguro. As quais passam, sobretudo, pelo estabelecimento de contributos para ultrapassar as não conformidades -i. é disfunções- quer ao nível do ordenamento do território, quer do planeamento e gestão territoriais às mais diversas escalas desde a nacional à local, as quais se constituam, também, como orientações ao nível do desenho urbano e da gestão do espaço público.

Com a presente dissertação abordam-se as questões das relações do desenho urbano com a segurança do espaço público urbano como ponto de partida para novas pesquisas, conducentes ao reforço da componente segurança no ordenamento, gestão e uso dos espaços públicos, tendo em vista o uso seguro. O espaço público urbano está em constante transformação pelo que a sua organização e evolução deve contribuir para a segurança que faz parte da qualidade de vida das pessoas. Do exposto temos a consciência que um trabalho desta natureza, dada a temática abordada, é apenas um ponto de partida.

Nesta dissertação nem todos os assuntos são aflorados com a mesma intensidade, uma vez que o espaço público urbano abarca diferentes dimensões,

sendo que algumas extrapolam mesmo o domínio desta tese, e parte delas apenas entram nesta investigação para enquadrar outras matérias.

Nesta medida, considera-se que os espaços públicos, historicamente, são ao mesmo tempo lugares de integração e de confronto: integração pelo bairro e pela cidade; confronto através de manifestações, por vezes violentas, contra quem representa a autoridade. São espaços ameaçados pelo aparecimento de novas formas de insegurança, como a apropriação de partes do espaço público, por vezes de forma agressiva por grupos sociais específicos, mais ou menos organizados, que assim criam formas de segurança que conduzem à insegurança. Em muitos casos correspondendo mesmo a formas específicas de delinquência organizada.

O que faz com que os residentes e utilizadores do espaço público sejam, desta forma, convidados a retirarem-se e mesmo a refugiarem-se em universos fechados - na própria habitação ou em superfícies comerciais - à medida que aumentam as incivildades e o consequente sentimento de abandono do espaço que deveria ser de todos. Com o que se abre caminho para que grupos desviantes se apropriem e dominem espaços que devem ser usufruídos por todos.

Deste modo, a insegurança é hoje um problema urbano importante. Gera um efeito social muito para além do que vem nos relatórios e nas estatísticas policiais, afeta a comunidade como um todo e condiciona tanto o uso do espaço público como do espaço privado, afetando a qualidade de vida urbana e a coesão social (Machado, 2004).

Neste contexto, a segurança surge como um fator condicionante do uso regular dos espaços públicos, por razões objetivas ou subjetivas, por comportamentos determinados pela psicologia coletiva ou por impulsos coletivos pouco racionalizados. O que significa que a qualidade dos espaços públicos, mais que a diversificada presença de espaços verdes, associada à oferta de habitação digna, está associada ao conforto urbano muito especialmente nas suas dimensões sociais e psicológicas.

A segurança urbana torna-se, assim, uma realidade que incluída nas preocupações de quem atua nos domínios do urbanismo e da gestão urbana. Intervir

na estrutura urbana de modo a construir um ambiente seguro e sustentável, que procure satisfazer as necessidades atuais sem pôr em causa as gerações futuras, é uma exigência incontornável.

Em questões de segurança pública, tivemos em atenção abordar apenas a segurança do ponto de vista da prevenção criminal - no sentido lato das atividades desviantes, que para além dos crimes acumula os atos não considerados propriamente de crime mas sim de transgressão (incivilidades/vandalismo) com propósito agressivo e/ou ofensivo- utilizando o desenho do espaço público como fator inibidor da prática do crime (Gomes, 2007). A par com a pobreza e conflitos étnico-raciais e/ou culturais, a criminalidade nas suas diversas formas é um dos principais problemas socioculturais que ocorrem no espaço urbano. Razão porque não pode deixar de estar presente quando se abordam as questões do urbanismo como instrumento de modelação dos espaços habitados; e quando com isso se pretende a promoção de qualidade de vida urbana.

Não é de hoje, no entanto, a preocupação com a segurança sempre esteve associada à organização das cidades e à configuração formal que as zonas urbanas foram adotando ao longo do tempo, estando presente nos seus processos de configuração espacial. De outra forma e com outra expressão, nas cidades contemporâneas a segurança faz parte do conjunto de questões centrais que não podem deixar de estar presentes nos processos de planeamento e de gestão urbana. Até porque, cada vez mais, a segurança está associada ao normal funcionamento das cidades e ao seu papel de agente económico e cultural.

Independentemente dos seus processos formativos e de evolução, espontâneos ou formais, os aglomerados urbanos e os respetivos espaços públicos, promovem distintos sentimentos de segurança e insegurança. A segurança é um denominador comum das diferentes morfologias que as cidades apresentam; o desenho urbano que lhe está associado deve, por isso, contribuir para que seja o promotor da coesão social. Nas sociedades urbanas contemporâneas a coesão social é um fator importante de qualificação do espaço e da vida das populações e uma condição de normalidade urbana que o urbanismo e o desenho urbano devem considerar de forma muito expressiva.

Quando os espaços públicos se tornam inseguros para quem os utiliza, ou conduzem à criação de situações de insegurança, real ou potencial, é a qualidade de vida urbana que é posta em causa. O que explica que, para a evitar esta situação, é prudente apostar na prevenção, reduzindo os fatores de risco a montante das ocorrências, uma vez que a vulnerabilidade destes espaços gera a ocasião ideal para os delitos de oportunidade⁴ e de atividades transgressoras⁵. Sendo a dinâmica dos fatores ambientais que influi na ocorrência de crimes em espaços urbanos e esta temática tem sido utilizada para a discussão dos componentes racionais da atividade criminosa, assim como para o desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional (Newman, Clarke & Shoham, 1997; Clarke, 1997; Clarke e Felson, 1993).

A investigação entre o crime e o espaço público urbano que se tem vindo a desenvolver tem sido realizada a partir da prevenção situacional do crime e muitas das teorias que agora sustentam o CPTED, e que fizeram desta teoria uma abordagem do crime considerável para os criminologistas ambientais, foram efetuadas por investigadores ligados à prevenção situacional do crime (Clarke, 1995).

Deste modo, a abordagem das questões de segurança associadas ao planeamento urbano e à gestão dos espaços públicos revela-se fulcral para a qualificação urbana e para a promoção das condições que asseguram a qualidade de vida de quem vive e usa as cidades. A relação entre urbanismo e segurança deve ser assegurada pelo planeamento enquanto processo de criação e pela gestão enquanto sistema regulador de uso continuado.

Assim, quando se discute a dialética entre prevenção criminal e o desenho urbano torna-se imprescindível refletir sobre o conceito de espaço público, com vista a sublinhar a necessidade do entender da sua natureza e função, como lugar de exercício e de afirmação da cidadania e de valores tão fundamentais como a liberdade e a segurança. Mesmo que como espaço tangível a sua caracterização seja

⁴ Crimes de ocasião – Comportamentos que têm um custo directo em alguém, e.g. furtos.

⁵ Atitudes transgressivas - Comportamentos com um custo indirecto, que incidem em actos não criminosos, e.g. associados à destruição propositada de mobiliário e equipamento urbano.

bastante diversa, quer ao nível do uso, da função e da sua dimensão, quando a abordagem privilegia a componente segurança e a possibilidade do seu uso seguro.

Face ao exposto, a questão basilar prende-se sobretudo com a segurança pública no âmbito da prevenção situacional da criminalidade, sendo objetivo deste projeto de investigação conducente à dissertação de doutoramento analisar e definir os tipos, natureza, forma de organização, características projetuais e de uso dos espaços públicos e das morfologias urbanas associadas, que contribuem para o seu uso seguro e para a prevenção da criminalidade e das incivildades. Para tal, no presente estudo, optou-se pela aplicação da ferramenta *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) como modelo de referência para análise e avaliação. A escolha deste modelo assenta na sua essência, que se consubstancia como estratégia fulcral para alcançar a segurança, através de técnicas de planeamento da segurança que propiciam medidas concretas de aplicação imediata e a padronização de ações capazes de gerar um clima de consciencialização.

A utilização de uma ferramenta como o CPTED é uma solução possível para problemas de insegurança do utente do espaço público urbano. O CPTED corresponde a um conjunto sistematizado de intervenções no espaço público que envolvem sempre a procura da resposta à intervenção na oportunidade do crime, atuam no medo do crime, invertendo os papéis de quem tem medo, e a mais importante visa proporcionar a qualidade de vida à comunidade. Contudo, alguns autores, como é o caso de Pascoe⁷, defendem que se começa a ter consciência de quanto importante é a gestão do espaço face à continuidade da sua qualidade para o uso e função que desempenham e no Reino Unido começou mesmo a defender-se o acrescentar da letra M de *Management* ao acrónimo CPTED, isto é torna-lo em *Crime Prevention Through Environmental Design and Management* (CPTEDM), como expresso nos cursos apresentados por Pascoe (2008) e promovidos pelo *Building Research Establishment* (BRE) (2008a, 2008b, 2008c).

⁷ T. Pascoe é presidente, fundador e membro da Associação Inglesa DOCA-UK (*Designing Out Crime Association*) - <http://www.doca.org.uk/>

Para o cumprimento deste desígnio pesquisaram-se fontes bibliográficas correlacionadas, de modo a podermos concluir relações existentes dentro do espaço público urbano do ponto de vista físico e ambiental e da violência urbana.

Sobre esta matéria existe abundante bibliografia, abrangendo os múltiplos aspetos sob os quais o espaço público pode ser considerado, nas suas dimensões morfológicas e funcionais (Salgueiro, 1999; Lamas, 2000; Indovina, 2002; Brandão Alves, 2003; Brandão & Ramesar, 2000, 2004; Coelho, 2008; Fadigas, 2010), sociais (Park, Burgess & Mackenzie, 1925; Heitor, 1997, 2007, 2009; Casanova, 2001; Colquhoun, 2004; Gomes, 2007; Machado, 2010b, 2011) e nas suas relações com segurança urbana e as atividades delituosas (Walsh, 1999; Cozens, 2002, 2008; Coetzer, 2003; Shaftoe & Read, 2005; Landauer, 2009; Sousa Lara et al., 2012). Também sobre o medo e as consequências psicológicas nas pessoas e no uso do espaço, tem vindo a ser desenvolvida investigação relevante para a compreensão dos aspetos relativos ao uso seguro dos espaços públicos (Schissel, 1997; Bachman, 1998; Fernandes, 2004; Machado, 2004; Baumer, 2006; Akers, 2009).

Assim, de um modo geral a bibliografia aborda aspetos relativos à violência, criminalidade e direitos humanos, bem como do desenho urbano com vista ao conforto ambiental e uso seguro do espaço público. Do ponto de vista comportamental investiga o comportamento das pessoas, a sua relação com o espaço, com outros indivíduos em função do tempo e das condições de uso do espaço público. Tudo isto por forma a melhorar a qualidade de vida e segurança urbana, onde intervém os aspetos socioeconómicos, a morfologia e a qualidade do espaço urbano e o modo de vida de cada cidadão e da comunidade, vide a figura 1.

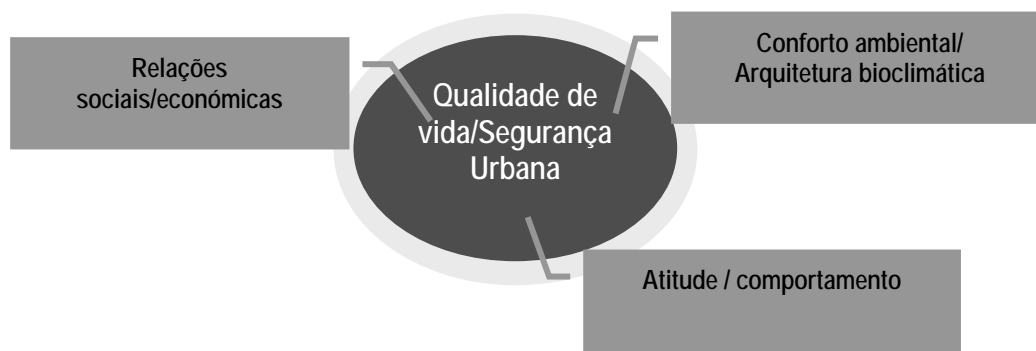


Figura 1 | Aspetos que influenciam a qualidade de vida e a segurança urbana.

1.3. Questões relevantes para a investigação

Organizar uma cidade pressupõe um sistema jurídico, político, económico e social; interdisciplinar, global, interativo e holístico. Inicia-se com a criação de normas jurídicas, passa pelo planeamento, projeto, obra e culmina na gestão dos espaços, corporizando, assim, as soluções e as estratégias urbanísticas vertidas nas normas. As normas são fulcrais para definir as finalidades, os valores, as tipologias dos instrumentos urbanísticos e as diferentes formas de intervenção públicas e privadas.

Contudo, assume-se como igualmente determinante a aplicação efetiva das normas existentes, ao nível dos diferentes planos, estudos e projetos, bem como a sua flexibilidade intrínseca, adaptável à mudança, de forma a gerir e regular, de forma eficaz e operacional, as mudanças que ocorrem no espaço público urbano.

Face ao rápido crescimento das cidades, tem-se vindo a presenciar a incapacidade dos instrumentos urbanísticos existentes responderem de forma adequada e expedita ao ordenamento harmónico, confortável e seguro dos espaços urbanos e muito especialmente dos espaços públicos. Daí a necessidade emergente de novos instrumentos que contemplem a segurança urbana, no enquadramento territorial e urbano, sobretudo quanto ao nível da prevenção da prática de atividades delituosas e criminosas que inibem o uso seguro dos espaços disponíveis que devem ser de franco uso público.

A abordagem estratégica, para a problemática objeto de estudo, visa a valorização deste entendimento do processo de planeamento do espaço público urbano, a sua evolução, a análise crítica e as suas principais não conformidades, i.e. problemáticas e disfunções. Não esquecendo que a problemática em causa é bastante abrangente e foca temas transversais e dotados de campos distintos, designadamente sobre:

- a. As morfologias urbanas e a sua relação com a prática do crime;
- b. Os quadros sociais versus morfologias urbanas;
- c. Os fatores críticos que determinam a segurança e a qualidade de vida;

- d. A sustentabilidade das estruturas urbanas que existem e que queremos;
- e. A importância da comunicação social na percepção da segurança; e
- f. O custo do crime.

Porém, a análise deve ser estabelecida através da:

- a. Caracterização do conceito de espaço público e dos motivos do espaço público como noção em crise;
- b. Caracterização da linha de pensamento CPTED, enquanto linguagem de prevenção criminal através do desenho urbano; e
- c. Informação sobre o quadro normativo e institucional.

Estas são as questões relevantes e essenciais no âmbito da investigação, de modo a podermos avançar com contributos efetivos para a colmatação de falhas vigentes no processo territorial e urbanístico. Tendo em conta que ao urbanismo compete organizar o território, muito especialmente o urbano, para que possa ser apropriado e usado em condições de uso seguro e de promoção de qualidade de vida das populações.

1.4. Objetivos do estudo

A presente dissertação tem como objetivo refletir sobre as relações entre o espaço público urbano e o uso seguro, no sentido de lhe integrar a segurança no quadro de referência da qualidade de vida dos cidadãos. Pretende-se, deste modo, equacionar e definir formas de implementação de medidas práticas de operacionalização, direcionadas para a obtenção de um sistema de planeamento e gestão urbanística mais coerente, integrado e eficaz na resolução dos problemas e apto a lidar com a mudança. Um sistema que tenha em conta as novas dinâmicas sociais urbanas e o seu impacto no uso seguro dos espaços públicos.

A investigação parte da análise crítica das situações que induzem ou facilitam a prática de incividades e comportamentos que conduzem à insegurança urbana. A análise foi realizada mediante pesquisa bibliográfica intensiva e discussão informal com diferentes atores, públicos e privados, intervenientes nos processos de

planeamento e gestão territorial e de segurança urbana. Paralelamente foi feita uma análise crítica sistemática, sobre as situações que contribuem para a insegurança urbana e as suas relações com a organização urbana e a sua funcionalidade.

O planeamento incluindo o projeto dos espaços públicos, e a sua gestão, deve contribuir para a criação de níveis de segurança propiciadores de usos seguros e confortáveis. O que implica integrar e articular o desenho como instrumento conceptual da organização e uso do espaço com as necessidades de quem utiliza os espaços públicos e com os diferentes sistemas de segurança, ativa e passiva.

Com a adoção de soluções ativas facilitadoras do aumento dos níveis de conforto e segurança pretende-se influenciar a decisão comportamental dos potenciais prevaricadores de forma a inibir ou reduzir a prática de atos que afetem a segurança pública. Deste modo, as soluções propostas devem contribuir para gerar uma sensação de segurança e transferir o risco para o lado do ofensor, passando este a estar inseguro. A segurança constrói-se, também, com a criação de situações de ausência de oportunidade, de modo a que aqueles que são a ameaça tenham menos oportunidades de prática de crimes ou comportamentos delituosos.

Ao urbanismo compete criar condições para que a satisfação pessoal, tanto nos aspetos físicos quanto psicológicos seja uma realidade efetiva. O que, nos tempos correntes, significa ter em conta a incorporação da segurança como objetivo e ferramenta de trabalho para atingir os níveis desejados de qualidade e segurança do ambiente urbano. No Reino Unido, por exemplo, foi criado um selo de qualidade, *Secured By Design (SBD)*, que atesta a integração do fator segurança nos projetos de arquitetura e dos espaços públicos, facilitando a intervenção e a ação dos gestores de segurança e com isso contribuindo para o uso dos diferentes espaços.

Com base no instrumento CPTED atrás descrito, propomo-nos analisar a partir da realidade portuguesa a conformidade de alguns modelos de organização urbana e/ou organização de espaços públicos com o seu uso seguro, e a partir daí contribuir para a melhoria dos níveis de segurança urbana, conforme o esquema proposto na figura 2.

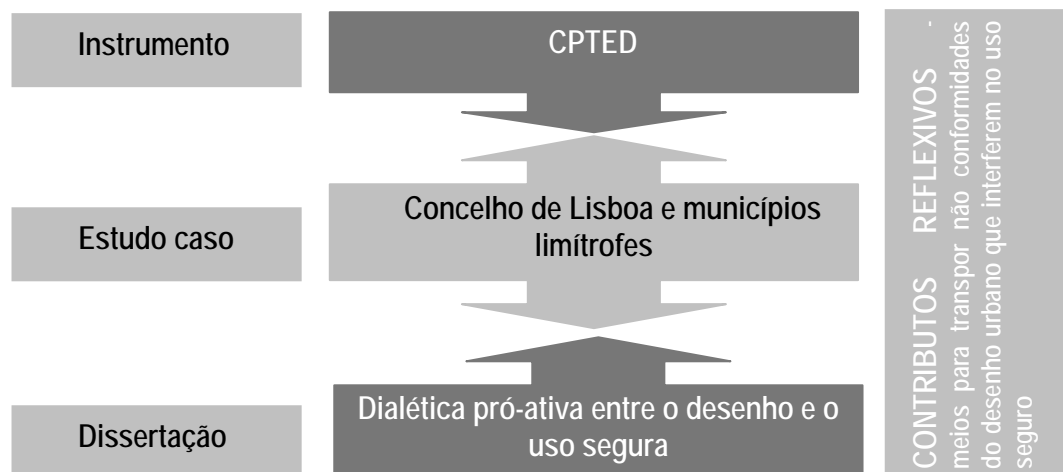


Figura 2 | Estratégia de definição de padrões de qualidade de vida que garantam a segurança urbana.

Almeja-se, essencialmente que o diagnóstico das não conformidades -i.e. das problemáticas, deficiências ou disfunções efetuado- e a definição das medidas conducentes à sua superação constituam um referencial auxiliar e complementar de boas práticas de planeamento urbano, a ser considerado pelas entidades intervenientes no planeamento e gestão urbana, nomeadamente, organizações sociais e instituições públicas, quer central quer local, privadas ou da sociedade civil que intervêm diretamente nas comunidades.

Assim como contributo da dissertação procura-se que os instrumentos legais de ordenamento, planeamento e gestão urbana integrem, de forma ativa, o uso seguro e a segurança urbana como referenciais indispensáveis à promoção da qualidade de vida urbana e da coesão social.

A dissertação desenvolveu-se tendo em conta a obtenção de informação localizada, devido à escassez de dados nacionais relativos ao tema em estudo, que vai surgindo dispersa no tempo. Tal implicou a reformulação de diversos capítulos e respetivos conteúdos, da própria estruturação e das soluções propostas, de forma a se manterem atuais e conforme os dados estatísticos e a legislação em vigor à data da realização da presente tese de dissertação.

No decorrer da investigação foram necessárias prévias análises de conceitos, perspetivas sobre a cidade, o espaço público e a segurança urbana, sem as quais

não seria possível determinar e perceber, de modo concreto, a evolução dos padrões morfológicos urbanos e as suas relações com o tema em estudo.

1.5. Metodologia

No que concerne à sua essência, a investigação corresponde a uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória, a qual pretende gerar conhecimentos para a utilização prática, dirigidos à solução de problemas específicos. A pesquisa exploratória assentou na pesquisa bibliográfica, em entrevistas a pessoas com experiência nas áreas e questões que constituem o tema e a razão de ser da dissertação e no estudo e avaliação de situações e realidades que contribuem para a compreensão dos fenómenos relacionados com a temática em questão (Lakatos & Marconi, 2007).

Um projeto específico de pesquisa aplicada é composto pelo objetivo e/ou justificativa, pela apresentação dos problemas a serem abordados, pelos objetivos a serem alcançados e pela metodologia adotada. Apresentando-se as referências teóricas sobre o tema e a linha teórica evolutiva adotada, expondo-se as hipóteses de pesquisa e as possibilidades de resposta ao problema em apreço.

A dissertação assenta numa pesquisa aplicada que visa a definição de diretrizes para a segurança e prevenção situacional do crime em espaços públicos urbanos, possibilitando a adoção de tais medidas como um manual de boas práticas a serem tidas em consideração pelos diferentes parceiros do processo urbanístico, do sector público e do privado.

No que concerne aos seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, considerando as finalidades e definições da pesquisa exploratória determinados por Babbie (2007) e Theodorson e Theodorson (1970). Tendo sido tido em consideração os seguintes fundamentos:

- a. A aprendizagem é melhor realizada quando parte do conhecido;
- b. Deve-se sempre pretender ampliar o conhecimento; e,

- c. Esperar respostas racionais pressupõe a formulação de perguntas, também, racionais.

A presente pesquisa envolveu essencialmente um exaustivo levantamento tangível de fontes bibliográficas nacionais e internacionais: livros, artigos, dissertações, publicações avulsas de diversa índole em suporte impresso ou disponível na rede *internet*. Bem como um levantamento intangível de dados informais, mas muito úteis obtidos dos diferentes diálogos, trocas de ideias, discussões, debates, com especialistas de sociologia, urbanismo, direito, sobre as temáticas abordadas na presente investigação e muito especialmente com recurso ao apoio disponibilizado pelo Ministério da Administração Interna (MAI), através da Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) e da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Do ponto de vista metodológico, a fase exploratória subdividiu-se em três fases:

1.^a Fase – Definição do âmbito do objeto primordial, questões e temáticas transversais da dissertação, de modo a proceder a uma leitura exaustiva de bibliografia, focando aspetos e visões das mais diversas áreas do saber, direta e indiretamente relacionada com o tema, nomeadamente: Urbanismo; planeamento urbano; instrumentos de gestão territorial, território e sustentabilidade; modelos de desenvolvimento urbano; paradigmas de cidade e formas de organização urbana, planeamento, desenvolvimento sustentável; instrumentos, políticas e programas sobre ordenamento do território e segurança urbana; criminalidade; segurança; sociedade de risco; qualidade de vida; CPTED; globalização; geografia; sociologia; e guias de boas práticas internacionais com base no modelo CPTED, entre outros.

Esta fase possibilitou a análise das principais temáticas e conceitos no âmbito da segurança e prevenção criminal em espaços públicos urbanos, bem como uma perceção da evolução da abordagem a estes temas a nível nacional e internacional, e constitui o quadro referencial teórico da presente dissertação.

A identificação de situações internacionais de boas práticas (*benchmarking*) possibilitam determinar parâmetros, referências, metodologias de planeamento e de

gestão territorial articulando o urbanismo e a arquitetura dos sítios públicos com as políticas de gestão urbana e de prevenção da criminalidade e do vandalismo em espaço público.

2.^a Fase – Posteriormente à consolidação dos conceitos teóricos nas áreas supramencionadas, procurou-se iniciar um quadro referencial programático, efetuando uma caracterização crítica do sistema de ordenamento do território e do sistema de segurança urbana portugueses, designadamente ao nível da prevenção da criminalidade no espaço público urbano e da perceção de segurança associada à imagem da cidade, tendo também sido realizado um estudo caso.

3.^a Fase – Etapa essencialmente crítica e reflexiva, pretende constituir uma súmula da aprendizagem obtida do percurso exploratório e bibliográfico realizado, traduzindo-se num diagnóstico das principais não conformidades, designadamente problemáticas, deficiências e não conformidades do sistema urbanístico, sobretudo no que respeita à morfologia e qualidade dos espaços públicos das cidades em estudo, no âmbito da segurança urbana.

A pesquisa bibliográfica, nas suas diversas vertentes, revelou-se uma essencial e poderosa ferramenta na elaboração da presente tese de doutoramento, contribuindo para a definição da contribuição teórica onde se fundamenta a dissertação.

Na figura seguinte encontra-se a esquematização da metodologia da dissertação nas suas diferentes fases.

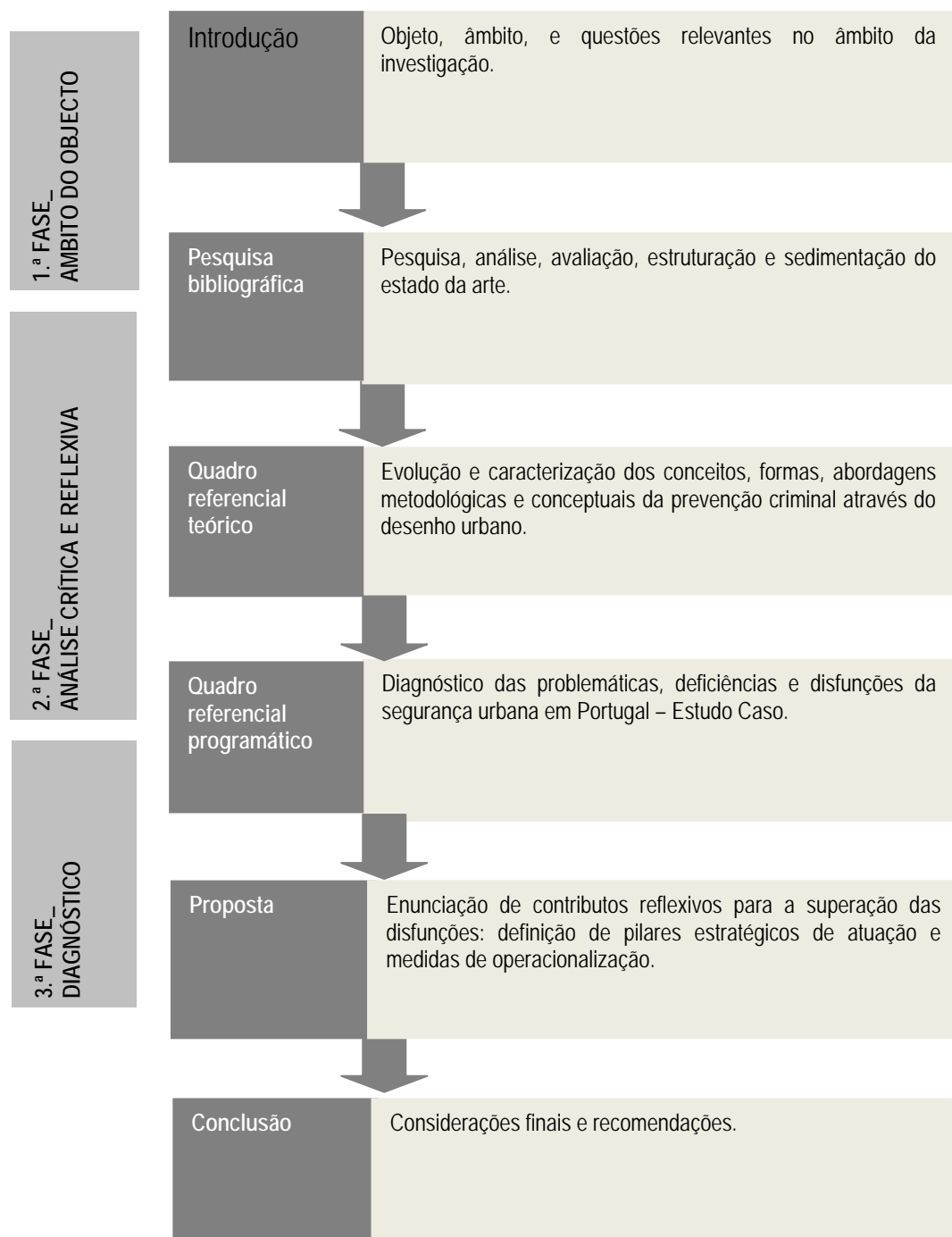


Figura 3 | Metodologia da dissertação.

1.6. Sistematização, estrutura e organização

A dissertação é composta por 7 capítulos, dotados de um encadeamento sistemático e metodológico, possibilitando uma abordagem compreensiva das temáticas exploradas, seguindo um percurso interativo, que parte da fundamentação e conceção teórica para a componente prática e operativa de definição de modelos de intervenção, bem como de sugestões e medidas a implementar. A ordenação proposta converge no sentido de permitir o seu entendimento integrado.

A dissertação é constituída por uma introdução, uma conclusão e três partes: a primeira corresponde aos capítulos 2 e 3, a segunda aos capítulos 4 e 5 e a terceira ao capítulo 6.

- a. O **capítulo 1 – Introdução** – está relacionado com a delimitação e atualidade do tema proposto, sua problemática, propósitos, explicação da metodologia de intervenção e desenvolvimento do trabalho, questões relevantes para a investigação, contributo, sistematização, estrutura e organização do mesmo.
- b. O **capítulo 2 – A cidade face à (in)segurança** – que se inscreve no começo da primeira parte do estudo, aborda os conceitos teóricos e princípios de cidade, urbanismo e espaço público urbano, e o entendimento dos conceitos, possibilitando uma perspetiva integrada dos vários conceitos e perspetivas doutrinárias sobre os mesmos. Nela se abordam os princípios gerais, jurídicos, objetivos e destinatários/utentes da cidade, a sua génese evolutiva, acompanhada de uma breve resenha histórico-evolutiva da cidade e da sua organização. Também, as questões relativas à segurança urbana em Portugal são aqui abordadas, bem como, as questões que, nesta matéria, se relacionam com a qualidade de vida e sentimento do medo no espaço público urbano face ao crime e outras atividades delituosas.
- c. O **capítulo 3 – O desenho urbano e a prevenção do crime** – aborda a descrição conceptual dos paradigmas de prevenção criminal através do desenho urbano, enquanto instrumento de modelação espacial. Neste capítulo se descreve a abordagem estratégica e se apresentam os modos da sua utilização

na prevenção criminal, por contraposição a outras metodologias. São igualmente descritas as fases do processo de prevenção criminal através do desenho urbano realizando o enquadramento e o balanço reflexivo da estratégias e aplicação dos princípios do CPTED, a importância dos *media*, bem como, algumas considerações acerca do sistema de segurança e da criminalidade no espaço público urbano e do custo associado ao crime.

- d. **O capítulo 4 – Segurança e espaço público na área metropolitana de Lisboa** – a partir do enquadramento, demográfico e morfológico da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes com continuidade territorial (Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures), identificam-se as condições para a segurança dos respetivos espaços públicos, bem como o posicionamento da cidade perante o contexto internacional. Propõe-se neste capítulo um sistema de avaliação e diagnóstico, para organizar as principais ideias sobre a prevenção criminal, procedendo-se ao reconhecimento das deficiências geradoras das disfunções e do respetivo tipo de enquadramento e à realização de um estudo caso com base na análise e interpretação da informação obtida a partir da base de dados da PSP, para o período compreendido entre o ano 2008 e 2010, relativa aos crimes contra o património registados, em espaço público urbano, nos concelhos de Lisboa e nos concelhos confinantes em apreço.
- e. **O capítulo 5 – Morfologia, qualidade do espaço e fatores de gestão da segurança urbana** – neste capítulo procede-se à caracterização do sistema de segurança urbana tendo o desenho urbano como elemento preponderante na prevenção da criminalidade, focando de igual modo, as conexões que se estabelecem entre os vários paradigmas de prevenção da criminalidade em espaço público urbano. Também, neste capítulo, a partir da interpretação da investigação feita, se procede à reflexão sobre os fatores que constituem o caminho para a mudança imprescindível para superar as fragilidades da realidade atual em Portugal, de modo a alcançar os níveis de segurança urbana que devem ser resposta aos desafios que uma cidade enfrenta em termos de segurança urbana.

- f. **O capítulo 6 – Estratégia de ação para um uso seguro** – Neste capítulo, procurou-se definir medidas concretas direcionadas para a criação de condições de segurança urbana e de uso seguro do espaço público urbano. Essa metodologia incide no estabelecimento de pilares estratégicos de ação e em medidas de operacionalização prática a implementar.
- g. **O capítulo 7 – Conclusão limitações e recomendações** – apresenta as principais conclusões limitações e considerações, bem como a súmula dos contributos para futuras práticas com vista ao controlo da prevenção criminal através do desenho urbano como inibidor do crime.

PARTE I

2 | A CIDADE FACE À (IN)SEGURANÇA

"A cidade. Os modernos quase que completamente esqueceram o verdadeiro sentido desta palavra: a maior parte confunde as construções materiais de uma cidade com a própria cidade e o habitante da cidade com um cidadão. Eles não sabem que as casas constituem a parte material, mas que a verdadeira cidade é formada por cidadãos."

Jean-Jacques Rousseau in *O Contrato Social*⁹

2.1. A cidade

O conceito de cidade ultrapassa a dimensão material e objetiva consubstanciada no espaço físico e no elemento de suporte de atividades urbanas¹⁰. Ela assume-se como uma realidade multifacetada e abrangente, em constante mutação e evolução, onde *“coexistem actividades diversificadas com história e origens diversas associadas a modos de vida e de uso do tempo e do espaço muito diferentes”* (Fadigas, 2010, p.19).

A cidade, também, pode ser entendida como a intervenção mais radical do homem na paisagem. Pode ser compreendida como a síntese da civilização, cujo modo de vida permeia não apenas a sua estrutura, mas toda a sua região de influência, moldando um mundo urbano além das suas fronteiras. A cidade é o lugar onde o homem pode desenvolver melhor as suas faculdades intelectuais, dada a coexistência plural de grupos sociais; sendo assim, um lugar onde se pode

⁹ A obra *“O Contrato social”*, publicada em 1762, propõe que todos os homens façam um novo contrato social onde se defenda a liberdade do homem baseado na experiência política das antigas civilizações onde predomina o consenso e dessa forma se garantam os direitos de todos os cidadãos.

¹⁰ Entenda-se como atividades urbanas por exemplo o trabalho, o estudo, o lazer, as compras, entre outras ações que se realizam numa zona caracterizada pela edificação contínua e a existência de equipamentos sociais destinados às funções urbanas básicas, como habitação, trabalho, recreio e circulação.

exercitar de forma ampliada a escolha de um modo de vida mais diverso e, consequentemente, a liberdade.

Autores, como Mumford (1964), Chueca-Goitia (1982), Argan (1993), entre outros, viram na cidade não só uma das mais perfeitas invenções humanas como o ambiente propício à criação e ao desenvolvimento humano; mas também é numa perspectiva mais territorial e administrativa, um centro urbano cuja “*organização política lhe permite assumir a liderança de uma região*” (Costa Lobo, 1999, p. 13).

De acordo com Ascher (2010, p.21) a cidade e a sociedade funcionam numa correlação estreita, porque, desde a sua origem a existência de cidade implica “*uma divisão técnica, social e espacial da produção e implica trocas de natureza diversa entre aqueles que produzem os bens manufacturados (os artesãos), os bens simbólicos (os padres, os artistas, etc.), o poder e a protecção (os guerreiros).*” É no processo da urbanização que se geram as dinâmicas que conduzem à “urbanidade”, à estruturação social e aos fenómenos e fatores que concorrem não só para a coesão social e identidade coletiva mas também para a ocorrência das condições e de causas associadas à fratura social que a criminalidade e delinquência constituem.

Contudo, para Salgueiro (1999, p.12) deve-se: “*entender a cidade como forma de organização da superfície terrestre, como uma estrutura espacial que representa um grande avanço das sociedades humanas no seu controlo do ambiente, implica proceder em duas escalas de análise.*” A escala que a autora designa de menor dá prioridade ao campo de interação em que as cidades são pontos numa rede de fluxos - onde convém, estudar as especificidades das redes, os movimentos que nelas ocorrem, a função que os vários lugares realizam entre uns e outros e às correspondentes regiões tributárias. Por outro lado, a escala designada por maior, consiste no estudo da cidade do ponto de vista da organização interna das suas aglomerações e busca compreender as propriedades das várias áreas e a sua ação no todo. É, neste contexto, ao nível da escala maior, que incide o estudo sobre a cidade e o seu uso seguro.

Por isso se revela importante clarificar o conceito de cidade no âmbito desta investigação. A diversidade das situações urbanas do ponto de vista espacial e funcional, pode enunciar diversas dimensões desde as grandes cidades aos pequenos centros de reduzida dimensão populacional e funcional. Neste sentido, se explica como alternativa à designação de cidade o uso de expressão “centro urbano” expressão que se evidencia mais neutra que o termo cidade (Salgueiro, 1999). O que na prática significa que a cidade como uma forma de povoamento associada à ocupação e uso do território por parte dos seus habitantes em diferentes momentos históricos. Caracteriza-se como uma entidade diferenciada pela sua dimensão e densidade onde se desenvolve um conjunto significativo e diversificado de atividades e onde se determina um modo de vida aos habitantes, por comparação em oposição ao mundo rural.

Apreciando o facto de, há mais de 80 anos, o modo de vida urbano se alastrar a todo o território, nos nossos dias com as *novas* Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) e facilidade de acesso viário alteraram-se tanto as condições urbanas como as relações cidade/campo. Sobre este aspeto Salgueiro (1999, p.27) refere “*A difusão do modo de vida urbano que se afirma como dominante leva ao desaparecimento do rural «puro». (...) Depois de séculos em que a cidade foi um pólo de concentração, assiste-se actualmente à inversão desta tendência, devido à importância das forças de desconcentração, e o urbano existe para além de quaisquer limites que se pretenda fixar.*”

De facto as relações entre a cidade e o campo, tão importantes para o pensamento urbanístico e social do século XIX, têm-se alterado de forma contínua, difundindo-se o urbano como cultura e matriz comportamental. Este processo marca os tempos de hoje e condiciona o uso e a fruição dos espaços que as cidades disponibilizam; mesmo o retorno à natureza parece ser um percurso do urbanismo contemporâneo (Fadigas, 2010).

Parafraseando Ascher (2010, p.22): “*A história das cidades foi assim ritmada pela história das técnicas de transporte e armazenamento de bens (b), de informações (i) e de pessoas (p). Este sistema de mobilidade, a que chamamos “sistema bip”, está no centro das dinâmicas urbanas, da escrita à internet,*

passando pela roda, a imprensa, o caminho-de-ferro, o telégrafo, o betão armado, (...). O crescimento horizontal e vertical das cidades tornou-se possível pela invenção e aplicação destas técnicas.”

Contudo, não podemos deixar de considerar que nos dias que correm as cidades carecem da promoção da sua identidade e das suas qualidades para poderem diferenciar-se e afirmar-se, tal como já referido (Brandão, Carrelo & Águas, 2002). Assim, *“A cidade – cada cidade alargada – terá que ser assumida tal qual hoje ela é, com a sua real expressão territorial, com as suas continuidades, mas também com os seus fragmentos e vazios, com as suas periferias mais próximas, com as suas diversas formas e funções”* (Carvalho, 2003, p.241).

Na identificação das cidades é a componente demográfica, que estatisticamente se constitui como o critério mais amplamente utilizado e que *“conta como urbanos os residentes em lugares ou circunscrições, administrativas ou censitárias, a partir de um determinado limiar populacional, independentemente destas áreas serem ou não apelidadas de cidades”* (Salgueiro, 1999, p.28). Este é um critério que, para a maioria das análises, nomeadamente de matriz geográfica se pode revelar suficiente mas que, de uma perspetiva urbanística é insuficiente. As componentes naturais e sociais a sua importância e dimensão demográfica e funcional determinam não apenas o espaço que ocupam e o modo como se estruturam e organizam como, também, o modo como as pessoas as vivem e usam.

Sobre isto, Ribeiro (1969) questiona a simples utilização do quantitativo populacional enquanto critério de identificação das cidades. Em termos de estatuto, uma cidade grande não nos suscita qualquer dúvida ao nível da sua classificação como aglomerado urbano, o mesmo já não sucede nos escalões mais baixos da hierarquia dos centros urbanos; mas não deixa de se ficar por leitura meramente geográfica.

Do que se pode retirar que, do ponto de vista funcional, mais que a dimensão, importa considerar que a cidade é acima de tudo um conceito que traduz um modo de estar no território, de o organizar e viver, e ao qual se associam comportamentos

e modos de vida próprios. A dimensão, desta forma, torna-se menos relevante que as dinâmicas comportamentais.

Em suma, a *“dimensão e a capacidade de atracção dos centros mais pequenos, aliada à diversidade característica do meio urbano, acaba por refletir-se no próprio estilo de vida, embora a difusão do urbanismo (no sentido dado à palavra por L. Wirth, 1938) tenda progressivamente a esbater estes contrastes e a difundir em numerosas vilas e mesmo algumas aldeias os hábitos de vida e os padrões de consumo até há pouco característicos das cidades”* (Salgueiro, 1999, p.33), ou até mesmo dando origem a modelos e a gramáticas urbanas próprias às quais correspondem comportamentos e estilos de vida que marcam a urbanidade nos diferentes sentidos (Levy, 2005; Fadigas, 2010).

Atualmente a cidade é *“um mosaico diversificado de paisagens construtivas, onde se combinam núcleos de longa maturação histórica e social, “afeiçoados à escala do indivíduo”, com urbanizações de grande densificação e “desumanizadas”, em que a incessante busca de rendibilização económica do solo, secundarizou a importância do bairro, espaço público e dos serviços de proximidade no quotidiano dos residentes”* (Simões, 2008, p. 113).

2.2. O espaço público

O conceito de espaço público ultrapassa a noção material e objetiva consubstanciada no espaço físico e no elemento de suporte das ações humanas. Assume-se como uma realidade multifacetada e abrangente, em sistemática mudança e evolução e considera-se a que possui dois níveis de interpretação: um enquanto lugar da ação política e de expressão de modos não identitários, e outro como lugar por excelência de comunicação, de encontro, de democracia e de encontros, onde se cruzam e misturam culturas, experiências e vontades coletivas, isto é *“lugares de encontros multi-sociais.”* (Narciso, 2009, p.265).

Contudo, o que define a cidade é o conjunto de situações e de componentes que organizam o seu espaço público, as vias de tráfego, as áreas pedonais e de estadia,

os espaços verdes, os equipamentos, os elementos gráficos e o mobiliário urbano, os valores simbólicos e identitários (Brandão Alves, 2003; Fadigas, 2010), ou como o entende Indovina (2002) “*o espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade (...)*”.

A ideia de que as cidades possuem uma competência pública, é bastante antiga, e definiu-se completamente na Antiguidade Clássica com a cultura grega. Para os gregos, a *ágora* era o espaço que, inserido na *pólis*¹¹, representava o espírito público ambicionado pelo povo e onde se exercia a cidadania.

Porém, ao longo da história, em vários momentos perdeu-se a definição inequívoca do limite entre os espaços públicos e privados. As cidades europeias medievais construíram-se através de uma constante apropriação da terra pública e da definição desordenada de ruas, normalmente estreitas e insalubres. Por desagregação da morfologia romana, nuns casos; por necessidade de aproveitar o espaço disponível, sempre pouco, no interior dos espaços muralhados.

Tal condição repetiu-se, de modo geral, até o aparecimento no séc. XIX do urbanismo sanitarista, que marcou um modo de entender o uso do espaço e as relações entre volumes e vazios. Estas operações adequaram o desenho das áreas públicas com enfoque para as grandes avenidas, que se destacam na definição da paisagem urbana como é o caso das intervenções em Paris, por ação de Haussman e em Barcelona com o plano Cerdà. Contudo, o urbanismo só a partir do início do séc. XX é que passou a representar uma nova leitura da ideia de público.

De acordo com Serdoura (2006, p.149): “*A interacção entre a forma urbana e o comportamento humano pode ser concordante ou conflituosa com as exigências humanas da vida urbana, mas não pode ser delas separada. As alterações e substituições das actividades humanas relacionadas com o uso do espaço são consequência da percepção individual e social sobre esse espaço, mas é distinta em cada caso.*”

¹¹ A *pólis* era o modelo das antigas cidades gregas e devido às suas características, o termo pode ser usado como sinónimo de cidade.

Porém, Brandão Alves (2003), acrescenta que da análise comparada dos espaços públicos, que caracterizam áreas urbanas de diferentes períodos e estilos de formação e transformação da cidade, evidenciam grandes diferenças entre elas e entre as possibilidades de ocupação e uso que os espaços propiciam aos cidadãos.

Isto é, os espaços públicos podem ser definidos como: espaços de circulação com diferentes tipologias, nomeadamente como rua ou praça (i. é podem ser espaços de lazer e recreio); espaço de contemplação (como é o caso de um jardim público) e; espaço de preservação e/ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). Encontrando-se estes locais, dotados do direito total do cidadão poder entrar e sair, estar e usá-los, de forma que as muitas apropriações representem cada uma delas configurações do espaço numa transitória identidade que se multiplica por cada um dos utilizadores. O que significa que se não podem dissociar os espaços de quem os usa, havendo que *“relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de forma a analisar as mudanças culturais e da vida urbana que as pessoas promovem individualmente e em grupo, já que são essas mesmas mudanças que produzem novas necessidades e novos espaços”* (Serdoura, 2006, p.150).

Mas existem outros que Augé (2009) define como os não-lugares. Isto é, *“um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar”* (Augé, 2009, p. 67). Alguns vazios urbanos são isso, como são os nós de articulação de bairros e unidades morfológicas que em si não reúnem capacidade urbana de organização espacial nem funcional.

2.3. O desenho urbano e os espaços públicos

A cada espaço público está associado um determinado desenho urbano, que obedece a um método genérico que possibilite maleabilidade para adaptar em simultâneo à continuidade espacial e edificada que estabelece cidade.

A partir da análise e do estudo das cidades medievais, Sitte (1843-1903) desenvolveu conceitos de desenho urbano com base na praça, a qual surge como uma forma de restituir a qualidade de vida às cidades em expansão por efeito da revolução industrial e do desenvolvimento económico e demográfico. Sitte considerava que os espaços abertos, fora de um contexto urbano bem definido desintegrava tanto a arquitetura como a compreensão do espaço, criando com isso sensações de insegurança. A perda de importância do espaço público urbano como referencial de uso deve-se à valorização do espaço privado e ao desconforto que a perda da proporção humana dos edifícios e dos espaços e a degradação do espaço público acarretam.

A noção do conceito de rua está em crise, porque a rua tradicional tem sido alterada pelo crescimento massivo dos transportes, públicos e privados, pela pressão de uso e alteração das relações e proporções entre espaço livre e espaço construído (Brandão Alves, 2003). Estamos perante uma mudança de arquétipo cujo modelo de planeamento dos novos espaços urbanos em conjugação com tipos de espaços urbanos pré-existent (tais como as ruas, as praças, entre outros) conduzem eventualmente a novas morfologias e funcionalidades, a novas disponibilidades de uso e oportunidades comportamentais.

A consciência da importância da escala dos espaços, basilar no que concerne aos princípios do desenho urbano, tem conduzido a continuada investigação sobre a matéria urbana, quarteirões e conjuntos edificados, e a suas potencialidades tipológicas (Alexander, 1977; Hillier, 1996; Marat-Mendes, 2007; Serdoura, 2007).

Não obstante o facto de ser possível constatar que existem enormes discrepâncias entre os espaços públicos e entre as possibilidades de ocupação e uso que estes oferecem aos cidadãos, é clara a existência de três dimensões de espaço público (morfológica e tipológica, funcional e ambiental) identificadas a partir das relações e interações entre o espaço urbano e quem o usa (Serdoura, 2007).

Atualmente, a avaliação dos espaços públicos urbanos, tem a ver com a sua distribuição, disposição e configuração, com a morfologia urbana onde se integram e os elementos que os compõem: envolvente edificada ou não, distribuição

funcional, tratamento do solo e pavimentos, vegetação, mobiliário urbano, serviços e instalações, sinalética, iluminação, e elementos arquitetónicos isolados.

Pelo exposto, é possível apurar que os espaços públicos são realidades diversas entre si, na dimensão, na forma e na funcionalidade. Constatando-se o facto de predominantemente a superfície ocupada pelos espaços atuais ser mais do dobro da área ocupada pelos espaços públicos tradicionais. Assim, tendo em consideração que o desenho urbano tem como propósito beneficiar a qualidade de vida dos cidadãos, esta mesma preocupação deveria refletir-se na qualidade ambiental dos espaços públicos urbanos, o que de facto nem sempre acontece.

Em Portugal a rua é, com os largos e as praças que com ela constituem o sistema aberto de circulação e de relações urbanas, um espaço de encontro social e de animação urbana. Seguro quando usado e tendencialmente inseguro quando as pessoas deixam de o usar de forma consistente e contínua.

Assim, num período em que a vivacidade do ordenamento urbano em Portugal está a ser assinalada pelos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais, estas ações deverão aproveitar a ocasião para potencializar o objetivo fulcral de (re)qualificação do espaço público urbano, conhecendo-se profundamente a sua identidade, possibilitando o desenvolvimento de percursos urbanos seguros. O que inclui a rua neste entendimento de espaço público privilegiado que deve garantir tanto um usufruto pedonal reforçado pelas vizinhanças alargadas, como pela ligação pedonal entre os vários bairros e espaços da cidade (Coelho, 2011).

O espaço público urbano é o resultado de dois modos distintos de ação: um projeto fundamentado num programa concreto ou, por outro lado um uso continuado traduzindo apropriação, informalidade e domínio da função sobre a forma.

A necessidade de refletir sobre esta questão tem a ver com a necessidade de posicionar os espaços públicos urbanos, como fatores e instrumentos de qualidade de vida. Isto significa que a atitude programática e a decisão política são, nesta matéria, aspetos tão importantes como o desenho urbano que formata o espaço e

lhe molda as características formais que determinam, facilitam ou condicionam o seu uso (Brandão & Remessar, 2000).

Contudo, a importância dos espaços públicos no quadro da vida urbana, ainda está distante de ser suficiente. Na generalidade os novos espaços têm ignorado os princípios de sustentabilidade e são inadequados às necessidades e aos modos de vida atuais, e aos desafios novos que o seu uso suscita. De um modo geral esses espaços apresentam barreiras físicas, visuais e sociais que impedem o acesso, manifestam pouca articulação entre espaços e demonstram intervenções urbanisticamente desajustados e/ou dissonantes. O que conduz à sua deficiente utilização, ao seu abandono, a níveis reduzidos de manutenção e à sua disponibilização para usos inseguros e delituosos. Do que resulta, nestes termos, em fatores de insegurança urbana.

Se atualmente a noção de espaço público, face à qualidade, está em crise, isso revela que estamos perante uma cidade que, por estar fragmentada *“não é democrática, não valoriza suficientemente os outros, não produz paisagens globais.”* (Portas, Domingues & Cabral, 2003, p.225); consequência desses espaços terem sido postos em causa pelas práticas sociais, urbanísticas e económicas.

A discrepância entre o uso e a oferta dos espaços públicos urbanos de qualidade agrava-se, quando os meios sugeridos pela oferta começam a ser menos atrativos que a potencial procura de outros espaços opcionais. Mesmo quando são objeto de ações de qualificação no sentido de lhes devolver importância urbana e funcional, nem sempre isso acontece, por degradação anterior, o seu uso perdeu interesse e importância.

Contudo, é de relevar os princípios básicos de cidadania e da relação à essência do conceito do processo da construção urbana dos quais fica claro que *“a função de integração e de aprendizagem da cidadania não pode ser eficazmente cumprida a partir do esvaziamento dos espaços públicos urbanos existentes e da lógica política e técnica que tem imperado na criação dos novos”* (Gonçalves, 2005, p.127).

Em suma, para o cumprimento dos objetivos da dissertação, em apreço, é relevante a questão da gestão de comportamentos a partir da análise da morfologia do desenho urbano, pretendendo alcançar a condição de prevenção da criminalidade ou de atividades transgressoras, minimizando ou acabando com as disfunções, isto é não conformidades da morfologia do respetivo desenho urbano, que impulsionam a vulnerabilidade dos mesmos.

Deste modo, podemos alcançar um determinado arquétipo, que funcionará como mecanismo estruturante que nos possibilitará a criação da base para um guia de conformidades para aplicação no desenho urbano, que nos garantirá a dialética pró-ativa entre o desenho e o uso seguro dos espaços públicos.

Na gestão da vulnerabilidade dos espaços está a essência da condição geradora do conforto e segurança dos utilizadores, e no desconforto dos infratores para a prática do crime ou até mesmo de incivildades.

Para tal, é importante desmistificar os fatores urbanos que promovem o dualismo insegurança/medo, designadamente os que estão associados à própria morfologia do desenho urbano e respetivo ambiente, que são promotores do desconforto do cidadão.

2.4. A evolução do espaço público na organização da cidade

A evolução histórica do espaço público, a nível internacional, dita-nos uma vasta variedade de tipos distintos, de fronteiras bem definidas, inseridos ou desviados dos modelos de localização estratégica. Em tempos passados “*Num mundo pouco seguro as cidades medievais refugiavam-se atrás de muralhas e organizavam-se em corporações à volta da praça do mercado, das atalaias e dos campanários, expressando espacialmente, numa muito grande imbricação, as solidariedades e dependências que caracterizavam as populações citadinas no seio das sociedades feudais. Mais tarde, o desenvolvimento das sociedades modernas foi progressivamente imprimindo novas lógicas à concepção e ao funcionamento das cidades*” (Ascher, 2010, p.22).

Para o homem, os espaços públicos e as cidades onde se integram encantam pela sua variedade, eventos, possibilidades de escolha e uma intensa estimulação que muitos indivíduos consideram um *background* desejável para as suas vidas. Por um lado proporcionam opções que nenhum outro enquadramento social permite, por outro lado, a qualidade de vida nos centros urbanos tem sido cada vez mais questionada. Uma vez que têm surgido problemas a vários níveis como na habitação, no trânsito e no transporte, na segurança, no lazer, no urbanismo, na preservação ambiental entre outros fatores, que têm contribuído para a deterioração da qualidade de vida e da população dos centros urbanos.

O espaço público é o sítio por excelência da e na cidade pois identificamo-la mediante as características do espaço público. É através do espaço público que caminhamos e conhecemos a cidade, sendo esta perspetiva defendida por Indovina (2002), o qual chega, inclusivamente, a definir o espaço público como a própria cidade, por de um modo geral constituir um importante aspeto de identificação, quer seja através da ostentação de símbolos, quer pelo lugar de encontro, de socialização, onde os habitantes da cidade se exprimem mediante a manifestação da expressão de grupos sociais, culturais e políticos.

Na mesma linha de pensamento de Indovina a cidade, como lugar por excelência de sociabilização, para Borja (2003, p.29) é considerada como um espaço público: “*é a cidade no seu conjunto que merece a consideração do espaço público (...)*”.

Porém, para Castro (2002), na perspetiva sociológica a terminologia “espaço público” indicia certa complexidade, a começar pelo próprio termo¹⁵, isto para além do que se inscreve no conceito. Para a autora o espaço público no seu conceito pode ser visto a partir de duas visões opostas: Por um lado, pelo regresso em grande dos espaços públicos como elementos fulcrais dos projetos urbanos, inseridos em projetos de renovação urbana; por outro, pelo esquecimento da sua

¹⁵ Castro (2002) questiona se o termo deveria ser utilizado no plural ou no singular, ou se é correcto designar espaço público ou “espaço do público”.

dimensão pública pode estar na origem da crise de coesão social e de crise de cidadania que atualmente existe.

Cada vez mais, o termo “espaço público” surge como o *locus* de um apoio à investigação transversal às diferentes ciências, promovendo fluentemente novos paradigmas. O espaço público urbano consubstancia diferentes perspetivas de abordagem e de análise, desde o nível de desenvolvimento da sua estrutura, função, projeto, passando pelo seu carácter semântico e social. Como tal o espaço público urbano reúne diferentes significados e dimensões que isoladamente não se verificam, e considera-se que é aquele espaço que dentro do território urbano e de uso comum e de posse coletiva, domínio do poder público e encerra em si o espaço da ação política (Serpa, 2004).

De acordo com Narciso (2009), no fundo a promoção do espaço público como ponto de partida para os grandes projetos de renovação urbana, está associada a estratégias de promoção da cidade, com base no marketing, apenas dotado de uma formalização ocasional e particular que lhe confere o uso diferenciado. Apesar do urbanismo ser o primordial apto na mudança, também, é o mais importante incitador de acumulação de capital. Ao invés do urbanismo em que os espaços públicos são simples resquícios da urbanização, estes deveriam determinar, traçados das malhas e estruturas urbanas.

Para a autora, o capitalismo descobriu no urbanismo um novo modo de reprodução do capital, refletindo lugares com uma nova especialidade, dimensão e configuração. Narciso (2009), refere ainda que para alguns autores (Harvey, 1992; Preteceille, 1988; Santos, 1996; Dantas, 1997), especialistas do planeamento urbano, a partir dos anos 90, na base anterior do planeamento (regulatório), o espaço era tido como um recurso a ser trabalhado com objetivos sociais e hoje em dia é visto como dimensão livre e autónoma, a ser moldada de acordo com princípios estéticos.

Enfim, é tarefa árdua determinar uma definição absoluta e única de espaço público, por existirem diversas faces que se interligam. Porém, o espaço público é um lugar aberto, de acesso ilimitado, elemento estruturante e determinante do

tecido urbano e elo de separação e ligação de diversos caminhos e lugares, em simultâneo aos seus atributos como sítio de passagem e de estadia, edificado por diversos atores, quer na sua forma física quer vivencial.

Atualmente, o espaço público urbano, enquanto ponto estruturante na malha urbana, apresenta um vasto leque de tipologias, com naturezas e especificidades próprias da cidade europeia e das cidades de outros continentes, com destaque para a diversidade tipológica das cidades americanas. Refletidas por Brandão Alves (2003, pp.45-49) no quadro seguinte:

TIPOLOGIAS DE ESPAÇO PÚBLICO URBANO CONTEMPORÂNEO	
TIPO	CARACTERÍSTICAS
RUAS	
Ruas exclusivamente pedonais <i>Pedestrian mall*</i>	Ruas encerradas ao tráfego motorizado, mais frequentes nas baixas das cidades; provisão de elementos complementares ao movimento pedonal – rampas, plantas, bancos, quiosques, telefones públicos, esplanadas, entre outros.
Percursos /eixos pedonais <i>Pedestrian sidewalks*</i>	Segmentos da cidade onde as pessoas se movem a pé. Na Europa estão muito associadas aos caminhos, passeios e <i>nuances</i> do antigo “passeio público”.
Ruas dominantemente monitorizadas <i>Transit mall*</i>	Ruas coletoras, com forte implementação de tráfego automóvel. Ligação fácil do centro da cidade às restantes partes ou entre estas. Coexistem as faixas <i>bus</i> e as faixas <i>lane fire</i> .
Ruas de tráfego restrito <i>Traffic restricted streets</i> <i>Town trails*</i>	Ruas usadas como espaço público aberto, muitas vezes arborizadas. Restrições ao acesso de veículos versus prioridade aos peões. Partes da cidade articuladas através de (novos) tramos integrados. Uso planeado de ruas e espaços abertos para a reestruturação da malha urbana e para a educação ambiental (especialmente nos E.U.A.).
PRAÇAS / LARGOS	
Praças / pracetas <i>Squares and plazas*</i>	Frequentemente associadas ao desenvolvimento histórico dos centros das cidades. Resultam de formas de planeamento, da concentração de atividades não habitacionais junto aos edifícios mais importantes, ou do simples encontro de ruas. Desenvolvimento e manutenção a cargo do poder público.
Pequenos largos	Em geral resultantes do necessário desafogo entre edifícios ou do encontro de ruelas ou caminhos. Adquirem frequentemente um carácter semipúblico pela grande articulação a unidades tipológicas.
<i>Corporate plaza*</i>	Praça desenvolvida como parte integrante de novos edifícios de escritórios e/ou comércio, destinada à utilização do público, em geral. Incrementadas na baixa das cidades e no desenvolvimento de parques de serviço, suburbanos. Construção e manutenção, geralmente a cargo dos proprietários e dos gestores dos complexos edificados.
MEMORIAIS	
Espaços de homenagem ou de celebração <i>Memorial*</i>	Espaços/ recintos públicos que memorizam acontecimentos ou personagens de importância local, regional ou nacional.
MERCADOS E FEIRAS / ESPAÇOS COMERCIAIS	
Largos de mercados e de feiras <i>Farmer's markets*</i>	Espaços abertos ou ruas ocupados por mercados ou feiras permanentes, periódicos ou sazonais, onde hoje se admite uma maior diversidade de produtos. <i>Nota:</i> Este tipo de atividades mercantis pode também acontecer nas ruas e seus alargamentos (caso de Portugal), nas praças, nos parques, jardins e área de estacionamento.
<i>Atria / indoor marketplaces*</i>	Espaços interiores privados, desenvolvidos na forma de grande átrio interior: corredor pedonal ou praça, encerrados em si. Em muitas cidades inserem-se no sistema de espaços abertos. Desenvolvimento e manutenção privados, inseridos nos complexos edificados comerciais e de serviços.
Centros / núcleos comerciais centrais <i>Marketplace / downtown shopping center*</i>	Áreas interiores, comerciais, privadas, muitas vezes resultantes da ocupação de edifícios reabilitados ou de novos edifícios plurifuncionais. Podem incluir espaços

	exteriores, articulados aos espaços interiores. Desenvolvimento e manutenção privados, inseridos nos complexos comerciais ou plurifuncionais.
ESPAÇOS VERDES	
Parque urbanos <i>Publics parks*</i>	Menos formais, habitualmente enquadram-se nos sistemas de espaços abertos; pela sua dimensão, apresentam forte expressão na área da cidade. Desenvolvimento e manutenção de natureza pública; normalmente localizados perto do centro da cidade. <i>Nota:</i> Existem outras expressões inglesas para este tipo de espaços, os quais se diferenciam sobretudo pelas suas dimensões e localização na cidade – <i>public/central park</i> e <i>downtown park</i> ; os segundos podem ser tradicionais ou históricos ou resultantes de novos projetos para espaços abertos.
Jardins	Espaços mais formais, de dimensões variáveis, frequentemente envolvidos por edifícios ou localizados nas marginais dos rios ou de mar, especialmente memorizados pelas espécies animais e vegetais e pelos elementos lúdicos (fontes, lagos, parques infantis, etc.), destinam-se à utilização nas áreas duras. <i>Nota:</i> A estes espaços correspondem também os designados pela expressão inglesa <i>mini/vest-pocket park</i> .
<i>Commons*</i>	Grandes áreas verdes desenvolvidas, em especial, nas primeiras cidades novas inglesas. Os mais informais constituíram área de pastoreio, numa primeira forma. Hoje são utilizadas para atividades de lazer.
<i>Neighborhood park*</i>	Espaços abertos criados em áreas residenciais; desenvolvimento e manutenção pública integrantes do sistema de espaços públicos abertos ou dos novos complexos residenciais. Não sendo destinados ao “verde” ou à polivalência, incluem, muitas vezes, recintos para recreio e desporto, que acabam por absorver, erroneamente, todo o espaço.
Recintos / Pátios <i>Playground / Schoolyard*</i>	Área de lazer nas unidades de vizinhança. Frequentemente incluem o equipamento tradicional de diversão (mesmo para adultos) ou ainda formas inovadoras de ocupação dos tempos livres (ex.: <i>Adventure Playgrounds</i> – U.S.A., e <i>schoolyard</i> , de utilização comunitária/polivalente, onde se pode dar lugar à educação ambiental. Podem coincidir com os espaços intersticiais.
<i>Community open spaces*</i> <i>Community garden / park*</i>	Espaços criados pelos moradores em terrenos disponíveis das unidades de vizinhança (ex.: alguns jardins e áreas de recreio, frequentemente, em solo privado). Oficialmente não integram os sistemas de espaços abertos das cidades; por vezes, são substituídos por outros usos (habitação e/ou comércio).
Vias verdes <i>Greenways / parkways*</i>	Espaços criados pelos moradores em terrenos disponíveis das unidades de vizinhança (ex.: alguns jardins e áreas de recreio, frequentemente, em solo privado). Oficialmente não integram os sistemas de espaços abertos das cidades; por vezes, são substituídos por outros usos (habitação e/ou comércio).
Espaços intersticiais <i>Found spaces/everyday open spaces*</i>	Espaços abertos com acessibilidade pública permanente, por vezes de transição (ou híbridos): escadarias, alargamento e cruzamentos de ruas pedonais, espaços colaterais aos edifícios, etc., usados por crianças, adolescentes e residentes. Outros: parcelas vazias e parcelas expectantes.
Frontes marginais de rio ou de mar <i>Waterfronts*</i>	Espaço aberto marginal adjacente a portos de rio e de mar, praias, lagos e lagoas, cais e ancoradouros.

**Termos ingleses mais ou menos próximos da realidade portuguesa.*

Quadro 2 | Tipologias de espaço público urbano contemporâneo.

Fonte: Brandão Alves (2003, pp.45-49).

Na definição do espaço público muito há a investigar quer ao nível da conceção, quer da prática, uma vez que na generalidade é na ambiguidade dos usos, intrínsecos à configuração do espaço público urbano, do edificado, e nas suas inter-relações que reside a génese do problema, envolvendo os espaços onde as atividade se fixam: ruas e praças.

O espaço público tem sido esquecido na organização da cidade por se encontrar na fronteira entre a arquitetura e o urbanismo, onde a regulação está reduzida aos princípios de zonamento do uso do solo ou à engenharia de tráfego e,

consequentemente à impotência em conquistar harmonia entre a vida urbana e os veículos motorizados.

A questão, na maioria dos casos, passa pela falta de conhecimento arquitetónico, por se verificar um fosso no conhecimento relativamente às relações entre o domínio arquitetónico das formas, património edificado e cultural e as competências e o poder de decisão, o que se traduz em dificuldades projetuais e consequentemente em espaços públicos desajustados socioculturalmente que não respondem ao bem-estar social.

Em suma, como afirmámos noutra circunstância, (Machado & Neves (Coord.), 2011, p.37) *“geralmente o espaço público não é uma realidade intemporal, o espaço tem de se ajustar às diferentes necessidades, muitas delas decorrentes da moda”*, considerando-se que a moda é constituída por diversos estilos que podem ter sido incutidos sob vários aspetos e assiste o vestuário, a arquitetura, o *design* e o tempo, que se integra ao simples uso de um determinado espaço que percorremos no quotidiano.

2.5. A cidade como atributo social

Na cidade a sua morfologia e o estabelecimento de relações interpessoais que nela se estabelecem repercutem-se como um atributo sociocultural que se manifesta na qualidade de vida do cidadão. Onde a sua imagem e interações que aí decorrem é vital para determinar a primeira impressão que causa nas pessoas.

Sendo na rua que se deve consagrar a perceção desse atributo, por ser na sua génese o local de encontro, de intercâmbio, de circulação e de comunicação. Para tal, a revitalização integrada da rua como lugar de encontros pessoais e de trocas, espaço de convivência cívica e económica, e o alienar desta situação pode não levar à morte da cidade mas aumenta os problemas sociais para além dos de cariz ambiental.

A forma e a respetiva imagem da cidade tem sido desde há muito uma enorme preocupação e foi exaustivamente investigada por Lynch (1960), que procurou identificar o que significa a forma da cidade para os seus habitantes, quais são os métodos de análise das formas urbanas e quais as características que as diferenciam uma das outras.

Declarou que o aspeto e, também, a forma da cidade são importantes para quem nela habita e trabalha. O espaço urbano deve ter uma imagem humana, viva e memorável. Sugere um método, através do qual se ocupa da forma visual à escala urbana e oferece alguns princípios de desenho urbano. Explica como o desenho dos arruamentos, o enquadramento dos bairros e a manutenção das suas características são importantes para a humanização da paisagem urbana.

De acordo com o autor, a cidade é uma construção no espaço que pode ser percebida no decorrer de longos períodos de tempo e onde cada cidadão possui diversos pontos de associação com algumas partes da sua cidade, isto é, o residente de determinada cidade pode construir uma imagem dos espaços urbanos mediante de lembranças e de impressões diariamente vividas no contexto citadino.

Lynch (1960) considera que a cidade é o produto de muitos construtores que atuam no sentido de modificar a estrutura objetivamente dada. Portanto, não se pode observá-la apenas como um objeto que, apesar de se poder apresentar estável por algum tempo, está continuamente em mudança. A sua teoria incide nos indivíduos que são capazes de desenvolver uma imagem do ambiente através da atuação sobre a sua forma física.

Deste modo, um cenário urbano intenso e integrado é capaz de produzir uma imagem definida podendo, também desse modo, desempenhar um papel social oferecendo-se como um material objetivo na construção de símbolos e representações coletivas da comunicação do grupo. A cidade possui um soldo e poderoso significado expressivo, ou seja, ela é em si um forte símbolo social.

É possível perceber imagens públicas no meio urbano. Essas imagens são mentais e comuns a vastos habitantes de uma cidade. Elas são a interação de uma única realidade objetiva, de uma cultura e natureza fisiológica comum aos cidadãos

de um determinado local. Assim, Lynch (1960) descreveu a imagem ambiental de um lugar observando os três elementos da sua composição: identidade (que é a diferenciação do objeto enquanto uma entidade separável, isto é, a individualidade ou unicidade do mesmo); estrutura (a estrutura de um ambiente que é a relação espacial do objeto com o observador e com outros objetos); e significado para o utilizador (i. é o significado que o objeto deve possuir para o observador, seja ele prático ou emocional), conforme esquematizado na figura 4.

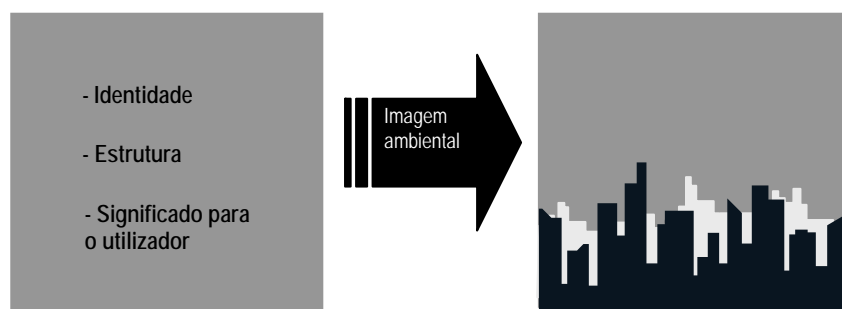


Figura 4 | Elementos que definem a imagem ambiental da cidade, segundo Lynch (1960).

Deste modo, atesta-se que um ambiente poético e simbólico, que fale dos indivíduos e da sua complexa sociedade, das suas aspirações e tradições históricas, do cenário natural, dos movimentos complexos e funções do mundo urbano, tem a habilidade de estabelecer o sentido do lugar e o «sentimento de pertencer».

Os lugares existentes são diferentes, se por um lado existem lugares movimentados e seguros, por outro lado subsistem lugares abandonados e evitados. Sendo que estes últimos não evidenciam o sentimento de segurança, já que a sensação de estar seguro está intimamente ligada à vitalidade intrínseca do local. Havendo trocas, encontros e conversas, a qualquer horário, os ambientes terão múltiplos usos, serão apropriados pela comunidade e os espaços terão sustentabilidade económica e social.

Assim, o medo no plano da reedificação constante do cidadão em relação aos espaços e aos atores da cidade (Fernandes & Neves, 1999), sugere que o medo face à cidade pareça assentar numa “*experiência do alien*” (Fernandes, 2004, p.98). Este

alien corresponde à figura e presença do estranho e desconhecido, percebido durante agente e enquanto espaço, pelo que instiga uma análise a partir das mudanças na forma física da cidade, nas dinâmicas populacionais e na ocorrência de novas figuras na sua paisagem, fenómenos que vêm sublinhar o que Fernandes (2003) denomina de “*imagem predatória da cidade*”. A suposição predatória funcionaria como uma grelha de leitura das interações com o próximo, assente na convicção da perigosidade do espaço urbano.

Em suma, a imagem da cidade funciona como um atributo social geradora de mais-valias conducentes à qualidade de vida dos cidadãos que se traduz numa efetiva segurança urbana para o qual muito contribuem os aspetos expressos no esquema apresentado na figura que se segue.

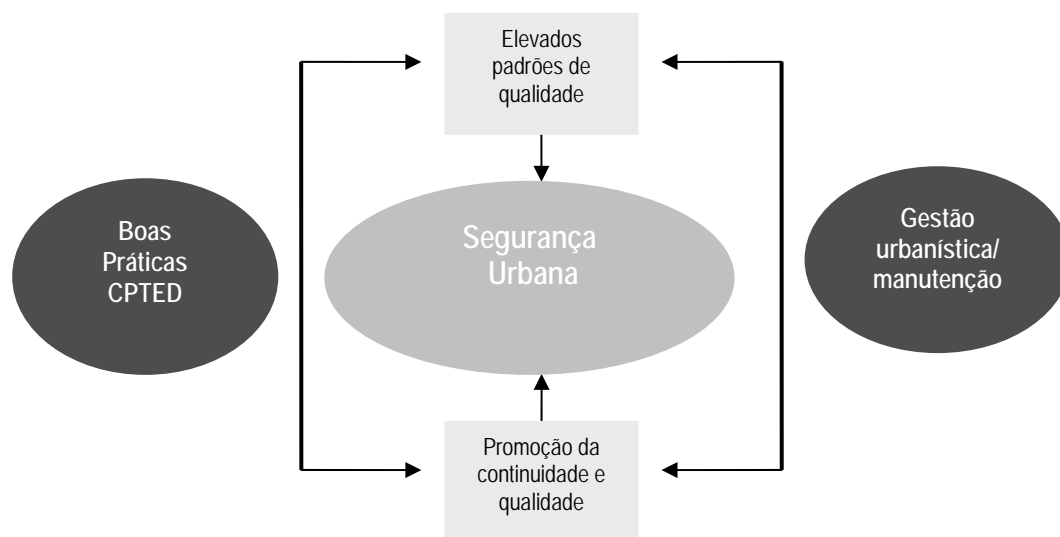


Figura 5 | Ações que contribuem para uma segurança urbana efetiva.

2.6. Qualidade de vida e segurança nos espaços públicos urbanos

A cidade é o palco em que ocorre todas as mudanças sociopolíticas e socioculturais, de conflitos étnicos e religiosos, dos fluxos migratórios

transnacionais e comunicacionais, de imensas reformas geopolíticas, e de atividades transgressoras.

Contudo a cidade em geral e os espaços públicos em particular têm de oferecer a todos os cidadãos a oportunidade de acesso a modelos de vida sustentáveis, com adequada resposta à frenética vida citadina dos dias que correm, onde o peão coabita com o automóvel. Isto obriga a uma abordagem ecossistémica e holística da cidade que passa inevitavelmente pela análise da gestão do espaço público urbano, para que esta seja efetiva e consequentemente se traduza em mais conforto, bem-estar, qualidade de vida e segurança na cidade, nunca alienando a relação *per si* que determinadas morfologias urbanas estabelecem com o quadro social que lhe está associado.

A avaliação e monitorização dos atributos da qualidade de vida e segurança no ambiente urbano é um procedimento fundamental na gestão político-administrativa dos países e dos respetivos municípios, que se afigura cada vez mais como uma prioridade: bem-estar, qualidade de vida e segurança são condições que se encontram na base dos direitos do cidadão, consagrados em Portugal na Constituição da República Portuguesa (CRP), no artigo 9.º, alínea d)¹⁸ e artigo 27.º.

Ora a qualidade de vida urbana e a capacidade de atração das cidades de investimentos e de ativos qualificados estão muito relacionadas e pelo mundo fora assiste-se ao processo de crescimento das cidades que em boa parte decorre da caracterização da verticalização concentrada de forma paulatina, principalmente nas suas áreas centrais, acarretando uma elevada concentração populacional e uma sensível modificação na qualidade de vida.

O desenvolvimento das cidades é vulnerável e influencia a respetiva segurança urbana e qualidade de vida e quando o incremento é desestruturado estas ficam inevitavelmente comprometidas, gerando-se, deste modo, potenciais pólos

¹⁸ Que refere o facto de o Estado ter como uma das suas tarefas fundamentais “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais”.

vulneráveis quer à concentração de infratores quer à prática de comportamentos desviantes.

Nas cidades, a qualidade de vida e segurança tornou-se o paradigma das administrações municipais no mundo inteiro. A criação de critérios que possam avaliar a qualidade e a segurança do ambiente urbano tornou-se necessária e as medidas objetivas baseadas em dados mensuráveis para a sua gestão ainda estão em desenvolvimento em diversos países do mundo.

Todavia, o assunto não é tema só da atualidade, para Coaffee (2003) desde sempre, o que nos reporta ao início da urbanização civilizacional, a defesa contra os “outros” e contra os elementos da natureza sempre foi um fator que influenciou a estrutura e a paisagem urbana. Face a esta situação a relação do comportamento humano, o ambiente amplamente estudado por Crowe (1991), o crime e a insegurança, tal como supra citado têm sido o fulcro das preocupações de vários especialistas de diferentes áreas interdisciplinares.

Ao longo da história têm surgido diversos exemplos de defesa/segurança como nos lega a arquitetura militar ou “defensiva” refletida nos castelos. Onde os locais privilegiados de cotas elevadas, foram sempre considerados um fator de segurança, por permitirem o controlo do espaço envolvente, aumentando simultaneamente a capacidade de vigilância e desfavorecendo o acesso dos invasores.

A segurança nas cidades surge desde a sua conceção clássica, aonde as cidades foram criadas precisamente para os seus habitantes encontrarem um espaço de proteção onde pudessem ter segurança. Contudo, o passar do tempo fez alterar as condições de vivência na urbe, cujo desenvolvimento dos grandes centros urbanos tornou-se sinónimo de medo e de crime (Davis, 1998).

Desde os anos 50 tem havido um particular interesse pelos assuntos inerentes a soluções arquitetónicas e de utilização do espaço que contribuam para tornar certas zonas mais seguras e simultaneamente reforçar o sentimento de segurança aos transeuntes, introduzindo melhorias físicas, redesenhando os espaços públicos e semipúblicos de modo a terem mais utilização, maior vigilância e sequentemente mais segurança e melhor qualidade de vida (Colquhoun, 2004).

Mas, só na década de 60 surge o desenvolvimento da escola do estudo da relação entre o comportamento urbano e o ambiente, sendo a partir dessa altura que as principais teorias criminologistas manifestaram indícios de uma determinada incapacidade em minimizar o crime (Gilling, 1997, 1999). Nos últimos anos, retomou-se a tradição da escola de Chicago, onde a dinâmica contextual das comunidades urbanas passa a ser o foco das análises para a compreensão da criminalidade e da violência (Sampson, 2002; Beato, 2000, 2001; Abott, 1997, Johnson, Williams, Dei & Sanabria, 1990; entre outros).

Atualmente decorrendo do avanço das tecnologias surgiram novas abordagens sobre a conceção e gestão dos espaços públicos com vista à qualidade de vida e segurança urbana, que permitem novas técnicas de análise espacial e de capacidade computacional para análise de dados (Campos, 1997; Hillier, 2001; Dalton, 2001; Medeiros, Holanda & Trigueiros, 2003; Trigueiros & Medeiros 2003; Serdoura, 2008).

Para a obtenção de qualidade de vida e segurança no espaço público urge combater o crime, atuando em situações nas quais os cidadãos se encontram perante uma multiplicidade de crimes que prejudicam a sua qualidade de vida, sobretudo, o consumo e o tráfico de droga, os furtos por esticção, os roubos na via pública, os assaltos a residências e estabelecimentos, os furtos de e em veículos, e a violência urbana, (Teixeira, Lourenço, & Piçarra, 2006).

Para Engelstoft e Jensen-Butler (1992), todas as cidades encaram questões de política que pedem importantes resoluções referentes a quatro medidas da sustentabilidade urbana, designadamente:

- a. Eficiência económica;
- b. Equidade social e espacial;
- c. Controle das externalidades negativas; e
- d. Questões orçamentais.

Estes vetores de política estão intimamente inter-relacionados e influem na qualidade de vida e segurança. Por um lado, uma gestão urbana centrada na procura de eficiência traz prosperidade económica e aumenta as capacidades orçamentais,

contudo, conduz a problemas de equidade - bairros pobres, áreas de insegurança; por outro lado, privilegiar os objetivos de equidade - importantes gastos públicos - pode bloquear a atividade económica e restringir os orçamentos das cidades. A administração urbana, ao optar por uma política de eficiência, gera oportunidades de crescimento económico mas, também, externalidades ambientais - congestão de tráfego, poluição ambiental.

Na sociedade o homem, como ser social, interage com outros indivíduos pertencentes ao seu habitat natural. Essas interações sucedem-se nos espaços públicos urbanos, razão pela qual estes se constituem como agentes estruturantes e organizativos da construção urbana, que permitem uma ação equilibrada do sistema urbano e apresentam um papel integrador ao permitir a ligação e continuidade territorial e fortalecem laços sociais ao se criarem “palcos” de diversas manifestações (como as sociais) que cooperam para a qualidade de vida. Individualizam-se como cunhos de identidade da cidade, designam simbolismo (político e cultural), ostentam diversas funções e variados usos específicos e acolhem utilizadores de grupos sociais distintos - e. g. moradores, visitantes, turistas, e outros utilizadores sob forma individual e/ou coletiva - que anunciam diferentes expectativas relativamente ao mesmo espaço público.

O conhecimento e entendimento das características físicas da malha urbana, quer sejam consequentes de opções urbanísticas planeadas, quer do crescimento casuístico constante e não planeado das cidades, revelam-se intransponíveis num debate relativo à criminalidade e ao sentimento de segurança ou medo em ambiente urbano. A segurança dos cidadãos é compreendida numa ótica holística, incluída na promoção da qualidade de vida e do ambiente urbano que se complete em escalas de satisfação das populações com as cidades e que vivem (Machado, 2008).

A oferta do sentimento de segurança e de proteção é uma condição fundamental do espaço público urbano, e a respetiva ausência (ou ameaça) manifesta que a cidade não satisfaz uma das suas funções basilares, i. é a segurança dos que nela habitam ou para ela se movem. Nas cidades o risco de insegurança seja pelo medo do crime, seja pela falta de adesão ao sistema normativo da sociedade, influencia a

qualidade de vida, trazendo grandes custos para os habitantes, que assim vêm o seu modo de vida a ser involuntariamente alterado, (Heitor, 2007; Machado, 2008)

Para a qualidade de vida e segurança nos espaços públicos urbanos é fundamental atuar na prevenção da criminalidade, sendo a atuação a montante da ocorrência de atividades delituosa e transgressoras essencial para diminuir a criminalidade efetiva e para conferir ao cidadão modos de vida mais seguros, tendo em conta os direitos e as liberdades das pessoas (Gomes, 2007).

2.7. Fatores para qualidade ambiental e segurança do espaço público urbano

Para a qualidade ambiental cooperam os fatores físicos do espaço e os fatores bioclimáticos, sendo especialmente estas características que contribuem para a permanência ou não de um indivíduo nesse local, isto é, a qualidade ambiental do espaço auxilia na sua utilização.

O lado físico do espaço está aliado a equipamentos, mobiliário, manutenção, infraestruturas, entre outros fatores. Quanto às questões bioclimáticas estas dizem respeito às ambiências do espaço caracterizadas por vento, humidade, temperatura, aroma, luz, cor, bem como a questões culturais, sociais e históricas. Ambos os fatores físicos e bioclimáticos se forem convenientemente e adequadamente utilizados proporcionam, com certeza, um espaço com qualidade ambiental, ou seja, com conforto ambiental, promovendo cidades sustentáveis.

Adotando a lógica do conforto ambiental como promotor da utilização do espaço, é possível apurar que o desenho urbano pode ser parte do problema, caso não contemple este aspeto na solução. O desenho do espaço público sem a incorporação de zonas bioclimáticas sustentáveis produzirá um sítio com baixa qualidade ambiental, com possibilidade de subutilização e sem apropriação, que facilita a delinquência, e consequentemente, a insegurança.

As cidades são habitats, cujos ecossistemas são complexos, muitas vezes reveladores de que o uso e a ocupação do solo urbano se estabelecem de maneira

não pré-determinada desenvolvendo-se a forma urbana no tempo, por caminhos previsíveis e imprevisíveis, como resultado de complexos e sobrepostos mas também entrelaçados diálogos e intercâmbios culturais, económicos e geracionais (Spirn, 1989).

Nesta perspetiva, para uma cidade ser sustentável, tem de satisfazer as necessidades atuais sem por em causa as futuras, promovendo a qualidade de vida dos seus habitantes. De facto, uma sociedade urbana equilibrada, segura e sustentável deve ser representada por uma imagem de regulação ou, no mínimo, por algum controlo das ameaças, reais ou percecionadas, ao conforto dos seus cidadãos (Cozens, 2002).

Assim, face ao cruzar da informação obtida da literatura especializada considera-se que os fatores que poderão influenciar a qualidade de vida e segurança em ambiente urbano, são:

a. Fatores físicos-ambientais:

i) Habitat - São locais e respetivas condições ambientais onde se estabelecem as populações de determinada comunidade que estão suscetíveis a vulnerabilidades que podem causar alterações neste fator. As vulnerabilidades deste agente estão geralmente associadas à introdução de elementos de outras minorias étnicas;

ii) Morfologia do espaço urbano - Este factor trata aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura. Assim, o espaço urbano, cuja forma (volumes e vazios), dimensão, qualificação dos espaços e dos usos (pedonais, recreio), influenciam determinantemente a qualidade de vida e segurança em ambiente urbano;

iii) Tipologias de construção e respetivos usos - Os diferentes tipos de construção e os respetivos usos associados a essas mesmas tipologias têm forte influência no quotidiano dos cidadãos, tornando este fator uma variável que, também, condiciona a qualidade de vida e a segurança;

iv) Conforto ambiental - Os espaços a “céu aberto” carecem de conceções bioclimáticas que considerem os fatores climatéricos do sítio, uma vez que estas

condições climáticas podem condicionar a utilização do espaço público por garantidamente influenciar a qualidade de vida e a segurança das pessoas.

b. Fatores sociais:

i) Nível cultural - Os distintos graus culturais que os diferentes indivíduos têm entre si, e que por vezes promovem lacunas entre as partes e/ou o todo das populações de cada comunidade são igualmente referentes no que concerne à qualidade de vida e à segurança em ambiente urbano;

ii) Nível económico - A capacidade de compra dos diferentes indivíduos, por vezes é muito dispare e acaba por se tornar numa alavanca de desconforto para as partes menos privilegiadas, o que se traduz muitas vezes na promoção da prática de atividades delinquentes;

iii) Emprego / desemprego - O ato de estar ou não estar empregado e desempenhar uma função, ter um cargo, uma ocupação, onde se aplica algo, ou se faz uso de alguma coisa leva a ter diferentes tipos de comportamento que igualmente se refletem no objeto em estudo;

iv- Grau de escolaridade - O nível de habilitações literárias, por vezes, também tem repercussões na atitude dos cidadãos, que se podem sentir melhor ou pior enquadrados perante determinados ambientes sociais;

v- Minorias étnicas e religiosas - Em Portugal viveram, desde sempre, diversas minorias étnicas e religiosas ao lado da população cristã dominante, ou com ela misturadas. É o caso das comunidades judaica e muçulmana, às quais, mais tarde, se vieram juntar africanos, ciganos, protestantes e outras comunidades religiosas e, desde há poucos anos atrás, diversos grupos de imigrados oriundos de países de língua oficial portuguesa e do Leste europeu.

A mobilidade geográfica, os grandes fluxos migratórios e a interculturalidade urbana obrigam a um constante aprofundamento do nosso conhecimento acerca das minorias, nomeadamente no que respeita às condições em que vivem, às atividades a que se dedicam e ao modo como se processa o seu relacionamento com a restante população. Por vezes pelo seu comportamento e pela diferença que introduzem nas

sociedades a que chegam determinados comportamentos que destabilizam a qualidade de vida e segurança em ambiente urbano são geradores de atitudes que podem gerar reações de tensão que podem afetar, ainda que indiretamente, a coesão social; com reflexos nos sentimentos de segurança dos diferentes grupos afetados.

A figura seguinte ilustra a inter-relação que existe entre fatores físico-sociais e os fatores meramente sociais que determinam a qualidade de vida e a segurança em ambiente urbano.

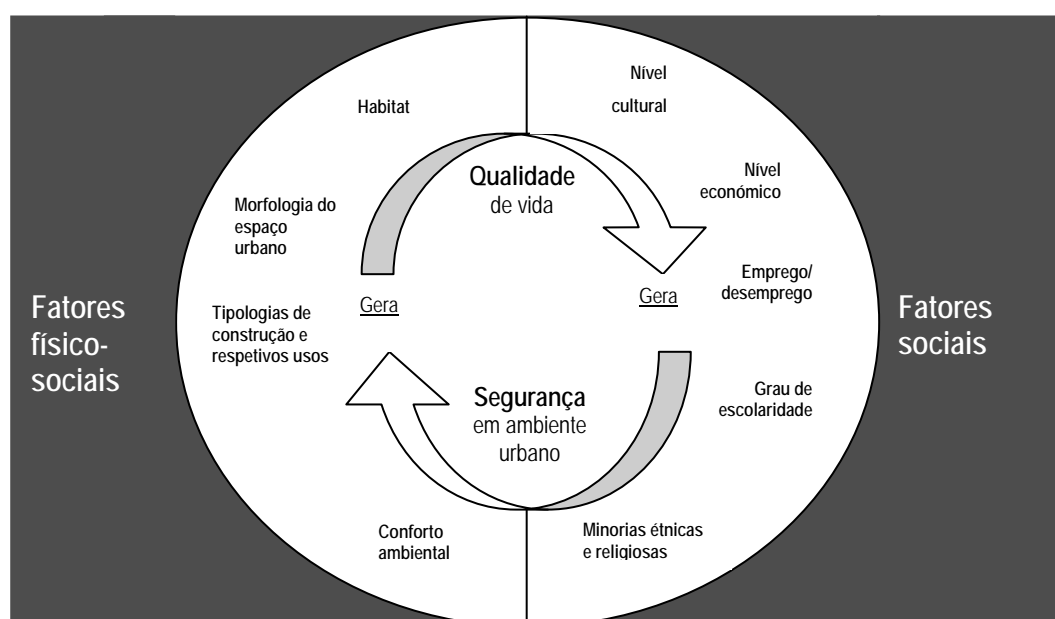


Figura 6 | Fatores que poderão influenciar a qualidade de vida e segurança em ambiente urbano.

O uso e a ocupação do solo urbano têm sido realizados com base em critérios que justificam as críticas dos especialistas nas questões urbanísticas, ambientais e de segurança urbana. O planeamento urbano tem dado mais relevância, ao cumprimento dos índices urbanísticos que à funcionalidade e qualidade dos espaços produzidos, permitindo que no espaço urbano predomine um processo de ocupação determinado pela especulação imobiliária, e por regras de mercado que, hoje, se revelam muito frágeis.

Isto deve-se ao facto de nas tomadas de decisões relativas ao planeamento territorial, as decisões acabam, muitas vezes, por aprovar projetos e medidas que têm em conta, unicamente, critérios políticos assentes em instrumentos técnicos

desadequados, resultando daí que as cidades se organizam sem ter em conta nem a funcionalidade nem o conforto e a segurança que são indispensáveis à qualidade de vida de quem nelas habita.

Naturalmente surgem novas realidades resultantes das diferentes vivências urbanas, sendo que, quando estas se afastam do padrão dominante geram comportamentos sociais ou antissociais, designadamente:

- a. Comportamentos desviantes, (incivilidades, i. é. atividades transgressoras que se traduzem em incidentes e pequenos delitos);
- b. Comportamentos agressivos (designadamente a prática de crime);
- c. Comportamentos de insegurança e de medo.

Assim, as diferentes vivências sociais e culturais interferem, mesmo que indiretamente, no sentimento de (in)segurança, e consequentemente no conforto urbano e na qualidade de vida, como é possível verificar na figura 7.

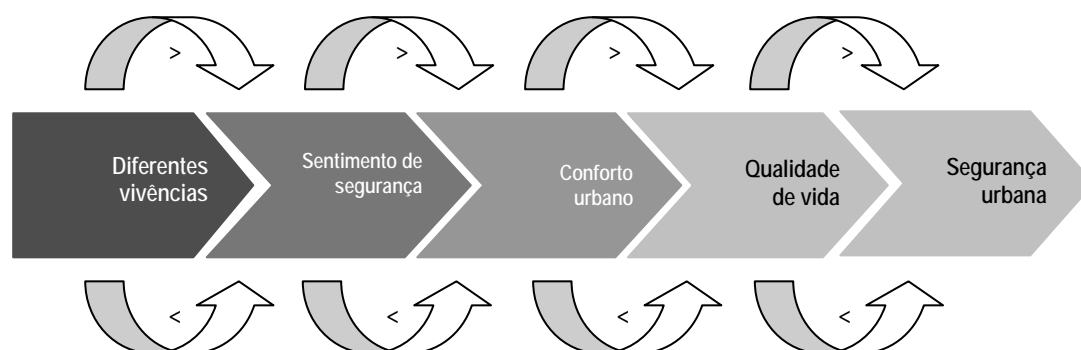


Figura 7 | Aspetos comportamentais que contribuem para o aumento ou diminuição da qualidade de vida e da segurança urbana.

Segundo Fernandes (2007, p.103) a revolução industrial, impulsionadora da legislação urbana impulsionada pela pressão da atividade económica e da dinâmica social “*fez com que aparecessem, em meados do século (XIX) as primeiras leis urbanísticas cuja razão primeira é, exatamente, a degradação das condições de vida nas cidades (...)*”.

Posteriormente, com a aprovação da Carta de Atenas em 1933, contendo os princípios do urbanismo moderno, emerge uma efetiva preocupação com a qualidade de vida nas cidades, que no entanto a sua aplicação prática não evidenciou. A teoria e a prática urbanística, muito marcada, especialmente na Europa do pós 2.^a Guerra Mundial, com a necessidade de promover alojamentos e equipamentos e refazer as cidades destruídas, preparando, ao mesmo tempo a expansão urbana que a expansão demográfica impunha, centraram-se demasiado na forma da cidade. Do que resultou que o seu uso e funcionalidade nem sempre se vieram ajustar às necessidades e expectativas dos grupos sociais que as vieram a habitar. O que se acentuou, a partir da década de 60 do século passado, na Europa, com os grandes fluxos migratórios para França e Alemanha.

As questões urbanas, com destaque para os assuntos da habitação, passaram a ser o foco do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida dos habitantes em prol da qualidade de vida que tem por base o bem-estar dos indivíduos em todas as suas formas, quer seja físico, mental ou intelectual. O que consequentemente incide na satisfação que o cidadão tem em relação aos fatores externos a si próprio, ou seja, ao ambiente como um todo, onde se inscrevem, também, as questões da segurança. Acentuando a importância das questões da habitação na teoria e na prática urbanística e nas questões relativas à segurança urbana (Fadigas, 2010).

Deste modo, a qualidade de vida versus segurança tornou-se um desafio a ser estudado neste novo milénio, porque a qualidade urbana só existe quando existe segurança, tornando-se necessário conciliar os avanços tecnológicos e sociais com a melhoria das condições de vida e segurança da vida urbana. Impondo, por isso, uma reflexão sobre os processos de planeamento e projeto urbano.

2.8. Expectativas perante os espaços públicos urbanos

A qualidade de vida das populações urbanas está intimamente relacionada com o ambiente onde habitam, e às suas expectativas em relação à satisfação das suas necessidades e das suas expectativas, face ao que a cidade lhes pode proporcionar.

Para Oliver (1997) a importância do nível da satisfação pode ser analisada ao nível do consumidor, não só da empresa e da indústria mas também da sociedade. Numa perspetiva de sociedade, diversas investigações realizadas no âmbito da qualidade de vida, sugerem que os membros da sociedade mais satisfeitos obtêm melhores resultados na vida, sejam eles em termos de saúde, finanças, ajustamento social ou mental. Apesar da importância reconhecida do estudo da satisfação, não existe uma definição consensual, diferindo as várias definições ao nível da abordagem e da especificidade. Segundo Johnson e Matthews (1997), a satisfação tem uma base emocional e é um processo avaliativo entre aquilo que é recebido e o que é esperado.

Desta forma, satisfação e qualidade percebida são conceitos muito próximos, sendo extremamente difícil distinguir os dois conceitos. Com efeito, a qualidade global de um serviço depende do encontro entre as expectativas e as perceções do nível de desempenho e pode ser medida através de cinco dimensões que lhe estão subjacentes: elementos tangíveis, confiança, fiabilidade, empatia e rapidez, (Parasuraman, Zeithaml & Berry, 1985). No entanto, segundo Oliver (1980), também a satisfação do cliente resulta da comparação das expectativas com o desempenho do produto ou serviço.

As expectativas e os desejos, relativamente ao uso e apropriação dos espaços públicos urbanos, tem a ver com o modo como cada um individualmente ou em grupo se relaciona com o território que habita e o modo como as diferentes morfologias condicionam o seu uso.

De acordo com Ngobo (1997) para distinguir a qualidade percebida da satisfação, três ideias chave deverão ficar retidas:

1ª - A satisfação resulta de todas as dimensões, ligadas ou não à qualidade do produto/serviço.

2ª - A satisfação específica de uma transação está parcial ou totalmente relacionada com aspetos emocionais, enquanto que a qualidade percebida é mais cognitiva.

3ª - As perceções de qualidade não exigem uma experiência com o prestador de serviço, enquanto que a satisfação é essencialmente experimental.

Daqui fica clara, a importância do conhecimento e compreensão dos fatores que contribuem para a qualidade de vida das pessoas e sobre a sua satisfação relativamente à segurança nos espaços públicos urbanos. Até porque os espaços mais adequados às funções que nelas decorrem acabam, por isso, por ser os mais seguros.

Os atributos que influenciam a qualidade de vida em ambiente urbano e a segurança, preponderantes no conforto ou desconforto físico e/ou psicológico, prendem-se sobretudo com o maior ou menor isolamento social, com o quadro social, e com a morfologia do desenho urbano, podendo esta abordagem ser complementada com as cinco dimensões de avaliação da qualidade propostas por Parasuraman, Zeithaml & Berry (1985).

O espaço público urbano é, no entanto, muitas vezes negligenciado no que respeita aos seus aspetos intrínsecos que decorrem do contexto organizacional e do planeamento das cidades onde se inserem; resultando disso a degradação que gera diferentes tipos de comportamento que conduzem à insegurança. O planeamento urbanístico, em todas as suas fases, deve ter em consideração a funcionalidade do espaço público, a sua eficiência e a sua adequação à satisfação das necessidades e expectativas das populações. Por isso, importa refletir sobre as seguintes questões:

- a. O ambiente físico, em geral, proporciona um “bom” comportamento dos seus utilizadores?
- b. Como adequar necessidades de personalização e territorialidade no ambiente urbano?
- c. De que forma o *layout* do desenho urbano pode influenciar na vivência coletiva?
- d. Qual o nível de satisfação dos cidadãos com a cidade?
- e. Como está o ambiente social no espaço público? E as relações entre os membros da comunidade? E entre comunidades?
- f. As características do desenho urbano têm causado conforto/desconforto aos seus utilizadores?

Estas são apenas algumas das questões sobre o modo como o ambiente físico e social pode interferir na qualidade de vida e na segurança em ambiente urbano. A promoção de qualidade de vida e da segurança geralmente envolve a elaboração de projetos específicos para prevenir ou sanar problemas, envolvendo, sempre que possível, a participação pública, daqueles que vivem permanente ou sazonalmente nas áreas em causa.

No que concerne à vivência dos espaços públicos urbanos e à forma como este é apropriado perante o dualismo homem-ambiente, é possível estabelecer o paralelismo ao que diversos epistemólogos teóricos do final do séc. XIX aos nossos dias, desde Vygotsky²⁰ (1978), Piaget²¹ (2002) e Wallon²² (1986) até Popper²³ (2003), Morin²⁴ (1996), entre outros, têm estudado relativamente ao processo de desenvolvimento humano enfatizando, cada qual, determinadas características da relação homem-ambiente, o que para nós se traduz na analogia com a dialética cidadão-espço publico urbano.

De forma implícita ou explícita, estes autores atribuem importância à interação de fatores cognitivos-afetivos, relacionais e sociais para o pleno desenvolvimento do indivíduo. Considerando esse aspeto, cabe salientar que a interação desses fatores ocorre num espaço físico e temporal que exerce fundamental importância no comportamento e expectativas das pessoas que nele convivem.

Assim, admitindo-se que as cidades são a expressão das sociedades complexas, em que os cidadãos têm pensamentos e atos complexos podemos questionar:

- a. Como se pode ajudar a avaliar a funcionalidade, adequação e preservação de ambientes urbanos, desde o seu planeamento até à sua ocupação?
- b. Como atuar sobre os ambientes urbanos e garantir a qualidade de vida e segurança?

20 Lev Vygotsky, 1896-1934.

21 Jean Piaget , 1896-1980.

22 Henri Wallon, 1879-1962.

23 Karl Popper , 1902-1994.

24 Edgar Morin, nascido em 1921.

- c. Como é que as características ambientais das cidades têm influenciado no comportamento e segurança das pessoas, no trânsito, no lazer, nas relações de vizinhança, etc.?
- d. Como se caracterizam e qual o uso dos espaços públicos existentes nos centros urbanos? A utilização destes espaços tem favorecido a circulação, o transporte, segurança, entre outros?
- e. A opinião dos cidadãos/utentes tem sido considerada no planeamento dos ambientes das cidades? Até que ponto ela é importante?
- f. Porquê desenvolver programas de educação ambiental, segurança e lazer com a participação da comunidade urbana?

Eliminar, ou pelo menos minimizar, a insegurança é o grande objetivo, deixemos de falar pela negativa, cujo estigma já é suficientemente redutor. Pretendemos aumentar a segurança urbana promovendo um uso seguro dos espaços públicos que incondicionalmente levará ao aumento de nível de conforto urbano e posteriormente à melhoria da qualidade de vida, através de boas práticas que promovam elevados padrões de qualidade. Tal como representa a figura abaixo a qual já tinha sido supra apresentada.

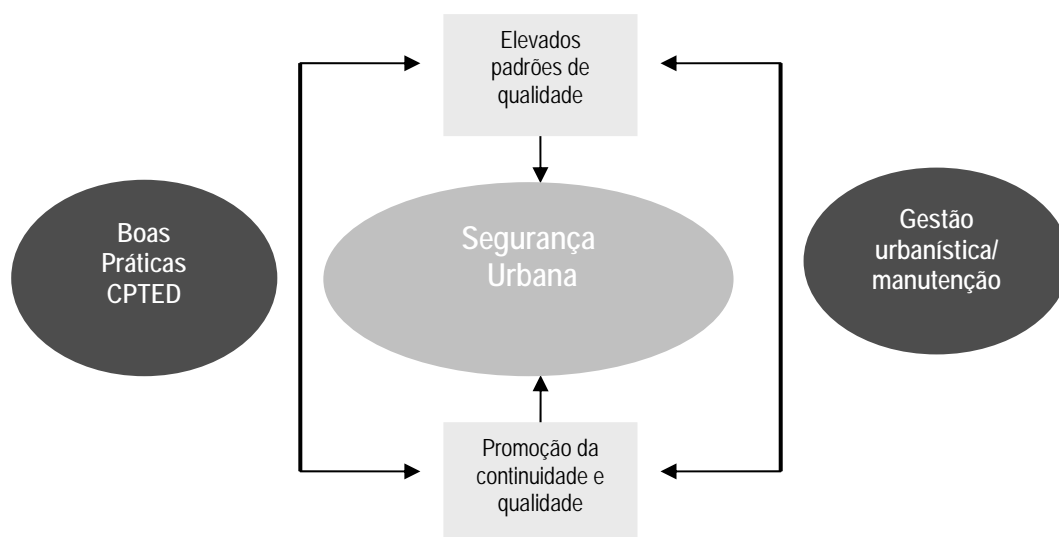


Figura 8 | Ações que contribuem para uma segurança urbana efetiva.

Perante o exposto e de acordo com Cidrais (1998), o contexto de globalização e a crescente competitividade, dos territórios à semelhança das empresas, a que assistimos, têm necessidade de desenvolver estratégias ativas de afirmação, com recurso à mobilização de todos os recursos disponíveis para atrair e fixar fatores do desenvolvimento. Esta estratégia, assente na identidade urbana por via da participação no espaço público, estabelece uma conjuntura suscetível de ocorrer num território herdado, porque equaciona as distintas possibilidades de intervenção, sendo o seu resultado incitador de competitividade qualitativa e excelência territorial.

A segurança é, assim, um fator importante na aplicação das cidades como espaços atrativos para o investimento, a criação de riqueza e para a promoção da qualidade de vida urbana e, como tal, está presente em todas as estratégias de marketing urbano e territorial.

2.9. Segurança versus insegurança

A segurança é um conceito de múltiplos sentidos inicialmente associado apenas às condições de defesa contra os inimigos externos (conceito de segurança nacional) e que agora se entende como um direito básico de cidadania. Tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artigo 3.º (*“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”*) como a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 27º. (*“Todos têm direito à liberdade segurança”*) consagram este princípio basilar. Como direito universal e coletivo a segurança é uma condição de garantia das escolhas possíveis para o exercício pleno das condições de vida que as circunstâncias económicas, sociais, políticas e culturais permitem para que se torne possível uma crescente e sustentável qualidade de vida.

A criminalidade não tem fronteiras e neste pressuposto foi criada a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade (em 28 de maio de 2001), definida no n.º 3 do artigo 1.º da decisão do Conselho de 28 de maio de 2001, esta rede visa

abranger *“todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas. Inclui o contributo dos governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, de sectores privados e voluntários, bem como de investigadores e do público, com o apoio dos meios de comunicação”* (JOCE, 2001).

Neste contexto, a segurança é um conceito que se associa às condições sociais e culturais de cada momento e às condições em que decorre a vida das diferentes sociedades. Não é, por isso, uniforme o seu entendimento, ainda que o seja nas sociedades de matriz ocidental, como a nossa. Razão porque, em muitas situações a segurança mais que um direito ainda é, apenas, uma expectativa (Sarmiento, 2010).

Sendo a segurança um conceito e uma realidade que muito depende das condições de vida, da cultura, da organização espacial dos territórios e dos espaços habitados, urbanos e rurais, é ao nível dos comportamentos individuais e coletivos que a sua presença se manifesta. Com mais ou menos evidencia consoante o modo como cada sociedade ou grupo social a assume como parte integrante da sua identidade e do papel que desempenha na criação dos níveis de conforto e da qualidade de vida que são desejáveis e expectáveis. Nas cidades, especialmente nas de maior dimensão, onde a multiplicidade social é mais evidente e os comportamentos mais diversificados a segurança urbana é uma questão essencial na definição da sua coesão interna e na sua funcionalidade.

A insegurança urbana, situação que decorre da ausência de segurança, é, por isso, um dos mais importantes problemas urbanos, não só pelo que significa de desconforto mas também de ocorrência elevada de incivilidades, atos delituosos ou criminais (Machado, 2006).

Disto surgem os medos, nem sempre objetivados, assentes na ameaça, ou suspeita dela, de probabilidade de ocorrência de crimes ou outros atos delituosos.

Como refere, Ascher (2010, p. 75) *“as cidades sempre foram ambivalentes do ponto de vista da segurança, garantindo ao mesmo tempo proteções diversas, mas*

suscitando igualmente toda a espécie de perigos.” Esta dualidade implícita na natureza da cidade no conforto e insegurança comprovada pela realidade dos fenómenos e vivências, que pode transformar em riscos, o que são oportunidades, afeta significativamente as relações sociais e a coesão interna da cidade.

A segurança na cidade está associada a um diferente leque de fatores, associados ao uso que dela se faz; tomando como seguros os espaços e as ações que fazem parte do uso e da vida quotidiana. Deste modo, a mudança de trajetos, horários, uso dos espaços públicos e forma de lazer são exemplos das alterações de comportamento frequentes que podem criar insegurança. Com o que, simultaneamente se origina um novo fenómeno, gerador de novos modelos de relações pessoais e espaciais que conduzem à segregação social e espacial.

A segurança deve ser considerada um direito de cidadania porque significa liberdade (respeito ao indivíduo) e ordem (respeito às leis e ao património), que são fundamentais para o desenvolvimento económico e social e para a coesão interna da sociedade. Por seu lado, a violência é todo ou qualquer ato ou omissão praticada individual ou institucionalmente contra o ser humano, que viole a sua integridade e individualidade física, moral, psicológica, emocional, sexual, étnica, cultural e social. A violência é um comportamento que causa dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto; invade a autonomia, a integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. Corresponde a um uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. A insegurança urbana, como situação própria, entende-se como o resultado de uma forma ou perceção do meio que o identifica como inadequado ao uso confortável e pleno em condições que estimulam a sua apropriação integral.

A insegurança representa hoje um fator determinante de qualidade de vida urbana e, como tal, a investigação urbana tem-lhe dedicado uma atenção crescente, nas mais diversas perspetivas. (Roché, 1994; Fernandes & Neves, 1999; Canhoto, 2010; Machado & Neves (Coord.), 2011; Freitas, 2011). O direito à segurança coletiva e individual no espaço urbano é um direito cujo exercício pode ser limitado sempre e quando o espaço público se organiza e funciona sem atender à oferta das condições que propiciam o uso seguro. O significado atribuído a

segurança pública está associado à forma e às condições de proteção contra riscos de perigo, perda ou ausência da fruição do bem comum que o espaço público é.

A segurança urbana constitui, por isso, um desafio aos urbanistas para encontrarem soluções que revelem a capacidade do ambiente construído em impedir ou mitigar o sentimento de insegurança e as ocorrências delituosas, criminais ou não, que agravam este sentimento (Machado, 2006). Têm a ver com essas soluções o conhecimento das características sociais e físicas dos espaços por forma a que se reduza a possibilidade de serem entendidos como espaços perigosos ou de risco.

2.10. A (in)segurança e o sentimento de medo nos espaços públicos

Em Portugal o termo segurança é utilizado de modo generalizado e acumula o que em inglês e em francês é respetivamente designado por: *Security*, *Sûreté* e *Safety*, *Sécurité*. Os dois primeiros termos pressupõem prevenção em relação a atos ilícitos praticados por malvadez pelo homem de forma intencional e os dois segundos termos significam prevenção de riscos acidentais de origem não voluntária.

Neste contexto, a vertente da segurança em estudo está exclusivamente relacionada os aspetos ligados à prevenção de atos ilícitos voluntários no espaço público. A esta vertente associando um conjunto de processos, de mecanismos e de medidas de precaução que asseguram à população proteção contra danos e riscos eventuais à sua integridade, à sua vida e ao seu património.

De um modo geral, a segurança é, sistematicamente, apenas tratada com relação a medidas repressivas e de vigilância, designadamente através da ação policial. Contudo, na presente dissertação procura-se encontrar um modo de atuar a montante da ocorrência dos factos, isto é identificar situações e promover medidas preventivas através das quais se incremente segurança na sociedade, através do ordenamento do urbano e ao desenho do espaço público.

A questão da criminalidade e de comportamentos antissociais dentro de nossas sociedades é amplamente reconhecida como sendo uma das mais cruciais questões sociais do nosso tempo. Pelo que representa diretamente e pelo que lhe está associado: o medo que suscita. Este facto faz com que as questões da segurança não sejam hoje apenas questões de polícia mas questões que envolvem a sociedade no seu todo; incluindo, de forma muito importante o desenho, o uso e a gestão do espaço onde decorre a vida urbana. O medo como fenómeno específico, surge aqui como um relevo acrescido. A prevenção é, por isso, essencial na resolução destes problemas, como o é o bom desenho urbano. O sentido de segurança também se constrói com isso.

As formas urbanas/arquitetónicas mais agressivas, o desconhecido, o incerto, os aspetos cromáticos, o que foge do padrão de comportamento de cada sociedade, ou seja, o que move os arquétipos da sociedade em causa, a falta ou deficiência de luminosidade e a degradação/vulnerabilidade dos espaços promovem o sentimento de insegurança/medo na utilização/vivência dos espaços públicos urbanos.

Todos estes aspetos geram desconforto. As sociedades regem-se por códigos de ética e conduta, pela moral e costumes, que estabelecem padrões de vivência em sociedade; quando os comportamentos desviam daqueles padrões acontece a reprovação. Isto é, os valores compartilhados restringem o comportamento individual, através de um sistema de aprovação e reprovação.

Como refere Machado (2004) o discurso do medo e a sua concetualização é um processo interpretativo, erigido e sustentado mediante a utilização de uma linguagem que aumenta a perceção do risco criminal face à criminalidade que efetivamente existe e a vulnerabilidade dos cidadãos perante o risco criminal. Porém, é da praxis quotidiana o conhecimento de que a abordagem sobre a insegurança tem marcado a atualidade, assumindo destaque, entre a comunicação social e o poder político, bem como através de alguns grupos de cidadãos. Independentemente desta evidência, importa clarificar a noção de insegurança e medo do crime, pretendendo balizar quer o seu conceito quer os aspetos que de certo modo acabam por o determinar.

Para Lourenço e Lisboa (1993), o sentimento de insegurança define-se como um misto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, que surgem de forma individual ou coletiva e que fixam a ideia de crime.

Independentemente da relação que comumente se estabelece entre o sentimento de insegurança e o crime, também, convém analisar outros aspetos que podem levar ao aumento do sentimento de insegurança; até porque o sentimento de insegurança deve ser compreendido como uma construção social, na qual estão implicados diversos fatores, tanto os que decorrem do conhecimento do aumento de reais formas de criminalidade, como os fatores individuais e sociais de natureza distinta, que se refletem num determinado sentimento, aumentando-o de forma redobrada (Crucho de Almeida, 1998).

Neste sentido, entre os aspetos diferenciados que levam ao aumento do sentimento de insegurança, Rico e Salas citado por Esteves (1999) referem, além do importante aumento da criminalidade violenta, os seguintes fatores: a experiência pessoal de cada um e das pessoas afetivamente mais próximas; a influência das notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social; e o descontentamento ou insatisfação com a política e implementação de medidas do sistema penal (polícia e tribunais). Ainda neste sentido, entre outros autores, Box, Hale & Andrews (1988), utilizando informação do “*British Crime Survey*”, datada de 1984, declaram que a vulnerabilidade, os indicadores que caracterizam o espaço em causa, o conhecimento concreto dos valores do crime e vitimação, o grau de confiança na polícia e no sistema de justiça criminal e a noção dos riscos pessoais que correm são aspetos que fomentam o medo de ser vítima de um crime.

Todos estes aspetos que fomentam a criação de medo, insegurança e medo de vitimação, de acordo com Esteves (1999) reduzem-se espontaneamente a quatro:

1. O aumento efetivo da criminalidade;
2. A perceção dos riscos pessoais, isto é a ideia interiorizada pelos indivíduos, relativamente às características intrínsecas e extrínsecas dos espaços onde se deslocam, nomeadamente a falta de iluminação, os vidros partidos, o pavimento deteriorado, o mobiliário urbano obsoleto e ou danificado, a poluição, que poderão

ou não provocar uma imagem de insegurança, quer à probabilidade que têm ou não de serem vítimas²⁶;

3. As notícias transmitidas pelos órgãos de comunicação social que, de uma forma sensacionalista e chocante, enfatizam frequentemente a criminalidade, em particular aquela que é mais violenta;

4. Por último, a insatisfação perante o sistema penal.

O significado de segurança em espaços públicos para além de ser relativo a aspetos tangíveis, também envolve aspetos intangíveis. A importância do sentimento de insegurança das populações, é bem patente no Relatório Anual de Segurança Interna do ano 2008 que refere: *“Nos últimos anos, porventura de modo mais evidente nas duas últimas décadas, assistiu-se a um aumento crescente das preocupações com a segurança que não pode ser escamoteado”*. Até porque *“estas preocupações são legítimas porque são livremente expressas pelos cidadãos, embora se possa considerar nem sempre justificadas pelas estatísticas criminais, ou mesmo pelos acontecimentos (...)”* (Relatório Anual de Segurança Interna, 2008, p.42).

O sentimento de segurança, a insegurança e o medo estão associados. Sobre o sentimento de insegurança das sociedades o Observatório de Segurança Criminalidade Organizada e Terrorismo - OSCOT - elaborou um relatório anual de segurança, em outubro de 2008, baseado em dois estudos de opinião, incidindo sobre as questões relacionadas com as tipologias de crimes. De acordo com os dados deste estudo a perceção do grau de segurança dos portugueses, face aos crimes praticados contra o património, é maioritariamente positiva, não obstante à existência de uma percentagem de opiniões menos favoráveis, como se mostra no gráfico 1.

²⁶ É neste contexto que se incluem as experiências enquanto vítimas de um crime vividas pelo próprio indivíduo ou por pessoas próximas dele, o que para estas pessoas, acaba por representar um aumento da criminalidade, em particular quando a vítima conhecida pertença a um estrato social equivalente.

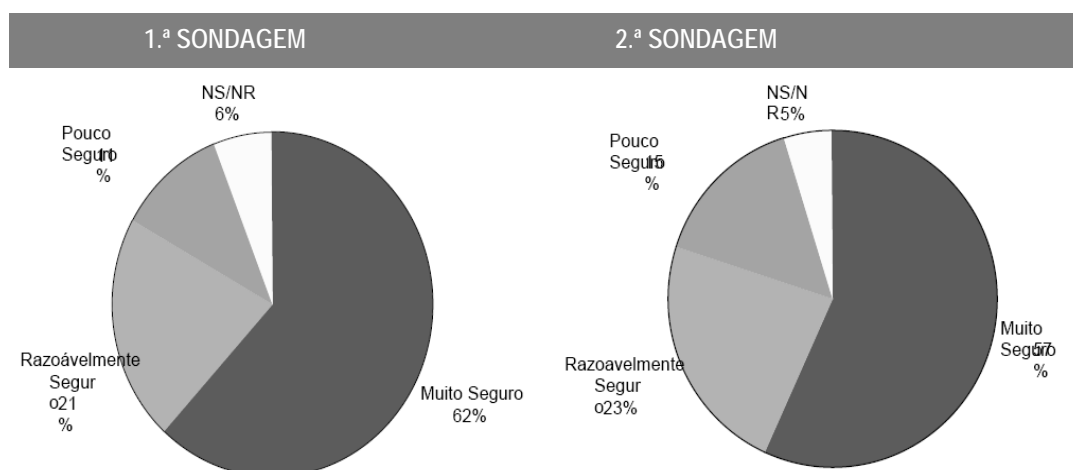


Gráfico 1 | Sondagens relativamente ao sentimento de segurança.

Fonte: Dados recolhidos do OSCOT- Relatório Anual de Segurança, outubro de 2008.

Da leitura de diferentes fontes de literatura especializada sobre o sentimento de insegurança (Cotta, 2005; Machado, 2004; Lourenço & Lisboa, 1993), obtém-se a conclusão de que é necessário a monitorização deste sentimento sendo uma condição essencial para construir na sociedade um autêntico sentimento de segurança; porque a segurança, para além dos seus aspetos tangíveis tem uma componente intangível que não pode ser desprezada. Num estado de direito, o medo não pode caber no dia-a-dia dos habitantes.

Nos tempos atuais, as crises e a incerteza, são fatores que afetam os sentimentos de segurança que assim passam a integrar a agenda política dos diferentes governos. De acordo com Le Breton (1995), na lógica do sentimento do medo ser comum à generalidade dos cidadãos o estudo dos fatores que intervêm na forma como as populações prejudicadas, se sentem ou não em perigo, tal como a noção e perceção própria do risco e das ameaças, pertence sobretudo ao domínio de investigação das ciências sociais. O que reforça a ideia que as questões de segurança não são exclusivamente policiais.

Portugal, segundo o Instituto Português de Relações Internacionais -IPRI- (Teixeira, Lourenço & Piçarra, 2006; Lourenço, Cabral, Machado & Duque, 2006), sofre também com os efeitos da globalização, considerando que o paradigma da sociedade mundial e de um único mundo, causa consequências para além da

segurança, sobretudo acarreta problemas políticos, culturais e sociais. A crise económica e financeira que vivemos desde 2007, que é também consequência desta evidência, acentua os fatores que contribuem para a estabilidade social e, com isso, tem implicações nos sentimentos de segurança sentidos pelas populações; especialmente as urbanas.

Nos dias que correm, a transformação social que ocorre, reduzindo as ferramentas informais de controlo social, paralelamente com a quebra das solidariedades, cria condições para ser considerada agente potenciador da criminalidade. Neste campo, são diversas as causas que podem despoletar o desvio para práticas transgressoras e para a delinquência: desestruturação familiar; desemprego de longa duração; aumento das desigualdades sociais; desertificação das zonas rurais; grande concentração demográfica em áreas urbanas críticas; o crescimento da marginalização e exclusão social em zonas de periferia urbana. Estes factos “*constituem precisamente aquilo que alimenta a inquietação e reforça o argumentário da insegurança*” (Roché, 1994, p.25) e influenciam determinantemente, no aumento dos estados de incerteza e de insegurança.

Neste contexto, o sentimento de insegurança resulta de uma figuração social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais (Roché, 1996). Pelo que, o sentimento de insegurança afeta e prejudica, direta ou indiretamente todos os cidadãos, porque as “*manifestações de medo pessoal ou as preocupações com a ordem verbais, comportamentais, individuais ou colectivas*” (Roché, 1993, p. 135), afetam, ainda que de modo diferenciado, toda a sociedade. O sentimento de insegurança será, assim, uma expressão subjetiva do aumento da vulnerabilidade da estrutura social das sociedades complexas como são também as sociedades urbanas portuguesas (Roché, 1994; Machado, 2006).

Porém, para melhor entendimento da realidade portuguesa, no quadro seguinte resume-se esquematicamente os principais agentes que podem desencadear o sentimento de insegurança, sejam fatores sociais, sejam comportamentos delinquentes ou de criminalidade.

Fatores que afetam o sentimento de insegurança		
Fatores Sociais	Comportamentos delinquentes	Criminalidade
Exclusão social	Incivilidades	Terrorismo
Desemprego de longa duração	Consumo de droga	Criminalidade organizada
Incerteza no futuro	Os graffiti	Violência urbana
Desigualdades sociais	Atos de vandalismo	Criminalidade violenta e grave
Problemas de vizinhança	Degradação do espaço público	Pequena criminalidade Delinquência juvenil

Quadro 3 | Fatores que afetam o sentimento de insegurança.
Fonte: Adaptado de Cotta (2005, p.7).

O sentimento de insegurança no uso do espaço público ocorre tanto em período diurno como noturno, e está ligado ao sentimento de medo de que algo negativo possa advir; um sentimento que pode ser induzido ou influenciado pelas características morfológicas do espaço urbano e do modo como o vivemos.

Segundo Machado et al. (2007) a evolução dos indicadores de risco e medo do crime e da avaliação do desempenho policial está expressa no gráfico seguinte:

2 | A CIDADE FACE À (IN)SEGURANÇA

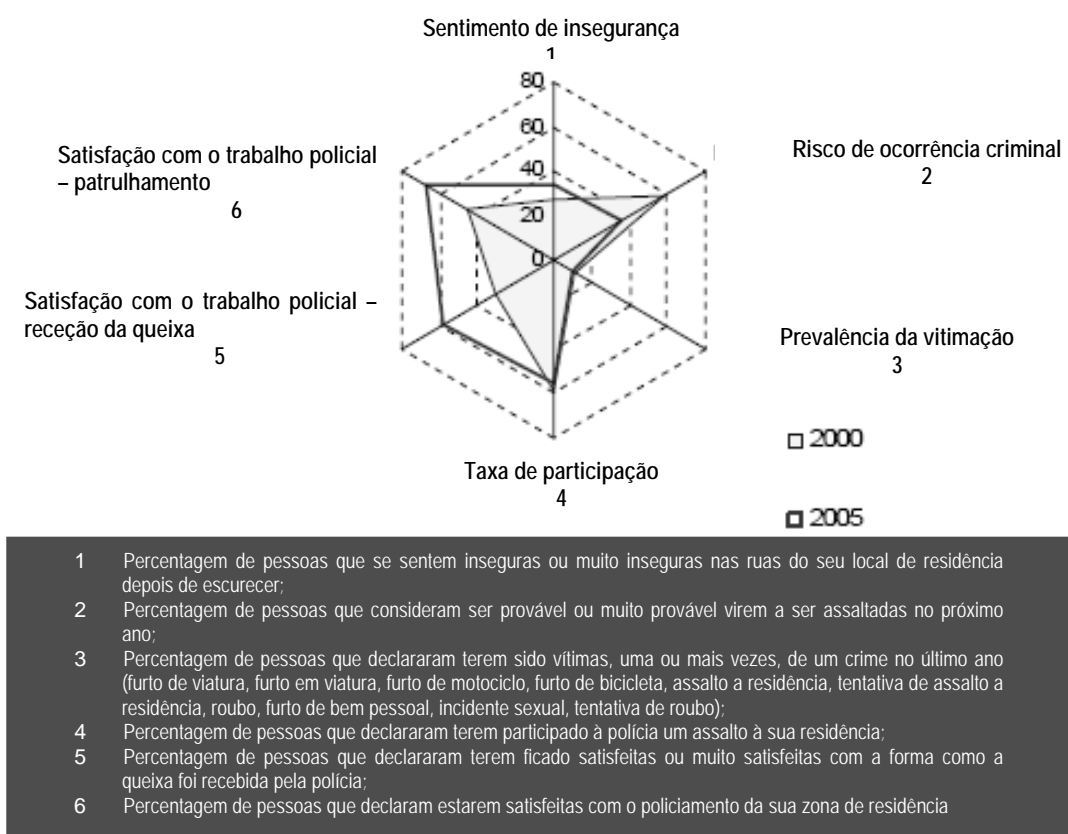


Gráfico 2 | Indicadores de risco e medo do crime e de avaliação de desempenho policial em Portugal: evolução de 2000 a 2005.

Fonte: Gráfico apresentado no estudo *Metrópoles Seguras* (Machado et al, 2007, p.36, vol. 2), a partir de dados disponíveis em EU ICS Report, *The Burden of Crime in the EU, A Comparative Analysis of the European Survey of Crime and Safety* (EU ICS 2005).

A interpretação deste gráfico²⁷ mostra que os indicadores de risco e medo do crime e da avaliação do desempenho policial demonstram que a sociedade portuguesa continua a ser uma das mais seguras da Europa.

A tolerância social promove injustiças que estimulam crimes, que produzem gastos, geram e disseminam a cultura do medo, condicionam a redução de investimentos e ameaçam sequentemente todos os sectores económicos do país; o

²⁷ "Desde logo, há que sublinhar uma primeira dinâmica positiva, que corresponde ao facto da percentagem das pessoas que consideram ser provável ou muito provável virem a ser assaltadas no próximo ano (indicador de confiança no sistema) ter deixado de ser maioritária (58% em 2000) para passar a ser pouco superior a 1/3 (35%), ligeiramente acima da média europeia. Trata-se de um recuo de 23% em 5 anos. Depois, observam-se duas transformações muito intensas em termos da satisfação manifestada com o trabalho policial, quer em termos do recepcionamento das queixas (digamos, do trabalho em secretaria), quer igualmente em termos da satisfação com o policiamento na zona de residência. Em ambos os indicadores a satisfação passou a ser uma condição maioritária, em linha com os valores dos outros países considerados e também com a média europeia. Os poliedros de 2000 e 2005 apenas se mantêm semelhantes em relação à taxa de participação - tendo esta recuado ligeiramente - e no que respeita ao sentimento de insegurança (que até se agravou em 7 pontos percentuais). Portugal permanece, assim, como uma das sociedades europeias mais seguras, que regista uma dinâmica de transformação nestes parâmetros sociais muito forte, e simultaneamente uma das sociedades mais idiossincráticas no que à relação entre crime e sentimento de insegurança respeita", Machado et al (2007, pp.39-40).

que exerce um impacto negativo no investimento, na atividade económica, no emprego e aumenta a crise social. A instabilidade social recorrente em algumas áreas urbanas críticas ou em algumas cidades sobrepovoadas de países em crise económica crónica, a África e a América Latina são disso exemplo.

A fraca coesão social promove condições para a alienação, a qual propicia a degradação, sendo esta por defeito, geradora de mais degradação dos espaços, e qualquer tipo de vulnerabilidade que ocorra - por exemplo a degradação de pavimentos; equipamento obsoleto ou danificado; iluminação inadequada; obstruções visuais quer por inertes, quer por espécies vegetais; ou pela presença predominantemente de passantes ao invés de utentes residentes - promove a prática das atividades transgressoras (incivilidades) que acionam a instalação de mais degradação, e consequentemente o aumento da presença do sentimento do medo e por sua vez a prática efetiva de atos delituosos contra as pessoas e contra o património.

2.11. Os *media* na prevenção da criminalidade e segurança urbana

A comunicação social é a principal fonte de informações sobre crime e segurança para uma percentagem significativa da população mundial. Um estudo efetuado no Canadá, revela que 95% dos entrevistados usam a *media* como a principal fonte de informações sobre questões relacionadas com o crime (Dubois, 2002).

A cobertura mediática da prática de crimes ou da existência corrente de atos delituosos e incivilidades no espaço público condiciona e afeta a sua imagem com consequências na sua apropriação e uso. Mas, também, influencia a opinião pública e política. Assim, é determinante avaliar se a influência é forte ou fraca. Neste contexto, Carli, Capobianco e Sagant (2008) descrevem que vários estudos críticos, práticas e parcerias no campo da prevenção da criminalidade e da segurança urbana, efetuados por diversos autores (Dubois, 2002; Ericson, Baranek & Chan, 1991), sugerem que a comunicação social exerce influências positivas e negativas

na opinião pública e política. Sendo, no entanto, o impacto dos *media* relevante na prevenção da criminalidade, pelo alerta social que a cobertura noticiosa pode determinar.

A fim de examinar esta função, é importante reconhecer que os *media* não são uma fonte única de investigação, mas incluem uma série de elementos que permitem a sua análise e a avaliação da influência dos meios de comunicação de crime na opinião pública e justiça criminal e prevenção, bem como na construção de políticas e práticas.

No entanto, os *media* podem também, por outro lado, prejudicar as políticas de prevenção da criminalidade no processo de recolha e difusão de informações sobre o crime. As representações da comunicação social podem influenciar negativamente as perceções sobre questões relacionadas com o crime, e interferir na execução de política e estratégias de prevenção da criminalidade. A cobertura mediática do crime pode ser imprecisa, tendenciosa e promover políticas inadequadas e prejudiciais sobre o controle da criminalidade, a imagem aleatória do crime violento que é comunicada pela comunicação social conduz a uma compreensão do crime e da justiça que se traduz em políticas públicas que na maioria das vezes procura soluções simples para problemas complexos (Yanich, 2001). O que faz com que cada vez mais exista uma preocupação relativamente ao facto das principais características dos meios de comunicação não contribuírem necessariamente para a prevenção da criminalidade e para a criação de sentimentos de segurança ao uso do espaço público.

O processamento da informação pelos meios de comunicação, sobre o crime baseia-se no curto prazo, numa pesquisa rápida e superficial, o que pode limitar os tipos de informações divulgadas, e desviar as atenções das questões fundamentais. Além disso, a rápida análise dos meios de comunicação e respetiva avaliação das tendências da criminalidade e os resultados da implementação de políticas públicas a nível local pode dificultar a efetiva e bem-sucedida prevenção por dar uma visão distorcida de realidade e poder criar estigmas sociais com consequências nos sentimentos de insegurança e no aumento dos medos.

Os praticantes de prevenção da criminalidade enfatizam a importância da prevenção estratégias que são caracterizadas por ações a longo prazo, e num diagnóstico sólido que leva em conta a complexidade das causas do crime e das suas interações. As abordagens rápidas de formulação das notícias, não são, por isso compatíveis com o rigor com que deve ser feita a informação sobre os acontecimentos relativos às práticas criminais e delituosas.

Por outro lado, na imprensa, os *media* podem apresentar um retrato impreciso do crime. A imprensa influencia a opinião pública sobre as tendências da criminalidade, aumentando cobertura de certos crimes desproporcionalmente à quantidade de crimes que se verificam numa comunidade, o que tem consequências sociais graves no domínio dos sentimentos de segurança e na prevenção (Hubbard & DeFleur, 1975).

A forma como a comunicação social notícia o crime, inclui, muitas vezes, aspetos sensacionalistas dos eventos, segundo a qual o interesse jornalístico assenta nas histórias que atuem ao nível emocional mais do que na verdade, levando à criação de estigmas que afetam as comunidades e áreas urbanas.

Há no entanto atividades delituosas e crimes que são muitas vezes ignorados pelos meios de comunicação, tais como crimes de "colarinho branco" e crimes ambientais por não suscitarem tanto impacto público. O resultado pode consistir em consolidar perceções ambíguas sobre a criminalidade e levar a decisões políticas inadequadas, que dificultam as estratégias de prevenção do crime eficazes e sustentáveis por assentarem mais em estereótipos que na realidade (Hackler, 2007).

A redação entre a prática do crime, a sua divulgação noticiosa e o sentimento do medo na sociedade é difícil de avaliar. A cobertura da comunicação social pode contribuir para a vitimização crescente e para os sentimentos de insegurança, em termos de localidades com aptidão para a prática do crime, declínio social e degradação urbana decorrente da desorganização da vida urbana, caracterizada por símbolos da desordem e do crime: degradação do espaço público, adolescentes nas ruas; prédios abandonados; *graffitis*; drogas ilegais; embriaguez pública;

vandalismo. O que faz aumentar a inquietação urbana e, consequentemente, o medo do crime (Rogers, s.d.).

A cobertura dos *media* pode influenciar negativamente a implementação de novas medidas, segundo as quais um evento isolado pode influenciar mudanças em larga escala, mesmo que as medidas anteriores não tenham ainda sido avaliados ou produzidos efeitos. No entanto, Carli, Sagant e Capobianco (2008) afirmam que a comunicação social deve relatar o requerer da adoção de políticas criminais “pesadas” e atitudes punitivas para uma contínua tarefa desafiadora.

Há debates em curso sobre a extensão em que os meios de comunicação desempenham um papel na produção da violência. A influência direta ainda não foi provada. Contudo, os pressupostos apontam mais ou menos para um vínculo de causalidade. De acordo com Brown (1996), do Instituto Australiano de Criminologia, os estudos efetuados sobre a televisão e os filmes de violência não sugerem uma relação causal direta entre a exposição dos *media* e o comportamento agressivo, mas sim se referir a uma relação complexa que identifica a interação de variáveis.

Em 2002, o relatório da WHO (World Health Organization, 2002) sobre a violência e os estados de saúde expõe que uma breve exibição de violência na televisão ou filme produz a curto prazo um aumento do comportamento agressivo e os efeitos parecem ser maiores para os jovens com tendências agressivas. Assim, os meios de comunicação podem desempenhar um papel para facilitar o comportamento agressivo, mas as evidências permanecem vagas e não confirmações. Os estudos demonstraram uma forte relação entre a exposição dos *media* e a dessensibilização de certos atos delituosos. Srivastva e Agarwal (2004) referem que os *media* são como um instrumento poderoso para “comunicar ideias”.³¹

³¹ O estudo centra-se no cinema indiano e televisão, em que os autores acham que imagens de violência contra as mulheres vão dessensibilizar os espectadores a estupro e assassinato contra as mulheres. Os autores consideram essa situação como um “efeito perigoso”, que deve ser marcada. No final, eles afirmam que a comunicação social tem um papel muito influente e, portanto, através da remoção de imagens de mulheres como vítimas de violência, consegue-se resultados positivos no combate à violência contra as mulheres (Srivastva & Agarwal, 2004, pp.63-64).

A cobertura informativa focalizada sobre grupos-alvo (minorias étnicas e culturais, estrangeiros, imigrantes e refugiados) e a sua referenciação nas estatísticas de criminalidade podem reduzir as percepções públicas, e infundir um medo falso, estereótipos e racismo, aumentando a intolerância e a implementação de políticas sociais discriminatórias (Dixon & Azócar, 2007; Gilliam & Iyengar, 2000).

A estigmatização atinge sobretudo algumas áreas urbanas, sobretudo as áreas centrais degradadas e a periferia urbana, cujas malhas se tornaram os alvos principais para as reportagens dos *media* sobre o crime. Yanich (2001, p.222) argumenta que a comunicação social apresenta uma “*dimensão urbana e suburbana do crime*”³², considerando aquelas áreas como perigosas. O resultado, como foi observado por Souza (2007), é o medo de certas comunidades, que pode ser contra produtivo para as estratégias de prevenção, uma vez que marginaliza indivíduos que vivem dentro da comunidade alvo. A redução nos preços dos imóveis em determinado lugar decorre da deterioração da qualidade de vida da população, devido ao medo e ao aumento na percepção do local de violência e à maior fragilidade nas relações sociais aí existentes. Além de que, também, os sentimentos de isolamento e a desvalorização da autoimagem dificultam o investimento futuro e a instalação de serviços naquelas áreas (Souza, 2007).

O papel da comunicação social como principais provedores de informação deve ser visto no aparecimento e evolução das políticas de prevenção da criminalidade e na formação da percepção do público sobre o crime e sua resposta. No entanto, é importante notar que o impacto ou efeitos dos meios de comunicação sobre o desenvolvimento de sentimentos de insegurança, e estigmatização continua a ser difícil de avaliar com precisão.

Os meios de comunicação podem desempenhar um papel democrático quando se trata da questão da prevenção do crime. Com mais e melhores informações, os *media* educam a população sobre determinadas questões, estimula o pensamento crítico sobre os comportamentos sociais e promovem a responsabilidade por parte

³² “*urban-suburban dimension of crime*”, versão original.

das instituições, organizações e governo, local e nacional (Carli, Sagant & Capobianco 2008; Alat, 2006).

A comunicação social pode ajudar a promover o "jornalismo cívico", que promove a responsabilidade por parte dos meios de comunicação social para fornecer informação confiável e se empregar em iniciativas positivas de prevenção da criminalidade. Em suma, a prevenção do crime é fortalecida através da construção de parcerias através de uma política de comunicações.

2.12. Custo do crime e das incivildades

A criminalidade e a prática de atividades delituosas concorrem para acrescentar custos à economia urbana, pela degradação que provocam e pela desvalorização a que levam as áreas urbanas onde ocorreu.

Bowles, Reyes e Garoupa (2009) para medir os custos da criminalidade usam uma economia baseada no custo-benefício em que existe uma estrutura para gerar hipóteses sobre as circunstâncias suscetíveis de ser mais ou menos favoráveis à quantificação do custo do crime. As estruturas de incentivo direcionadas para vítimas da criminalidade, quando estas fazem escolhas sobre se devem relatar o crime, oferecem uma explicação alternativa relatando taxas e modelos amplamente utilizados que dependem das diferenças interpessoais ou características sociodemográficas, tal como enunciado por (Akers & Kaukinen, 2009; Bachman, 1998; Baumer, 2006; Bickman & Rosenbaum, 1977). Mostrando estes estudos que não existe um modelo único que possa avaliar, com rigorosa certeza, o custo social do crime e das incivildades. Até porque parte desse custo apresenta componentes afetivas não mensuráveis.

As decisões tomadas pelas vítimas provavelmente refletem julgamentos que estas fazem sobre os vários resultados possíveis de comunicação, incluindo custos subjetivos em questão que podem incorrer no depor em tribunal, a possibilidade de ser intimidados por criminosos ou suas famílias ou amigos e outras influências. A literatura económica refere a importância da criação de um modelo de relatório

(com base numa estrutura simples), onde as vítimas podem exigir alguma compensação monetária para fazer face a alguns dos custos (Garoupa, 2001).

Cabe ao cidadão que é vítima, ou testemunha de um crime decidir relatar ou não o evento. Representa isto que os métodos atuais de análise económica do custo do crime podem ser usados para reforçar o argumento de que a denúncia do crime e as decisões a elas associadas representam um problema de escolha racional por parte da vítima. Mostrando que a denúncia corresponde, também, a uma série de custos e benefícios pelo que a decisão da denúncia é em favor da opção mais vantajosa, é uma decisão económica. Esta escolha pessoal nem sempre resulta na decisão que seria socialmente preferível, uma vez que alguns dos custos e benefícios incidem sobre terceiros, bem como sobre a vítima ou a testemunha (Bowles, Reyes & Garoupa, 2009).

Em suma, toda a criminalidade tem um custo associado e este não decorre apenas da prática efetiva do delito ou outro tipo de incivilidade com custos diretos (tangíveis) e indiretos (intangíveis), mas de outros fatores, pessoais, culturais, morais, que não podem deixar de ser considerados nas avaliações que sejam feitas.

Apesar de que, além dos custos diretos, todos os outros custos com o crime e incivildades são difíceis de calcular. Mesmo quando o crime nem sequer chegou a acontecer e já está a provocar despesa que decorre da implicação do sentimento de medo do crime e respetivas implicações na vida dos cidadãos, porque o medo pelo incómodo e distúrbio que provoca na vida das pessoas já constitui um custo. Outro aspeto que igualmente contribui para a dificuldade de calcular o custo do crime prende-se com o facto de existirem sempre crimes que não são registados pelas autoridades porque não existiu apresentação formal de denúncia.

No entanto, Lourenço (2010, p.50) adianta que: *“O crime acarreta danos que estão muito para além da dimensão psicológica e económica do seu impacto directo. Os resultados dos actos criminosos atingem não apenas as vítimas directas como têm efeitos que se poderão designar por danos indirectos, afectando a vida de indivíduos não envolvidos directamente no acto em causa e afectando a sociedade no seu todo.”*

Para Czabański (2008) o problema dos custos do crime podem ser vistos em duas perspectivas diferentes *ex-ante* e *ex-post*. A primeira é a perspectiva *ex-ante*, que corresponde ao momento em que uma pessoa enfrenta o risco de ser vítima de um crime; ou seja, quando a potencial vítima tenta minimizar esse risco, e toma algumas precauções desde que os benefícios em termos de risco reduzido sejam iguais aos custos marginais dessas medidas cautelares. As pessoas tentam minimizar o risco de vitimização movendo-se para bairros mais seguros, compram dispositivos de segurança, ou evitam lugares potencialmente perigosos. Todos esses gastos são suportados em antecipação de crime.

Contudo, e apesar disso, uma proporção substancial de pessoas tornam-se realmente vítimas de crime num determinado ano e posteriormente ficam a sofrer de dor e de perdas adicionais (Van Kesteren, Mayhew & Nieuwbeerta, 2001).

Nestes casos a perspectiva no que diz respeito aos custos do crime é uma perspectiva *ex-post*, tendo em conta os custos do processo penal que se sucede à denúncia do crime. Muito frequentemente, assente em danos, perdas de produtividade, cuidados de saúde, *stress* e penalização da vida humana. No entanto, isto pode levar a resultados paradoxais porque as pessoas reagem emocionalmente de forma diferente a assuntos iguais; numa determinada situação uma vítima pode ficar com dor e angústia e outra, em situação equivalente, não ficar angustiada e consequentemente não necessitar de aconselhamento psicológico para lidar com seu sofrimento. Este aspeto é suficiente para, em situações de igual importância criminal haver custos diferentes, em função das características da vítima alvo. Deste modo, torna-se difícil calcular o valor real dos custos do crime, juntando os valores diretos e tangíveis aos colaterais, na maior parte dos casos intangíveis.

A importância da segurança na vida social e a necessidade de prevenção das práticas criminais leva a que uma parte significativa do orçamento dos estados seja dedicada a esta área de ação política e administrativa. Reduzir o peso e a importância dos custos do crime nos custos públicos e privados é, por isso, uma tarefa que ganha crescente dimensão, especialmente ao nível da sua repercussão nos orçamentos públicos e familiares, (Cohen, 2005).

As primeiras estimativas dos custos do crime tentaram avaliar gastos públicos no controle da criminalidade e incidiram principalmente sobre os custos de polícia, tribunais, juízes, júris, prisões e outras instalações que foram de alguma forma relacionados com crimes, (Smith, 1901; Czabański, 2008).

Stern (2001) deixou-nos registada a memória de como *Times Square*, em Nova Iorque, passou de zona degradada e pouco apetecível onde o crime era uma constante, a zona paradigma de reabilitação urbana depois da adoção de medidas de prevenção e combate ao crime pelas autoridades locais; por pressão, é certo, dos agentes económicos afetados pelo abandono da área pelos turistas devido à insegurança. Um exemplo de como a criminalidade e a perceção da insegurança que lhe está associada contribuem para a e desvalorização do espaço e da propriedade.

Dada a elevada complexidade e quantidade de fatores que interferem no custo do crime, Lourenço (2010) diz tornar-se fundamental determinar, a montante, qual o objetivo pretendido com o estudo do custo do crime para se ultrapassarem à partida as questões de ordem conceptual e metodológica; isto é, se o objetivo é estimar os custos para o contribuinte com a prevenção e o combate da criminalidade ou se o que se pretende é avaliar os impactes para as vítimas e para a sociedade no seu todo, para termos uma noção da grandeza do custo que o crime representa para a sociedade é fundamental este tipo de indagação que proporciona informação indicativa para a determinação de políticas públicas de segurança.

O custo do crime e a sua avaliação envolve, no entanto, a necessidade de uma distinção cuidadosa entre custos sociais e custos externos porque, embora relacionados, estes conceitos são distintos e conduzem a resultados que podem ser substancialmente distintos. O conceito de custos sociais reporta-se a ações que tenham impactes na sociedade, que podem ser positivos ou negativos. O crime é exemplo de custo proveniente de ações que cooperam para a diminuição do bem-estar e da qualidade de vida de uma determinada sociedade, tem por isso, consequências negativas no balanço social. Os custos externos referem-se a custos impostos por uma pessoa sobre outra que não os adota por espontânea opção são

2 | A CIDADE FACE À (IN)SEGURANÇA

uma consequência. A noção de custo total é apenas possível com recurso a estes conceitos, (Lourenço, 2010).

3 | O DESENHO URBANO E A PREVENÇÃO DO CRIME

"O presente é a sombra que se move separando o ontem do amanhã. Nela repousa a esperança."

Frank Lloyd Wright

3.1. O paradigma CPTED

A prevenção do crime através do espaço construído foi a expressão em língua portuguesa consagrada por diversos especialistas que trabalham nesta área para a sigla internacional CPTED (Machado & Neves, 2011), designada na literatura internacional para o efeito através do acrónimo CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*), nos trabalhos de Newman (1972) visando o *"defensible space"* (espaço defensável). Este termo, usado para descrever um ambiente residencial com características físicas resultantes da construção de projetos e/ou planos concertados para os diferentes locais, de modo a permitir que os próprios habitantes se tornem agentes fundamentais da sua própria segurança, corresponde à ideia base do paradigma CPTED.

Na generalidade o conceito de CPTED baseia-se no princípio de que o projeto apropriado e o uso e controlo eficaz do ambiente construído podem reduzir o crime, o medo do crime e melhorar a qualidade de vida. O que confere às questões do urbanismo e do desenho urbano um papel nuclear na concretização daqueles objetivos.

Com este princípio procura-se organizar o espaço por forma a dissuadir os agressores da prática dos crimes, concebendo o ambiente construído de tal modo que se reduzam as possibilidades de ocorrerem.

O CPTED pretende sobretudo dissuadir, detetar, atrasar, avaliar e responder aos delitos, considerando que estes são os objetivos da criação de uma área segura.

Consiste num método simples, conforme é graficamente ilustrado na figura seguinte:

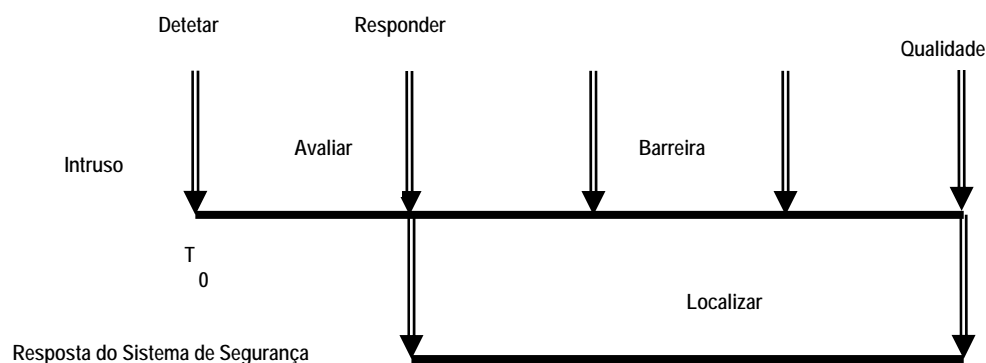


Figura 9 | Esquema de sistema de segurança.

Fonte: *Military handbook design guidelines for physical security of facilities-MIL-HDBK-1013/1 (1993), Figura 5.*

A interação em tempo útil destes elementos básicos, especialmente o papel das barreiras em retardar a ameaça, é mostrada na figura. Assim, em algum ponto no tempo, rotulado por T_0 na figura, começa por um adversário um ataque ou ação não autorizada. A linha superior na figura mostra as ações e o tempo necessário para o intruso poder completar o seu objetivo, incluindo o atraso causado pelas barreiras associadas, com o sistema de segurança. No tempo T_0 , um sensor é disparado o que inicia os elementos do sistema ativo de proteção. Começando no momento T_0 , um tempo de corrida entre o adversário e os elementos de resposta.

O objetivo do sistema de proteção é o de assegurar que o sensor de alarme seja rápido e que sejam corretamente avaliados, e que a resposta seja eficaz. De imediato são alertadas as forças de segurança para chegarem ao local correto a tempo de evitar que o infrator realize o seu objetivo. O papel das barreiras é aumentar o tempo de intruso após o sensor do sistema de deteção ser disparado. Este aumento do tempo é conseguido através da introdução de barreiras suficientes, ao longo de todos os caminhos possíveis, para permitir o atraso necessário para que as forças de segurança possam chegar e reagir com a resposta.

Todo o sistema acima esquematizado na figura 9 tem elementos que são igualmente importantes e devem operar de forma integrada. Nenhum elemento pode ser eliminado para que não fique comprometido o sistema de segurança que se pretende eficaz. A detecção é importante, uma vez que qualquer resistência e demora podem, eventualmente, fazer com que uma barreira seja penetrada sem detecção. Além disso, o tempo de atraso deve ser o suficiente para permitir um tempo após a detecção para avaliação da ameaça e definição da resposta por parte das polícias de proximidade.

Assim, as estratégias mais comuns preconizadas pelo modelo assente numa abordagem integrada e holística (ver figura 10) são: a vigilância natural, o controle de acesso natural e o reforço territorial natural. Sendo que as duas primeiras estratégias limitam a oportunidade para o crime e a terceira promove o controlo social.

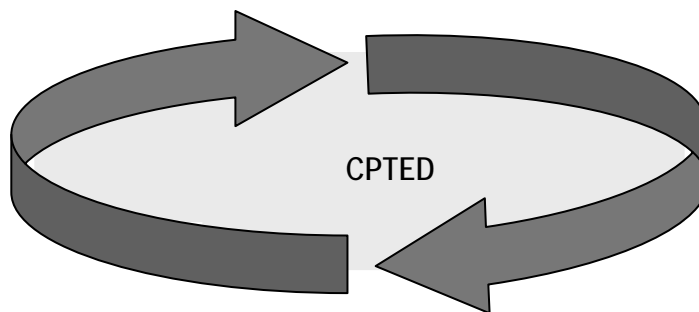


Figura 10 | CPTED, abordagem integrada.

Este instrumento preventivo ocupa um lugar de destaque, do mesmo modo que a abordagem repressiva é necessária no combate contra a delinquência. Esta abordagem possibilita a obtenção dos mesmos objetivos atuando a montante, ou seja, antes da prática do ato perverso. A prevenção da criminalidade através do desenho urbano constitui hoje em dia uma ferramenta fundamental para reduzir a criminalidade efetiva e para oferecer à população formas de vida mais seguras, sempre no respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos.

3.2. Quatro décadas de práticas e debates

O quadro seguinte expressa a ordem cronológica como têm surgido alguns investigadores do CPTED e seus contributos, de forma a sistematizar a informação.

Evolução do CPTED				
	Ano	Investigadores	Área	Contributos
↑	2000	Timothy Crowe e Diane L. Zahn	Criminologistas	Crime Prevention Through Environmental Design; 2 nd Edition
	1999	SPARTA / HUD		CPTED and Situational Crime Prevention
	1997	SPARTA / HUD		CPTED and Situational Crime Prevention
	1995	SPARTA / HUD		CPTED and Situational Crime Prevention
	1996	Oscar Newman	Arquiteto	Creating Defensible Space
	1994	The Delft Checklists, Holanda		
	1991	Barry Poyner e Barry Webb	Arquiteto / Psicólogo	Crime-free Housing
	1991	Randall Atlas	Arquiteto	The other side of Defensible Space
	1991	NCPI e Timothy Crowe	Criminologista	Crime Prevention Through Environmental Design
	1990's	Netherlands NIJ		Vários estudos
	1980's			Vários estudos sobre CPTED
	1986	Derek B. Cornish e Ronald V. Clarke	Criminologistas	Rational Choice Theory
	1985	Alice Coleman	Geógrafa	Utopia on Trial: vision and reality in planned housing
	1982	James Q. Wilson e George L. Kelling	Cientista, político/ Criminologista	Broken Windows
	1981	Sally E. Merry	Antropóloga	Defensible Space Undefined: social factors in crime control through environmental design
	1981	Paul and Patricia Brantingham	Criminologistas	Environmental Criminology
	1980	William Brill		Comprehensive Security Program / HUD
	1980	Ronald V. Clarke	Psicólogo, criminologista	Situational Crime Prevention
	1980's	Westinghouse		Vários estudos sobre CPTED
	1979	Patricia Mayhew	Criminologista	Defensible Space
	1979	Marcus Felson e Lawrence Cohen	Criminologistas	Routine Activities Theory
	1977	C. Ray Jeffrey	Criminologista	Crime Prevention Through Environmental Design
	1970's	Westinghouse		Estudos sobre CPTED
	1978	Barry Webb e Barry Poyner	Criminologistas	Beyond Defensible Space
	1975	Oscar Newman	Arquiteto	Design Guidelines for Creating Defensible Space
	1972	Oscar Newman	Arquiteto	Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design
	1971	C. Ray Jeffery	Criminologista	Crime Prevention Through Environmental Design
	1968	Shlomo Angel	Arquiteto Investigador	Discouraging Crime Through City Planning
	1961	Elisabeth Wood	Socióloga	Chicago Housing Authority
	1961	Jane Jacobs	Escritora e activista	The Death and Life of Great American Cities

Quadro 4 | Lista parcial da evolução do CPTED

Hoje é possível uma reflexão serena sobre a aplicação da metodologia de prevenção da prática de crimes e outras atividades delituosas em espaço público tendo em consideração a evolução do conceito de CPTED desde o início da década de 60 do século passado.

Desde os anos 60, vários estudos foram feitos sobre a relação entre as características do espaço urbano e, as ocorrências criminais; do que surgiram diferentes conceitos e modelos teóricos. De entre eles destacam-se os trabalhos de Jacobs (1961), de Jeffery (1971), Newman (1972), e Hillier & Hauson (1984) pelo contributo dado ao estudo do modo como o ordenamento territorial e demográfico apresenta fatores que podem influenciar a criminalidade por distintos padrões.

É inegável a importância destes estudos na formulação do conceito de CPTED e na definição das bases dos documentos de orientação para as políticas públicas que integrem programas destinados a garantir e promover a segurança urbana.

Porém, percorrendo a história dos paradigmas enunciados sobre o modo como o desenho urbano influencia a segurança, evidencia-se que a partir dos anos 60 os urbanistas e outros especialistas passaram a debruçar-se sobre a área da dissuasão sobre atividades delituosas e/ou transgressivas em ambiente urbano através dos conceitos “vigilância natural” e “controlo social”.

As estratégias em causa assentam no pressuposto que o ambiente urbano pode influenciar atividades criminosas no espaço quer através da sua morfologia, quer da sua vivência.

Nessa década, Lynch³⁴ (1960) lançou o seu livro mais famoso *The Image of the City*, onde são descritos os significados sensoriais dos elementos que compõem a cidade, que fornece diretrizes para observação e avaliação dos espaços.

Também na década 60, Wood (1961) descreve o seu trabalho que efetuou para *Chicago Housing Authority*, como diretora (elaborou vários projetos de habitação social, integrada e inclusiva, para Afro-Americanos), entre 1934 e 1954, onde

³⁴ Kevin Lynch, 1918-1984.

desenvolveu um conjunto de orientações para tratar das questões de segurança, colocando a ênfase na conceção de funcionalidades que iriam apoiar a vigilância natural. Designadamente, no seu livro, dá consideração à melhoria da visibilidade dos “parques infantis”, introduzindo bancos e casas nas suas imediações para garantir uma vigilância natural e constante através dos residentes, e criando entradas dos edifícios, encarando-os como espaços de encontro que carecem de ser visíveis e bem iluminados. “*O conceito de Wood sobre o controlo social é baseado na presença de/da vigilância natural de residentes (...) áreas fora da vista são áreas fora de controlo (...) ela apercebeu-se que o controlo social espontâneo pode ser eliminado por um desenho negligente (...)*” (Coetzer, 2003, p.95).³⁵

Elizabeth Wood no seu trabalho em *Chicago Housing Authority*, centrou-se em criar “*ambientes mais gratificante para populações de baixos rendimentos, advogando melhores condições de recreio, lugares de encontro de todos os tipos, lojas, igrejas e centros para serem considerados dentro do projeto de habitação das terras*”³⁶ (Newman cit. in Coetzer, 2003, p.95). Tendo-se focalizado na visão de uma habitação social integrada e inclusiva a qual na época foi muito criticada. Apesar das suas orientações terem sido implementadas, Elisabeth Wood nunca estimulou grandes seguidores com a habitação social integrada, vivia-se uma altura de segregação racial nos Estados Unidos e inclusivamente, em 1953, após uma reação violenta de residentes brancos, contra a colocação de uma família afro-americana no seu bairro social, teve de sair da *Chicago Housing Authority*, bem como no ano seguinte acabou por sair a sua equipa, (Freitas, 2011).

E, ainda, na década de 60 Angel³⁷ (1968) surgiu como um dos primeiros pioneiros do CPTED, abordando a criminalidade de rua em Oakland, Califórnia. Nela, ele afirma conceitos que desenvolveu, com base em trabalhos efetuados que

³⁵ “*Wood’s concept of social control is based on the presence of and natural surveillance by residents (...) areas out of sight is seen as areas out of control (...) she realized that spontaneous social control could be eliminated by negligent design*”, Versão original.

³⁶ “*(...) more fulfilling environments for low-income populations, advocating for recreational facilities, meeting places of all types, shops, churches and centres to be accommodated within the housing project grounds*”, versão original.

³⁷ Schlomo Angel, estudou com Christopher Alexander sob sua orientação. Schlomo Angel, na sua tese de doutoramento desenvolveu o tema “*Discouraging Crime Through City Planning*” (1968). Actualmente é o principal investigador no estudo global de expansão urbana que tem sido financiado pelo Banco Mundial, pela *National Science Foundation*, da NASA, e ultimamente pelo *Lincoln Institute of Land policy*.

foram publicados em 1970, que estiveram na base e consolidação do conceito CPTED, os quais foram amplamente distribuídos pelo *United States Department of Justice* (Luedtke & Associates, 1970).

Na década seguinte, Jeffery (1971) apresenta a estratégia para a redução dos delitos de conjuntura em zonas residenciais através do desenho urbano e da participação da comunidade, que designa por “*Crime Prevention Through Environmental Design*” (CPTED) e nessa altura é lançado o seu livro com o mesmo nome. Assim, surgiu por meio deste criminologista o novo termo CPTED³⁸, onde Jeffery (1971) de acordo com Jacobs (1961) reitera a ideia da diversidade de usos e da presença constante de atividade e consequentemente de transeuntes nos espaços públicos.

Jeffery (1971), no seu livro reproduz a experiência que obteve através de projetos de reabilitação de escolas em Washington, onde enaltece o uso do espaço físico para manipular o comportamento humano, e consequentemente a criminalidade. O autor, também, comenta a opção de medidas políticas e administrativas relacionadas com a vigilância e controle para lidar com a criminalidade onde desde a polícia aos tribunais tudo falha, pelo que na justiça criminal nada tem sucesso, uma vez que nem o público nem o criminoso estão protegidos. Jeffery considera que a polícia é completamente ineficaz exceto dentro de uma prevenção da criminalidade enquadrada. Para o autor os tribunais são totalmente ineficazes para lidar com o problema do crime e as prisões brutalizam e endurecem os criminosos que são lá colocados. Assim para o autor o único caminho para lidar com o crime é preveni-lo.

Concomitante com Jeffery verificou-se um alargamento teórico do tema com base no trabalho desenvolvido um ano depois por Newman (1972) e Rand, que incidem no estudo empírico da conexão crime-ambiente realizado desde o início dos anos 70.

³⁸ O termo CPTED, desenvolvido por Jeffery considera que a actividade criminal provém das oportunidades promovidas pelo ambiente físico. Logo, ao proceder-se a uma mudança nesse ambiente, a probabilidade da ocorrência de crime reduz-se.

O Newman (1972) apresenta a teoria do espaço defensivo, na qual compara a interferência territorial do espaço urbano na vigilância e controle por parte da população de forma a prevenir a criminalidade. Nela afirma que as atividades delituosas surgem da indefinição territorial, pelo que é fundamental existir uma estrutura espacial com domínios territoriais hierarquizados (espaços-funcionais) entre o domínio público e privado. O modo de atingir a segurança passa pela promoção da restrição ou a inibição de acesso físico e visual a estranhos, através do recurso a barreiras físicas ou simbólicas e pela redução de caminhos alternativos que promovam fugas indevidas.

Newman (1996) influenciou-se e influenciou o conceito de espaço defensivo através da sua observação ao desastroso empreendimento *Pruitt-Igoe*, construído sob o ideal modernista que seguia os princípios de Le Corbusier, comparativamente com a próxima *Carr Square Village*, mais velha, pequena e com casas em banda, ocupada por uma população idêntica.

Conforme estabelecido por Newman, o espaço defensável deve conter duas componentes. Primeiro, o espaço defensável deve permitir que as pessoas vejam e sejam vistas de forma contínua. Em última instância, esta componente diminui o medo nos residentes, porque sabem que um potencial agressor pode ser facilmente observado, identificado e, conseqüentemente, capturado. Em segundo lugar, as pessoas devem estar dispostas a intervir ou relatar o crime quando ele ocorre.

Assim, ao aumentar o sentimento de segurança, em contextos onde as pessoas vivem e trabalham, incentiva-se as pessoas a tomar o controle das áreas e a assumir um papel de posse da propriedade pelo sentimento que adquirem pelo espaço ao se identificarem com ele. Quando as pessoas se sentem seguras na sua vizinhança, são mais suscetíveis de interagir no crime e intervir quando este ocorre. São estes os aspetos centrais e os mais importantes, os quais continuam a ser os temas fulcrais na maioria das implementações CPTED.

Jeffery (1971) e Newman (1972) defendem que o controlo social dos espaços promove no potencial delinquente o desconforto, passando o infrator a sentir-se o

alvo. No entanto, Newman considera que este tipo de controlo deve ser sustentado em favoráveis condições de visibilidade.

Em 1977, Jeffery na segunda edição do “*Crime Prevention Through Environmental Design*” expandiu a sua abordagem teórica para abraçar um mais complexo modelo de comportamento, no qual as variáveis -ambientes físicos, comportamento delinquente dos indivíduos e o comportamento dos membros individuais do público em geral - têm influências recíprocas umas sobre as outras. Estes são os alicerces com os quais Jeffery desenvolveu um modelo comportamental que visa prever os efeitos de alterar tanto o ambiente externo como o ambiente interno de cada um dos infratores.

A partir da década de 80, as prescrições para o “*defensible space*” (espaço defensável) que determinaram o aumento da eficácia da segurança urbana, foram desenvolvidas e trabalhadas em contextos residenciais onde os moradores eram relativamente livres de responder a estímulos para aumentar a interação social.

Como resultado, Newman e outros impulsionados, para melhorar o “espaço defensável”, baseado no CPTED, foi sendo acrescentado de funcionalidades. As contribuições para o avanço do CPTED na década de 1980 incluíram:

- a. A teoria “*broken windows*”, apresentada por Wilson e Kelling, em 1982, que explorou o impacto que a visível degradação e abandono em bairros têm sobre o comportamento da população. Por provocar condutas antissociais onde se incluem comportamentos ilícitos, o que consequentemente conduz ao sentimento de insegurança da população. Assim, a manutenção do imóvel foi adicionada como uma estratégia do CPTED a par com a vigilância, o controle de acesso e a territorialidade. Nesta base, nos Estados Unidos da América, o Mayor de Nova Iorque, Giuliani, seguiu uma estratégia baseada no princípio da teoria “*broken windows*”, e instituiu a tolerância zero para as práticas antissociais e de pequeno delito, o que trouxe efeitos inquestionáveis na redução dos índices de criminalidade, esta medida decorreu em simultâneo com o reforço de policiamento na rua.

- b. Os académicos canadianos Brantingham e Brantingham (1981) publicaram “*environmental criminology*”. Segundo os autores, um crime só tem lugar quando todos os elementos essenciais estão presentes. Estes elementos consistem no seguinte: uma lei, um delinquente, um alvo, e um lugar. Eles caracterizam estes fatores como "as quatro dimensões da criminalidade", e como investigadores de criminologia estudam a última das quatro dimensões.
- c. Os criminologistas britânicos Clark e Mayhew desenvolveram a “*situational crime prevention*” (prevenção situacional do crime), cuja abordagem prevê: redução da possibilidade de ofender, melhorando a conceção e a gestão do ambiente.
- d. O criminologista Crowe, enquanto diretor do NCPI (*National Crime Prevention Institute da University of Louisville*), também, contribuiu para o CPTED com a criação de *training programs* que se constituem como uma importante fonte de informações, sobre detalhes relevantes da relação entre o desenho do espaço e o comportamento urbano. Sendo esta ferramenta muito útil para arquitetos, urbanistas e outros atores no processo de planeamento e gestão do espaço urbano.
- e. Hillier e Hanson, também, abordaram o tema da vigilância natural e do controlo social, numa ótica próxima de Jane Jacobs e refutam as propostas de hierarquização espaço-funcional apresentadas por Newman e seguidas pelo CPTED (Hillier & Hanson, 1984; Hillier et al., 1987). Os autores pretendem demonstrar como as teorias deste modelo espacial “*space syntax*” (Hillier & Hanson, 1984) que deste modo é possível perceber as ordens espaciais existentes no sistema do espaço público urbano, designadamente as circulações pedonais, a localização de atividades, entre outros aspetos. O modelo espacial “*space syntax*”, permite-nos perceber padrões e testar estratégias de desenho que melhorem a interação e sociabilização entre as pessoas. Mediante este arquétipo é possível analisar os espaços individuais de forma integrada na rede integral da

cidade entendendo a forma de como uma atividade pontual pode influenciar rede urbana na sua globalidade⁴³.

Nos anos 90, o modelo CPTED de Jeffery que assenta numa abordagem interdisciplinar evoluiu para um modelo no qual de acordo com Robinson (1999) o ambiente nunca influencia diretamente o comportamento, mas só através do cérebro, deste modo qualquer modelo de prevenção do crime deve incluir tanto o cérebro como o ambiente físico, porque a abordagem contida no modelo CPTED de Jeffery é atualmente baseada em muitos campos, incluindo o conhecimento científico das ciências modernas que estudam o cérebro. Assim, o foco na prevenção do crime assente só no ambiente externo é inadequado, pois ignora toda uma outra dimensão de CPTED (i. é, o ambiente interno).

Pelo criminologista Crowe foi criada uma base sólida para a CPTED, que se alicerça na ideia que a conceção e o uso adequado, de um espaço, de modo a retribuir às necessidades físicas, sociais e psicológicas dos utilizadores, reduzem a possibilidade de ocorrência do crime, o que permitiu o CPTED avançar pelos restantes anos da década de 90. Nesta obra, Crowe (1991), aperfeiçoa determinados assuntos do modelo base de Jeffery que eram criticados.

Em 1996, Newman publicou uma atualização da sua obra anterior, intitulada de “*Creating Defensible Space*”.

Em 1998, um artigo de Saville e Cleveland, apresentado no 3.º encontro internacional sobre CPTED, em Washington, designado por “*2nd Generation CPTED*”, veio encorajar profissionais para analisar a origem dos aspetos sócioecológicos das origens CPTED, incluindo questões sociais e psicológicas para além do ambiente construído. A atribuição da designação de 2.ª geração CPTED, teve em consideração o facto de constituir como que uma reforma das teorias de

⁴³ Este tipo de análise, que recorre a dados mensuráveis como à integração, à acessibilidade e à visibilidade, permite-nos reconhecer as razões do sucesso da promoção de sociabilização de certas zonas em prejuízo de outras. Assim, com esta informação é possível tomar sólidas decisões futuras no que concerne à regeneração do desenho do espaço urbano de forma a gerar espaços mais aprazíveis e activos que fomentem a sociabilização da população e onde se preze andar a pé e passar o tempo livre em ócio.

Jeffery, mais ajustadas às necessidades do homem que estava, então, a entrar no novo século.

Neste sentido, os autores solicitam um especial interesse da CPTED nos assuntos ligados à sustentabilidade, à saúde e ao “*empowerment*” e socialização das comunidades. Consideram que os valores de uma comunidade segura não ocorrem de estruturas físicas (construídas de inertes), mas sim sociais e psicológicas como estruturas familiares, de pensamento e, mais importante ainda, de comportamento. Para tirarmos proveito podemos começar com um exame aos aspetos físicos do espaço, mas também devemos olhar para os aspetos sociais da casa e do bairro, o corresponde ao ambiente afetivo (Saville & Cleveland, 1998).

Todavia, a partir de 2004 os elementos da abordagem CPTED ganharam ampla aceitação internacional devido à sua aplicação em leis e em tentativas de adotá-la. Na CPTED o termo “ambiente” é comumente usado para se referir ao ambiente externo do local. Passando então a aplicar-se o modelo de 2.^a geração do CPTED.

No quadro mundial têm sido publicados muitos estudos sobre esta temática, contudo as principais orientações de aplicação da CPTED têm origem nos Estados Unidos e na Inglaterra. Porém, ao longo dos anos as práticas e debates começaram a espalhar o seu êxito por diferentes países, e ao longo de quatro décadas a orientação e aplicação da prática CPTED, também, chegou a vários continentes, e a países como: o Canadá, países da América Latina, passando pela Austrália e Nova Zelândia. Na Europa apareceu nos Países Baixos, França, Alemanha e Espanha como é possível constatar pelas referências bibliográficas, muitas das quais citadas ao longo desta dissertação.

Todavia, todas estas iniciativas demonstram que é fundamental compreender a singularidade da experiência do sítio e do respetivo espaço público urbano que se procura controlar e que é de fundamental interesse a capacidade técnica das equipas que concretizam os processos de aplicação das várias estratégias CPETD, tal como o envolvimento da comunidade local enquanto elemento colateral no todo do processo.

Por fim, a análise crítica do quadro normativo e institucional da prevenção criminal através do desenho urbano leva-nos a conhecer a necessidade de nos munirmos de uma estratégia global de prevenção da criminalidade, bem como da urgência da prevenção da criminalidade dever estar sempre presente e associada ao modo como pensamos, planeamos e executamos qualquer atividade humana, ou como ordenamos o espaço público o que poderá passar pela ferramenta CPTED.

Face ao exposto, é necessário desenvolver essa estratégia nacional, que tenha em consideração as ações e medidas preconizadas, que visem as preocupações no âmbito da segurança e da prevenção da criminalidade.

3.3. A prevenção criminal através do desenho urbano

A partir do momento em que Newman aprofundou os critérios de Jacobs (1961) para o conceito de “espaço defensável” e apresentou o CPTED, este conceito passou a ser desenvolvido e alargadamente aplicado na prevenção da criminalidade urbana. Baseado na combinação de medidas que possibilitam o controlo efetivo dos utilizadores sobre o espaço que utilizam, tornando-os os principais agentes promotores da segurança, põe em evidência que os elementos físicos e a sociedade são dois fatores determinantes de um bem-sucedido “espaço defensável”. O que remete a prevenção da criminalidade para o domínio da organização do espaço deixando de ser matéria exclusivamente da responsabilidade das polícias.

De acordo com o CPTED uma área é segura quando as pessoas ganham o sentimento de propriedade e de responsabilidade dos espaços da comunidade onde vivem. Este sentimento torna-se muito importante e eficaz em bairros que não podem ter um policiamento permanente nem ter outro tipo de segurança. A comunidade assume a vigilância como responsabilidade sua, e, com isso, busca a dissuasão de práticas criminais, uma vez que os “intrusos” se apercebem deste controlo visual permanente.

O objetivo do CPTED é, assim, através das características físicas do espaço criar um sentimento de apropriação do local, por parte das comunidades, que garantirá um ambiente seguro aos residentes. Para isto é importante que o desenho urbano, a morfologia dos espaços e a própria arquitetura contribuam, também, para isso.

A teoria do espaço defensável é aplicável a qualquer tipo de espaço planeado. A intenção de Newman é dar aos moradores de uma determinada comunidade o controlo dos espaços públicos, que anteriormente, permaneciam fora do seu alcance e como que estranhos à sua vivência.

O CPTED baseia-se num conjunto de princípios, ilustrados na figura seguinte, que são aplicados a locais e situações específicos e que não só estruturam a sua funcionalidade como permitem a sua utilização com sucesso.

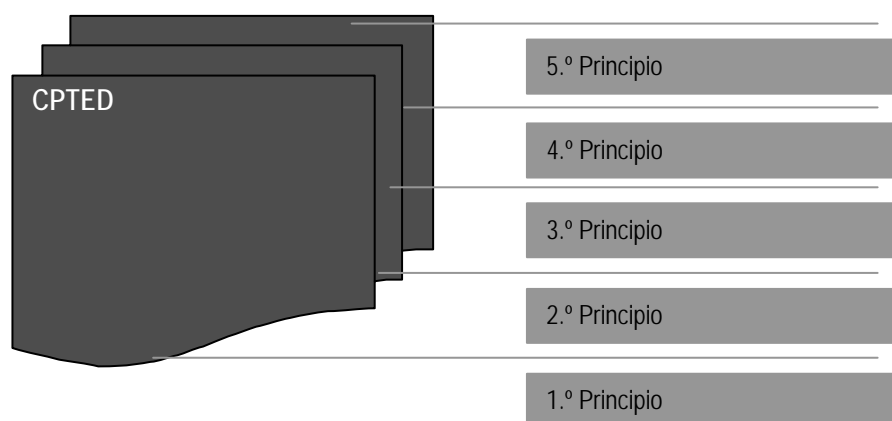


Figura 11 | Princípios do CPTED.

1.º Princípio - Vigilância natural: constitui um conceito de ordenamento com o intuito primordial de manter os intrusos sob observação, a vigilância natural (ver figura 12) é fundamental para se ter um espaço seguro. Para tal, um desenho urbano e arquitetónico que possibilite ver e ser visto torna o espaço seguro na medida em que aumenta a vigilância natural “lote-rua”, “rua-lote”.



Figura 12 | Rua com movimento pedonal. Zona do Parque das Nações, Lisboa.

A introdução de mecanismos de vigilância natural ajuda a criar ambientes onde as pessoas têm oportunidade de observar o espaço que as rodeia e a partir daí, assumir o seu controlo visual. Deste modo, gera-se a observação natural do que cada um está a usar e a fazer, originando com isso a base do processo de vigilância e social.

Em paralelo, a comunicação rápida e eficiente constitui, por seu lado, um fator fundamental para que a observação se converta em ações de prevenção face a indivíduos ou situações estranhas.

Deste modo os espaços urbanos devem ser desenhados de acordo com critérios que permitam ser mais facilmente observáveis, através de:

- a. Desenho e colocação de dispositivos físicos para aumentar a visibilidade, o que pode incluir: orientação dos edifícios, janelas, entradas e saídas, zonas de estacionamento, passeios, portões, árvores e arbustos, uso de vedações de arame farpado ou muros, sinalética ou outros obstáculos físicos;

- b. Criação de espaços atrativos e convidativos para a permanência de pessoas no local, uma vez que a presença de pessoas ou atividades maximiza as possibilidades de vigilância;
- c. Manutenção dos padrões mínimos de iluminação pública, que permitam a iluminação noturna de zonas de estacionamento, passeios, entradas, saídas e áreas conexas, de forma a permitir um ambiente mais seguro.

2.º Princípio - Territorialidade: trata-se de um conceito de ordenamento que claramente estabelece a linha de demarcação entre o espaço privado e os espaços semipúblico e público, originando um sentimento de propriedade.

A existência de espaços abandonados e seu uso definido, torna-os vulneráveis ao crime, possibilitando vários tipos de delitos e incivildades. Afastando deles as pessoas e intensificando o seu abandono. Assim, o CPTED aponta a territorialidade como princípio que assenta no estímulo e reforço dos laços de identidade através da participação da comunidade na formulação do desenho e na recuperação dos espaços de convívio. Com isto aumentando a identificação e o sentimento de pertença do local, coincidindo neste ponto com as questões bioclimáticas que procuram o desenvolvimento do *genius loci*.

Ao mesmo tempo a criação ao sentimento de pertença gera um ambiente onde a presença de estranhos ou intrusos é mais visível, sendo estes mais espontaneamente identificáveis através de:

- a. Um aumento do sentimento de propriedade legítima, reforçando as estratégias de vigilância natural existentes e de um natural controlo de acessos, associadas a estratégias simbólicas ou sociais;
- b. Desenho do espaço de forma a possibilitar o seu uso continuado e pretendido;
- c. Uso de tratamentos do pavimento, paisagem, arte, sinalética, definição de vedações e de outras barreiras de demarcação da propriedade do espaço em causa que lhes confirmem característica própria e padrões identitários, como é o

caso dos parques infantis que devem estar devidamente vedados tal como se pode ver na figura seguinte e onde apenas as crianças podem brincar sob o olhar atento dos adultos.



Figura 13 | Parque infantil com vedação. Telheiras, Lisboa.

3.º Princípio - *Controlo natural dos acessos*: trata-se de um conceito de ordenamento vocacionado particularmente para reduzir a acessibilidade criminosa. A adoção de dispositivos de controlo de acesso naturais limita o acesso e aumenta a vigilância natural que visa limitar a intrusão criminosa, especialmente em áreas onde os intrusos não são facilmente observáveis.

O controlo natural de acessos contribui para a segurança na medida em que um indivíduo desconhecido não pode entrar sem ser visto; ou seja, cria uma perceção de risco ao potencial ofensor. Esta perceção pode ser obtida através da existência de barreiras simbólicas ou reais que ajudem a subdividir o espaço tornando-o assim, mais fácil de controlar. Com isto se pretende que, no que concerne à organização do espaço, se possam constituir unidades funcionais, de dimensão variável, cada uma delas suscetível de apresentar as condições de segurança que tornam o espaço atrativo ao uso seguro, ver figura seguinte.



Figura 14 | Espaço urbano organizado. Avenida da Liberdade, Lisboa.

De facto, o reconhecimento de intrusos nestes espaços representa um fator de segurança uma vez que, garantido o controlo de acessos, a circulação se faz em áreas bem definidas e controladas. Para tal, o ordenamento do espaço urbano e o seu uso deve ter em conta a existência das condições que garantam o controlo natural dos acessos. Tais como:

- a. Uso de passeios, caminhos pedonais, vegetação e iluminação que permita orientar claramente os acessos e os pontos de entrada e saída;
- b. Uso de portões, vedações, muros, vegetação ou iluminação que previnam ou desencorajem o acesso do público a áreas escuras ou não observáveis. Este princípio é bastante controverso, contudo, deve ser tido em consideração, especialmente quando estão em causa grandes extensões de espaço público pouco utilizado ou grandes extensões de áreas verdes. Casos em que a ausência de utentes fragiliza a segurança, exigindo, em compensação elevados níveis de iluminação.

4.º Princípio - Manutenção do espaço público: a manutenção e qualificação do espaço público é uma condição de uso seguro, em articulação com o controlo natural de acessos. Os espaços públicos, verdes ou não, onde por ação de uma cuidada manutenção seja possível manter níveis elevados de qualidade e de normal funcionamento de todos os seus componentes e infraestruturas – materiais, pavimentos, mobiliário urbano, iluminação- apresentam melhores condições de segurança relativamente àqueles que o abandono torna cada vez mais degradados. A figura seguinte ilustra bem como a iluminação pública nos pode acompanhar e fazer sentir seguros mesmo de noite.



Figura 15 | Espaço público iluminado. Zona do Campo Pequeno, Lisboa.

A qualificação e manutenção do espaço público é um fator de qualificação urbana que tem, também, consequências positivas na vida económica. Não apenas sobre a segurança mas, também, sobre a atratividade que o espaço público ganhe, arrastando mais uso e mais atividades de ar livre e tornando mais apetecível e segura a cidade no seu todo; e uma cidade segura é, uma cidade atrativa para o investimento.

Os espaços públicos com adequada manutenção demonstram zelo e cuidado, constituindo, com isso, a sua apropriação pela população. Quando isso não

acontece, rapidamente se instala a sensação de abandono com a subsequente criação das condições e oportunidades para a prática de incivilidades, atos delituosos e eventualmente criminais.

A ausência de manutenção, a deficiente iluminação pública, a presença de espécies vegetais com portes mal adaptados, a inexistência de limpeza, entre outros sinais, que originam a impressão de abandono são, também, fatores de insegurança urbana. A manutenção e qualificação do espaço público são, por, isso, essenciais para que os esforços realizados com operações de reabilitação urbana não sejam inúteis. Um espaço mal conservado é sempre um espaço pouco seguro, que representa um desafio maior para a gestão urbana e para a segurança de proximidade.

Para uma adequada manutenção dos espaços públicos deverá ser garantida de forma continua:

- a. A manutenção dos dispositivos de iluminação pública, de acordo com os padrões estabelecidos, prevenindo a sua degradação por atos de vandalismo;
- b. A manutenção dos arranjos paisagísticos de acordo com os padrões fixados e as condições de sustentabilidade que permitem a sua continuidade ao longo do tempo, de acordo com a capacidade de carga;
- c. Minimização dos conflitos entre as soluções de projeto e as necessidades de vigilância e controlo, por forma a que o uso e a manutenção não ponham em causa o uso seguro a sua sustentabilidade e funcionalidade.

5.º Princípio - Apoio à atividade: consiste na presença de atividade planeada para o espaço e abarca o desenvolvimento de atividades onde os indivíduos envolvidos numa atividade farão parte do sistema de vigilância natural. São disso exemplo:

- a. Colocar atividades nas áreas que se pretendem seguras para desencorajar os potenciais infratores;

- b. Aumentar a vigilância natural destas atividades e a percepção de segurança para os utilizadores normais, assim como a percepção de risco para os infratores;
- c. Colocar atividades que possam envolver risco ou ser mais sensíveis ao vandalismo, incivildades e à prática de crimes em locais mais seguros, para reduzir a sua vulnerabilidade, usando a vigilância e o controlo de acesso naturais da área segura;
- d. Organizar as áreas de maior afluxo ou aglomeração de atividades em locais que proporcionam vigilância e controlo de acesso naturais ou em locais fora do alcance dos potenciais infratores; e
- e. Melhorar a qualidade do espaço, público, em termos de equipamento, materiais e iluminação para permitir um uso eficaz e uma intensidade adequada dos comportamentos aceites, tornando-o mais atrativo e, por isso, mais seguro, como é visível na figura seguinte.



Figura 16 | A restauração na ocupação dos espaços exteriores. Praça de touros do Campo Pequeno.

Em suma, o CPTED centra-se em torno da relação do urbanismo com a segurança pública e nas questões que contribuem para a qualidade de vida e

segurança urbana a partir do uso seguro e confortável dos espaços públicos (ruas, largos, praças, jardins e parques), mediante a implementação de medidas para minimização dos delitos e/ou transgressões no espaço público urbano.

Globalmente a realidade urbana e o aumento dos níveis de conflitualidade e de criminalidade nas sociedades contemporâneas mostram que as questões da segurança se tornaram, na maioria dos países, em questões centrais do debate social e da gestão das cidades. Tal facto não pode ter como consequência a redução do uso dos espaços públicos pelas populações, nem justificar a minimização da sua importância e do seu contributo para a sustentabilidade urbana e para a promoção da qualidade de vida das populações. O que implica que esta realidade impõe uma reflexão cuidada e urgente sobre os padrões dominantes ao urbanismo tal como é regulado pela legislação em vigor para que integre, em tempo oportuno, estas preocupações no ordenamento das cidades e na sua gestão.

A vulgarização de comportamentos e atitudes em público que demonstram desconsideração pelo património público e pelos outros concidadãos também não contribui para a segurança do espaço público. Isto porque, estabelecem o egocentrismo como valor de referência, e contribuem para a perda dos mecanismos tradicionais de controlo social informal e para a diluição do sentido do coletivo e do interesse público.

Deste modo, os utilizadores dos espaços públicos vão progressivamente perdendo a noção da importância da existência, manutenção e gestão dos espaços públicos como equipamentos de usos coletivo, deixando de os usar, facilitando que, com isso, se tornem em áreas marginais com elevados níveis de insegurança.

Os espaços públicos perdendo, aos poucos, as suas características de bem comum deixam, também, de contribuir para coesão social. Os conflitos e incivildades, que eram regulados pela competência social, são hoje geridos e controlados pelas autoridades públicas, que tentam diversificar as suas formas de intervenção; aumentando o distanciamento entre as populações e os espaços públicos postos à sua disposição.

Encontrar as soluções para os problemas crescentes de insegurança nos espaços públicos, onde se inscrevem os parques e jardins, tornou-se, assim, uma preocupação tanto de decisores públicos como dos urbanistas empenhados em contribuir para regeneração dos tecidos e das funções urbanas, num quadro de reforço da vida em comunidade. O que passa, naturalmente, por aumentar tanto os níveis de autoestima dos diferentes grupos sociais como por viabilizar modos, comportamentos e estruturas funcionais capazes de responder positivamente a este desiderato.

Em Portugal não existe ainda uma estratégia estruturada e consolidada de reforço da segurança nos espaços públicos fora do universo específico do policiamento, através de medidas e ações de prevenção e combate à violência urbana e ao vandalismo. Atuando sempre *à posteriori* do planeamento e da construção dos espaços público. Uma situação que, no entanto, começa a alterar-se, pelo menos ao nível da reflexão académica e do debate promovido por alguns movimentos de opinião.

Verifica-se, assim, a necessidade de suprir a ausência de estratégias coerentes de aplicação de modelos eficientes e eficazes na prevenção da criminalidade e do vandalismo nos espaços públicos, inibindo ou reduzindo a delinquência, através do planeamento urbano e dos espaços públicos, sejam ou não espaços verdes. Contribuindo com isso para uma estratégia integrada de prevenção da delinquência no espaço urbano que seja parte ativa das ações e programas de regeneração urbana e de gestão social e ambientalmente eficiente dos espaços colocados à disposição das populações; independentemente da sua localização, dimensão ou especificidade, relativamente a grupos ou segmentos etários.

Assim, pretende-se contribuir para a boa prática da segurança pública recorrendo ao estudo da prevenção da criminalidade através do ordenamento do espaço urbano, esta área é inexistente no sistema normativo português ao nível do urbanismo e incipiente na prática institucional.

3.4. A 2.^a geração do CPTED

A 2.^a geração CPTED, associada a Crowe (1991), corresponde a uma nova abordagem das questões associadas ao espaço defensável e à vigilância. Para tal propõe que as ações integráveis no CPTED não se confinem à aplicação de ações sobre as características físicas do espaço, incorporando também uma preocupação com a componente social do mesmo.

A experiência de aplicação do CPTED durante cerca de duas décadas mostrava que alguns dos seus pressupostos base eram apenas parcialmente corretos. A crítica de profissionais envolvidos nas questões da segurança urbana (urbanistas, arquitetos, arquitetos paisagistas, polícia, construtores e promotores imobiliários, gestores e teóricos, bem como académicos) exibia certas dúvidas sobre o sucesso dos propósitos, onde pouco contava o comportamento humano.

Esta 2.^a geração do CPTED corresponde a uma abordagem mais holística da realidade urbana e acompanha, na sua evolução a dinâmica do universo urbano social, funcional, cultural e tecnológico. Procura responder às críticas de que foi alvo o conceito base CPTED, nomeadamente quanto à desproporcionada consideração conferida ao espaço físico em prejuízo do fator social, subvalorizando-se a perspetiva psicológica do delinquente e da vítima utilizadora do espaço; a focalização no planeamento urbano e na conceção arquitetónica, colocando em lugar secundário as questões de manutenção do espaço; e a inexistência de uma ação conjunta por parte dos distintos agentes que devem participar no processo de conceção e manutenção do espaço público urbano.

Face ao exposto, de acordo com Cozens (2008) a constituição de Crowe veio dar um novo alento ao CPTED como instrumento e modelo de ação para a segurança urbana. Nesta renovada abordagem a CPTED foi melhorada acabando por incorporar a dimensão social, de modo a garantir que o espaço se transforme em defensável pelos seus habitantes, e a integrar a criação de atividades sociais positivas e diversificadas como estímulos aos habitantes para se apropriarem do espaço, obtendo, com isso, o benefício da vigilância natural.

A base inicial do conceito CPTED oferece as condições para o estabelecimento das medidas preventivas que agora, com o alargamento conceptual podem ter maior aplicabilidade e resultados. Sendo igualmente de referir que este alargamento conceptual oferece a possibilidade de uma nova abordagem contemplando novos olhares sobre a realidade urbana, mantendo os princípios originais.

Neste contexto, aquilo que designamos por segunda geração CPTED reconhece que o mais valioso dos aspetos para que a comunidade esteja segura, não assenta no facto das estruturas edificadas serem de tijolo e argamassa, mas sim nas estruturas familiares, de pensamento e, mais importante do comportamento. Em síntese, podendo beneficiar das condições e qualidade dos aspetos físicos do local, mas envolvendo, igualmente, os aspetos sociais da vida urbana, da estrutura e coesão social, comportamentos e valores e o grau de identificação e a apropriação do espaço habitado e usado.

Desde a década de 1970, tem vindo a ser reconhecida a relação entre o desenho urbano com a maior propensão e facilidade para a prática do crime entre alguns tipos de arquitetura e desenho urbano com maior propensão e facilidade para a prática do crime (Becker, 1975; Brantingham & Brantingham, 1978; Bennet & Wright, 1984). A morfologia urbana, naquilo em que contribui para a organização das relações entre sólidos e vazios, espaços construídos e espaços abertos, facilita ou impede o controlo visual dos espaços urbanos. Permite ou não que a vigilância natural e social ocorra e, com isso, que o espaço seja mais ou menos seguro.

Com isto se associam os modelos comportamentais de racionalidade (Cornish & Clarke, 1986) que descrevem a forma como muitos infratores têm algum nível de comportamento racional, especialmente nas infrações em lugares públicos, com avaliação dos caminhos alternativos da ação, tendo em conta os eventuais “benefícios” e consequências daí decorrentes

A explicação da “racionalidade” sugere que, por um lado, os infratores podem seguir uma decisão lógica, um caminho, onde a cada passo se pode escolher, se quer continuar ou não. Este processo de tomada de decisão é influenciado por fatores ambientais e formais, o desenho urbano desempenha neste processo um

papel importante se o espaço em causa é um alvo selecionado por falta de vigilância natural ou social, as probabilidades do risco de um crime acontecer aumentam. Na conceção dos espaços urbanos e na sua gestão, importa, por isso contemplar esta abordagem da qualidade e das características dos espaços, nem sempre presentes quando se trata de otimizar decisões.

Quem planeia deve ter conhecimento de diversas experiências e das regras “do jogo” da prática do crime de modo a poder desempenhar um papel ativo na sua prevenção. Os estímulos ambientais, o valor e importância da imagem do bairro podem encorajar, ou não, a prática de um delito, porque contribuem para a identificação social e para a apropriação coletiva que, por ter funções integradoras, aumenta as condições de segurança por facilitar uma maior vigilância.

O desenho urbano torna-se, assim, cada vez mais ambicioso, na definição dos objetivos que procura atingir quanto à organização espacial dos usos e das funções urbanas. Para além da explicitação morfológica dos tecidos urbanos é hoje, também, fator e instrumento de qualificação urbana e uma condição de uso seguro das cidades que se pretendem mais atrativas para viver e trabalhar.

De tudo isto resulta que, numa perspetiva de segurança urbana são importantes as ligações entre o desenvolvimento físico e social porque a matriz social é determinante dos modos de uso dos espaços urbanos disponíveis (ver figura 17).

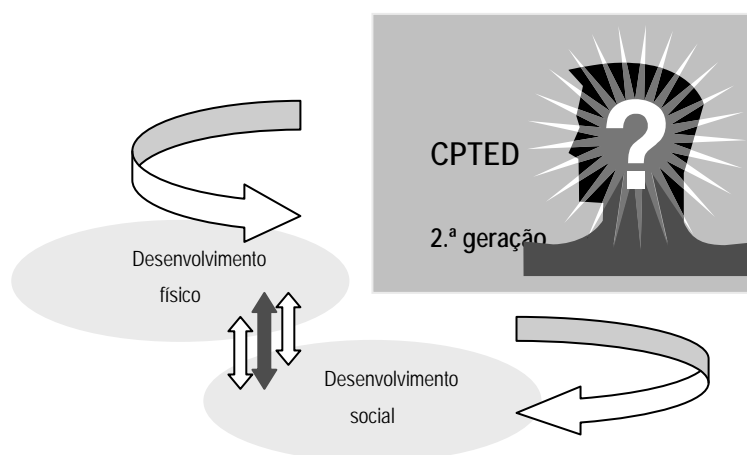


Figura 17 | As ligações entre o desenvolvimento físico e social, questionados pelo CPTED de 2.ª geração.

A prevenção do crime e das práticas delituosas através do desenho urbano e da harmoniosa organização e relação entre os volumes construídos e os espaços abertos, a qualificação, conforto e atratividade destes assente em princípios que reforçam a territorialidade, o controlo de acessos, a vigilância natural e social, na imagem e na apropriação e uso dos espaços, caso contrário sucede a alienação e degradação do espaço urbano como é visível na figura que se segue onde a falta de manutenção e os *graffitis* promovem a incerteza do que nos espera.



Figura 18 | Entrada da estação de metro. Alto dos Moinhos, Lisboa.

O conceito de 2.^a geração dando ênfase à componente social implica, por isso, práticas que exigem estratégias, elaboradas e a cumprir pela população, (Saville, 1995; Wekerle & Weitzman, 1995; Saville & Cleveland, 1998). De entre elas se pode referir como exemplo:

- a. Auditorias de segurança;
- b. Investigação e conferências;
- c. Parcerias na comunidade para prevenção e resolução de conflitos, interação social e ajuda às tomadas de decisão;
- d. Condicionar acessos ao bairro;
- e. Atividades, incluindo criação de redes para a implementação de programas;
- f. Capacidade local para a tomada de decisão;

- g. Contratos locais de segurança envolvendo autoridades administrativas, forças de segurança, associações locais, parcerias de promoção social.

Zahm (2007) admite que a prevenção do crime, através da CPTED pressupõe uma série de medidas determinadas para responder às seguintes questões: Qual é o problema? O porquê de ser naquele espaço? O que se pode fazer para resolver o problema? E, até onde as mudanças estão relacionadas com a resolução do problema?

Para a autora cada uma das questões caracteriza uma diferente fase do método SARA⁴⁶, que é um método utilizado para identificar e isolar os problemas específicos de segurança e criminalidade de um determinado espaço através da CPTED. Este método pode ser aplicado tanto em novos projetos de construções, como em projetos de reabilitação. Contudo, na fase de análise, é importante realizar uma avaliação do risco⁴⁷ de ocorrência de crimes, resultantes de determinado espaço físico. Esta avaliação prevê uma informação quer da possível grandeza quer do tipo de crime. A partir do que será possível escolher as estratégias CPTED mais adequadas para a prevenção.

Contudo, coloca-se a questão de saber quem deverá estar envolvida na determinação das estratégias a aplicar a um espaço próprio. A CPTED é um processo que deverá integrar diferentes participantes na tomada de decisão e na escolha de estratégias adaptadas à conceção e criação de espaços seguros. A resposta a estas questões decorre da combinação dos saberes multidisciplinares provenientes de cada um dos participantes; o que caracteriza a CPTED como um método de abordagem eficaz na eliminação ou redução de oportunidades para o crime, num determinado espaço.

⁴⁶ SARA: *Scanning* (exploração); *Analysis* (análise); *Response* (resposta) e; *Assessment* (avaliação).

⁴⁷ O risco é compreendido como a previsão das sequelas resultantes da concretização de um conjunto de ameaças, num determinado período de tempo, comparativamente a um alvo específico.

A 2ª geração CPTED é, assim, um modelo que se alicerça na ideia de que um ajustado ordenamento e uma utilização apropriada do espaço podem levar a uma diminuição da ocorrência de delitos: por conseguinte contribuindo, deste modo, para a qualidade de vida, urbana e o reforço da coesão social.

3.5. O crime e o desenho urbano como fator de inibição

A utilização plena dos espaços públicos, como narra a história das cidades, não é realizada hoje pelos cidadãos. O espaço público, regra geral, tem-se reduzido a espaço de passagem e não de permanência.

Da leitura bibliográfica efetuada em diversas fontes conclui-se, também, que a estrutura urbana, elemento intrínseco às atribuições do urbanista, é um dos componentes da estrutura de oportunidades que levam à ocorrência de crimes. Devido aos requisitos da sua adaptação às mutantes condições sociais em permanente mudança, a estrutura urbana está constantemente num processo de construção/transformação.

A forma do espaço público urbano está também sujeita às transformações, ao uso e à degradação das estruturas físicas que o compõem. Isto implica processos de renovação dos espaços, mediante investimentos na substituição dos elementos obsoletos e criação de novos. É, ainda, afetada pela dinâmica social de apropriação/abandono de áreas, como consequência da distribuição espacial da insegurança, geradora de locais degradados e subutilizados. De acordo com Heitor (2009) o espaço público funciona como um agente facilitador de oportunidades, que transmite informação relativa à condição de vigilância e às características dos alvos ou das vítimas. A figura que se segue é disso clara, pois por detrás do obstáculo está o desconhecido e a incerteza.



Figura 19 | Pequeno edifício construído no meio do passeio público. Benfica, Lisboa.

O tratamento de áreas degradadas e abandonadas, a sua recuperação e remodelação, a alteração de uso e qualificação trazem benefícios à cidade no seu todo. No entanto, é necessário criar ferramentas que permitam diagnosticar antecipadamente a degradação de espaços públicos, permitindo que as ações de qualificação sejam tomadas antes da sua decadência total. E, ainda, que sirvam como exemplos, para a determinação de diretrizes gerais que devem ser utilizadas na elaboração de novos projetos. Outro aspeto a ter em consideração prende-se com a ocupação do espaço público por equipamentos de apoio às obras, os quais devem ser devidamente acautelados para não por em causa a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos, com é visível na figura 20.



Figura 20 | Via pública ocupada por andaimes e tapumes. Saldanha, Lisboa.

As ações voltadas para a inibição da prática de crimes contra o património e pessoas têm de estar baseadas em critérios mensuráveis das características das infraestruturas, das edificações, dos elementos construtivos, da permeabilidade visual, das condições de iluminação e das características dos elementos com que se compõe e organiza o espaço público, vide a figura 21.

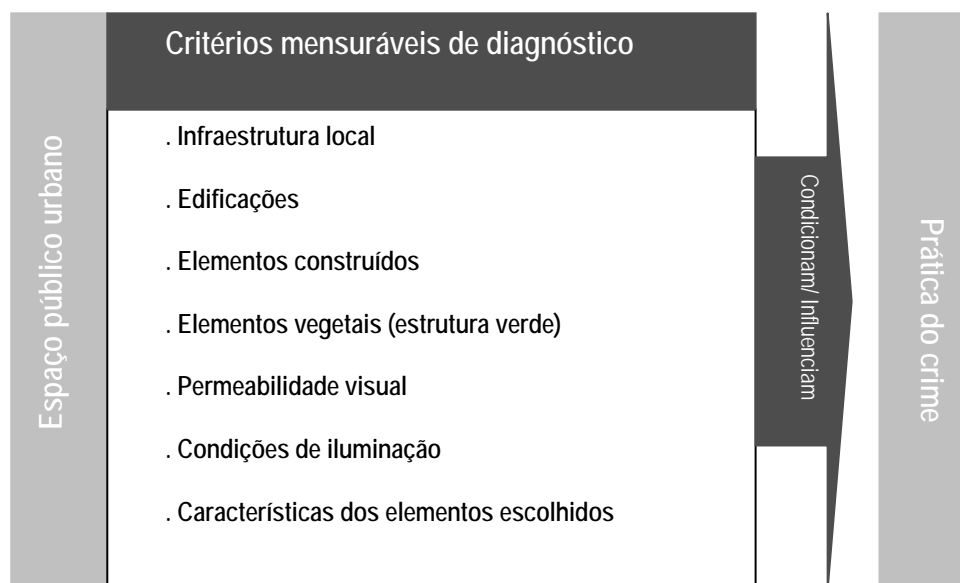


Figura 21 | Critérios mensuráveis de diagnóstico da qualidade da estrutura física urbana.

O medo da criminalidade está presente na sociedade, o sentimento de insegurança é contagioso e nem sempre fundamentado em bases racionais ou assente em acontecimentos reais. Dele pode advir a perda da sustentabilidade desses espaços por redução da sua apropriação, tornando-os somente sítios de passagem; enfraquecendo, com isso, a sua vida económica e social, e gerando mais insegurança, ao invés de funcionar em espaços suscetíveis de uso seguro.

Planejar, projetar e gerir o espaço urbano de modo a reduzir a criminalidade é tanto um objetivo como uma necessidade. A prevenção da criminalidade é instrumento essencial para reduzir a criminalidade efetiva e para fornecer às populações habitats mais seguros, tendo em consideração os direitos e as liberdades das pessoas (Gomes, 2007).

A motivação, a técnica e a oportunidade são três condições essenciais da atuação perversa, que levam a práticas do crime e de atividades delituosas e de comportamentos antissociais onde as incivilidades se tornam regra. O paradigma do crime é, assim, entendido pelos especialistas como o “triângulo do crime”, para o que é suficiente a presença simultânea de três fatores: um infrator motivado (motivação), um alvo adequado (técnica) e um ambiente favorável (oportunidade), como ilustrado na próxima figura.

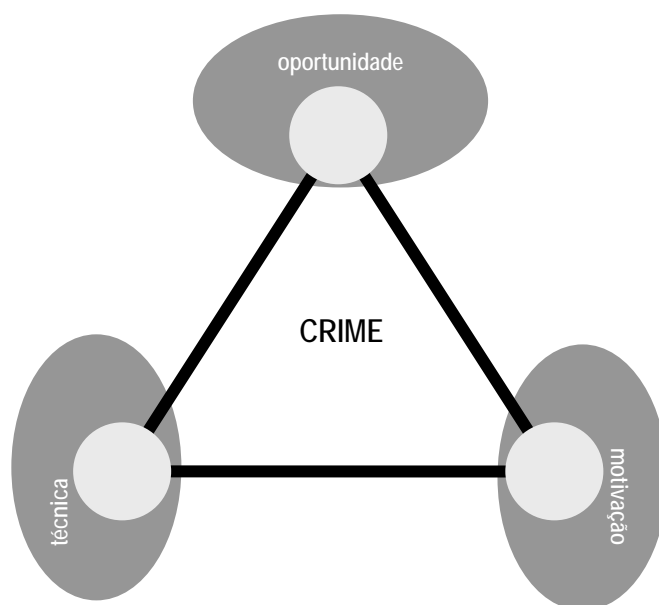


Figura 22 | Triângulo do crime.

Neste contexto, a prevenção da criminalidade depende, da ação sobre estes fatores causais. Como tal, atua de forma preventiva e deve dirigir-se quer ao potencial infrator, com o objetivo de reduzir o seu interesse criminoso; quanto ao ambiente, para que este seja menos favorável ao cometimento de um crime; quer, ainda, ao alvo ou à potencial vítima, para atenuar as ocasiões de ser objeto de um crime.

Para tal diversas ações preventivas podem ser agrupadas em dois grandes grupos: a prevenção situacional ou de redução das circunstâncias favoráveis e a prevenção social através do desenvolvimento social das pessoas e das comunidades. O aumento da eficácia das ações de prevenção criminal decorre, neste contexto, da combinação destas duas abordagens, isto é da atração do meio físico e no meio social.

Como tem vindo a ficar claro ao longo do presente estudo existe experiência internacional e literatura especializada sobre a forma de atuar a montante das atividades transgressoras em ambiente urbano, designadamente através do desenho urbano.

A atualidade desta temática justifica-se por estarem em curso tanto programas e ações de regeneração de espaços públicos como pelo facto de reconhecidamente se estar a verificar uma redução generalizada do uso dos espaços públicos por efeito do aumento dos níveis de criminalidade e vandalismo de que são alvo e da incivilidade que lhe está associada. Importa por isso que aqueles processos de regeneração contribuam para reduzir a separação funcional dos espaços, e para reforçar as formas tradicionais de vigilância e de solidariedade local, devolvendo os espaços públicos ao uso seguro

A vida moderna dissuade o residente de se incluir num espaço que ele não vive como público e do qual já não se apropria. Tal facto limita bastante a sua vontade de cooperar na gestão urbana de proximidade e de contribuir ativamente para a segurança dos espaços. O que se agrava com o aumento do conforto das habitações e dos novos comportamentos sociais que as tecnologias de informação propiciam, concorrendo para que os tempos livres não tenham necessariamente de

corresponder ao uso dos espaços públicos. Contudo, o estatuto de espaço público impõe um exercício coerente das responsabilidades de gestão e de segurança.

Para voltarem a ser lugares de vida coletiva, envolvendo os indivíduos e as comunidades, os espaços públicos devem ser objeto e protagonistas das políticas de diminuição da insegurança; o espaço público torna-se vulnerável ao aumento da insegurança, porque perde capacidade de autorregulação e regeneração. O espaço público deve, por isso, ser socialmente reintegrado porque a criminalidade fragiliza e fragmenta os laços comunitários e promove o distanciamento entre as pessoas.

O estabelecimento de níveis de segurança padrão no espaço urbano, com base nos princípios enunciados no instrumento CPTED, para proporcionar a criação de bem-estar nos domínios da territorialidade, e efetivar uma requalificação sustentável, a partir dos conceitos “vigilância natural” e “controlo social” (ver figura seguinte), é hoje tanto um objetivo de política urbana como uma determinada programática e operativa da conceção e gestão associadas ao desenho urbano.

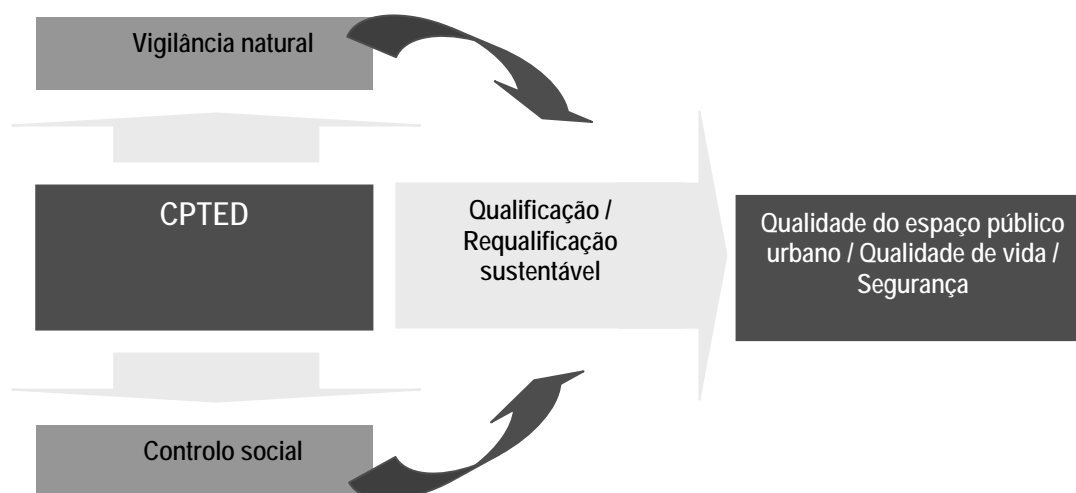


Figura 23 | Princípios com vista à (re)qualificação sustentável da qualidade do espaço público urbano.

A urgência de analisar e repensar a natureza, o papel e os limites do espaço público, quer ao nível espacial quer das ambiências em relação ao espaço privado, reconstituindo a importância e o alcance do respeito pelo espaço e património

públicos, é uma exigência urbanística e moral e condição do exercício de uma cidadania plena e ativa.

Para, tal restabelecer o sentimento de pertença às comunidades locais constitui a primeira etapa do processo de reconquista do espaço público pelos residentes. Esta etapa constitui um propósito imprescindível a toda a forma de envolvimento mais direto da população na coprodução da segurança de proximidade e na gestão dos problemas que envolvem os espaços onde a sua vida decorre, como é visível na figura 24 onde as esplanadas conferem vida aos espaços urbanos.



Figura 24 | Passeio ribeirinho contíguo à marina. Parque das Nações, Lisboa.

Só, assim, atuando a montante na prevenção da criminalidade através da ação sobre os fatores geradores de oportunidades que levam o potencial infrator à realização do crime, é que podemos agir de modo a dissuadir o transgressor, desmotivando-o da prática criminosa. Uma forma de dinamizar os espaços públicos passa por pontualmente dar-lhe uma ocupação com um uso que resulte em atividades que envolvam as comunidades, de forma que estas estabeleçam um sentimento de pertença com o espaço, a figura seguinte é disso exemplo.



Figura 25 | Feira do livro. Parque Eduardo VII, Lisboa.

Seja qual for a estratégia global de prevenção deve integrar, para além de medidas e ações direcionadas aos criminosos e vítimas, uma intervenção sobre o terceiro vetor do ato criminoso: a situação, de modo a criar condições que diminuam o risco e/ou reduzam o benefício da prática do crime. Sendo que, as ações de prevenção situacional devem ser implementadas através de um melhor conceito e ordenamento do espaço público.

Qualquer tipo de intervenção no espaço público urbano quer seja construção, manutenção ou reabilitação deve ser realizada com foco na promoção do ambiente seguro, característica essencial no espaço sustentável. Entre outras medidas próprias do urbanismo, deverão ser adotadas ações para prevenção de situações de conflitos individuais e coletivos, impondo dificuldade às práticas criminosas, que passam, também, por controlar o tráfego, a iluminação das ruas, requalificar os espaços degradados, implantar novas atividades que promovam a ida das pessoas para as ruas e criar pontos de encontro.

Em suma, pretende-se conferir adequações ao espaço urbano focadas na segurança do cidadão, a partir da identificação dos elementos e dos arranjos físicos que tenham capacidade de inibir a prática de delitos e práticas transgressoras e de melhorar a apropriação dos espaços.

Em muitas ocasiões o espaço público é conotado com o sentimento de insegurança e violência, apesar de na prática não ser o que efetivamente acontece, levando os cidadãos a confusamente associarem determinados lugares, como é o caso de alguns bairros críticos, à criminalidade e à violência. A criminalidade é medida pelo número de ocorrências, sendo esta mais frequente nos centros das cidades do que nos bairros críticos. A conotação de um determinado espaço com o sentimento de insegurança e violência por vezes está associada à proporção de delinquentes na população de determinados bairros problemáticos que aí é superior à média, sendo esta situação frequentemente verificável.

No entanto, pode-se atribuir um mesmo nível de sentimento de insegurança e violência a certos espaços que não tenham necessariamente uma matriz de conceção urbanística comum, mas sim diferenciada, como é o caso de bairros com habitações que podem ter tipologias térreas mas também podem ser bairros com torres ou bandas de edifícios. Tal como o facto de determinados cidadãos se sentirem inseguros em sítios com certa idade, também, não constituir um critério pertinente para se apurar níveis de criminalidade. Enfim as tipologias das habitações e a idade das mesmas apesar de por vezes apresentam análoga morfologia urbana podem compreender situações díspares nos assuntos da segurança, isto é, nem sempre significa que sejam sítios inseguros (ver figura 26).



Figura 26 | Bandas de edifícios. Bairro do Condado em Marvila (Zona J), Lisboa.

Da leitura imediata de determinadas morfologias urbanas aparentemente inseguras não significa que haja uma correlação direta com a prática efetiva do crime. Se por um lado a altura dos imóveis e o seu isolamento em relação ao centro da cidade são traços observáveis em várias zonas urbanas críticas, por outro lado também se encontram essas mesmas características em bairros tendencialmente mais pacíficos. Ou seja, a insegurança pode desenvolver-se num quadro urbano agradável – com poucas bandas ou torres, com construções de pequena dimensão, com numerosas casas individuais, com francos acessos e até mesmo com zonas verdes envolventes.

Em suma, diversas formas de ordenamento do espaço urbano parecem particularmente propícias ao desenvolvimento da insegurança. A questão prende-se sobretudo com o desenho do espaço, o qual pode ser mais ou menos dissuasor para o potencial delinquente. As contrariedades de acesso, de circulação e de vigilância do espaço público pelas polícias ou pelos próprios cidadãos são fatores favoráveis ao desenvolvimento da insegurança e da delinquência. Da passagem e da visibilidade decorre o aumento do risco para o criminoso.

3.6. A segurança urbana no contexto português

Em Portugal, desde o início do século XIX, temos progressivamente vindo a assistir ao aumento de forma progressiva da criminalidade desde o início do século XIX, mas é entre as décadas de 50 e 60 do século XX que se observa um forte consenso comparativamente ao aumento desta, neste período verificasse a propagação do pequeno delito no espaço público (Fernandes, 2004) o que para Garland (1998) é um facto social normal. Em simultâneo, o sentimento de insegurança emerge e gradual e sucessivamente estabelece-se no debate social (Fernandes, 2004). Porém o dualismo crime/sentimento de insegurança é difícil e gera algum ruído na sociedade pela confusão entre o que é realmente criminalidade e o que parece ser, isto é verifica-se a inexistência de um aumento da criminalidade

que explique o aumento do sentimento do medo, nem sequer existe reciprocidade entre as variações das respetivas taxas (Machado, 2004).

De acordo com a informação disponibilizada sobretudo através dos Relatórios Anuais de Segurança Interna, refere-se que por consequência da delicada dinâmica de crescimento populacional e do acréscimo do número de ocorrência participadas, as taxas de incidência criminal (expressas em permilagem) têm registado uma alteração pouco acentuada, passando de 30,8‰ em 1993 para 39,5‰ em 2008. Deste modo, verifica-se que nesses 15 anos Portugal não esteve perante uma mudança crítica na estrutura da criminalidade durante este intervalo de tempo, e se confrontarmos os valores com os de outros países, verifica-se que estes estão abaixo dos valores verificados (ver gráfico 3).

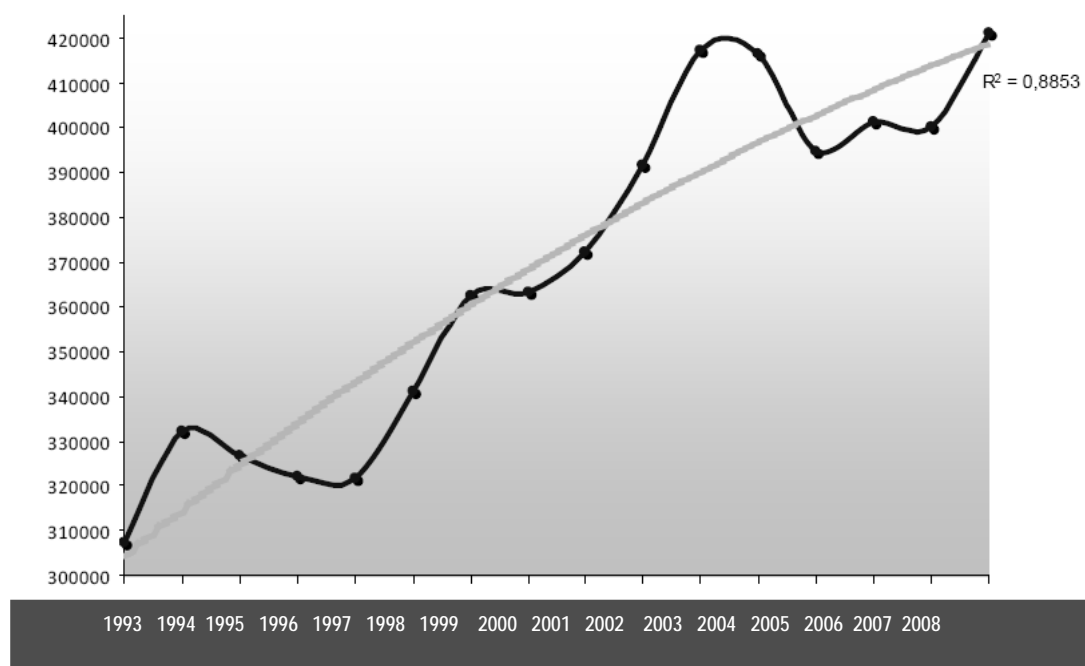


Gráfico 3 | Evolução do *stock* total de ocorrências reportadas no período de 1993 a 2007.

Fonte: Dados recolhidos junto da Direção-Geral da Polícia Judiciária (DGPJ), Estatísticas da Criminalidade. In Relatório Anual de Segurança Interna (2008, p.48).

Todo o contexto que se afigura é favorável para Portugal, contudo cabe-nos atuar a montante no combate à criminalidade, designadamente ao nível da prevenção criminal em espaço urbano, cujo tema se pretende desenvolver na presente dissertação.

Portugal quando comparado França relativamente à evolução do número de ocorrências participadas tem uma situação mais confortável, pois em França a criminalidade tem sido bastante mais expressiva (Robert, 2002).

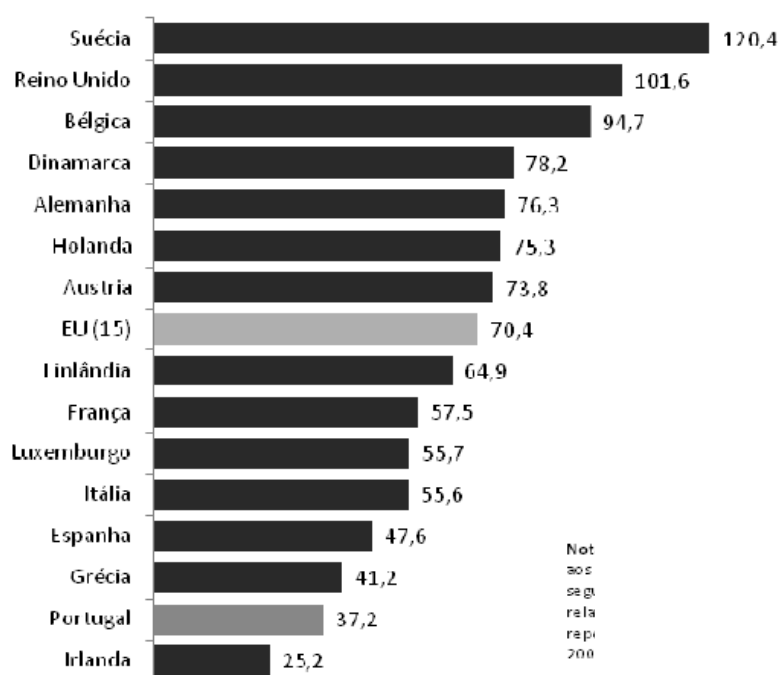
Uma leitura idêntica decorre dos resultados de uma sondagem alargada⁴⁸ na União Europeia a cerca de 42 mil cidadãos em 18 países (Jornal de Notícias, 6 de fevereiro de 2007). Nesta sondagem Portugal surge como um dos dois estados mais seguros da União Europeia, em simultâneo com a Espanha⁴⁹ e a criminalidade na Europa desceu 6% na última década, sobretudo em países como a Irlanda e a Grã-Bretanha, verificando-se na Irlanda uma maior incidência de violência.

Outra perspetiva sobre a temática resulta dos dados do Ministério do Interior de Espanha, sobre a evolução da criminalidade no ano 2008 que é bastante elucidativo em relação a esta matéria, conforme se pode verificar no gráfico 4.

Este gráfico mostra que a taxa de criminalidade comparada é superior nos países do Norte da Europa Comunitária, à exceção da Irlanda que apresenta os valores mais baixos, sendo esta imediatamente seguida por Portugal.

⁴⁸ A realização do estudo ficou a cargo do grupo norte-americana "Gallup" entrevistou, durante o ano de 2005, e todas as entrevistas foram feitas por telefone e abordaram as várias categorias relacionadas com a criminalidade, desde os furtos de veículos a assaltos com violência e os crimes sexuais.

⁴⁹ A sondagem "Gallup" de 2005, os índices de criminalidade na Europa têm vindo a decrescer na última década. Em 1995, 21% dos inquiridos em 2005, declararam-se vítimas de um crime e dez anos decorrente, somente 15% dos inquiridos declararam terem sido alvo de um crime.



Nota: As taxas correspondem aos anos 2006 e 2007, segundo cada país. As taxas relativas a Espanha e França reportam-se a Dezembro de 2008.

Gráfico 4 | Taxa de criminalidade comparada nalguns países europeus.

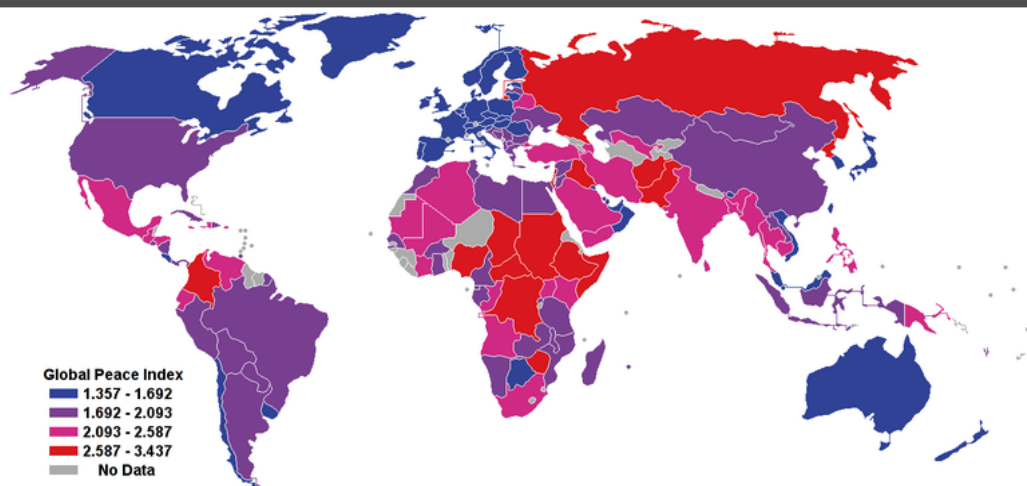
Fonte: Evolución de la Criminalidad en 2008 – Ámbito de actuación del Cuerpo Nacional de Policía y Guardia Civil. Ministério del Interior de Espanha. In Relatório Anual de Segurança Interna (2008, p.49).

Segundo o *Global Peace⁵⁰ Index* em 2008 Portugal foi considerado o sétimo país mais seguro do mundo.

No seguinte mapa do mundo (figura 27) é possível observar que os países da América do Norte, Europa e Austrália apresentam-se no *ranking* 2008 como os países dominantemente mais seguros do mundo o que representa uma parte mínima do planeta.

⁵⁰ O Global Peace Index (GPI) é uma tentativa de medir a posição relativa das nações e das regiões de paz. É um produto do Institute for Economics and Peace (IEP), desenvolvido por um painel internacional de especialistas de paz de institutos da paz e de grupos de reflexão, com os dados recolhidos e compilados pela Economist Intelligence Unit. A lista foi lançada primeiro em maio de 2007, em seguida, continuou em maio de 2008, 02 de junho de 2009, 10 de junho de 2010 e, mais recentemente, em 25 de maio de 2011. O estudo é uma criação do empresário australiano Steve Killelea e é apoiado por pessoas como o Dalai Lama, Desmond Tutu, Muhammad Yunus, o economista Jeffrey Sachs, ex-presidente da Irlanda Mary Robinson e dos EUA o ex-presidente Jimmy Carter. Os factores analisados pelos autores incluem os factores internos, tais como níveis de violência e criminalidade no país e os factores que incidem nas relações externas de um país como os gastos militares e guerras.

GLOBAL PEACE INDEX - 2008

**Figura 27** | Índice de paz global - 2008.

Fonte: Dados recolhidos da wikipedia. Acedido em 8 de Março, 2012, do http://en.wikipedia.org/wiki/Global_Peace_Index

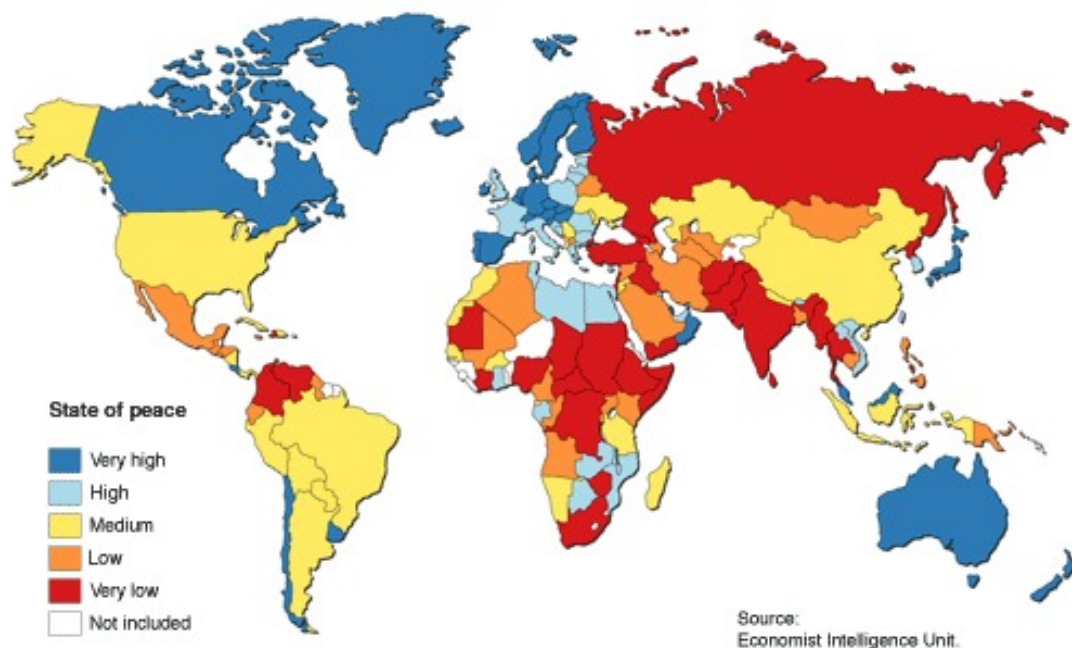
O quadro seguinte mostra-nos que, entre 2008 e 2011, a Islândia, a Dinamarca, a Nova Zelândia, e o Japão se têm mantido no ranking dos sete países mais seguros, o que não tem vindo a acontecer com Portugal, Irlanda e Noruega; eventualmente pela crise económica que têm vindo a assistir os dois primeiros países e quanto à Noruega uma explicação poderá passar pela existência do atentado com características políticas que ocorreu em 2011.

GLOBAL PEACE INDEX RANKINGS											
Country	2011 Rank	2011 Score	2010 Rank	2010 Score	2009 Rank	2009 Score	2008 Rank	2008 Score	2007 Rank	2007 Score	
Iceland	1	1.148	2	1.212	4	1.225	1	1.176			
New Zealand	2	1.279	1	1.188	1	1.202	4	1.350	2	1.363	
Japan	3	1.287	3	1.247	7	1.272	5	1.358	5	1.413	
Denmark	4	1.289	7	1.341	2	1.217	2	1.343	3	1.377	
Czech Republic	5	1.320	12	1.360	11	1.328	17	1.501	13	1.524	
Austria	6	1.337	4	1.290	5	1.252	10	1.449	10	1.483	
Luxembourg			7	1.341	13	1.341	9	1.446			
Finland	7	1.352	9	1.352	9	1.322	8	1.432	6	1.447	
Canada	8	1.355	14	1.392	8	1.311	11	1.451	8	1.481	
Norway	9	1.356	5	1.322	2	1.217	3	1.343	1	1.357	
Slovenia	10	1.358	11	1.358	9	1.322	16	1.491	15	1.539	
Ireland	11	1.370	6	1.337	12	1.333	6	1.410	4	1.396	
Qatar	12	1.398	15	1.394	16	1.392	33	1.694	30	1.702	
Sweden	13	1.401	10	1.354	6	1.269	13	1.468	7	1.478	
Belgium	14	1.413	17	1.400	15	1.359	15	1.485	11	1.498	
Germany	15	1.416	16	1.398	16	1.392	14	1.475	12	1.523	
Switzerland	16	1.421	18	1.424	18	1.393	12	1.465	14	1.526	
Portugal	17	1.453	13	1.366	14	1.348	7	1.412	9	1.481	
Australia	18	1.455	19	1.467	19	1.476	27	1.652	25	1.664	

Quadro 5 | Rankings de paz global – 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

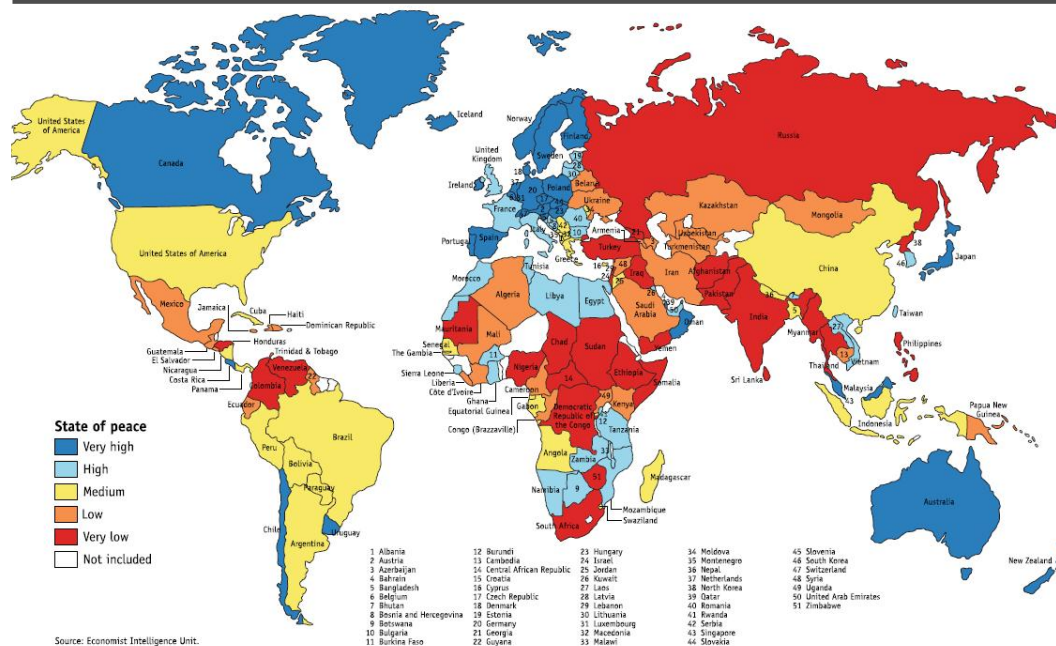
Fonte: Dados recolhidos da wikipedia. Acedido em 8 de Março, 2012, do http://en.wikipedia.org/wiki/Global_Peace_Index.

GLOBAL PEACE INDEX - 2009

**Figura 28** | Índice de paz global – 2009.

Fonte: Dados recolhidos do *wordpress*. Acedido em 2 de novembro, 2011, do <http://filipsagnoli.wordpress.com/2009/01/12/human-rights-maps-41-global-peace-index/>, em 8 de março de 2012.

GLOBAL PEACE INDEX - 2010

**Figura 29** | Índice de paz global – 2010.

Fonte: Dados recolhidos da *Alliance for peace building*. Acedido em 10 de março, 2012, de <http://www.allianceforpeacebuilding.org/?page=workGPI>

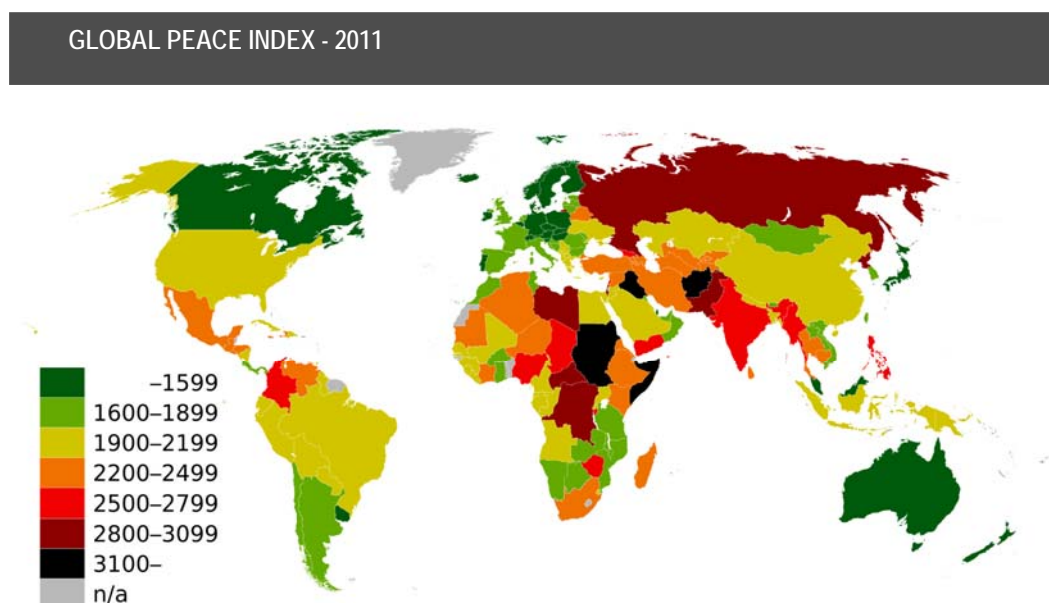


Figura 30 | Índice de paz global – 2011.

Fonte: Dados recolhidos da wikipedia. Acedido em 8 de Março, 2012, do http://en.wikipedia.org/wiki/Global_Peace_Index

Os mapas com os índices de paz global 2008 (figura 27) e 2011 (figura 30) têm critérios diferentes dos apresentados nos mapas de 2009 (figura 28) e 2010 (figura 29), os primeiros apresentam critérios quantitativos e os segundos têm critérios qualitativos.

No mapa mundial do índice de paz global, relativo ao ano 2011 (figura 30), os países classificados como mais seguros localizam-se predominantemente na América do Norte, na Austrália e em cerca de metade da Europa, incluindo Portugal.

A situação em Portugal tem vindo a merecer a atenção de vários sectores, entidades e agentes envolvidos nas questões relacionadas com a segurança urbana. A produção científica tem vindo a aumentar e a atenção dada aos fenómenos ligados à criminalidade têm vindo, progressivamente, a alargar-se.

Em Portugal o Ministério da Administração Interna (MAI) tem vindo a dedicar atenção a esta temática, no quadro do estabelecimento de programas e ações de redução da criminalidade em espaços públicos e do aumento dos níveis globais de segurança urbana que integram o ordenamento do território como um dos fatores contributivos para o cumprimento daqueles objetivos. A celebração de contratos

locais de segurança com vários municípios onde reconhecidamente a criminalidade tem relevância quer do ponto de vista da existência quer da prevenção é um outro exemplo daquela atenção.

No entanto, de acordo com o relatório do MAI acima mencionado, Portugal nos últimos 15 anos⁵², que antecederam o ano 2008, tem conhecido um crescimento das ocorrências criminais que chegam ao conhecimento das autoridades policiais e judiciais, com períodos de permanência e mudança, quer positiva, quer negativa, inconstantes.

Para fazer face à criminalidade, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2009⁵³, foram desenvolvidos pela DGAI estudos preparatórios sobre a evolução da criminalidade no território nacional, para um leque temporal de 15 anos, e o lançamento das bases de análise sobre as transformações sociais e territoriais que se perspetivam para o próximo decénio, o que permitiu definir os termos em que a Rede Nacional de Prevenção Criminal se deve desenvolver. Para esta rede foram realizados vários estudos e criada pela DGAI em 2010 uma infraestrutura para georreferenciação dos dados que permitirá desenvolver a cooperação técnica com a rede europeia da prevenção da criminalidade.

No Relatório Anual de Segurança Interna (2011), o último analisado no âmbito da presente dissertação, subsistem as dificuldades verificadas nos relatórios (RASI) relativos aos anos anteriores, mais concretamente, no que respeita à aquisição de dados referentes à criminalidade participada que permitam com exatidão estabelecer comparações entre os diferentes países da União Europeia. Nos anos anteriores os relatórios utilizavam o *Balance*, do Ministério do Interior de Espanha.

Todavia, o RASI 2011, só recorreu ao Gabinete de Estatísticas da UE⁵⁵ (*Eurostat*⁵⁶) apesar desta organização apenas possuir dados das estatísticas criminais, referentes ao ano de 2009, explícitos no relatório “*Crime and Criminal Justice, 2006-*

⁵² De acordo com os resultados do Estudo Retrospectivo sobre criminalidade em Portugal, efectuado pela Direcção Geral da Administração Interna, em 2008.

⁵³ Relatório Anual de Segurança Interna – 2009, Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, p.11.

⁵⁵ UE (15), embora não sejam contemplados dados da Irlanda, por não constarem no documento.

⁵⁶ *Eurostat* - Organização estatística da Comissão Europeia que produz dados estatísticos para a União Europeia e promove a harmonização dos métodos estatísticos entre os estados membros.

2009” do *Eurostat* (ver quadro 6), o qual evidencia que Portugal insiste em mostrar a 2.^a menor taxa de criminalidade por 1.000 habitantes, sendo apenas superado pela Grécia, o que não deixa de ser curioso apesar de ambos os países comungarem de uma evidente crise económica, financeira, social e política.

CRIME AND CRIMINAL JUSTICE - 2006-2009 – Eurostat			
País	N.º Habitantes	Crimes	Crimes/1.000 Habit.
Suécia	9.256.347	1.405.626	152
Bélgica	10.753.080	1.044.242	97
Dinamarca	5.511.451	491.792	89
Finlândia	5.326.314	431.598	81
UK	61.595.091	4.785.771	78
Holanda	16.485.787	1.232.482	75
Alemanha	82.002.356	6.054.330	74
Áustria	8.355.260	591.597	71
Luxemburgo	493.500	32.378	66
França	64.366.894	3.521.256	55
Espanha	45.828.172	2.335.034	51
Itália	60.045.068	2.629.831	44
Portugal	10.627.250	416.058	39
Grécia	11.260.402	386.893	34

Quadro 6 | Dados do crime em países europeus - 2006-2009.

Fonte: *Crime and Criminal Justice, 2006-2009* do Eurostat. In Relatório Anual de Segurança Interna (2011, p.41).

Porém, o RASI 2011 apresenta também a tabela de resultados - “*Public Opinion in the European Union*” – referidos no Relatório do Eurobarómetro 76, publicado em dezembro de 2011, na qual o tema crime/segurança aparece em 4.º lugar na média das principais preocupações dos cidadãos europeus. Inquietação esta que se coloca aos portugueses na 5.ª posição das suas preocupações (com o valor de 8%), abaixo da média europeia, que apresenta um valor de 11% (gráfico 5).

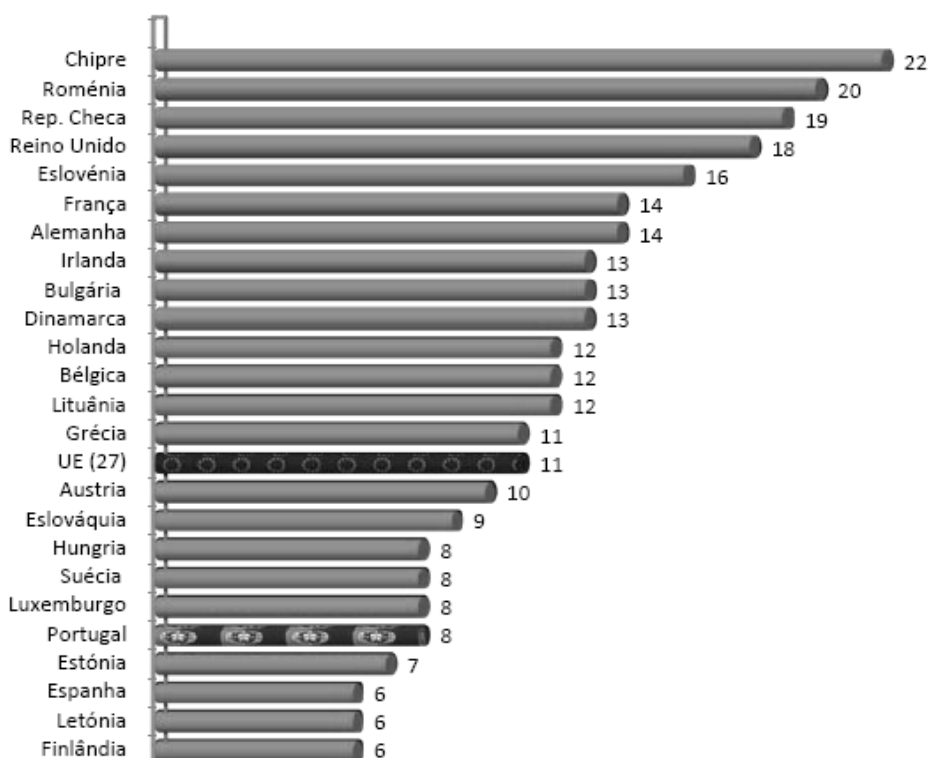


Gráfico 5 | Perceção do Crime como uma das prioridades para o país.

Fonte: EUROBARÓMETRO 76, dezembro 2011. In Relatório Anual de Segurança Interna (2011, p.42).

Face ao exposto, convém conhecer bem a diversidade sóciocriminal portuguesa, recorrendo a diferentes escalas sociogeográficas, quer sejam escalas municipais, metropolitanas ou regionais, para um melhor conhecimento das continuidades e descontinuidades de que se envolve a criminalidade.

Em Portugal, com base no Anuário Estatístico de 2009, e nos relatórios anuais da Administração Interna (Relatório Anual de Segurança Interna, 2008; 2009; 2010; e 2011), pode afirmar-se que o tipo de criminalidade mais comum é a que existe contra o património, o qual tem vindo a aumentar no interior do país. Em consequência da sua desertificação e envelhecimento demográfico, tornando-se as populações mais idosas e a viver em locais isolados mais frágeis face a este tipo de criminalidade.

Para prevenção da criminalidade neste contexto geográfico e social a administração local tem um papel muito importante através da implementação de diversas iniciativas e ações, de maior ou menor expressão. Com elas se

aumentando as condições de integração e coesão sociais em prol do desenvolvimento social e territorial.

Destas ações e programas destacam-se os seguintes:

- a. O Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);
- b. As iniciativas desenvolvidas pelo Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, com as atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto-Lei n.º251/2002, de 22 de novembro de 2002, que revogou o Decreto-Lei n.º3-A/96, de 26 de janeiro;
- c. O Programa Escolhas (reformulado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º80/2006, de 26 de junho, que atualizou o Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção de Jovens dos Bairros mais vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, aprovado em janeiro de 2001, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º4/2001, de 9 de janeiro, e que tinha sido revogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º60/2004, de 30 de abril;
- d. A iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º143/2005, de 2 de agosto, dentro da lógica de regeneração urbana apadrinhada pela Política de Cidades Polis XXI;
- e. Os contratos locais de segurança⁵⁷ implementados em cooperação pelo MAI pelas autarquias e pelo Comando Distrital da PSP. Constituindo-se cada um destes como um acordo espontaneamente assumido entre os poderes públicos – o Estado, as forças de segurança e as autarquias – e a sociedade civil, os seus agentes sociais, económicos, culturais e cidadãos em geral, para a formação de uma nova “cultura de segurança”, assente numa estratégia de intervenção, ativa e partilhada, que motive e responsabilize todos os intervenientes no processo.

É assim possível afirmar que antes que as reformas das estruturas socioeconómicas surtam efeitos é possível tomar iniciativas pontuais e bem

⁵⁷ O contrato local de segurança é um paradigma inspirado em modelos já experimentados noutros Países da Europa, nomeadamente como em França, Inglaterra, Países Nórdicos e em Espanha.

focadas, que incidam de modo adequado e eficiente sobre as condições e circunstâncias imediatamente ligadas à dinâmica criminal, que de modo célere alcancem resultados adequados.

Assim, é exequível criar espaços públicos semipúblicos e privados de utilização coletiva com uma circunscrita probabilidade de associação a sentimentos de insegurança por parte dos destinatários desses espaços facilitando, desta forma, o aumento da qualidade de vida dos cidadãos.

Da análise, podem-se delinear várias formas de proteger os espaços ou de lhes conferir segurança, através dos:

- a. Recursos humanos, “seguranças” ou agentes policiais que protegem um determinado espaço;
- b. Recursos mecânicos que permitem uma vigilância, controlo ou uma proteção baseados em dispositivos mecânicos ou eletrónicos como as cancelas, videovigilância (sistema CCTV⁵⁸) e alarmes;
- c. Recursos naturais, como a definição dos espaços, a utilização de materiais que permitem maior visibilidade e controlo dos locais (como a construção de janelas viradas para os espaços de utilização coletiva; e, por exemplo a desobstrução dos campos de visibilidade.

3.7. Tipos de crime no espaço público português

Em Portugal a (in)segurança urbana tem tido uma abordagem na perspetiva social e sociogeográfica (Agra, Fonseca & Quintas, 1999a, 1999b, 2000; Malheiros et al., 2007) dando ênfase à perceção espacial e aos seus reflexos na apropriação segura do espaço. Também os estudos relativos à morfologia urbana se têm debruçado sobre esta matéria (Heitor, 1997; Coelho, 2008), havendo no entanto um longo caminho para percorrer.

⁵⁸ Sistema de videovigilância/videoproteção.

Na sociedade portuguesa os crimes que mais praticam na “rua” estão de todo ligados com o crime contra as pessoas (contra a integridade física e contra a liberdade pessoal), e sobretudo contra o património e dentro deste com o crime contra a propriedade.

Os crimes contra o património praticados em Portugal, de acordo com o Código Penal estão divididos em: furto⁵⁹ (artigo 203º); roubo⁶⁰ (artigo 210º); dano⁶¹ (artigo 212º); usurpação⁶² (artigo 215º); extorsão⁶³ (artigo 223º), usura (artigo 226º)⁶⁴.

Enquadrado na tipologia roubo recentemente foi introduzida em Portugal uma prática de crime, proveniente dos Estados Unidos da América designado por “*carjacking*”⁶⁵, o qual está a ganhar dimensão no território português, sobretudo na região de Lisboa e do Porto, conforme é visível no gráfico 6.

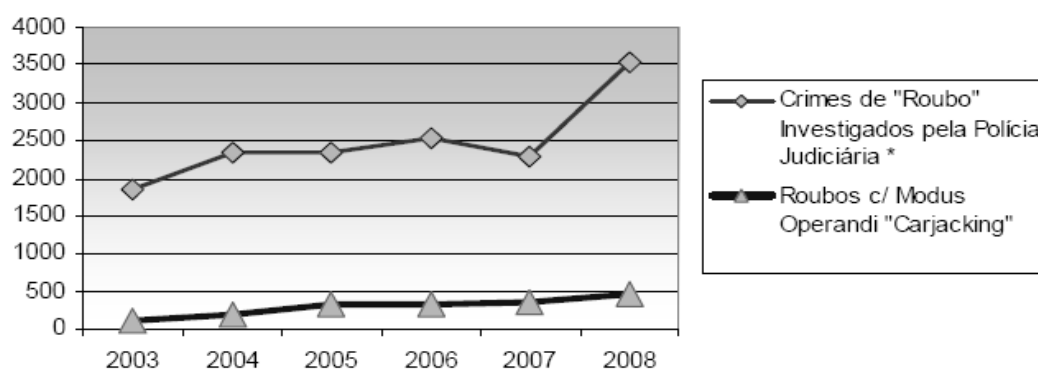


Gráfico 6 | Comparação da evolução do roubo e do *modus operandi* “*carjacking*”, investigados pela PJ, de 2003 a 2008.

Fonte: Gráfico recolhido do Relatório Anual de Segurança Interna (2008, p.237).

Este tipo de crime em espaço público está associado a especiais formas de desenho, e ocorre sobretudo em urbanizações “tranquilas” com pouco tráfego, em

⁵⁹ Subtração de coisas móveis alheios.

⁶⁰ Subtração de coisas móveis alheios mediante violência.

⁶¹ Danificação dolosa de coisa alheia.

⁶² Invasão ou ocupação de coisa imóvel alheia, por meio de violência ou ameaça grave.

⁶³ Quando se constrange alguém com o intuito de receber indevida vantagem económica.

⁶⁴ Exploração da situação emocional de terceiros.

⁶⁵ Roubo de carros na estrada e/ou estacionamento na presença do condutor e geralmente com ameaça de armas de fogo (a violência está sempre presente).

acessos a garagens individuais com facilidade de bloqueio, e em semáforos em vias com pouco trânsito.

Contudo, em Portugal o crime na via pública que apresenta maior expressão ao nível dos registos das participações é o furto/roubo por esticção.

Sobre esta terminologia importa referir que de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2010, o Conselho Superior de Estatística⁶⁶ aprovou uma nova versão da “Tabela de Crimes Registados”, que foi adotada com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, *“foram criados novos códigos para algumas tipologias de roubo que até então eram usualmente classificados nos “outros roubos”, designadamente: (...) roubo (...). Por outro lado, a classificação “furto/roubo por esticção” foi alterada para “roubo por esticção”, passando a englobar apenas situações de roubo”* (Relatório Anual de Segurança Interna, 2010, p.48). Segundo o mesmo relatório o termo furto passou a designar-se por “outros furtos”, sendo na categoria “outros furtos” que em 2010 se apresenta o primeiro lugar do ranking dos crimes mais participados em Portugal.

Mas, também, com a recente *“versão da Tabela de Crimes Registados, a DGPI passou a dispor de elementos mais desagregados sobre os crimes de roubo e consequentemente sobre crimes violentos ou graves, conceito de que fazem parte. Com esta alteração permitiu-se uma melhor apreensão e classificação dos fenómenos já anteriormente incluído na categoria estatística residual de “outros roubos”, a saber: roubo a residência, roubo a viatura (...)”*, (Relatório Anual de Segurança Interna, 2010, p.50).

Assim, em 2010 ao nível da criminalidade violenta e grave, o roubo na via pública (exceto por esticção), juntamente com o roubo por esticção são as tipologias de crime que apresentam os valores mais expressivos.

Já em 2011, o IASI revela que para os crimes, em apreço, os que mais subiram em Portugal foram os roubos por esticção. Tendo-se verificado que houve um

⁶⁶ Com base nas indicações estabelecidas por um grupo de trabalho criado para o efeito pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e em articulação com a DGPI através da Deliberação n.º290/2010 de 26 de Janeiro de 2010 (publicada no DR n.º25 – 2.ª série, Parte C, de 5 de fevereiro de 2010),

acréscimo de 1.386 casos participados de roubos por esticção (mais 21,2%), o RASI mostra igualmente que houve um aumento de 3,4% (mais 106 ocorrências) na criminalidade violenta e grave no distrito de Setúbal e uma redução do mesmo tipo de criminalidade nos distritos de Lisboa (menos 1,6%) e do Porto (menos 2,1%). Ainda relativamente à criminalidade violenta, os crimes com maior relevo, em termos absolutos, continuam a ser o roubo na via pública (exceto por esticção), com 8.396 ocorrências e o roubo por esticção (7.918).

Contudo, nas descidas, o relatório indica que os roubos na via pública (exceto por esticção), apresentam menos 1.079 casos (menos 11,4%), do que em 2010

Como já foi amplamente abordado neste estudo, em Portugal para além da ocorrência efetiva de crimes existe algum desconforto ao nível da segurança, que contribuem para um sentimento de insegurança acrescido dos cidadãos. Na sociedade portuguesa para além das mudanças que se têm verificado ao nível da perceção social da insegurança, estas centram-se também perante os domínios da mudança demográfica e social, das diversificadas morfologias de ocupação do território e da respetiva transformação.

Sobre este assunto Carrilho (2008) descreve que em Portugal a população residente apresenta uma dinâmica que no início do presente século se caracteriza pela redução do respetivo saldo natural, o qual em 2007 torna-se negativo, o que decorre da baixa de nascimentos de nados vivos, por saldos migratórios positivos com tendência em diminuir e por estar-se a agravar o envelhecimento demográfico.

E em 2010 a mesma autora, refere que *“a dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, nos primeiros nove anos do século XXI caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural, que se tornou negativo nos últimos anos, provocada, sobretudo, pela queda dos nascimentos com vida, como do saldo migratório positivo, com tendência para regredir apesar da inversão de sentido estimada em 2009, e pelo progressivo agravamento do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades, resultante da diminuição da proporção da população jovem (com menos de 15 anos) e do aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da*

população, respectivamente” (Carrilho (2010, p.103). Em ambos os documentos se verifica igual tendência, sendo que esta evolução demográfica veio a ser confirmada pelos dados provisórios do Censos de 2011 que apresenta uma variação de 1,98% face a 2001.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna relativo ao ano 2008, e com os critérios da Policia Judiciária, em Portugal foram geograficamente identificadas as zonas urbanas mais problemáticas. Estas ocorrem especialmente nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra e Viseu. Contudo, os dados da Policia de Segurança Pública e na Guarda Nacional Republicana, que têm por base diferentes critérios e revelam outra espacialização do crime por distrito, sobre a criminalidade participada, que incide sobre Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Aveiro e Braga, conforme o gráfico seguinte.

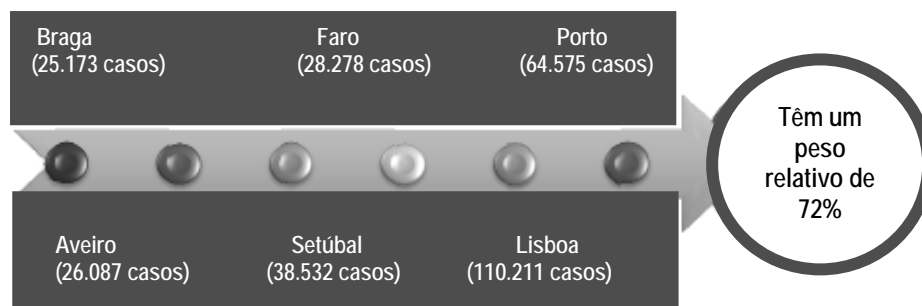
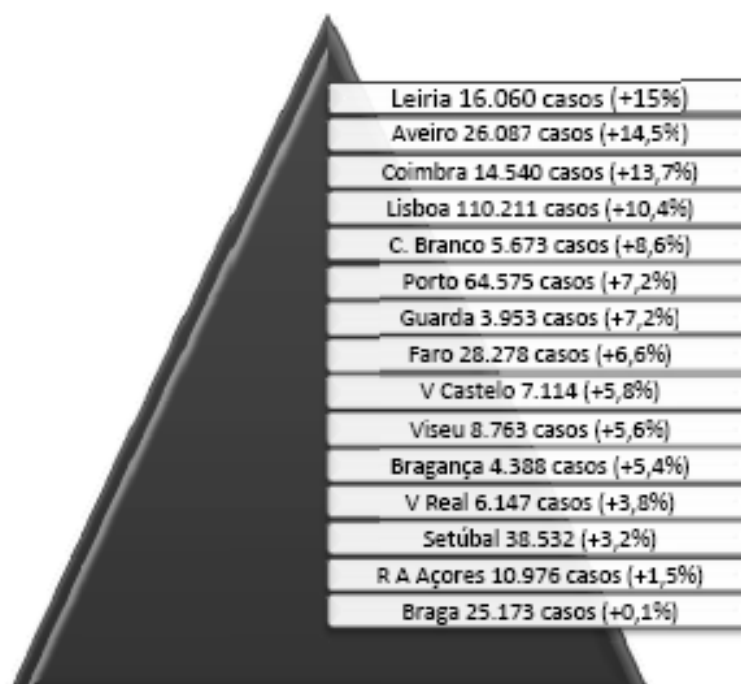


Gráfico 7 | Zonas urbanas mais problemáticas.

Fonte: Dados recolhidos do Relatório Anual de Segurança Interna (2008, p.92).

Da análise das variações, em 2008 é possível observar um acréscimo de crimes em 15 Distritos e Regiões Autónomas, que se apresentam de seguida (gráfico 7), na pirâmide ordenada por ordem decrescente pelo valor da variação sofrida.



Quadro 7 | Análise de variações.

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna (2008, p. 92).

Da leitura comparada dos dois gráficos, entende-se que os casos mais relevantes ao nível da participação e variações bastante acentuadas são Aveiro, Lisboa e Porto.

Do Relatório Anual de Segurança Interna (2011, p.38) é possível apurar que: *“As grandes categorias de crimes apresentam uma distribuição idêntica à registada nos últimos anos: os crimes contra o património continuam a ser a categoria que observa maior número de registos, com um total de 228.261 ocorrências, representando um peso relativo de 56,3% na criminalidade participada a nível nacional.”* Face ao exposto, se procedermos à inserção do fator de ponderação – população residente, o rácio relativo à criminalidade participada em cada Distrito/Região Autónoma, por 1.000 habitantes, conforme mostra a figura seguinte onde a maior percentagem de crimes concentra-se nas zonas de Lisboa, Setúbal e Algarve. Esta distribuição poderá ter a ver com a realidade económica e social e pela mobilidade que o turismo induz e a atração que suscita para a prática do crime contra o património.

Das grandes categorias criminais, os crimes contra o património representam de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (2011) mais de 50% do total de

participações (56%), apresentando esta categoria um aumento de 2% face ao ano de 2010. Desta tipologia de crime, evidenciam-se, de acordo com o mesmo relatório perante os decréscimos aferidos, “os crimes de furto em veículo motorizado (-2.932; -7,1%), roubo na via pública (excepto por esticção) (-1.079; -11,4%), furto de veículo motorizado (-809; -4%) e o furto em estabelecimento de ensino (-203; -14,4%). As subidas mais significativas registaram-se nos outros furtos (+5.574; +13,6%), no furto em residência (+1.658; +6,2%), no roubo por esticção (+1.386; +21,2%), no furto por carteirista (+593; +5,5%) e na burla informática e nas comunicações (+580; +27,4%)” (Relatório Anual de Segurança Interna, 2011, p. 50), vide figura 31.

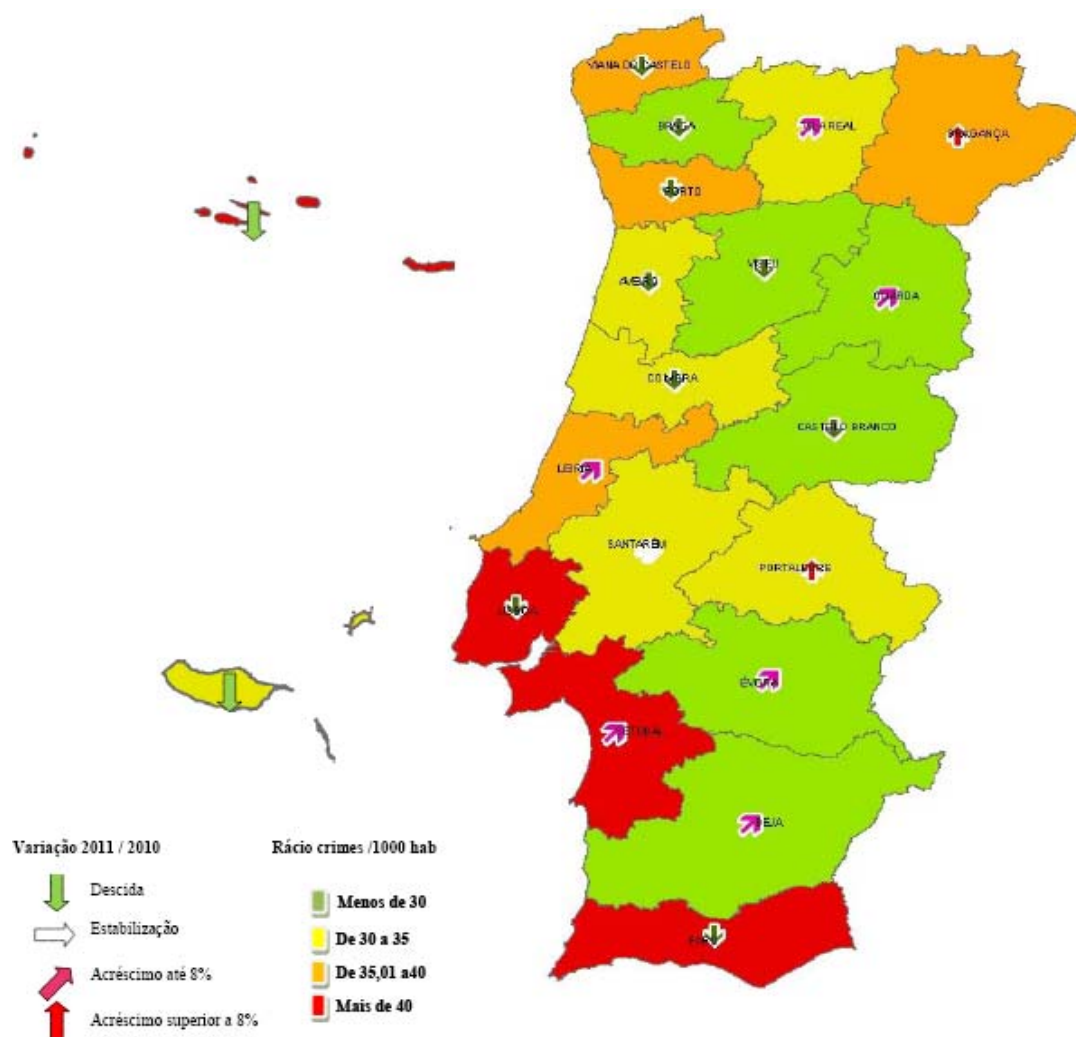


Figura 31 | Fator de ponderação – população residente, o rácio relativo à criminalidade participada em cada distrito/região autónoma, por 1.000 habitantes
Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna (2011, p.58).

Quanto aos crimes contra o património os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (2011), mostram (gráfico 8) que existem quatro distritos onde a sua ocorrência aconteceu em percentagem superior à média nacional (56,3% do total dos crimes. Nestes quatro distritos, Setúbal, Faro, Lisboa e Coimbra) a incidência do crime contra o património é respetivamente de 62,7%, 62,1%, 60,9% e 58,9%, apresentando o distrito de Vila Real o valor mais baixo (41,2%).

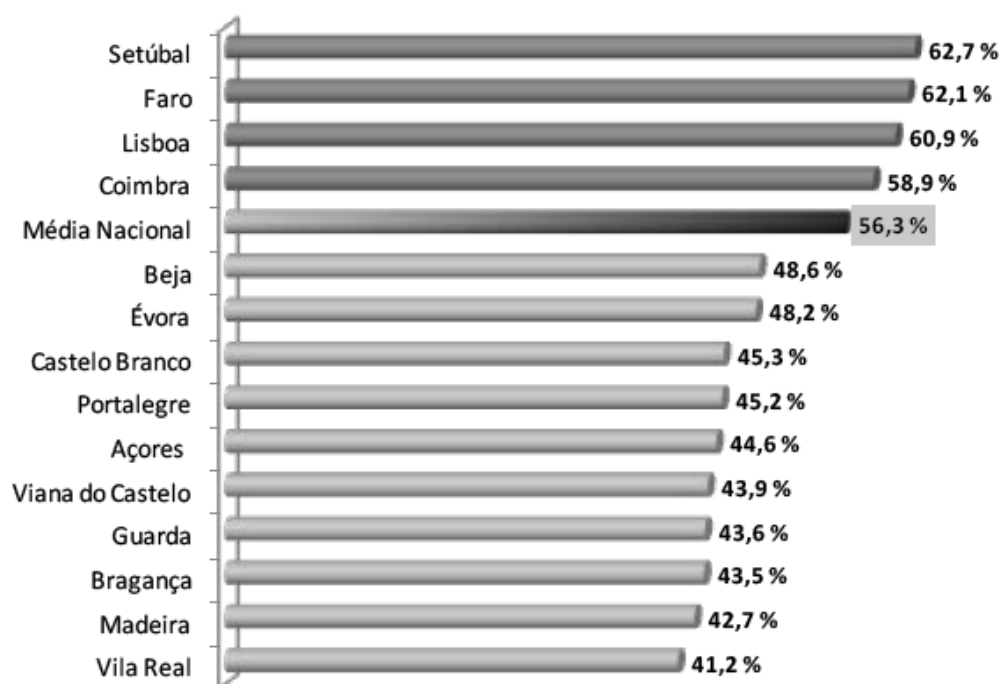


Gráfico 8 | Crimes contra o património.

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna (2011, p.53).

3.8. A prevenção criminal no espaço público

O Conselho da Europa, em 1992, aprovou a “Carta Urbana Europeia sobre Segurança Urbana e a Prevenção de Delinquência” numa tentativa de resposta à insegurança entre a população urbana. Porém, no Reino Unido, já desde o início dos anos 80, evoluíram programas inspirados na teoria do espaço defensável, desenvolvida por Newman (1972), assente na ideia de que o espaço público pode ser criado e ordenado integrando o objetivo de prevenção criminal. Sobretudo têm

surgido, guias, projetos e planos centrados na prevenção criminal através do desenho urbano, como é o caso dos estudos e projetos efetuados para a zona de *West Yorkshire*⁶⁸ desenvolvidos a partir do *Leeds City Council*.

Estes programas passaram designadamente pela criação de incentivos, que consistiam, no caso do Ministério do Interior Britânico, em financiar projetos locais que integrassem a prevenção criminal na conceção e ordenamento do espaço. Ainda ao nível deste Ministério, foi criada uma *Design Against Crime*, cuja unidade especializada coordena os programas de apoio e de incentivo à conceção e ordenamento dos bens mobiliários e imobiliários, com finalidades de segurança. Nos termos de um acordo estabelecido com companhias de seguros, e com base em cadernos de encargos rigorosos, esta unidade emite uma etiqueta *Secured By Design* (SBD) que confere o direito a reduções de prémios de seguro e atribui, anualmente, prémios monetários a promotores ou industriais que apresentem os melhores projetos.

Existem estruturas semelhantes às anteriores nos Países-Baixos, nomeadamente têm: um selo equivalente ao SBD o qual designam por *Het Politiekeurmerk Veilig Wonen* (PKVW); uma associação congénere à *Designing Out Crime Association* (DOCA) a qual designam por *Stichting Veilig Ontwerp en Beheer*⁶⁹ (SVOB); e para os holandeses o *Veilig Ontwerp en Beheer*⁷⁰ é equivalente ao que no Reino Unido designam por *Designing Out Crime*.

Na sequência da ideia de génese anglo-saxónica, o Comité Europeu de Normalização (CEN) implementou, em 1995, o TC 325, grupo de estudo encarregado de preparar normas urbanas, intitulado “*prevenção de danos através do planeamento urbano e da concepção dos edifícios*”. Estas normas servem para serem tidas em conta, nomeadamente, pelas seguradoras, o que contribui para a integração de preocupações de prevenção da criminalidade na conceção e ordenamento dos espaços públicos.

⁶⁸ Ver em <http://www.leeds.gov.uk> os seguintes documentos: *Designing for Community Safety: A Residential Guide Sustainability Appraisal of the Draft Supplementary Planning Document*; *West Leeds District Partnership 'Strategy for Success' Action Plan 2005 – 2008*; entre outros documentos.

⁶⁹ “Fundação para o Projeto Segurança e Gestão”, tradução livre.

⁷⁰ “*Design e Gestão de Segurança*”, tradução livre.

No nosso país, o licenciamento de obras e de construções urbanas não está dependente da consulta de serviços especializados na área da segurança pública ou da prevenção da criminalidade geral. Ao contrário do previsto, no Reino Unido ou nos Países-Baixos, onde as autorizações de construção para os projetos imobiliários de uma certa importância devem obter o parecer favorável de um oficial de polícia, especialmente formado para o efeito designado por “*architecture liaison officer*”.

Este sistema de certificação é a garantia da qualidade dos projetos imobiliários e consequentemente da qualidade do espaço público urbano o que consequentemente se traduz na redução dos custos decorrentes da prática do crime e atividades transgressoras. Aliviando-se deste modo a carga da despesa pública com as questões da segurança urbana e incrementando-se na opinião pública o sentimento de que os espaços são seguros. Para tal a criação de cursos de formação de oficiais da polícia devidamente acreditados para o efeito ou de técnicos de urbanismo e arquitetura especialmente preparados para a abordagem destas matérias nos processos de licenciamento é uma necessidade também em Portugal.

Geralmente verifica-se, por um lado, uma forte separação entre os serviços encarregados da conceção e monitorização do ordenamento do espaço urbano, e por outro lado os serviços responsáveis pela gestão quotidiana dos equipamentos urbanos. A cooperação entre os serviços de ordenamento, de urbanismo e de habitação, e entre estes e os serviços responsáveis, a nível nacional, pelas áreas da segurança pública, da segurança social ou da juventude e desporto, ainda tem carácter excecional, devendo, por isso, ser fomentada, de modo a criar sinergias. Até porque a avaliação de segurança não se limita à fase de licenciamento; é essencial de forma continuada na gestão corrente do espaço público.

O ordenamento urbano a gestão territorial urbana e as atividades económicas e sociais associadas devem estar intimamente ligadas na elaboração de grandes projetos urbanos onde uma eficaz cooperação entre estas diversas valências pode (e deve) contribuir para a segurança e para o conforto de qualidade dos espaços assim criados. O contributo do urbanismo para a minimização da insegurança decorre de um planeamento coerente e equilibrado pela promoção da miscigenação social e urbana, pela redefinição dos espaços e por uma melhor integração a montante das

preocupações de segurança, que estarão tanto mais contempladas quanto forem adequadas e coerentes as propostas urbanísticas.

As políticas de urbanismo têm, inicialmente fomentado a expressão da urbanização e o crescimento da edificação. A regulamentação do uso do solo tem contemplado apenas os aspetos da edificabilidade deixando de lado, com consequências hoje evidentes, os aspetos da sustentabilidade territorial, do conforto urbano e funcional e de segurança.

A repartição funcional do espaço, distinguindo as zonas segundo a natureza da atividade quer seja ela habitação, comércio, serviços ou outra representa hoje uma visão redutora do uso do espaço e do aproveitamento do território. As políticas urbanas não assegurariam a harmonia entre estas diferentes funções e daí decorre o desordenamento territorial, a fragmentação urbana, a degradação dos espaços urbanizados, criando condições para formas de uso e de segregação social que, associada, potenciam fatores que conduzem à insegurança urbana.

A sua aplicação de forma demasiado rígida e desajustada face à evolução e às novas exigências da sociedade, reduzem-se à espacialização dos usos, negligenciando as ligações e interações que devem estabelecer com as restantes políticas ao nível local, desde os transportes aos grandes equipamentos públicos ou privados com que se organizam os aglomerados urbanos e a vida urbana.

Em Portugal existe uma lacuna no que respeita à existência e operacionalização de instrumentos de segurança pública, no âmbito do quadro jurídico de referência para o planeamento urbanístico nomeadamente ao nível da legislação de referência e enquadramento: da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU), do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (REJUE).

Assim, para o território português a LBOTU (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, define, no artigo 3º, como fins da política de ordenamento do território e de urbanismo: *“assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a humanização das cidades e a*

funcionalidade dos espaços edificados” (alínea c)); “promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais” (alínea e)); “racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos e promover a coerência dos sistemas em que se inserem” (alínea f)); e “acautelar a protecção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da acção humana” (alínea h))”.

Mas absolutamente nada é mencionado sobre a segurança pública e a prevenção criminal.

O artigo 5º da LBOTU, que fixa os princípios gerais aos quais deve obedecer a política de ordenamento do território e de urbanismo, também é omissa quanto à segurança. De entre estes princípios, destacam-se o da coordenação, articulando e compatibilizando o ordenamento com as políticas de desenvolvimento económico e social, bem como as políticas sectoriais com incidência na organização do território, no respeito “*por uma adequada ponderação dos interesses públicos e privados em causa*” (alínea c)); e o princípio da responsabilidade, “*garantindo a prévia ponderação das intervenções com impacte relevante no território e estabelecendo o dever de reposição ou compensação dos danos que ponham em causa a qualidade ambiental*” (alínea g)).

Seria interessante que fosse prevista, a par da qualidade ambiental, uma preocupação de qualidade de vida, na perspectiva da segurança pública.

Também o artigo 6º do mesmo diploma legal, ao estabelecer os objetivos específicos a prosseguir pelo ordenamento do território e o urbanismo, consoante a natureza da realidade territorial subjacente, cita que deve ser promovida: a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, “*no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos*” (alínea a)); “*a distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer*” (alínea b)); “*a adequação dos níveis de densificação urbana, impedindo a degradação da qualidade de vida, bem como o desequilíbrio da organização económica e social*” (alínea e)); e “*a aplicação de uma política de habitação que permita resolver as carências existentes*” (alínea g)).

A realidade das nossas cidades e das suas periferias mostra hoje uma realidade que justifica acautelar, no seu ordenamento e gestão, preocupações de segurança pública e de prevenção das incivildades e da criminalidade, convergindo, todas elas, para melhorar o nível de qualidade de vida das populações. Mesmo se a legislação faz referência a conceitos gerais como a qualidade de vida, o princípio da ponderação entre os interesses público e privado, bem como à prevenção de catástrofes de origem natural ou humana não alarga estas preocupações a outros parâmetros -como a segurança- que são essenciais para a promoção da qualidade de vida.

Comparativamente o código do urbanismo francês (1995) prevê a realização de um estudo prévio para determinar o impacto que determinados equipamentos urbanos teriam ao nível da segurança pública, sendo a *“importância do projecto apreciada nomeadamente por referência à categoria dos locais onde a construção está prevista, à densidade das construções vizinhas, às características da criminalidade e às necessidades de equipamentos públicos que aqueles geram”*. Nele se determina que:

- a. Os projetos de ordenamento, os equipamentos coletivos e os programas de construção estão sujeitos à obrigação de estudo prévio de impacto de segurança pública;
- b. As condições em que são tidas em conta preocupações em matéria de segurança pública nos procedimentos regulamentares existentes; e
- c. O conteúdo do estudo, versando no mínimo sobre os riscos que o projeto pode envolver para a proteção de pessoas e bens contra a criminalidade e sobre as medidas propostas para os prevenir.

O Decreto nº 2007-1177, de 3 de agosto, que veio regulamentar o artigo L. 111-3-1 do Código do Urbanismo francês de 1995 inclui nas suas disposições a obrigatoriedade de elaboração de estudos de impacto de segurança pública para os projetos situados em aglomeração de mais de 100 000 habitantes quando a operação de ordenamento tem por objetivo criar uma superfície superior a 100 000

m²; ou quando se visa criar um estabelecimento que acolha mais de 1 500 pessoas (nos termos do artigo R123-19 do Código da Construção e da Habitação).

De acordo com o mesmo diploma legal, o estudo de impacto de segurança pública pressupõe: um diagnóstico que precise o contexto social e urbano e a interação do projeto e do seu ambiente imediato; uma análise do projeto em relação aos riscos de segurança pública que recaem sobre a operação; e criação de propostas relativas às medidas a tomar, no que concerne ao ordenamento das vias e espaços públicos, ao projeto de construção (relativamente à implantação, ao destino, à natureza, à arquitetura, às dimensões, ao saneamento da construção e ao ordenamento da sua zona envolvente), para prevenir e reduzir os riscos de segurança evidenciados no diagnóstico e facilitar as missões dos serviços policiais e de socorro.

Contudo, a adoção imediata de normas gerais que imponham a todo e qualquer projeto de ordenamento ou de construção um caderno de encargos constrangedor em matéria de prevenção da delinquência não representa uma solução realista.

É preciso, antes de mais, estabelecer uma doutrina de conceção preventiva. Esta doutrina deve constituir um encargo dos serviços policiais especializados, em concertação com outros atores relevantes, a nível de outros organismos públicos, seguradoras e peritos, devendo ter em consideração os trabalhos de normalização já desenvolvidos na Europa. Em suma, nesta perspetiva seria apetecível incluir, na vasta e diversificada regulamentação sobre segurança e prevenção contra incêndios em edifícios, uma parte relativa à prevenção da criminalidade. A regulamentação pode, também, prever normas facultativas que poderiam ser tomadas em conta pelas companhias seguradoras na fixação dos seus prémios de seguro.

Face ao exposto, é ainda importante referir quanto à ligação entre a segurança urbana e o planeamento a aceitação generalizada da necessidade de introduzir profundas alterações no desenho urbano e na escala das urbanizações realizadas. Houghton & Hunter (1994) realizam uma síntese das regras para o desenho urbano desejável. Essas regras são a flexibilidade dos usos e funções, a utilização de altas a médias densidades, a variedade de espaços, a permeabilidade à população, a

segurança, a escala humana, o desenho orgânico e, sobretudo, a criatividade nas soluções tipológicas e topológicas adotadas.

Em Portugal a melhor forma de harmonizar as atividades de prevenção que são desenvolvidas ao nível público e privado, nos planos nacional e local, para melhorar a sua eficácia e de as completar com novas iniciativas, consiste em desenvolver uma abordagem global e integrada do conjunto dessas ações.

Importa, por tudo isto, realçar que uma estratégia nacional para a prevenção da criminalidade em espaço público deve atuar diretamente nas diversas estratégias sectoriais, como são o caso, das estratégias de turismo, de transportes, de ordenamento do território e urbanismo, de desenvolvimento económico e social e da política das cidades.

A regulamentação urbanística e as práticas de licenciamento e gestão urbana concorrem para a criação de fatores de segurança mas não esgotam o conjunto das ações associadas à prevenção da criminalidade. O reforço da coesão social, a integração das diferentes comunidades na vida urbana, o reforço dos fatores identitários e dos valores sociais que alargam a interação social, cultural e económica nos espaços habitados são outros dos caminhos a prosseguir.

PARTE II

4 | SEGURANÇA E ESPAÇO PÚBLICO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

4.1. Enquadramento demográfico e morfológico

Os princípios e as questões colocadas anteriormente procuram a criação de um quadro de referência sobre a segurança urbana e as gramáticas do uso seguro dos espaços públicos em ordem a redefinir critérios e metodologias de abordagem e da sua organização, funcionamento e gestão no quadro de um planeamento urbano com referências para além da edificabilidade.

Com esta preocupação, foi feita uma avaliação das relações e interações entre a morfologia urbana, o uso e as funcionalidades e o modo de apropriação dos espaços públicos em algumas áreas da cidade de Lisboa e dos concelhos imediatamente adjacentes (Loures, Odivelas, Amadora e Oeiras) com maior incidência de ocorrência de atos delituosos ou criminosos.

Para esta finalidade foram utilizados dados fornecidos pela PSP, alguns deles de natureza confidencial e ou reservada, referentes ao registo e caracterização daquelas ocorrências, cuja interpretação foi posteriormente cruzada com análise de imprensa tendo por base os mesmos períodos temporais.

A razão da escolha desta área tem a ver com o facto de Lisboa ser o centro de uma área metropolitana de dimensão significativa de cerca de 2,6 milhões de habitantes e 1,38 km². No panorama nacional a área metropolitana de Lisboa apresenta 25% da população total do país e cerca de 15% da área do território continental.

Importa, também, referir que apesar da grande concentração populacional que a AML (Área Metropolitana de Lisboa) apresenta no seu todo, as densidades de ocupação urbana variam significativamente entre as duas margens do rio Tejo e os

diversos concelhos e freguesias que compõem este vasto território, sendo possível identificar eixos, franjas e manchas que se alternam e sobrepõem de forma muito fragmentada, consequência não apenas das dinâmicas de ocupação, mas também da própria configuração física do território. Assim, a Amadora, Odivelas, Lisboa e Oeiras, ver figura 32, destacam-se como as áreas mais densamente ocupadas, sendo que a densidade média dos municípios que integram a margem Norte é aproximadamente o triplo do valor de densidade média registado pelos municípios da margem Sul do Rio Tejo.



Figura 32 | Localização esquemática dos concelhos em estudo.

A realidade geográfica, espacial, social, económica e demográfica mostra que a cidade de Lisboa, como núcleo central e pólo agregador da área metropolitana constitui a referência organizacional e funcional deste território geográfico e

humano. Tendo isto em consideração, os sistemas funcionais mais importantes, e de entre eles a mobilidade e as infraestruturas de transporte, organizam-se de forma radial relativamente à cidade de Lisboa, funcionando com as expansões urbanas da sua periferia como coroas concêntricas que consolidam um modelo anelar de sucessivas faixas urbanas de maior ou menor consistência.

4.2. Localização geográfica e características socioeconómicas

O centro histórico da cidade apresenta dominantemente uma densa malha urbana e a parte ocidental da cidade é ocupada pelo Parque Florestal de Monsanto, com uma área de quase 10 km².

Lisboa é uma cidade de serviços onde o turismo é uma importante atividade económica. Os concelhos limítrofes em traços muito genéricos constituem-se como o grande dormitório de quem diariamente afluí à capital dependendo do núcleo metropolitano cultural – a cidade de Lisboa – para o seu crescimento e desenvolvimento, tendo a sua população crescido tanto à custa das migrações como da desertificação populacional a que Lisboa tem estado sujeita nas últimas três décadas

Lisboa é uma das duas regiões de Portugal com um Produto Interno Bruto (PIB) “*per capita*” superior à média europeia, conforme os dados de 2009 apresentados pelo *Eurostat* em março de 2012. De acordo com o gabinete de estatísticas da União Europeia (UE), Lisboa tinha em 2009 um PIB “*per capita*” de 112,4 por cento, considerando que 100 por cento é o indicador que mede a média europeia.

Todavia, de acordo com os Censos 2011, Lisboa regista um decréscimo populacional de -3,4%. Contudo, Sendo os valores absolutos muito importantes, neste caso evidenciando uma ligeira perda populacional, a compreensão das tendências e dinâmicas urbanas deve olhar com especial atenção para as taxas de variação populacional intercensitárias, como é visível no gráfico 9.

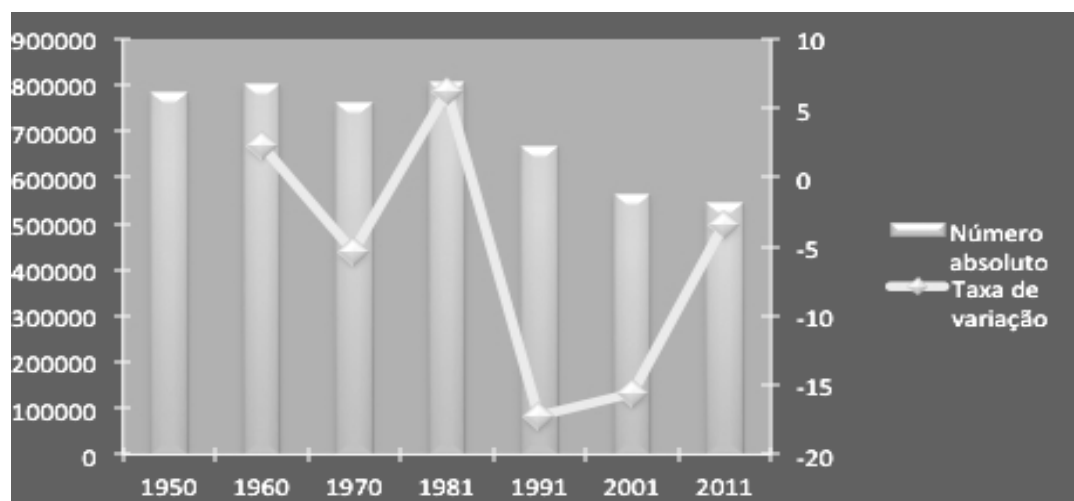


Gráfico 9 | Evolução da população em Lisboa.

Fonte: <http://www.trajectorias-residenciais.com> in: INE, Censos (1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011).

Ao longo dos últimos 60 anos a população de Lisboa tem vindo a decrescer consideravelmente considerando que em 1950, a população da cidade de Lisboa representava cerca de 60% da população total da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em 2009 esse valor obtém os mínimos de sempre, que correspondem a 17% da população total da AML. Isto é bem evidente nos gráficos 10 e 11 onde também se realça a dinâmica do crescimento da população dos concelhos limítrofes.

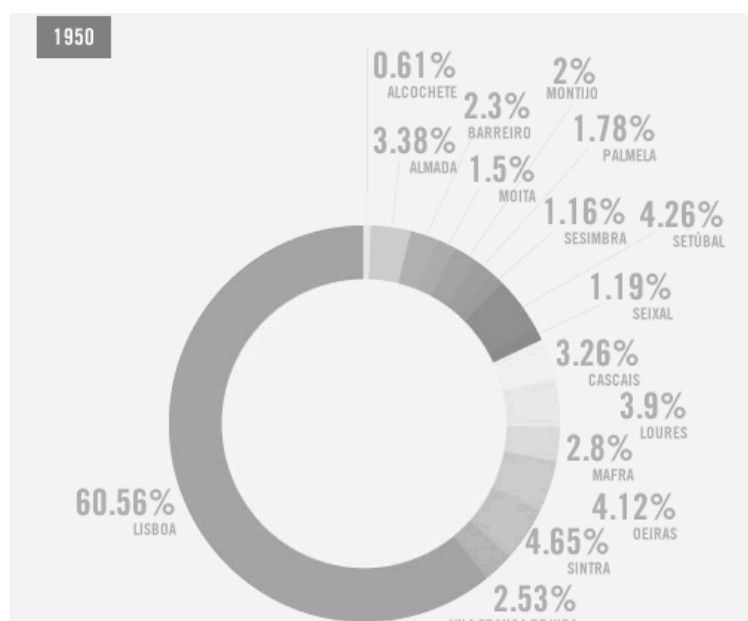


Gráfico 10 | Variação do crescimento da área metropolitana de Lisboa (1950).

Fonte: Acedido em 14 de abril, 2012, do <http://www.trajectorias-residenciais.com>

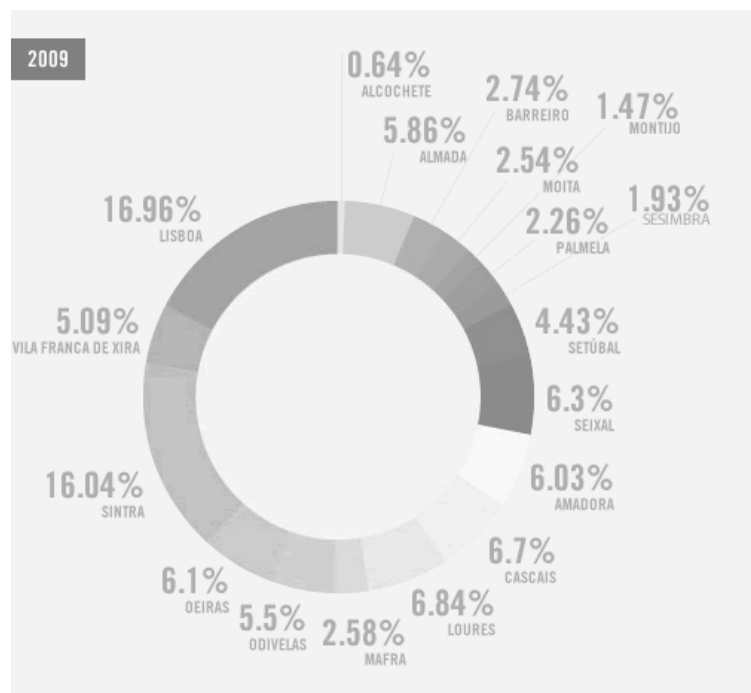


Gráfico 11 | Variação do crescimento da área metropolitana de Lisboa (2009).

Fonte: Acedido em 14 de Abril, 2012, do <http://www.trajectorias-residenciais.com>

4.3. A segurança urbana em Lisboa perante o contexto internacional

Ao abordar a temática de segurança em Lisboa e nos concelhos limítrofes com continuidade territorial, importa referir qual a sua situação no que concerne à segurança. Segundo o Instituto UNICRI⁷² Lisboa é a capital mais segura da Europa.

Sobre esta matéria o UNICRI publicou um estudo em 2007⁷³ (com base em dados recolhidos em 2005) sobre a segurança em várias cidades. Este estudo, em vez de se basear em estatísticas, é suportado por inquéritos, nos quais era perguntado se as pessoas já tinham sido vítimas de algum crime.

⁷² INICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*) – é uma agência da ONU para a investigação sobre o crime e a justiça.

⁷³ In: van Dijk et al. (2005) - Relatório "The Burden of Crime in the EU, Research Report: A Comparative Analysis of the European Survey of Crime and Safety (EU ICS) 2005". Robert Manchin, Gallup Europe, coordinated the Consortium and the project was co-financed by the European Commission under FP6.

Conforme se mostra no gráfico seguinte entre todos os países europeus em estudo, Portugal na sua cidade capital apresenta a taxa de vitimização (ter sido vítima de algum crime no ano 2004) mais baixa da Europa (van Dijk, Manchin, van Kesteren, Nevala & Hideg, 2005), não é apenas a crimes como roubo de bicicletas (que obviamente não pode ser comparado entre cidades), mas crimes mais gerais. Lisboa foi considerada a quarta capital com menos assaltos a carros, apresenta um terço da média em roubo de motos, e é a primeira com menos assaltos a casas.

Lisboa situa-se como a capital europeia com menos roubos (carteira, roupa, etc.), a terceira com menos carteiristas, a primeira com menos ameaças sexuais a mulheres, a segunda com menos ameaças físicas e a quinta com menos fraudes contra consumidores. Isto não significa no entanto que a realidade sentida pelas populações possa ser diferente, uma vez que neste como noutros inquéritos à vitimização, as respostas, porque por vezes subjetivas, podem não ser perfeitamente comparáveis, ver taxa de vitimização no gráfico 12.

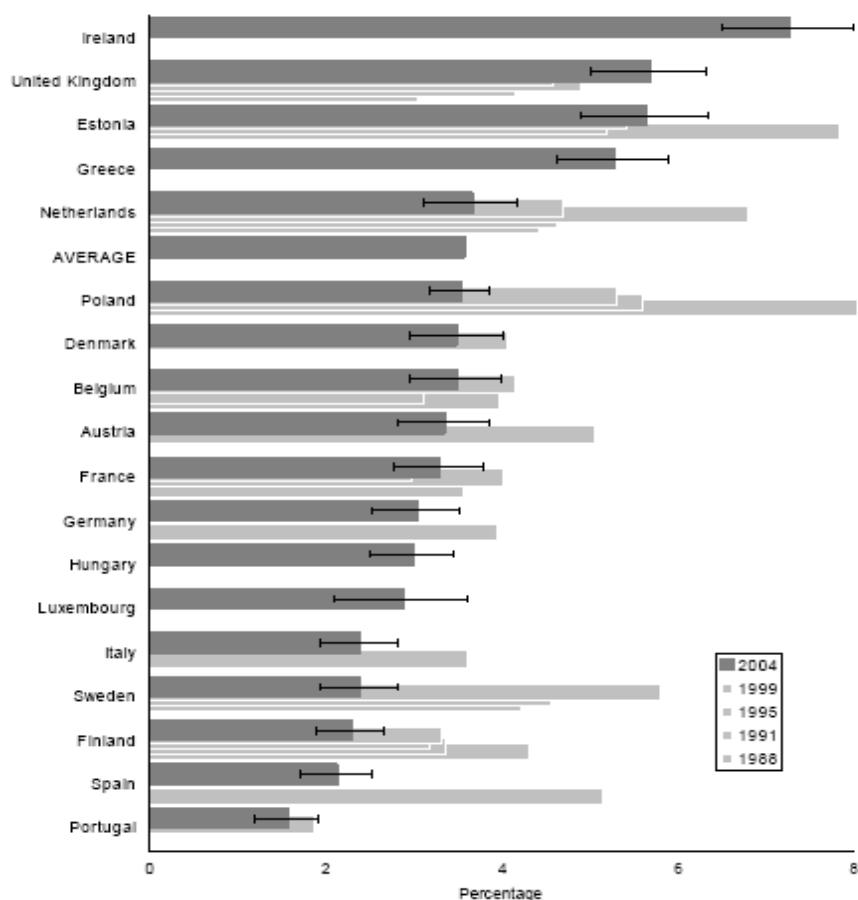


Gráfico 12 | Taxas de vitimização roubo de propriedade pessoal, relativa ao ano 2004 e resultados de pesquisas realizadas pelas *International Crime Victim Survey-ICVS*- relativas a anos anteriores. Fonte: van Dijk, Manchin, van Kesteren, Nevala e Hideg (2005).

Em 2011, Lisboa segundo a consultora internacional Mercer⁷⁵ encontrava-se entre as 50 cidades com melhor qualidade de vida do mundo, ocupando, respetivamente, a 41.^a posição (ver quadro 8), com base em dois rankings elaborados pela consultora internacional Mercer, conforme o quadro que se segue. Esse estudo abrangeu uma lista de 221 cidades de vários continentes, estes rankings têm como referência a cidade de Nova York, à qual é atribuído um índice 100.

⁷⁵ A Mercer é uma empresa internacional na área da consultoria, do *outsourcing* e dos investimentos.

Rank	Cidade	País
1	Vienna	Austria
2	Zurich	Switzerland
3	Auckland	New Zealand
4	Munich	Germany
5	Düsseldorf	Germany
5	Vancouver	Canada
7	Frankfurt	Germany
8	Geneva	Switzerland
9	Bern	Switzerland
9	Copenhagen	Denmark
11	Sydney	Australia
12	Amsterdam	Netherlands
13	Wellington	New Zealand
14	Ottawa	Canada
15	Toronto	Canada
16	Hamburg	Germany
17	Berlin	Germany
18	Melbourne	Australia
19	Luxembourg	Luxembourg
20	Stockholm	Sweden
21	Perth	Australia
22	Brussels	Belgium
22	Montreal	Canada
24	Nurnberg	Germany
25	Singapore	Singapore
26	Canberra	Australia
26	Dublin	Ireland
28	Stuttgart	Germany
29	Honolulu, HI	United States
30	Adelaide	Australia
30	Paris	France
30	San Francisco, CA	United States
33	Calgary	Canada
33	Oslo	Norway
35	Helsinki	Finland
36	Boston, MA	United States
37	Brisbane	Australia
38	London	United Kingdom
39	Lyon	France
40	Barcelona	Spain
41	Lisbon	Portugal
42	Milan	Italy
43	Chicago, IL	United States
43	Madrid	Spain
43	Washington, DC	United States
46	Tokyo	Japan
47	New York City, NY	United States
48	Seattle, WA	United States
49	Kobe	Japan
49	Pittsburgh, PA	United States
49	Yokohama	Japan

Quadro 8 | Qualidade de vida - *rankings* mundiais de 2011.

Fonte: Mercer. Acedido em 14 de Maio, 2012, do in <http://www.mercer.com/press-releases/quality-of-living-report-2011>

De acordo com o ranking que a Mercer apresenta, relativamente à segurança pessoal e que assenta em índices como a estabilidade interna, o crime, a efetividade da aplicação da lei e o relacionamento com os outros países, Lisboa ocupa o 47.º lugar, *ex aequo* com Praga, vide quadro seguinte que mostra o *ranking* da Mercer

para a segurança pessoal relativa a 2011, baseado em medidas de estabilidade interna, níveis de criminalidade, eficácia da aplicação da lei e nas relações internacionais do país anfitrião.

Rank	Cidade	País
1	Luxembourg	Luxembourg
2	Bern	Switzerland
2	Helsinki	Finland
2	Zurich	Switzerland
5	Vienna	Austria
6	Geneva	Switzerland
6	Stockholm	Sweden
8	Singapore	Singapore
9	Auckland	New Zealand
9	Wellington	New Zealand
11	Copenhagen	Denmark
11	Düsseldorf	Germany
11	Frankfurt	Germany
11	Munich	Germany
11	Nurnberg	Germany
16	Dublin	Ireland
17	Amsterdam	Netherlands
17	Calgary	Canada
17	Montreal	Canada
17	Ottawa	Canada
17	Toronto	Canada
17	Vancouver	Canada
23	Abu Dhabi	United Arab Emirates
24	Oslo	Norway
25	Canberra	Australia
25	Melbourne	Australia
25	Perth	Australia
25	Sydney	Australia
29	Muscat	Oman
30	Ljubljana	Slovenia
31	Kobe	Japan
31	Nagoya	Japan
31	Osaka	Japan
31	Tokyo	Japan
31	Yokohama	Japan
36	Berlin	Germany
36	Hamburg	Germany
36	Hong Kong	Hong Kong
39	Dubai	United Arab Emirates
40	Brussels	Belgium
40	Pointe-à-Pitre	Guadeloupe
42	Leipzig	Germany
42	Stuttgart	Germany
44	Aberdeen	United Kingdom
44	Glasgow	United Kingdom
46	Limassol	Cyprus
47	Lisbon	Portugal
47	Prague	Czech Republic
49	Bratislava	Slovakia
50	Adelaide	Australia
50	Brisbane	Australia

Quadro 9 | Ranking de segurança pessoal, 2011.

Fonte: Mercer. Acedido em 14 de Abril, 2012, do <http://www.mercer.com/press-releases/quality-of-living-report-2011>

Neste contexto, a cidade do Luxemburgo, é considerada a cidade mais segura da Europa, seguindo-se um conjunto de três cidades: Berna, Helsínquia e Zurique.

A elaboração do *ranking* de segurança pessoal foi criado por pensarem tratar-se de "um fator primordial" a ter em consideração nas tomadas de decisões de governos e empresas multinacionais, sempre que confrontados com possíveis situações de transferência internacional de funcionários. O que mostra como as questões ligadas à segurança são hoje, para além do que diretamente afeta as pessoas, matéria determinante para a tomada de decisão no âmbito da economia, do investimento e da criação de emprego.

Relativamente à qualidade de vida, Lisboa subiu, do ano 2007 para o ano 2008, do 47.º para o 44.º lugar e do ano 2008 para 2011 subiu do 44.º para o 41.º lugar, superando, no top 50, cidades como Chicago, Washington, DC, Nova Iorque, e Seattle, todas nos Estados Unidos.

4.4. Estudo caso – a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes

A caracterização espacial do crime na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes em estudo, designadamente: Amadora, Loures, Odivelas e Oeiras; foi realizada com base na análise e interpretação de dados recolhidos da base de dados da PSP.

Os registos da PSP, em apreço, contêm informação de natureza confidencial⁷⁷, que pertence aos eventos ocorridos nas áreas correspondentes às esquadras da polícia dos concelhos em estudo, durante os anos compreendidos entre 2008 e 2010, inclusive.

Para além dos dados recebidos para os concelhos em estudo, também, nos foram disponibilizados os registos criminais ocorridos nos concelhos de Alenquer,

⁷⁷ Razão pela qual não os apresentamos na íntegra, sendo que os mesmos registos poderão ser disponibilizados com as devidas autorizações da PSP.

Cascais, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, em igual período. No entanto, por razões morfológicas, tendo em vista a análise comparativa pretendida, optámos por reduzir a análise a Lisboa e aos concelhos limítrofes com continuidade territorial e por serem morfológicamente mais homogéneos.

Da matriz da PSP que nos foi fornecida, relativamente aos dados registados consta a seguinte informação: ano; data da ocorrência; hora da ocorrência; natureza do crime (público e semipúblico); tipo de ocorrência (crimes contra pessoas e crimes contra o património); subtipo de ocorrência (contra a integridade física; crimes contra a propriedade e danos); classificação estatística (roubo por esticção, outro dano, ofensa à integridade física voluntária simples e ofensa à integridade física voluntária grave); distrito (Lisboa); concelho (já mencionados); freguesia (relativas a todos os concelhos citados); localidade (todas as relacionadas com as freguesias onde ocorreram os crimes); arruamento (todos os relacionados com as localidades onde ocorreram os crimes); tipo local (via pública, transporte público, entre outros; subtipo – local (arruamento, entre outros); *modus operandi* (com arma de fogo, ameaça/agressão através de força física, entre outros); *modus operandi* 1 (no recinto público, na via pública, entre outros).

Com o objetivo de caracterizar a espacialização do crime desta área, classificaram-se apenas os crimes ocorridos em espaço público urbano em duas classes distintas, designadamente: crimes contra o património, e crimes contra pessoas.

Os dados disponibilizados foram trabalhados de forma a obter-se a sua interpretação relativamente ao espaço público urbano, onde foram identificadas as situações mais vulneráveis corresponde a um padrão de desenho urbano com influência na matriz comportamental dos cidadãos.

Os dados fornecem-nos informações importantes para a avaliação da prática de atividades delituosas e transgressoras e como tal permitem dar-nos a perceção das respetivas tendências. Contudo, não refletem as ocorrências associadas a incivildades, as quais pela sua natureza não são objeto de participação às

autoridades policiais. Deste modo, importa ter presente o facto de elas não constarem na base de dados não significa que não ocorram.

Nos anos 2008, 2009 e 2010 a PSP, de acordo com os dados que nos foram fornecidos, registou a ocorrência de 13.028 crimes de natureza particular, semipública e pública, nos concelhos de Alenquer, Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira; sendo de destacar que 66% dos crimes registados (ver gráfico 13) são de natureza pública.

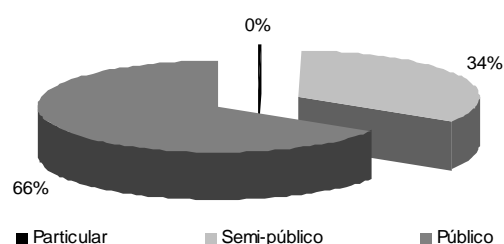


Gráfico 13 | Indicadores da natureza dos crimes registados nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 1 e 2).

Do universo global de crimes de todo o tipo de natureza registados 81% correspondem a delitos cometidos nos concelhos da Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Oeiras, isto é dos concelhos que correspondem à área em estudo, vide gráfico seguinte:

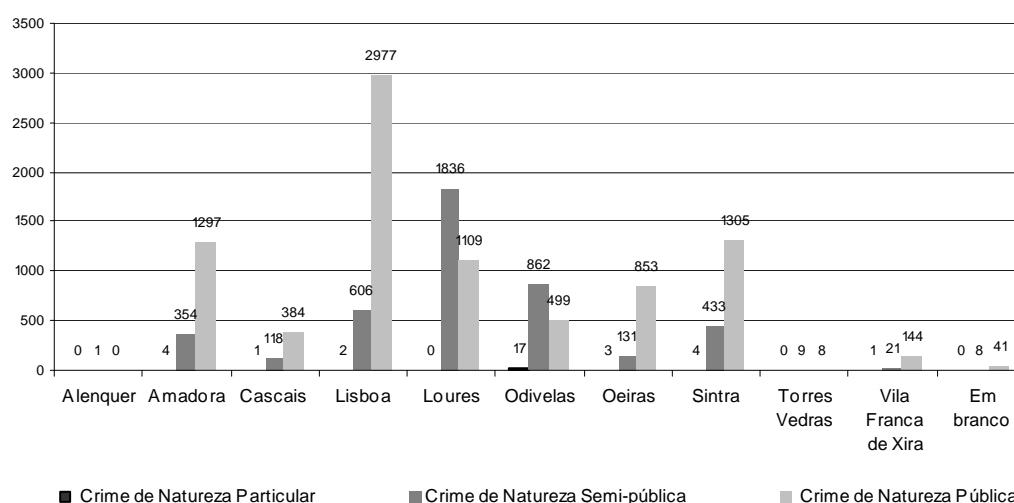


Gráfico 14 | Indicadores da natureza dos crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010 nos diferentes concelhos, (ver anexo I – tabelas 1 e 2).

Destaca-se, ainda, que dos 13028 crimes ocorridos, 52%, ou seja 6735 dados, aconteceram no espaço público urbano dos concelhos em análise (Lisboa, Loures, Amadora, Odivelas e Oeiras), o que nos permite afirmar que estamos perante o universo de concelhos da Grande Lisboa com maior índice de criminalidade durante os anos 2008, 2009 e 2010, (ver quadro 10).

Concelhos	N.º de registos de Crime de Natureza Particular	N.º de registos de Crime de Natureza Semipública	N.º de registos de Crime de Natureza Pública	Total
Alenquer	0	1	0	1
Amadora	4	354	1297	1655
Cascais	1	118	384	503
Lisboa	2	606	2977	3585
Loures	0	1836	1109	2945
Odivelas	17	862	499	1378
Oeiras	3	131	853	987
Sintra	4	433	1305	1742
Torres Vedras	0	9	8	17
Vila Franca de Xira	1	21	144	166
Em branco	0	8	41	50
Total	32	4378	8617	13028

Quadro 10 | Dados globais fornecidos pela PSP relativamente aos crimes ocorridos e registados entre 2008 e 2010, inclusive (ver anexo I – tabelas 1 e 2).
Fonte: PSP.

Dos 6735 crimes em estudo (ver quadro 11), ocorridos em espaço público urbano, 44% correspondem somente às ocorrências verificadas no concelho de Lisboa (ver gráfico 15).

Concelhos	N.º de registos de Crime de Natureza Particular	%	N.º de registos de Crime de Natureza Semipública	%	N.º de registos de Crime de Natureza Pública	%	Total	%
Amadora	4	15,38	354	9,34	1297	19,26	1655	15,69
Lisboa	2	7,69	606	15,99	2977	44,20	3585	33,98
Loures	0	0,00	1836	48,46	1109	16,47	2945	27,91
Odivelas	17	65,38	862	22,75	499	7,41	1378	13,06
Oeiras	3	11,54	131	3,46	853	12,67	987	9,36
Total	26	100	3789	100	6735	100	10550	100

Quadro 11 | Dados dos concelhos em análise, relativamente aos crimes ocorridos e registados entre 2008 e 2010, inclusive (ver anexo I – tabela 1 e 2).
Fonte: PSP.

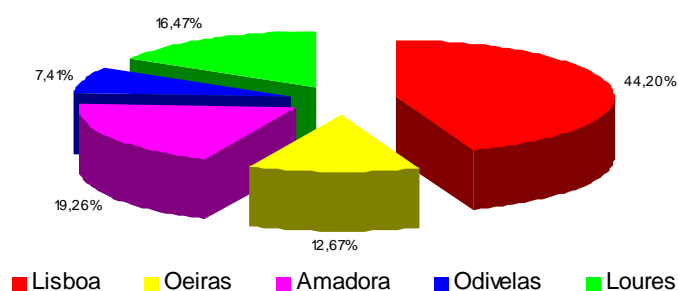


Gráfico 15 | Indicadores de crimes de natureza pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos em análise, (ver anexo I – tabelas 1 e 2).

Tendo em conta o objetivo da nossa investigação e a área geográfica sobre a qual a mesma se debruça, a informação recebida da PSP foi sistematizada, de forma a organizar os dados por novas classes, tal como sucedeu com a reorganização dos registos da hora da ocorrência dos crimes.

Foram, assim, criadas novas classes dos períodos de ocorrência, designadamente: período da madrugada, período da manhã, período da tarde e período da noite.⁷⁸

A sistematização foi também realizada ao nível do agrupamento dos registos por datas, as quais fizemos corresponder às diferentes estações do ano: inverno, primavera, verão e outono.⁷⁹

Dada a diversidade da informação disponível, e tendo em consideração o objetivo central da investigação de estudo da dialética proactiva entre o desenho e o uso seguro em espaço público urbano, apenas foram considerados os dados relativos à ocorrência em espaço público. Por esta razão foram excluídos todos os locais que ofereciam dúvidas sobre a sua natureza de espaços públicos urbanos.

⁷⁸ Período da madrugada, período da manhã (06:01h-12:00h), período da tarde (12:01h-18:00h) e período da noite (18:01h-00:00h).

⁷⁹ Inverno (21 dezembro – 20 março), primavera (21 março – 20 julho), verão (21 julho – 20 setembro) e outono (21 setembro a 20 dezembro).

Neste pressuposto, considerou-se para a análise apenas o universo de 5492 registos das ocorrências criminais, referenciadas na base de dados da PSP, que correspondem aos crimes de natureza pública praticados em espaço público urbano, no período entre 2008 e 2010 inclusive, como se verifica no gráfico 16.

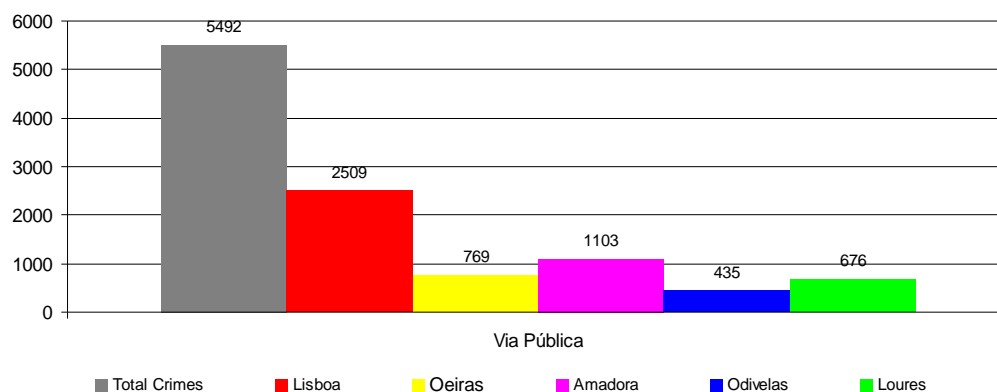


Gráfico 16 | Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano na via pública, ocorridos entre os anos 2008 e 2010 inclusive, (ver anexo I – tabela 5).

Do universo em análise é ainda possível apurar que a maioria dos crimes ocorridos e registados são contra o património e ocorrem no concelho de Lisboa, como é visível no gráfico seguinte.

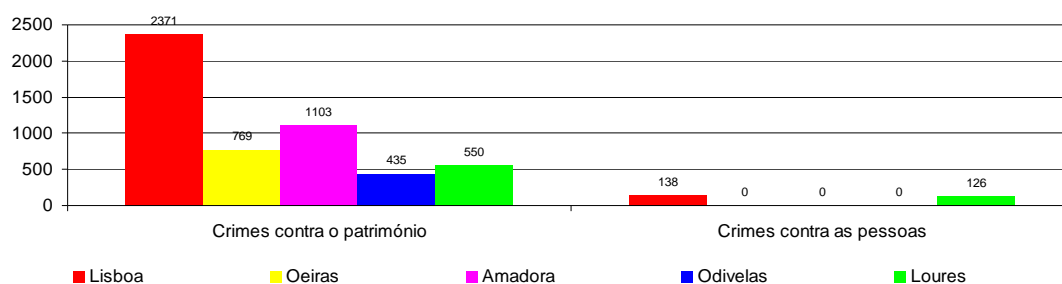


Gráfico 17 | Indicadores de crimes praticados unicamente na via pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, divididos em crimes contra o património e crimes contra as pessoas (ver anexo I – tabela 3).

Assim, do universo dos casos analisados destaca-se o facto de 95% dos crimes participados serem crimes contra o património e os restantes 5% serem crimes contra as pessoas. Por outro lado, evidencia-se também, o facto de aproximadamente 46% desses registos estarem centralizados só no concelho de Lisboa, conforme gráfico 18 e 19.

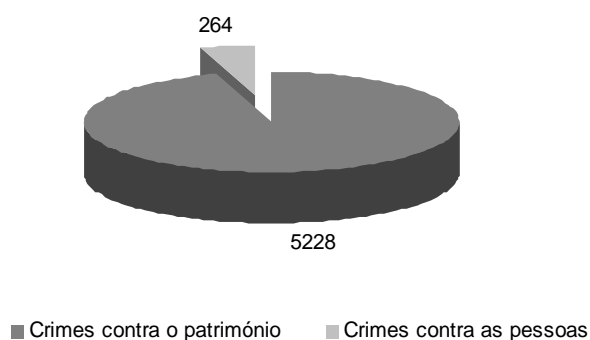


Gráfico 18 | Total de crimes registados que foram praticados unicamente na via pública de todos os concelhos em estudo, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, divididos em crimes contra o património e crimes contra as pessoas (ver anexo I – tabela 3).

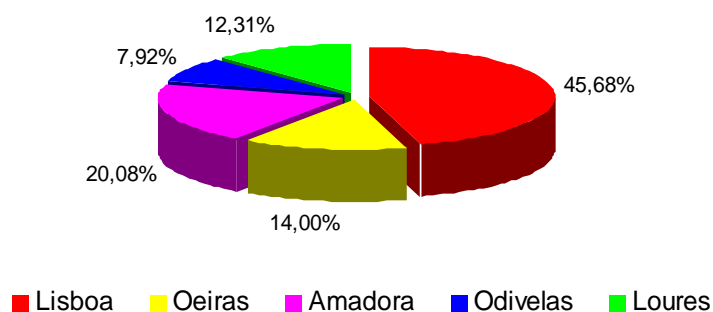


Gráfico 19 | Total dos crimes registados que foram praticados unicamente na via pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, por concelhos em estudo (ver anexo I – tabela 3).

De um modo geral, em todos os concelhos em estudo dos elementos analisados pode retirar-se a conclusão que o número de ocorrências participadas e registadas entre 2008 e 2010 registou um crescimento constante como se mostra no gráfico seguinte.

Da análise destes registos verifica-se, também, o facto de quase metade dos crimes se localizarem no concelho de Lisboa, ver gráfico 20. Porém, pelo facto de haver uma mobilidade criminal nas áreas urbanas não existe uma relação direta entre as áreas de residência e as áreas de criminalidade.

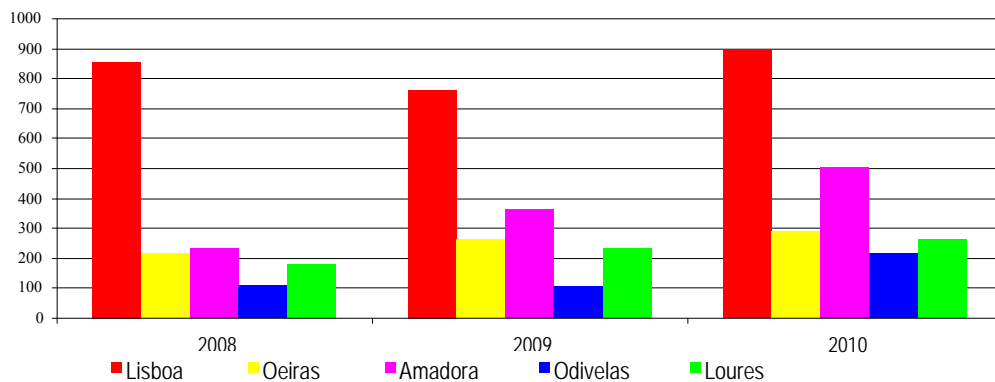


Gráfico 20 | Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).

Os registos policiais mostram uma incidência com destaque dos registos dos crimes ocorridos nos períodos da tarde (entre as 12:01h e as 18:00h) e da noite (entre as 18:01h e as 0:00h), constituindo-se o período da noite como o que apresenta o número de registos mais elevado, vide gráfico seguinte, indiciando a configuração de uma relação direta com o escurecer do dia como momento vantajoso para a prática dos delitos.

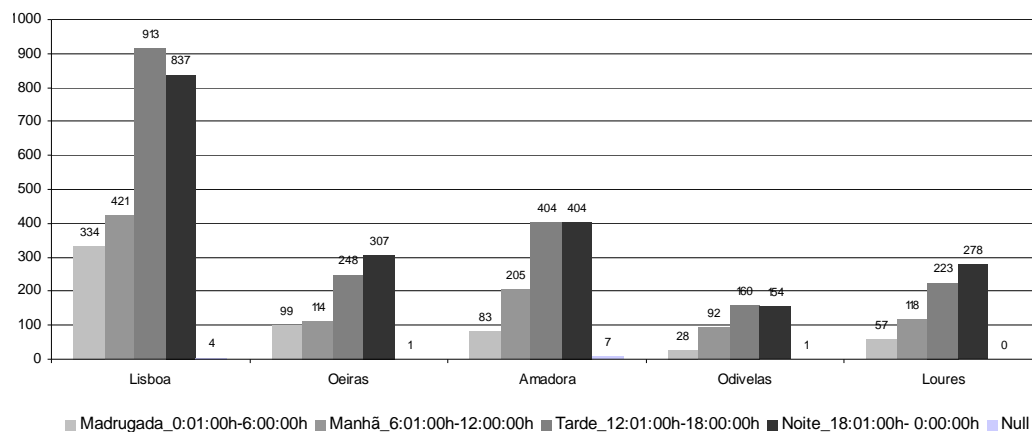


Gráfico 21 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia, (ver anexo I – tabela 12).

Contudo, o estudo, revela que a Amadora tem igual % da incidência dos registos efetuados nos períodos da tarde e da noite, e que os concelhos de Lisboa e de Odivelas apresentam a maior incidência dos crimes no período da tarde.

No estudo, considerou-se que mais de cem (100) registos de crimes por freguesia e por ano, o que corresponde a aproximadamente duas (2) ocorrências por semana, seria estudado como local problemático, tendo também sido considerado este desígnio para os restantes concelhos em apreço.

4.4.1 Análise 1 – Interpretação dos crimes registados pela PSP em espaço público urbano, em Lisboa e concelhos periféricos

4.4.1.1 Concelho de Lisboa

Como já foi referido o concelho de Lisboa reúne a maioria dos crimes registados, face aos outros concelhos, sendo que aproximadamente 45% dos crimes que ocorrem são contra o património, conforme gráfico 22.

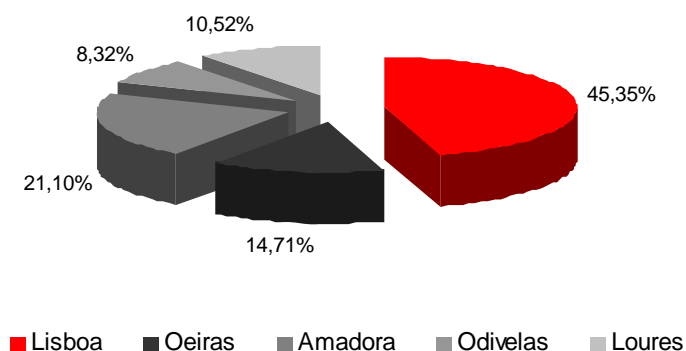


Gráfico 22 | Crimes contra o património registados que foram praticados unicamente na via pública, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, por concelhos em estudo (ver anexo I – tabela 3).

No entanto, de todos os concelhos em estudo, Lisboa é o único que apresenta uma redução do número de registos de crime em 2009 perante 2008, tendo passado de 34% para 30% e, em 2010 voltou novamente a sofrer um acréscimo dos eventos criminais, o que corresponde a 36% do valor global dos crimes registados

relativamente a este concelho (gráfico 23). Dos dados disponíveis não é, no entanto, possível concluir das razões que estão na origem deste acréscimo.

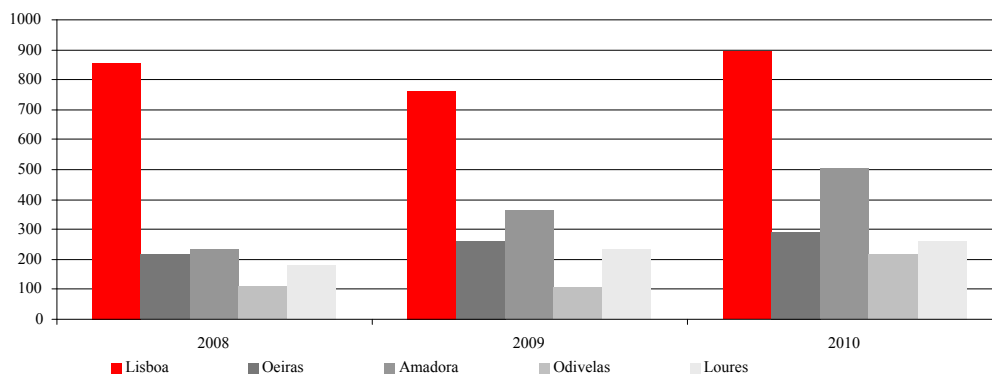


Gráfico 23 | Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).

De todos os acontecimentos registados em Lisboa 94% correspondem a crimes contra o património e os restantes 6% equivalem a crimes contra as pessoas.

Da análise e interpretação dos dados, verificou-se o registo de prática do crime em 52 das 53 freguesias de Lisboa, sendo a freguesia dos Mártires a única onde não se encontra inscrita nenhuma ocorrência no período compreendido entre 2008-2010, como visível representado na figura 33. Muito provavelmente pela sua reduzida extensão territorial: 0,1 km² e apenas 372 habitantes de acordo com os resultados provisórios dos Censos 2011.

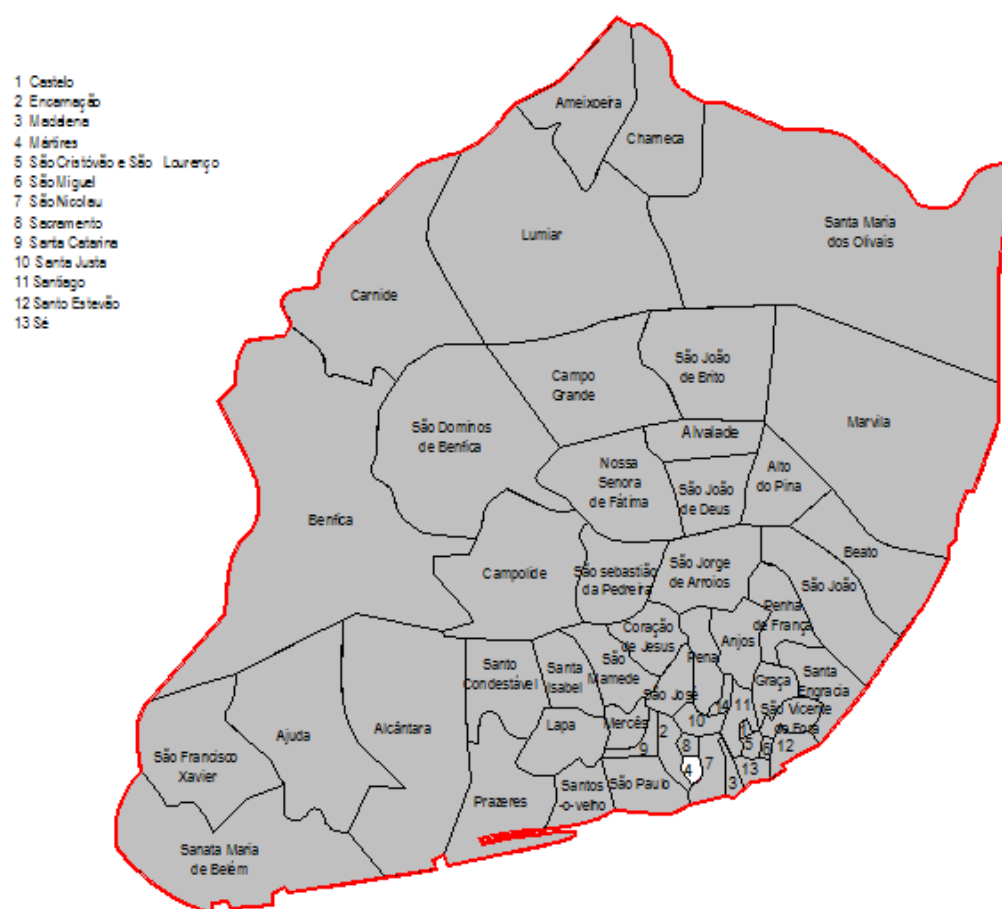


Figura 33 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Lisboa.

No pressuposto que se consideram relevantes as freguesias que apresentam mais de cem (100) registos de crimes por freguesia, determinámos que das freguesias de Lisboa as que apresentam um maior índice de registos de participações das ocorrências do crime são: Benfca, Lumiar e Santa Maria dos Olivais, observar gráfico 24 e figura 34. Estas freguesias são também das mais populosas e de maior extensão territorial: Benfca tem uma área de 7,94 km², uma população de 36821 habitantes e uma densidade: 4.637,4 hab/km²; Lumiar tem uma área de 6,28 km², uma população de 41.162 habitantes e uma densidade de 6.554,5 hab/km²; e Santa Maria dos Olivais tem uma área de 10,66 km², uma população de 51.036 habitantes e uma densidade de 4.787,6 hab/km², (Censos, 2011).

4 | SEGURANÇA E ESPAÇO PÚBLICO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

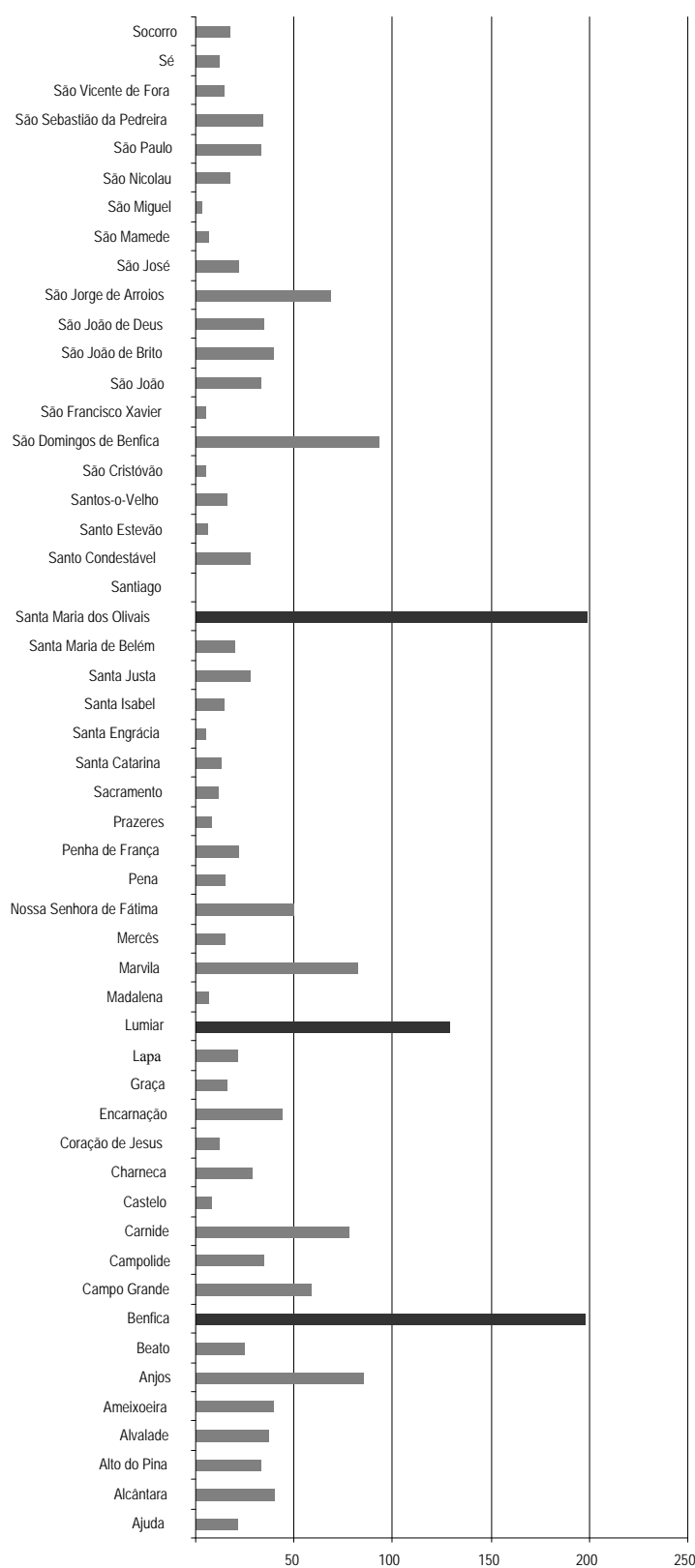


Gráfico 24 | Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Lisboa, (ver anexo I – tabela 6).

Das três freguesias supramencionadas foi em Benfica que se verificou um maior acréscimo da taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.

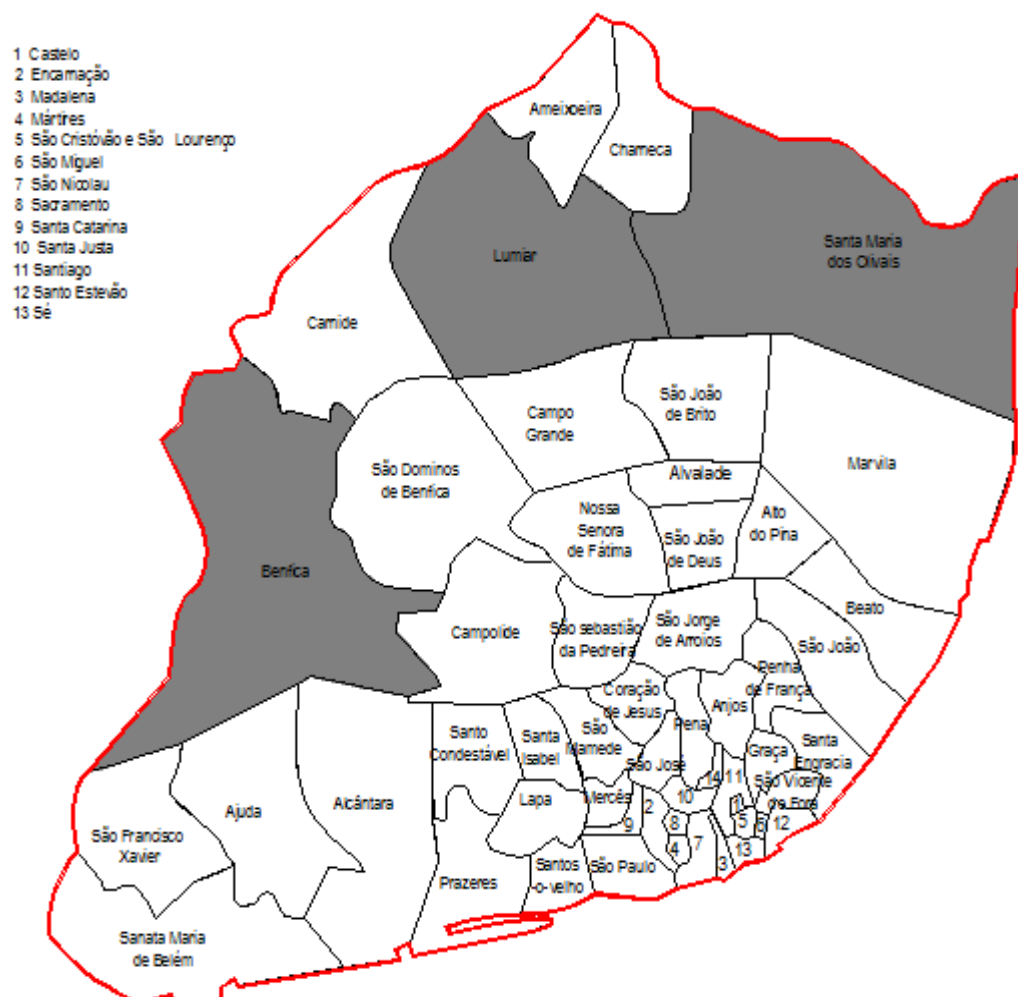


Figura 34 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Lisboa com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.

Contudo, no sentido de despistar uma série de dúvidas relacionadas com a percepção que o cidadão comum tem de determinadas zonas de Lisboa ao nível da segurança, agrupamos as freguesias a que corresponde administrativamente a zona da Baixa, do Bairro Alto, Chiado/Bairro Alto, Av. 24 de Julho, Rossio, Sete Rios, Campo Grande e Martim Moniz. Tendo-se com base nos dados registados obtido a demonstração que o sentimento do medo nada tem a ver com a ocorrência efetiva do crime.

Neste contexto, os dados criminais registrados e apurados não têm expressão na maior parte das áreas consideradas, apresentando apenas valores mais

significativos nas zonas do Bairro Alto⁸² e da Baixa⁸³, apesar de nenhuma destas zonas chegar ao registo de 80 ocorrências de crime, conforme é possível verificar no gráfico seguinte:

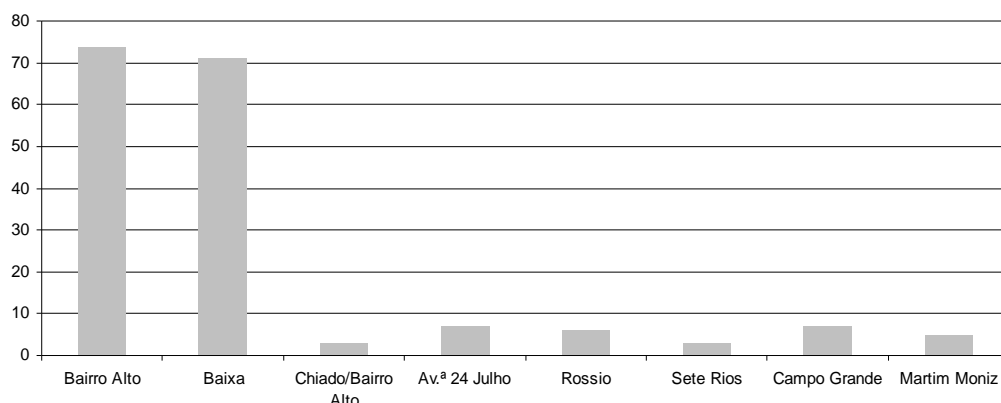


Gráfico 25 | Registo do crime entre 2008 e 2010 na zona da Baixa, do Bairro Alto, Chiado/Bairro Alto, Av. 24 de Julho, Rossio, Sete Rios, Campo Grande e Martim Moniz, (ver anexo I – tabela 11).

Os dados policiais relativamente a Lisboa, período de ocorrência dos registos mais significativos, na globalidade, o período da tarde. Contudo, em 2010 o maior número de registos efetuados incide no período da noite, ver gráfico 26; uma variação que, com a informação disponível, não é possível interpretar com segurança; apenas uma análise mais fina de cada ocorrência talvez o permitisse fazer.

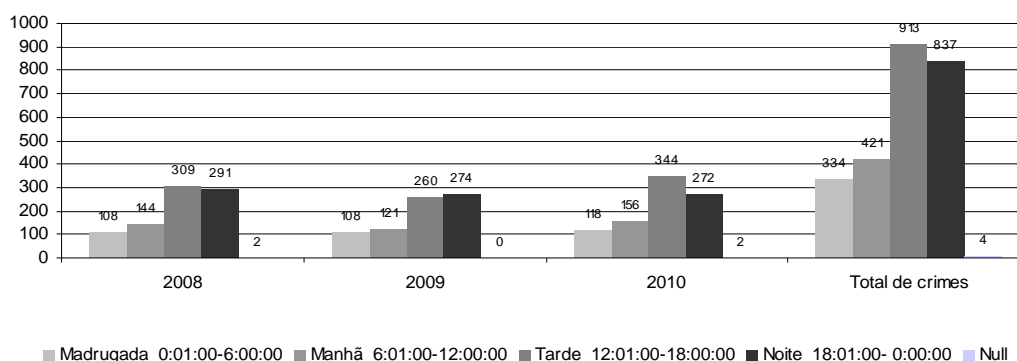


Gráfico 26 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 13).

Das freguesias supracitadas destaca-se Benfica e Lumiar por apresentarem os valores registados no período da tarde, com maior expressão quantitativa dos

⁸² Bairro Alto inclui as freguesias: Santa catarina; Mercês; Encarnação; e Mártires.

⁸³ Baixa inclui as freguesias: São Nicolau; Mártires; Sacramento; Santa Justa; São Cristóvão; São Lourenço; e Madalena

registos de participação, e Santa Maria dos Olivais por apresentar esta manifestação no período da noite de acordo com o gráfico 27. Também aqui não são possíveis de interpretar as variações quanto aos períodos do dia com mais ocorrências.

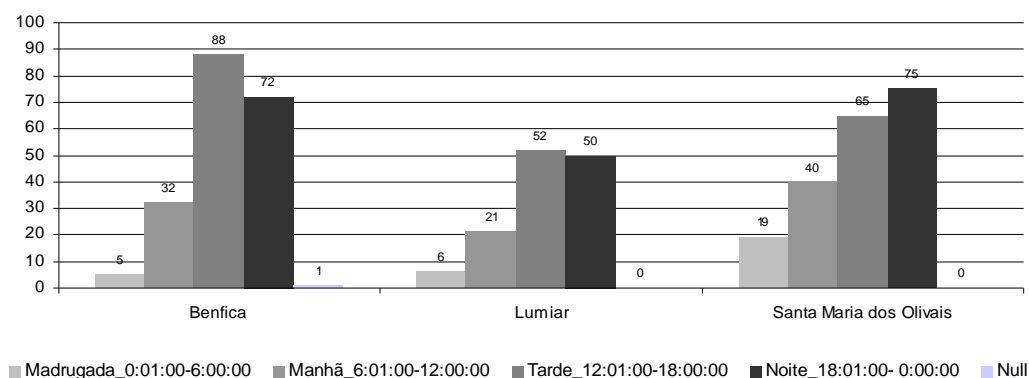


Gráfico 27 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Benfica, Lumiar e Santa Maria dos Olivais, (ver anexo I – tabelas 18, 19 e 20).

As figuras seguintes ilustram as morfologias urbanas das freguesias de Benfica, Lumiar e Santa Maria dos Olivais.

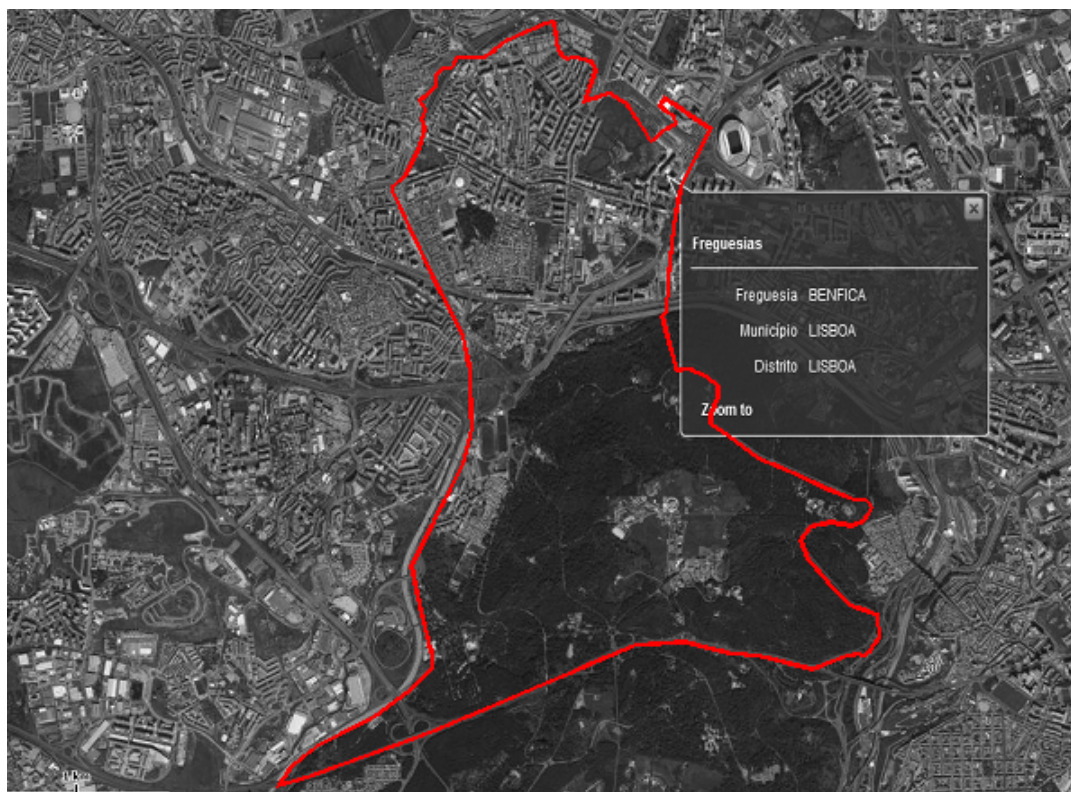


Figura 35 | Malha urbana da freguesia de Benfica.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

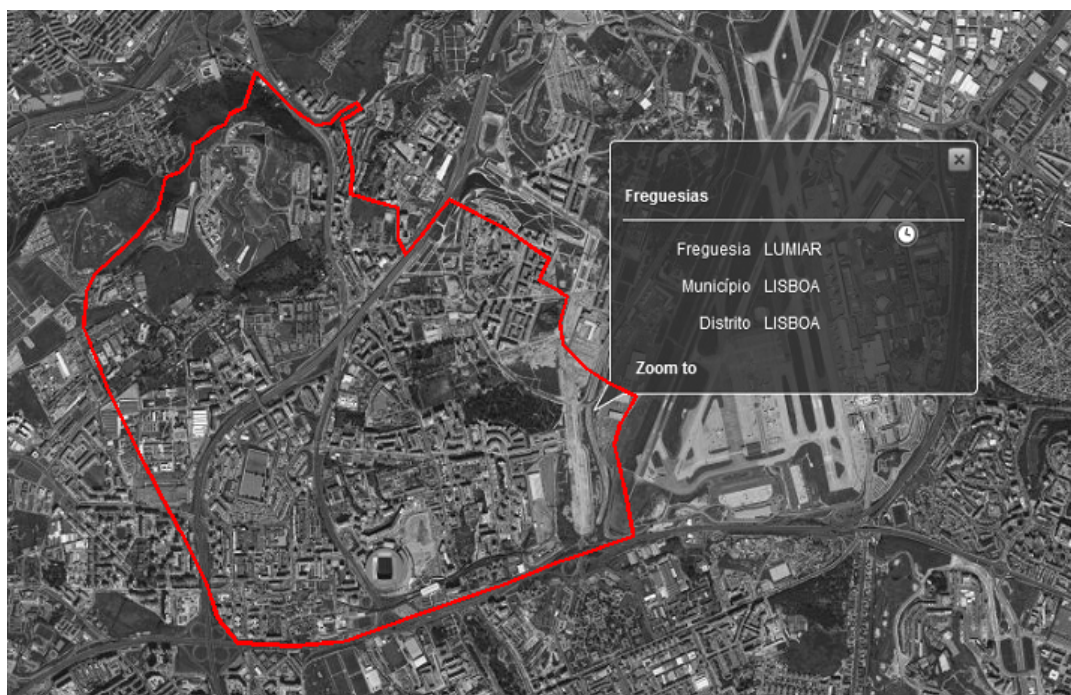


Figura 36 | Malha urbana da freguesia do Lumiar.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 37 | Malha urbana da freguesia de Santa Maria dos Olivais.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

A freguesia do Lumiar na zona norte de Lisboa tem vindo a assistir a um aumento da população residente devido sobretudo ao crescimento de novas urbanizações no Alto do Lumiar, integrando operações de realojamento habitacional e alguma miscigenação social e cultural, o que pode ter vindo a contribuir para o acréscimo da criminalidade nesta freguesia.

Entre as zonas oriental e norte do concelho de Lisboa, localizam-se algumas das freguesias com maior população residente com um total superior a 30 000 habitantes, como são os casos de Santa Maria dos Olivais, Lumiar, Benfica⁸⁶ - que da análise apresentam os índices de crime registado pela PSP – tal como Marvila, e S. Domingos de Benfica que apresentam também se constituem como as freguesias mais populosas do concelho de Lisboa.

Do concelho de Lisboa é ainda possível apurar que a incidência maior do período de ocorrência dos registos dos crimes se efetuar sobretudo no verão e no outono, vide o gráfico 28.

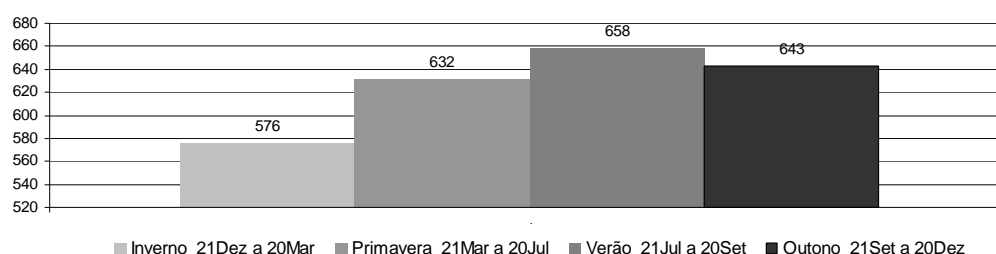


Gráfico 28 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho de Lisboa, (ver anexo I – tabela 33).

No que concerne à morfologia urbana destas freguesias com maior ocorrência de registo de crimes no concelho de Lisboa, de acordo com o gráfico seguinte, é possível observar que na última década o maior número de fogos construídos neste período, resultante das várias intervenções urbanísticas, ocorreu nas freguesias de Santa Maria de Olivais e do Lumiar. Podendo eventualmente estes indicadores de crescimento urbano acompanharem os que se referem à ocorrência dos crimes.

⁸⁶ Benfica engloba cerca de dois terços do Parque Florestal de Monsanto.

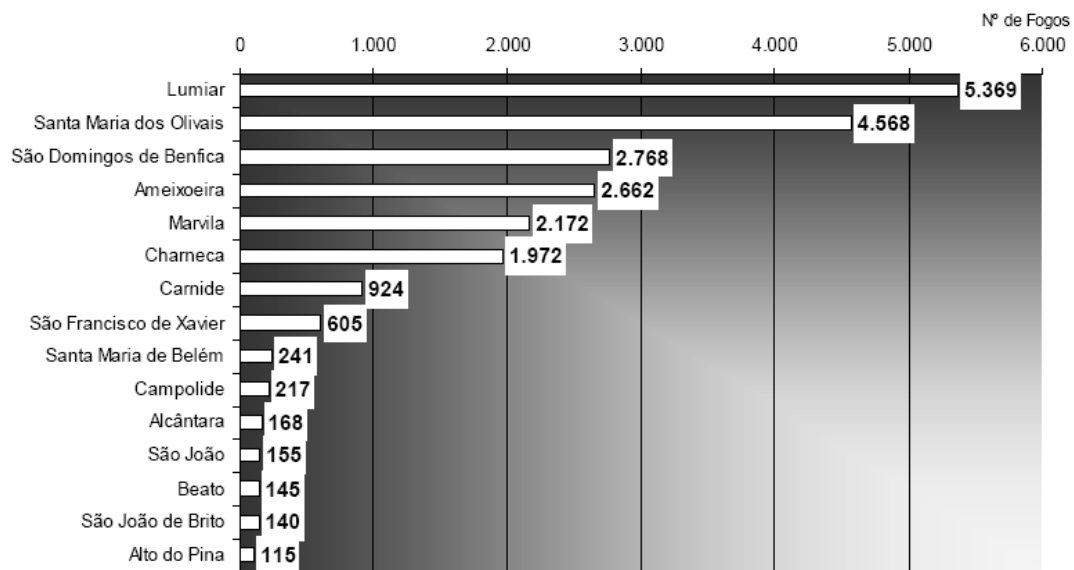


Gráfico 29 | Número de fogos construídos entre 2001 e 2008, por freguesias do município.
Fonte: CML (2009, p.149).

4.4.1.2 Concelho de Oeiras

Oeiras é um concelho com 10 freguesias (Algés, Barcarena, Carnaxide, Caxias, Cruz Quebrada - Dafundo, Linda-a-Velha, Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos, Porto Salvo, e Queijas) das quais em todas elas se verificam registos de ocorrência de crime em espaço público urbano, e apresenta 15% dos crimes registados na globalidade dos concelhos em estudo, os quais 100% dos crimes registados em espaço público urbano são do tipo crime contra o património, ver gráfico 30 e figura 38.

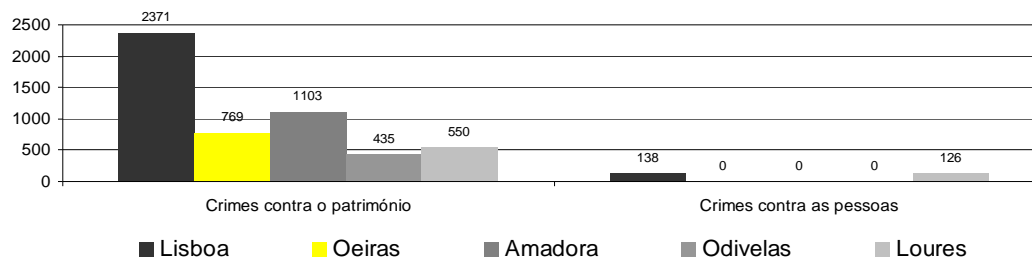


Gráfico 30 | Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 3).

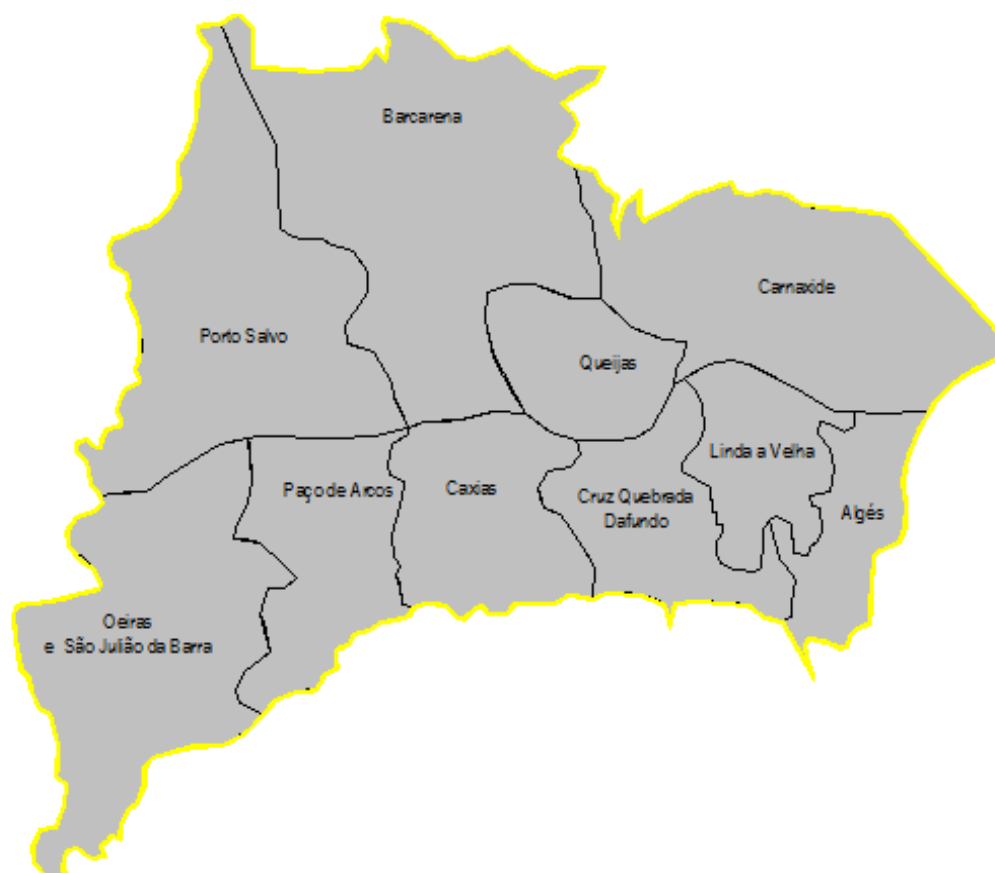


Figura 38 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Oeiras onde se verifica a ocorrência de crimes registados pela PSP.

Relativamente a Oeiras os registos mostram um aumento do número de registos de ano para ano, designadamente 28% em 2008, 34% em 2009 e 34% em 2010, vide o gráfico 31.

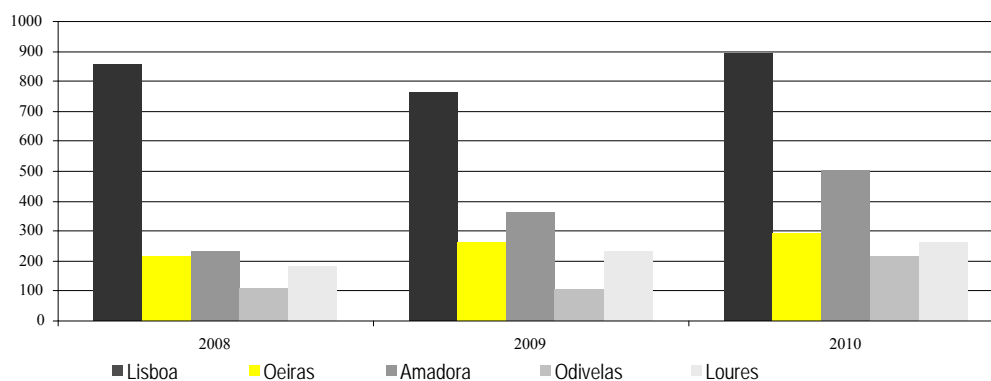


Gráfico 31 | Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).

No contexto determinado as freguesias de Oeiras que apresentam um maior índice de registos de participações de ocorrências são: Algés, Carnaxide, Oeiras e São Julião, de acordo com o gráfico seguinte:

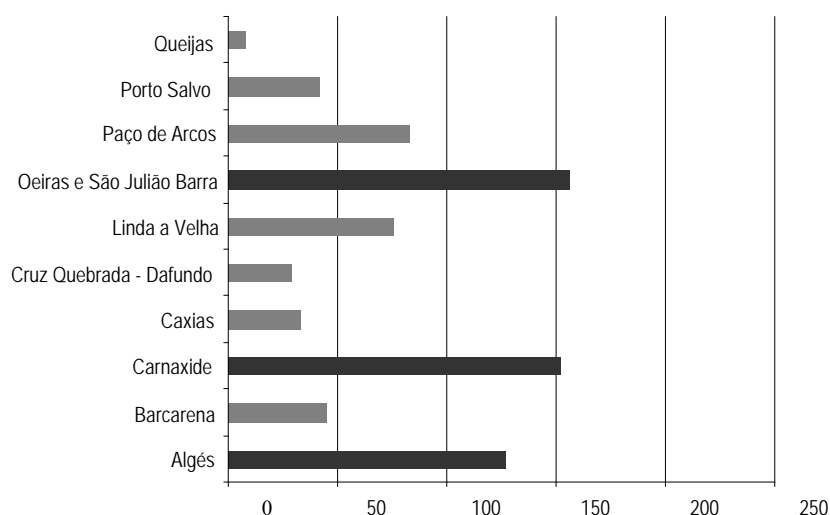


Gráfico 32 | Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Oeiras, (ver anexo I – tabela 10).

Nas freguesias acima referidas verificou-se um crescimento anual da taxa de registos de crimes entre os anos 2008 e 2010, das quais se destacam os ocorridos em Carnaxide, Oeiras e São Julião da Barra e Algés, como é observável na figura 39 e nas posteriores figuras 40, 41 e 42 que ilustram as diferentes malhas urbanas de cada uma destas freguesias do concelho de Oeiras.

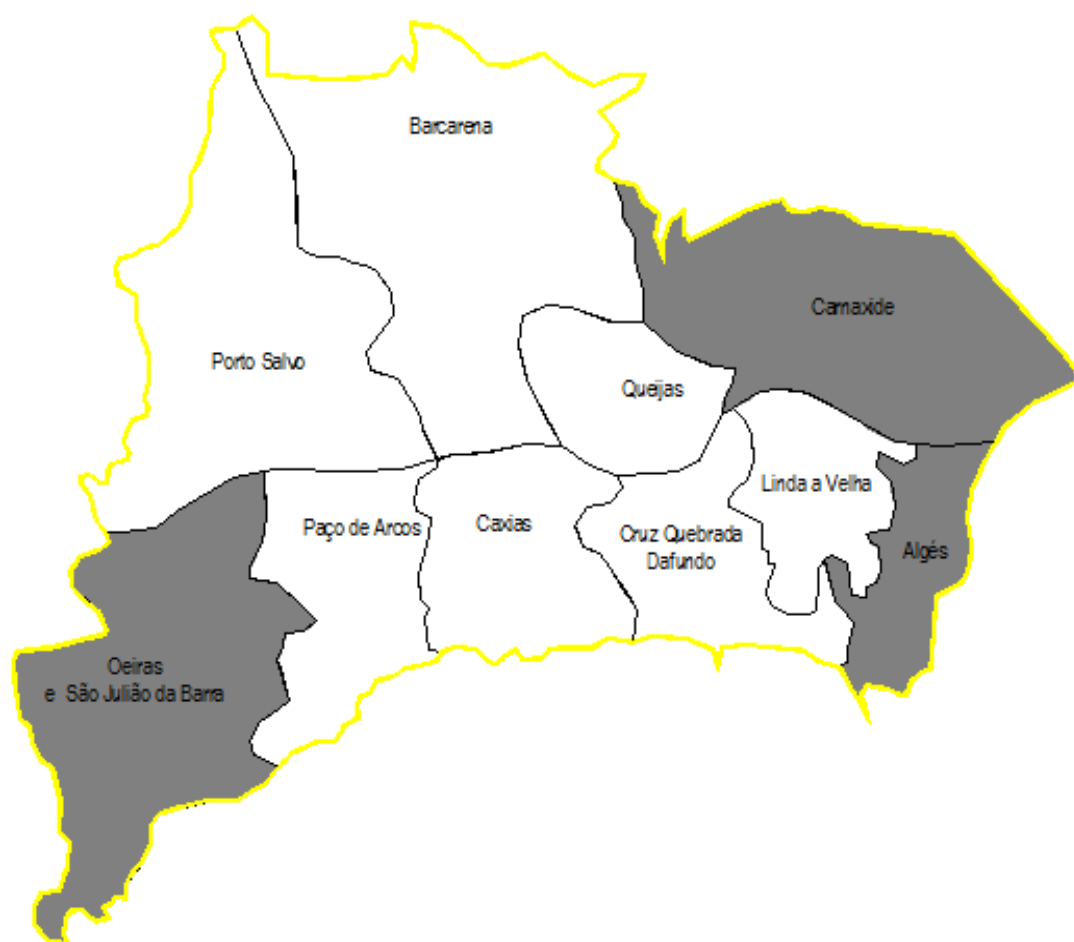


Figura 39 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Oeiras com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos.

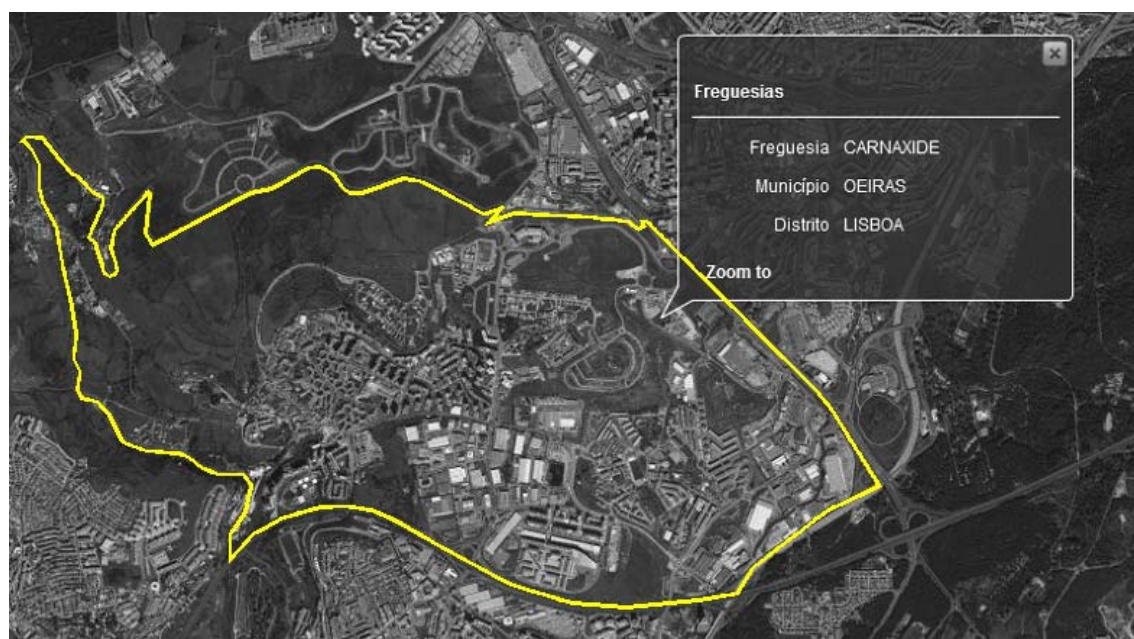


Figura 40 | Malha urbana de Carnaxide.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 41 | Malha urbana da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 42 | Malha urbana de Algés.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Os casos registados pela PSP testemunham que, na sua globalidade, este concelho tem particular período de ocorrência dos registos no ciclo da noite. Contudo, no ano 2010 o maior número de registos foi efetuado no período da tarde, conforme gráfico 33.

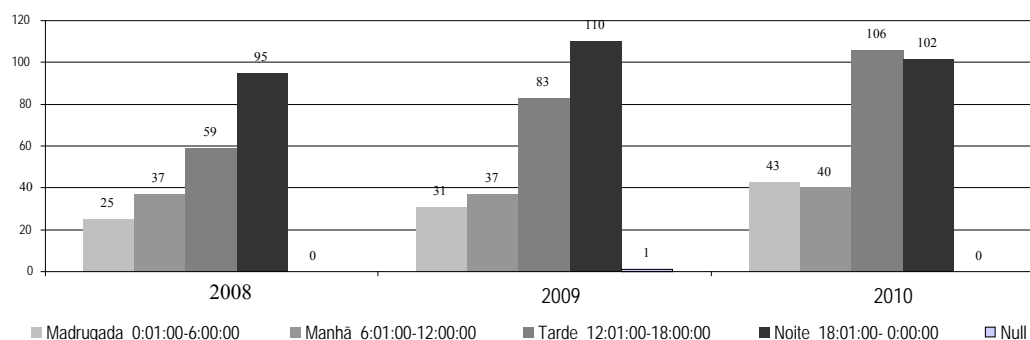


Gráfico 33 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 17).

Carnaxide, Oeiras e São Julião da Barra revelam pelos respectivos registos de crime uma ocorrência dominante no período da noite e Algés apresenta esta preponderância no período da tarde

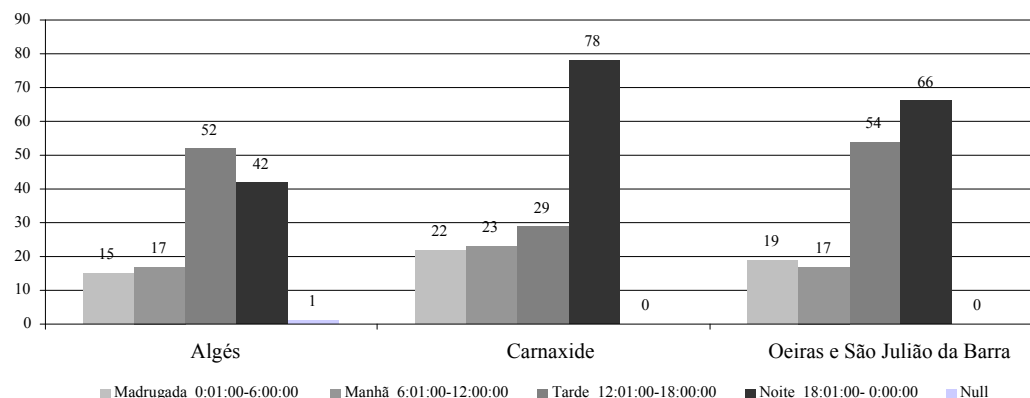


Gráfico 34 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Algés, Carnaxide e Oeiras e São Julião da Barra, (ver anexo I – tabelas 30, 31 e 32).

No concelho de Oeiras a incidência maior do período de ocorrência dos registos dos crimes coincide sobretudo com o outono, ver gráfico 35.

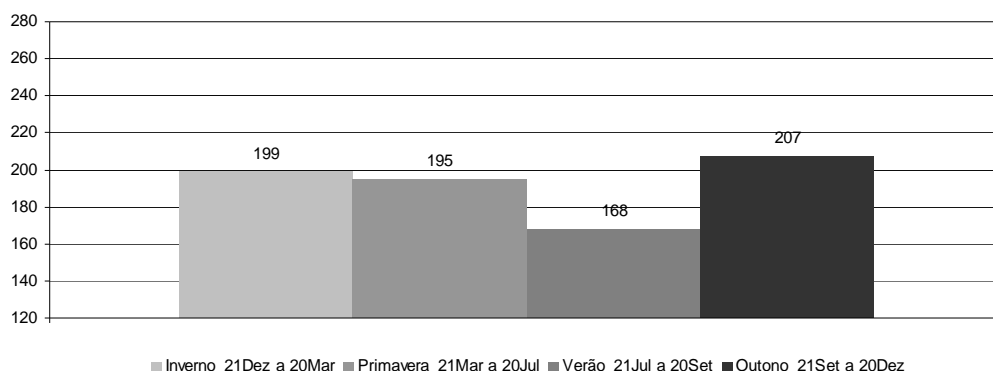


Gráfico 35 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho de Oeiras, (ver anexo – tabela 33).

Importa referir, numa primeira análise interpretativa dos registos que a freguesia de Carnaxide faz fronteira com Benfica, sendo que esta freguesia de Lisboa para igual período (de 2008 a 2010), também, apresenta o maior acréscimo da taxa de registos de crimes.

Contudo, em Carnaxide ocorrem registos de crimes com maior representação no período da noite e na freguesia de Benfca estas ocorrências verificam-se dominantes no período da tarde, o que pode ser um indicador do trajeto do infrator que pratica o crime conforme gráfico seguinte.

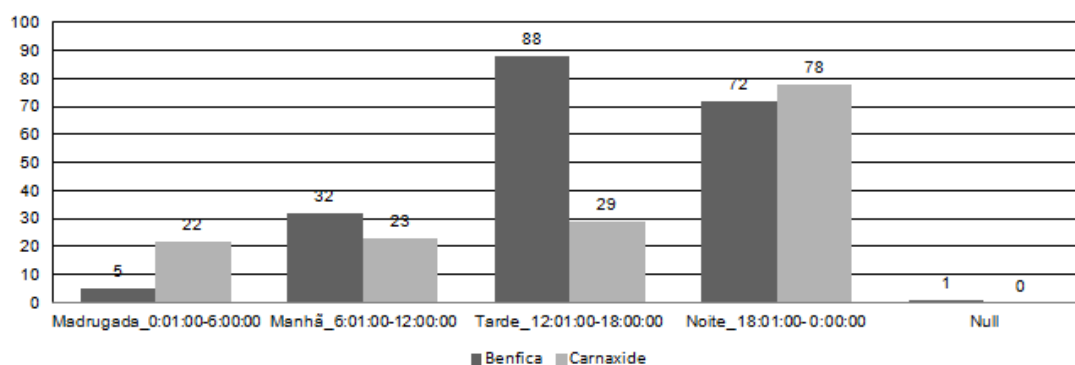


Gráfico 36 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias de Benfica e de Carnaxide, (ver anexo – tabela 34).

A zona de interface entre a freguesia de Benfica e de Carnaxide apresenta uma forte presença de obstáculos físicos como a estrada da CRIL (Circular Regional Interior de Lisboa) e a autoestrada da Costa do Estoril (A5) que fragmentam o território dando origem a espaços territoriais com características de não-lugares. A

ocupação do solo desta zona de interface é predominantemente caracterizada do lado de Benfica por uma vasta área florestal, o Parque Florestal de Monsanto, e pela zona industrial e comercial de Carnaxide onde se localizam algumas das grandes superfícies comerciais desta zona com grande atratividade populacional, ver figura 43.

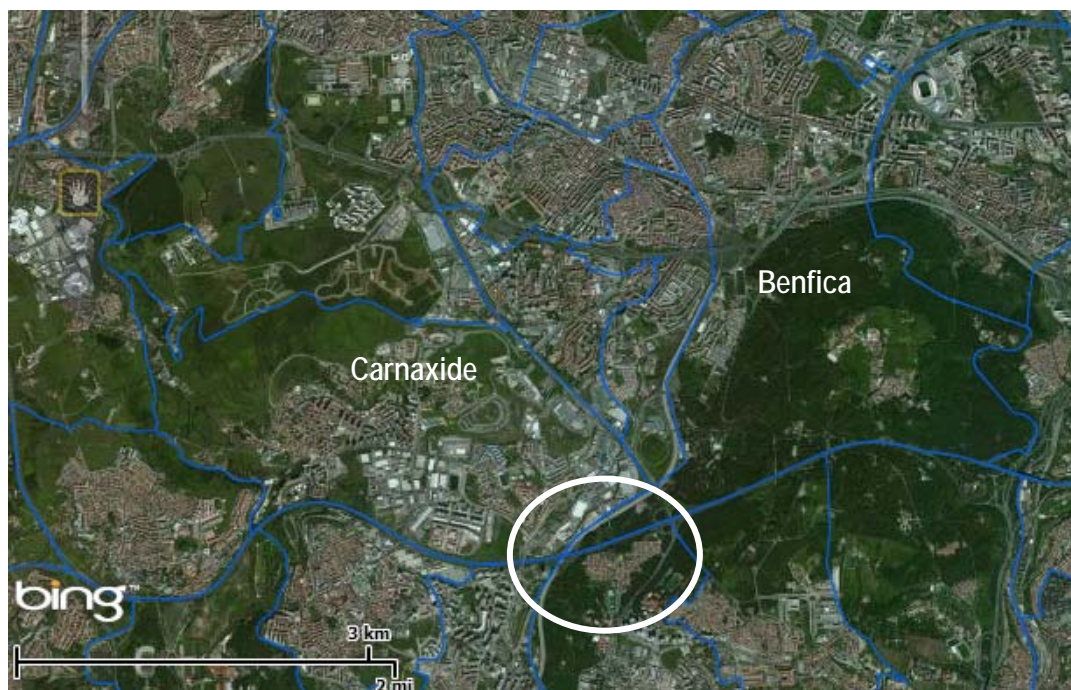


Figura 43 | Zona de interface entre Carnaxide e Benfica.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

4.4.1.3 Concelho da Amadora

O concelho da Amadora apresenta 21% dos crimes registados nos concelhos em observação. Dos quais, à semelhança de Oeiras, 100% dos registos de ocorrências correspondem a crime contra património conforme gráfico 37.

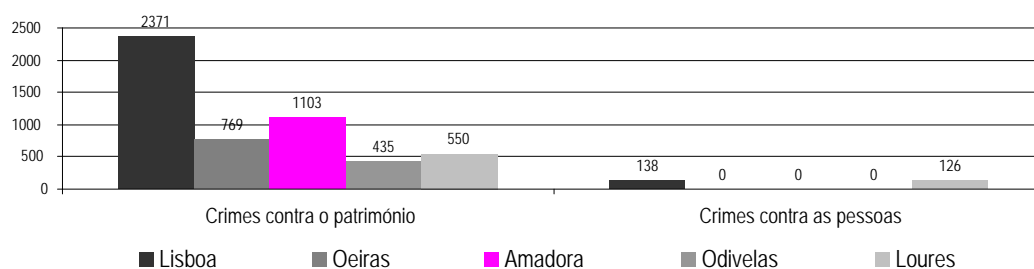


Gráfico 37 | Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 3).

Neste concelho verifica-se um aumento do número de eventos de ano para ano, designadamente 21% em 2008, 33% em 2009 e 46% em 2010, vide o gráfico 38.

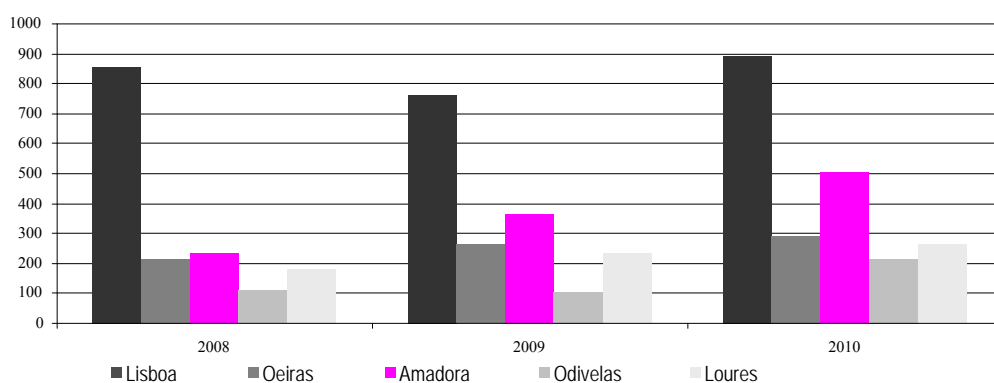


Gráfico 38 | Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo I – tabela 4).

O registo de prática do crime na Amadora abarca todas as 11 freguesias que aí existem, designadamente: Alfoanelos, Alfragide, Buraca, Brandoa, Damaia, Falagueira, Mina, Venda Nova, Venteira, Reboleira, e São Brás, ver figura 44.

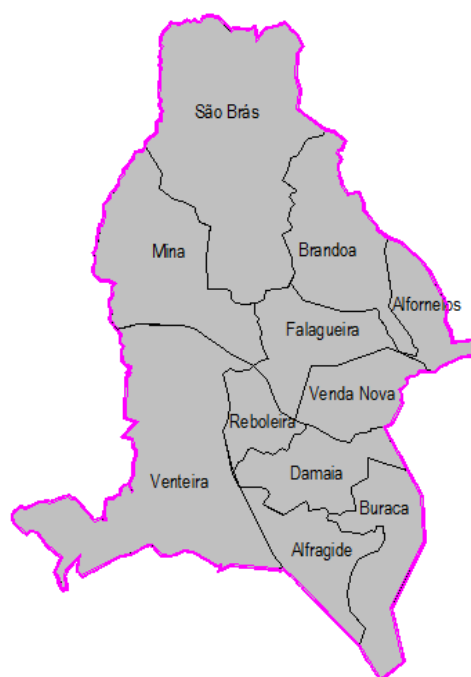


Figura 44 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Amadora com ocorrência de crimes registados pela PSP (2008-2010).

Das freguesias do concelho da Amadora as que apresentam um maior índice de registos de participações de ocorrências são: Buraca, Damaia, Mina, Reboleira e Venteira, com um crescimento anual da taxa de registos de crimes entre os anos 2008 e 2010, como visível no gráfico 39 e nas figuras 45, 46, 47, 48, 49 e 50.

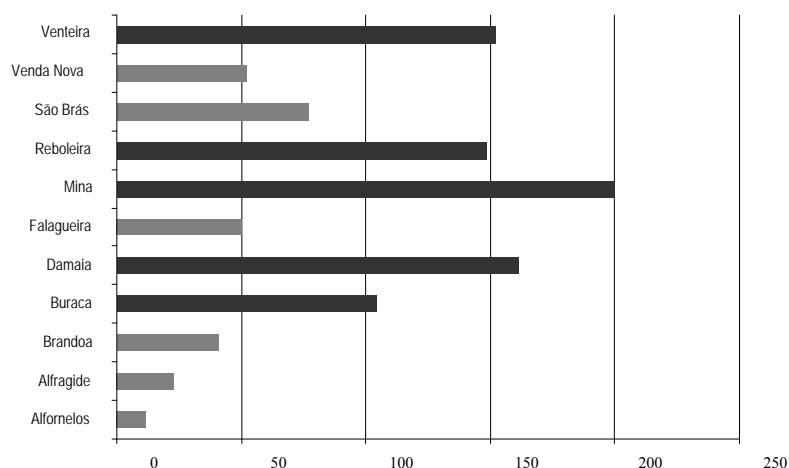


Gráfico 39 | Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho da Amadora, (ver anexo I – tabela 7).

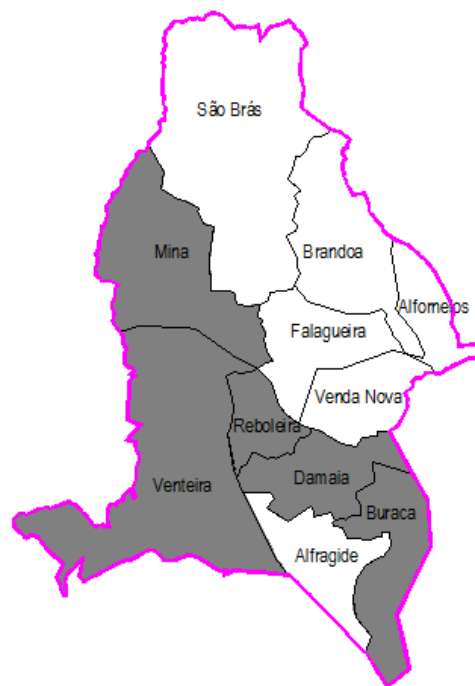


Figura 45 | Localização esquemática das freguesias do concelho da Amadora com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.



Figura 46 | Malha urbana da freguesia da Buraca.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 47 | Malha urbana da Reboleira.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 48 | Malha urbana da Venteira.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 49 | Malha urbana da Damaia.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

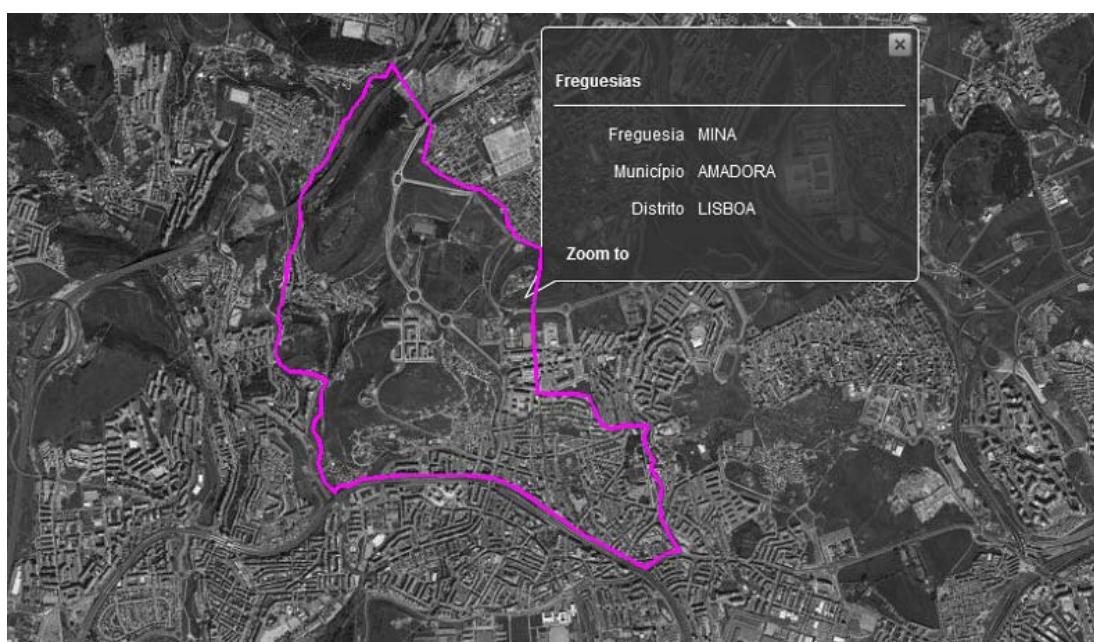


Figura 50 | Malha urbana da Mina.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Os dados da PSP mostram que as ocorrências neste concelho têm especial incidência no período de ocorrência dos registos, na sua globalidade, no período da tarde e noite em igual percentagem. Contudo, nos anos 2008 e 2009 a dominância dos casos incide no período da noite e em 2010 esta tendência inverteu-se e passou a ter uma grande expressão no período da tarde, ver gráfico 40.

4 | SEGURANÇA E ESPAÇO PÚBLICO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

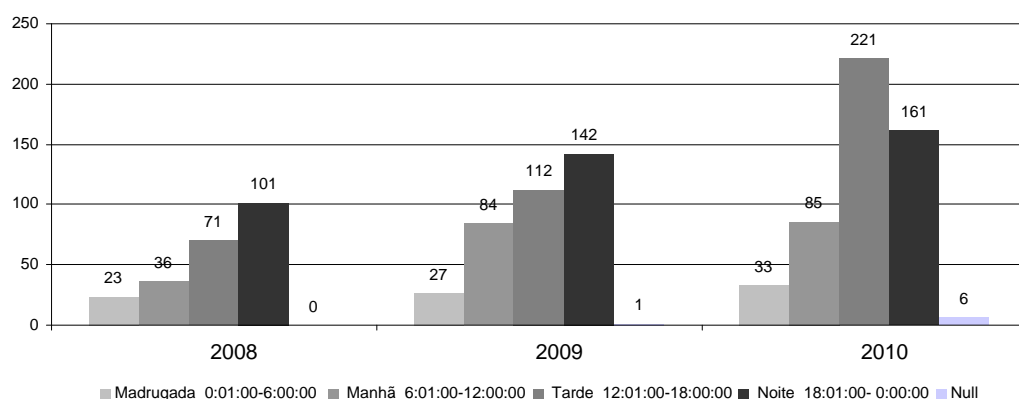


Gráfico 40 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 14).

As freguesias da Buraca, Reboleira e Venteira apresentam ocorrências criminais com incidência no período da tarde; a Damaia apresenta esta manifestação no período da noite, e a freguesia da Mina tem igual incidência quer no período da tarde quer da noite.

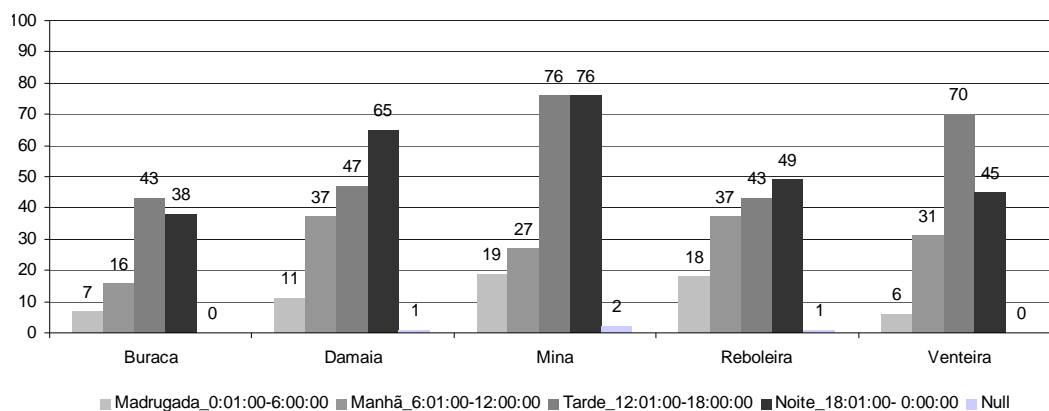


Gráfico 41 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Buraca, Damaia, Mina, Reboleira e Venteira, (ver anexo I – tabelas 21, 22, 23, 24 e 25).

No concelho da Amadora é ainda possível apurar que a ocorrência dos crimes registados se efetua sobretudo no verão.

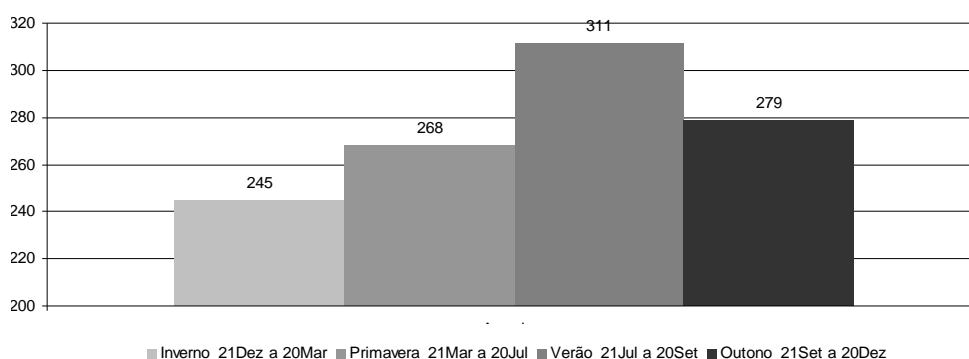


Gráfico 42 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho da Amadora, (ver anexo I – tabela 33).

Importa ainda destacar a evidência da freguesia da Buraca e da Damaia serem contíguos com Benfica, sendo esta a freguesia de Lisboa que para igual período (de 2008 e 2010), também, apresenta o maior acréscimo da taxa de registos de crimes da natureza em estudo.

Destaca-se ainda o facto das ocorrências dos registos do crime na Buraca à semelhança da freguesia de Benfica, também, se focalizar com maior expressão no período da tarde. A geografia, aqui, pode ter a sua importância, em paralelo com a mobilidade dos transgressores.

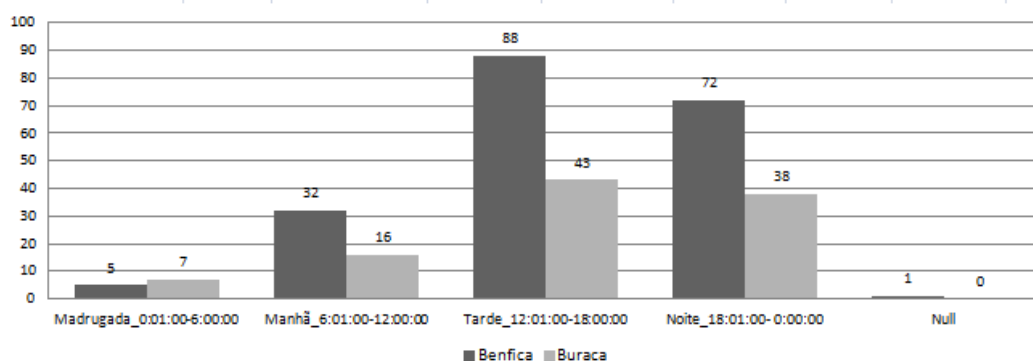


Gráfico 43 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias de Benfica e da Buraca, (ver anexo – tabela 35).

A zona de interface entre a freguesia de Benfica e da Buraca está fisicamente separada pela Circular Regional Interior de Lisboa - CRIL e pelo Itinerário Complementar - IC19 sendo estes eixos fatores determinantes para a análise e interpretação acumulando-se a estas pesadas infraestruturas de circulação e

transportes a linha do caminho de ferro de Sintra e o nó da Buraca, as quais estabelecem limites extremamente fortes do ponto de vista físico e psicológico. Estes canais geram espaços canais de pronunciados cortes no terreno que funcionam verdadeiramente como obstáculos de separação dos tecidos urbanos próximos que promovem também os não-lugares.

Esta zona de interface é predominantemente caracterizada do lado de Benfica pelo Parque Florestal de Monsanto e pelo Bairro da Boavista e do lado da Buraca pela continuação da zona industrial e comercial de Alfragide, conforme se pode observar na figura 51. Na zona de interface do lado da Buraca existem também diversos bairros alguns mais críticos do que outros, os quais do ponto de vista da estrutura urbana constituem-se como desenvolvimentos típicos dos anos 60 e 70, de características *standard* pouco interessantes, mas que sucessivamente têm vindo a consolidar-se e a qualificar-se.



Figura 51 | Zona de interface entre Buraca e Benfica.
Fonte: Imagem obtida através do SITA.I. IGP (2010).

4.4.1.4 Concelho de Odivelas

Odivelas é o concelho em estudo com menos freguesias e apresenta 8% dos crimes registados na globalidade dos concelhos em observação. Sendo de notar que à semelhança de Oeiras e da Amadora apresenta 100% dos casos registados a incidir no espaço público urbano, com natureza de crime contra o património, vide o gráfico 44.

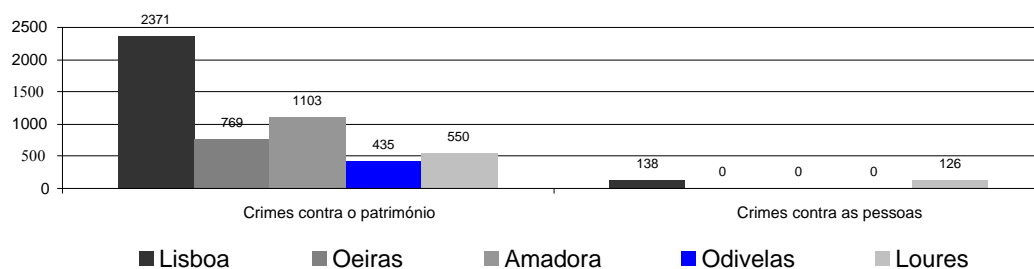


Gráfico 44 | Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo – Tabela 3).

As ocorrências criminais em espaço público no concelho de Odivelas, em 2008 e 2009 apresentam um igual número de registos, na ordem dos 25% em cada um destes anos, e um aumento significativo no ano 2010, correspondente a 50% de todos os registos como observável no gráfico 45.

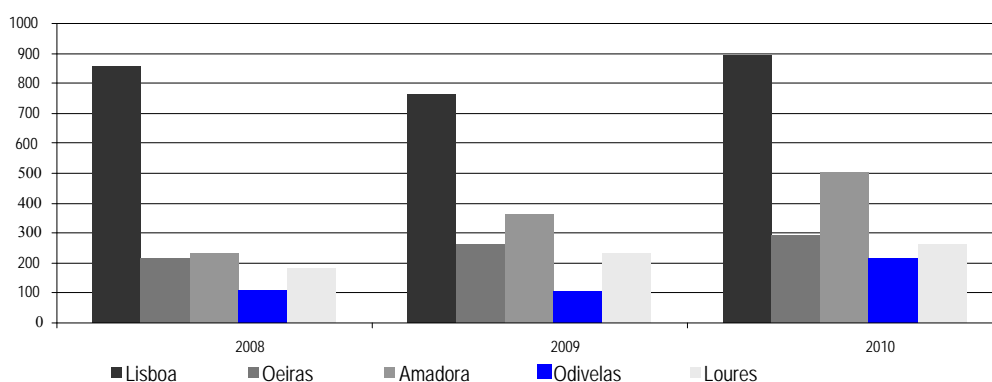


Gráfico 45 | Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo – Tabela 4).

Como é visível na figura 52 as ocorrências da prática do crime em espaço público urbano registam-se em todas as freguesias do concelho de Odivelas

(Caneças, Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada).



Figura 52 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Odivelas.

As freguesias de Odivelas que apresentam um número mais elevado de ocorrências são a Pontinha, o que se pode verificar no gráfico seguinte.

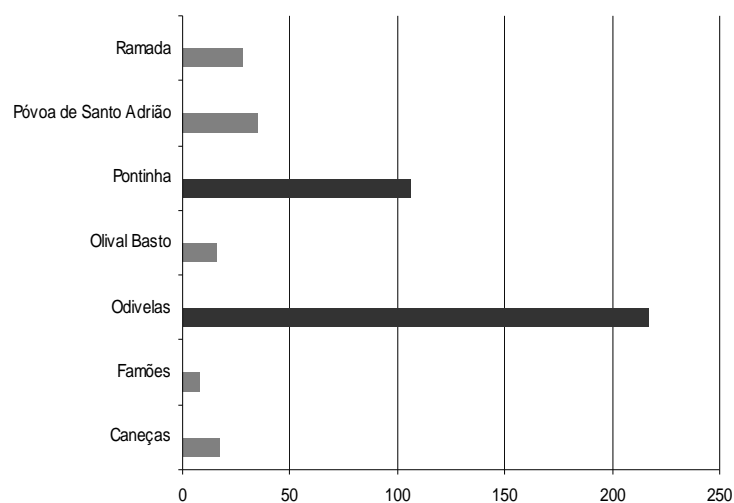


Gráfico 46 | Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Odivelas, (ver anexo I – tabela 9).

De registar que estas duas freguesias acima referidas e com destaque na figura 53 têm vindo a apresentar aumento do registo de ocorrências de crime em espaço público urbano, com especial destaque para o acréscimo verificado 2010. Contudo, a freguesia de Odivelas assistiu, em 2010 a um aumento considerável dos registos do tipo de crime em análise, apresentando-se como a freguesia com maior número de ocorrências criminais relativamente a todos os outros concelhos em análise.



Figura 53 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Odivelas com destaque das freguesias da Pontinha e de Odivelas que apresentam a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.

A duas figuras seguintes ilustram o território e a morfologia urbana correspondente às freguesias de Odivelas e da Pontinha.



Figura 54 | Malha urbana da freguesia de Odivelas.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

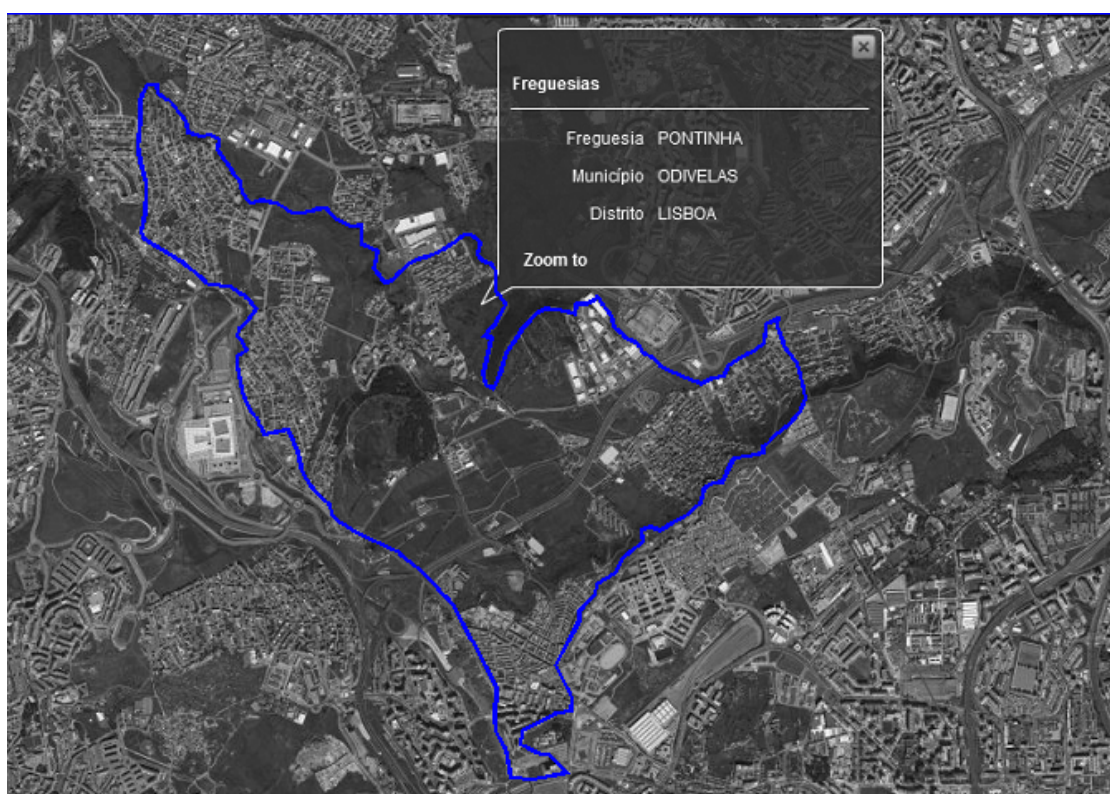


Figura 55 | Malha urbana da freguesia de Pontinha.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Os registos policiais mostram que as ocorrências criminais no concelho de Odivelas aconteceram predominantemente no período da tarde. No entanto, em 2009 a preponderância incidu no período da noite como é visível do gráfico 47. Estas variações devem ser vistas com relativo cuidado uma vez que não encontramos razão evidente para esta variação.

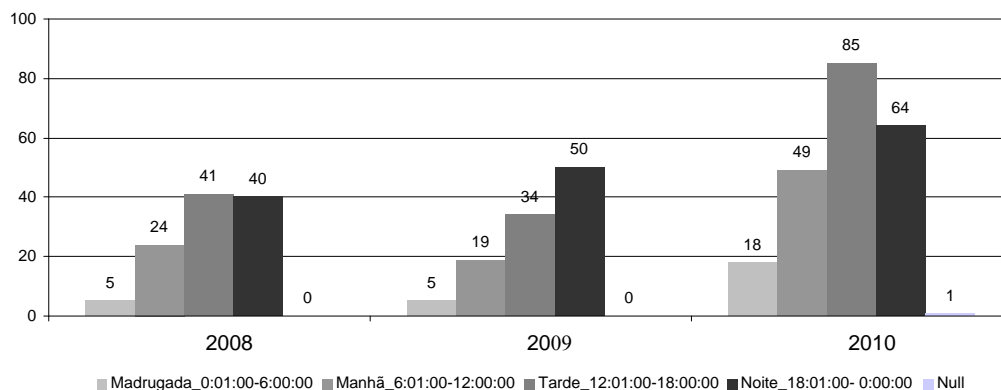


Gráfico 47 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia, entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo I – tabela 16).

De acordo com o gráfico seguinte nas freguesias de Odivelas e Pontinha são de realçar os valores registados no período da noite.

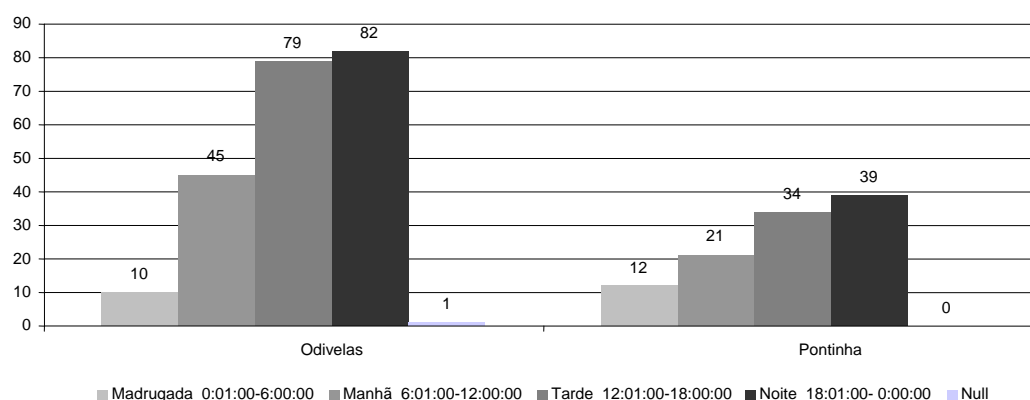


Gráfico 48 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Odivelas e Pontinha, (ver anexo I – tabelas 28 e 29).

Da análise, dos registos policiais, destaca-se ainda o facto do concelho de Odivelas apresentar a maior incidência dos crimes, ocorridos e registados, no período do verão, ver gráfico 49.

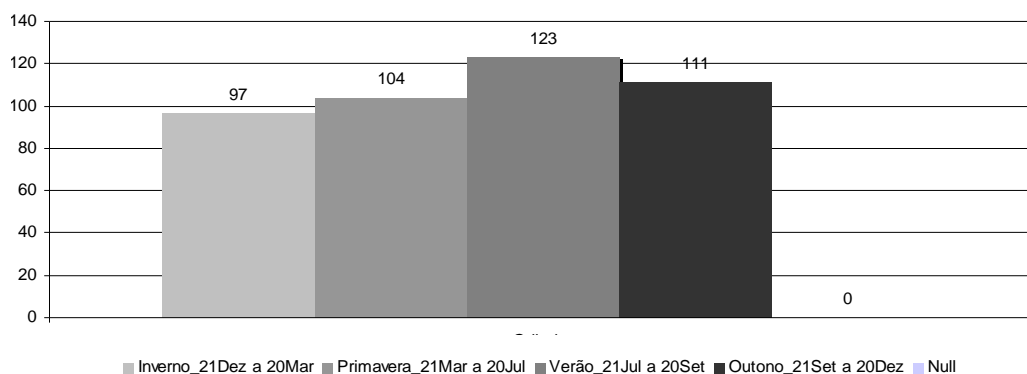


Gráfico 49 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho da Odivelas, (ver anexo I – tabela 33).

De considerar na análise dos dados relativos às ocorrências criminais o facto de a freguesia de Odivelas estabelecer fronteira com a do Lumiar, sendo esta uma das freguesias do concelho de Lisboa que apresenta maior índice de participações de ocorrências.

Contudo, as freguesias de Odivelas e do Lumiar apresentam a ocorrência de registos de crimes com maior representação no período da noite e da tarde, apesar de na freguesia de Odivelas estas ocorrências terem uma ligeiramente maior expressão no período da noite e de no Lumiar estas ocorrências verificarem-se predominantemente no período da tarde, tal como é visível no gráfico 50. Neste caso, ao contrário outras situações em que foi possível comparar estes dados em duas freguesias contíguas, dadas as condições morfológicas não nos parece ser um indicador do trajeto de infratores.

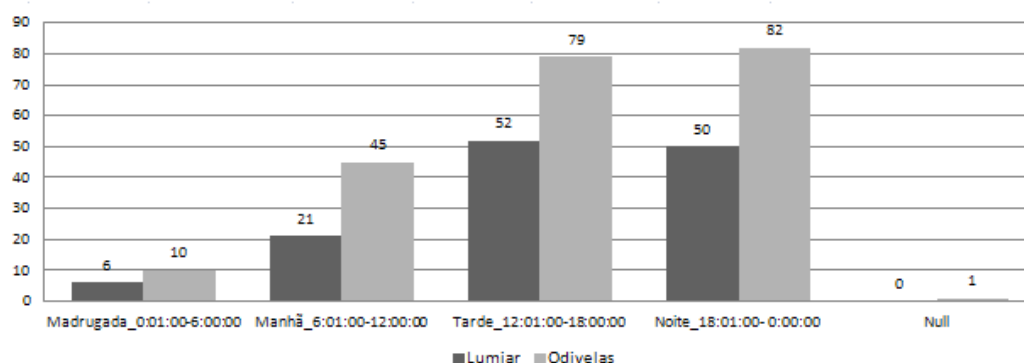


Gráfico 50 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias do Lumiar e de Odivelas, (ver anexo – tabela 36).

A interface, entre a freguesia do Lumiar e a de Odivelas, ver figura seguinte, tem característica predominantemente agrícola.

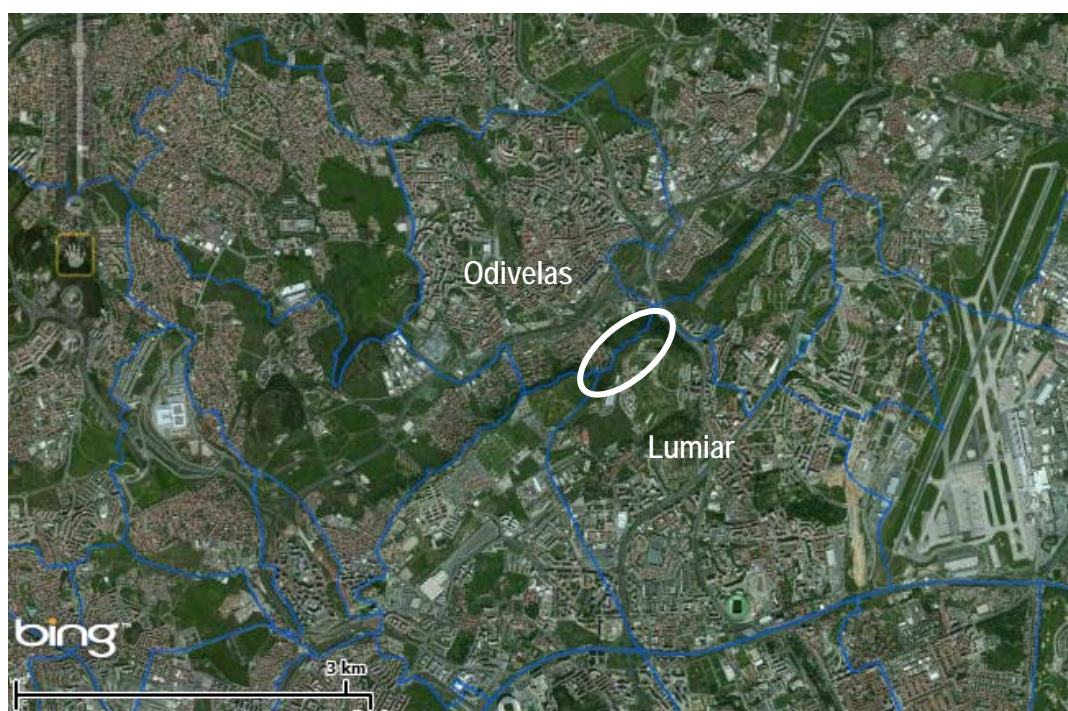


Figura 56 | Zona de interface entre as freguesias de Odivelas e do Lumiar.
Fonte: Imagem obtida através do SITA. IGP (2010).

A freguesia do Lumiar apresenta o Paço do Lumiar como área urbana crítica que faz parte integrante da área abrangida pelo núcleo de interesse histórico do Lumiar e integra os aglomerados dispersos do Paço do Lumiar. A área crítica do Paço do Lumiar constitui um pequeno núcleo histórico, consolidado e de baixa densidade

de crescimento linear ao longo da Estrada do Lumiar, em torno do qual se encontram quintas senhoriais -algumas degradadas - e azinhagas com características predominantemente agrícola, nalguns casos com reconversão de uso para outros fins. Caracteriza-se por uma fraca percentagem de habitação e uma grande concentração de equipamentos de dimensão relevante. Na envolvente deste núcleo central é notório um crescimento urbano caracterizado pela existência de condomínios habitacionais, como é o caso da Quinta dos Alcoutins.

Já no lado de Odivelas em pleno leito de cheia, para além da ocupação agrícola do solo destacam-se os aglomerados urbanos do Vale de Fogo e do Senhor Roubado onde existe uma estação de metro inserida na circulação ferroviária que se processa através da linha amarela do metropolitano de Lisboa que se traduz num importante eixo de mobilidade que rapidamente coloca os passageiros no centro da cidade de Lisboa.

5.4.1.5 Concelho de Loures

Loures apresenta 81% de registos de crimes contra o património face a 19% de crimes contra as pessoas, o que na globalidade se traduz em 11% dos crimes registados nos concelhos em estudo, ver o gráfico seguinte.

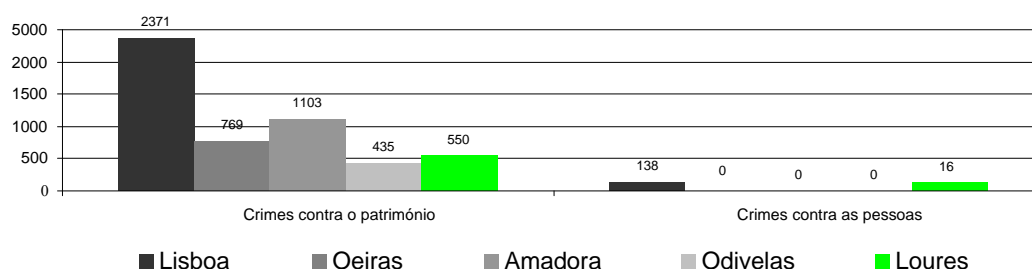


Gráfico 51 | Indicadores de crimes praticados unicamente em espaço público urbano, ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010, (ver anexo I – tabela 3).

Este concelho, entre o ano 2008 e 2010, apresenta um acréscimo anual de ocorrências delituosas, designadamente de 27% em 2008, 34% em 2009 e 39% em 2010, tal como se verifica no gráfico 52.

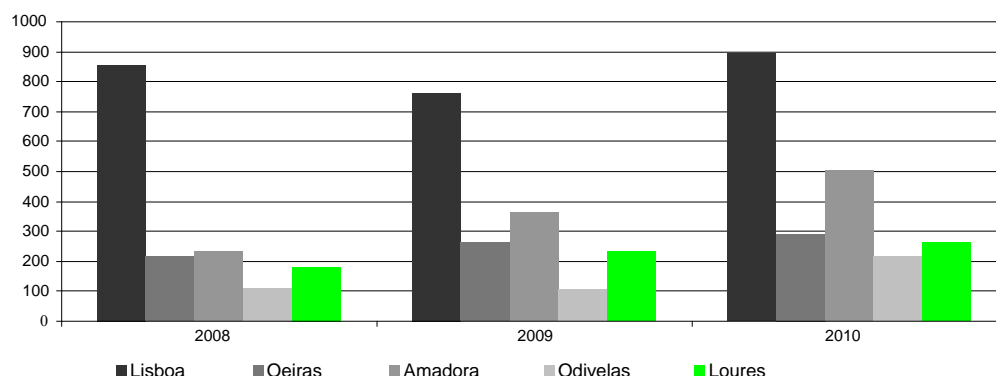


Gráfico 52 | Variação anual do crescimento da prática do crime em espaço público urbano, (ver anexo – tabela 4).

Da observação, constatou-se o registo de prática do crime em 13 das 18 freguesias de Loures, não ocorrendo nenhum registo da prática de crime na via pública durante o período 2008-2010, nas seguintes freguesias: Bucelas, Fanhões, Lousa, Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal, isto é, nas freguesias rurais do concelho que são das mais afastadas da cidade de Lisboa.

A ocorrência da prática de atos criminais registados, conforme se pode observar na figura seguinte, verifica-se nas restantes freguesias, nomeadamente: Apelação, Bobadela, Camarate, Frielas, Loures, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, Santa Iria de Azóia, Santo António dos Cavaleiros, São João da Talha, e Unhos, que constituem a faixa territorial mais densamente urbanizada e próxima da cidade de Lisboa.

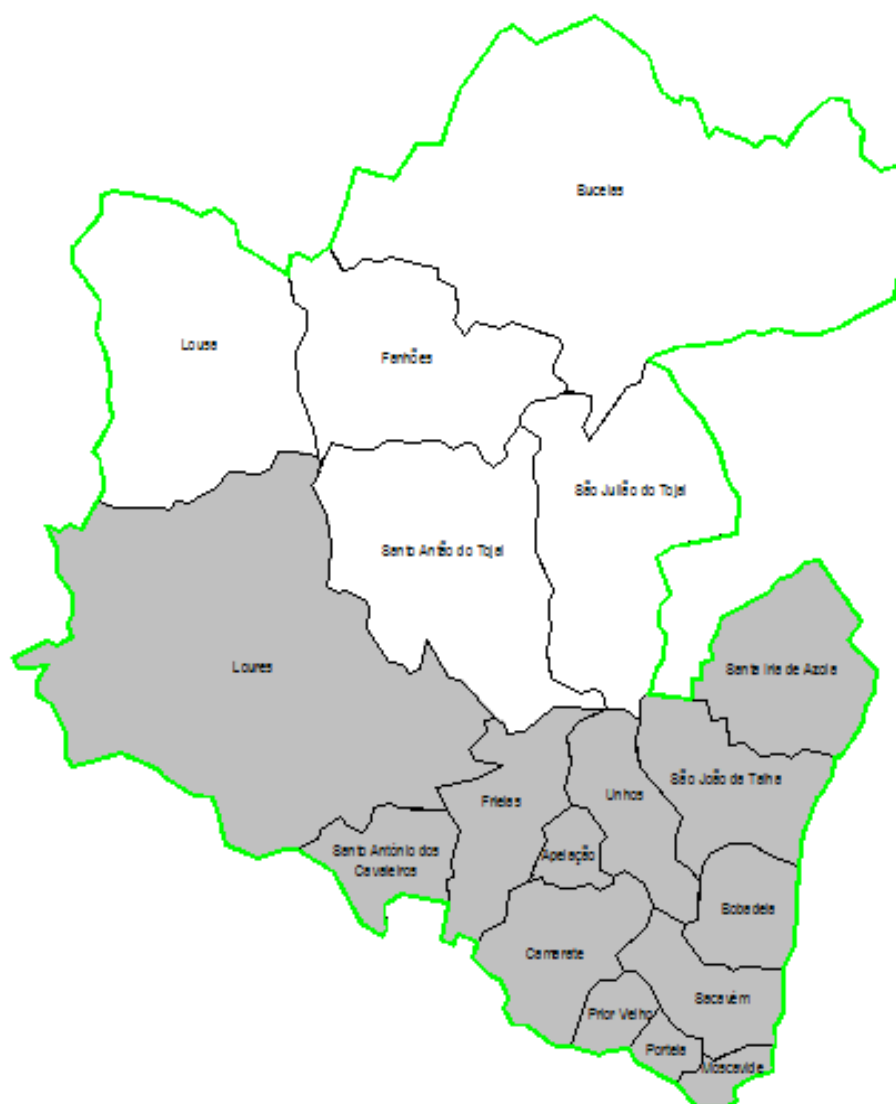


Figura 57 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Loures.

Assim, de acordo com o critério determinado e com a representação no gráfico e na figura seguintes as freguesias do concelho de Loures que apresentam um maior índice de registos de participações de ocorrências são a Portela e o Prior Velho, ambas contíguas à cidade de Lisboa, com a qual fazem fronteira.

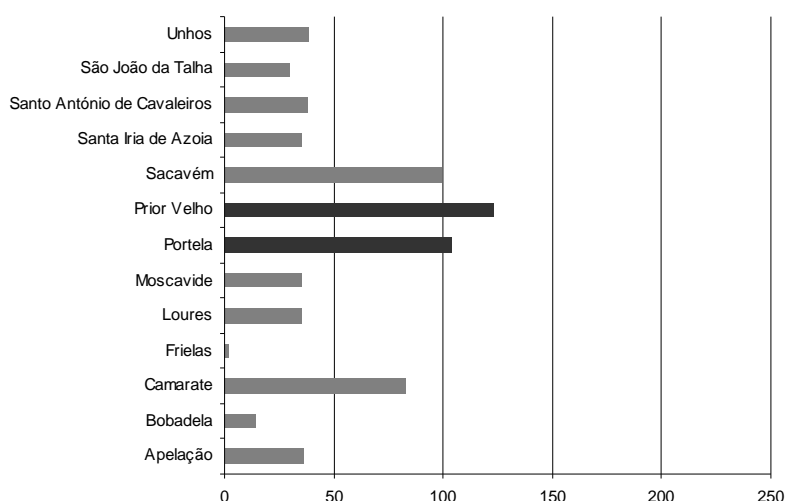


Gráfico 53 | Variações dos registos do crime pelas freguesias do concelho de Loures, (ver anexo – tabela 8).

Em ambas as freguesias referidas verificou-se um acréscimo da taxa de registos de crimes no ano 2009 face a 2008 e um decréscimo no ano 2010.



Figura 58 | Localização esquemática das freguesias do concelho de Loures com destaque das freguesias com a maior taxa de registos de crimes ocorridos nos anos 2008, 2009 e 2010.

Os dados policiais atestam que o concelho de Loures na sua globalidade tem especial ocorrência dos crimes no período da noite. No entanto, em 2010 esta tendência incidiu com maior expressão no período da tarde como é visível no gráfico 54.

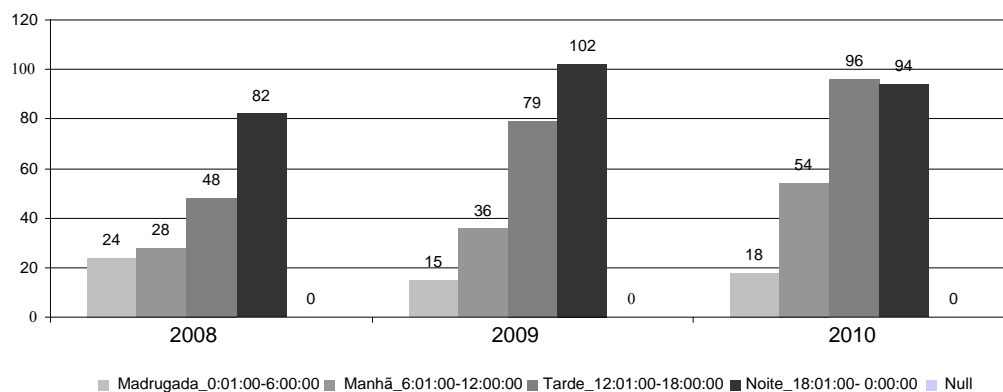


Gráfico 54 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia entre o ano 2008 e 2010, (ver anexo – tabela 15).

As figuras 59 e 60 correspondem à malha urbana das freguesias da Portela e do Prior Velho que apresentam perante o concelho de Loures o maior número de registos de crimes ocorridos.



Figura 59 | Malha urbana da Freguesia da Portela.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 60 | Malha urbana da Freguesia do Prior Velho.
Fonte: Imagem obtida através do SITA.I. IGP (2010).

As freguesias da Portela e do Prior Velho destacam-se por ambas apresentarem os valores registados no período da noite com maior expressão quantitativa dos registos de crime ocorridos e participados, vide o gráfico 55.

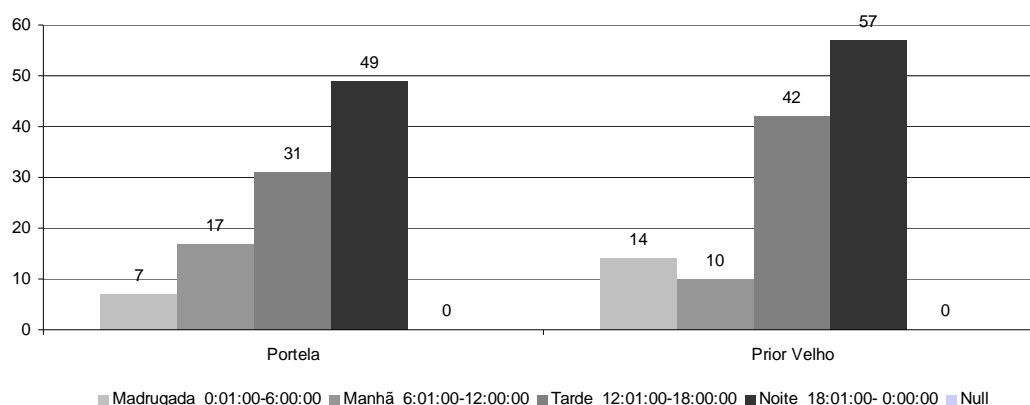


Gráfico 55 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia para as freguesias de Portela e Prior Velho, (ver anexo – tabelas 26 e 27).

No concelho de Loures é ainda possível apurar que a incidência maior do período de ocorrência dos registos dos crimes se efetua predominantemente no verão conforme visível no gráfico 56.

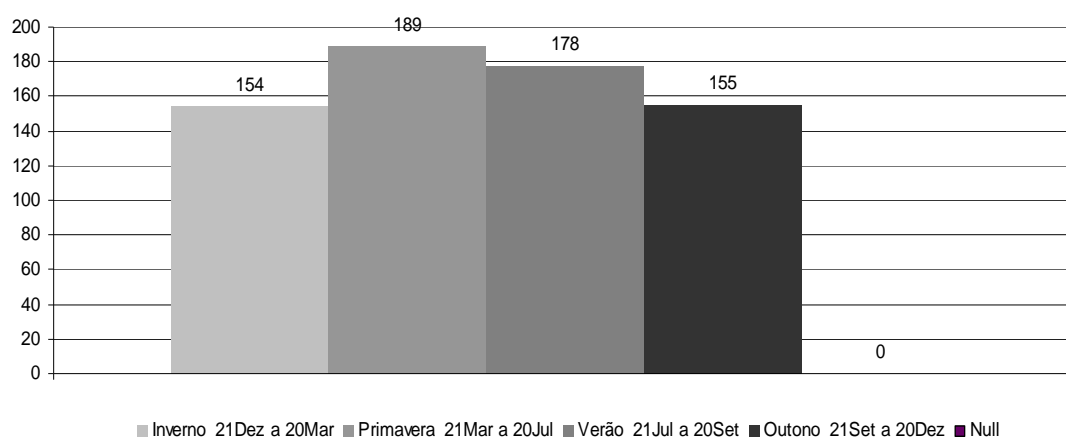


Gráfico 56 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do ano no concelho da Odivelas, (ver anexo – tabela 33).

Note-se o facto da maior concentração espacial do registo das ocorrências referidas para o Prior Velho e para a Portela estabelecerem fronteira com a freguesia de Santa Maria dos Olivais, localizada no concelho de Lisboa, a qual conforme supra mencionado, também, se constitui como uma das freguesias com maior número de registo de ocorrências.

Do gráfico seguinte destacam-se as evidências do Prior Velho e da Portela apresentarem as ocorrências de registos de crimes com maior representação no período da noite à semelhança do que acontece com a freguesia de Santa Maria dos Olivais.

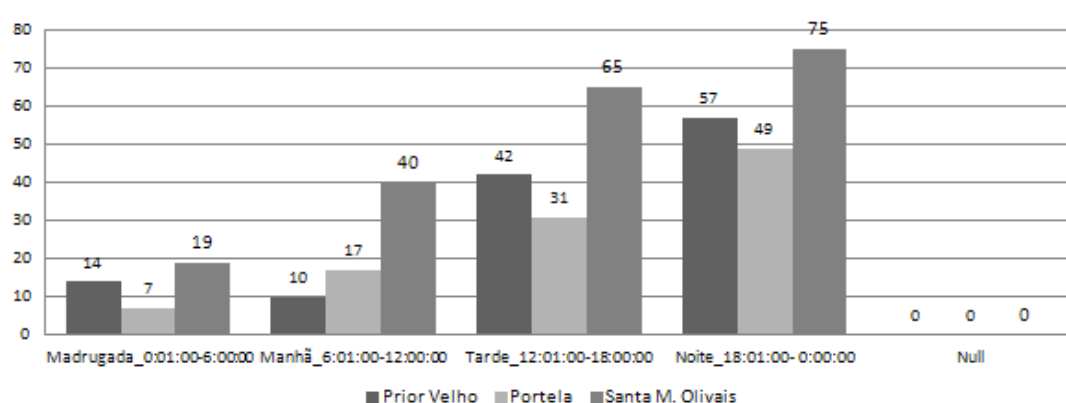


Gráfico 57 | Variação do período de ocorrência do crime ao longo do dia nas freguesias do Prior Velho, da Portela e de Santa Maria dos Olivais, (ver anexo – tabela 37).

Na figura 61 é visível verificar que a relação da matriz geográfica indica uma possibilidade de mobilidade dos transgressores e mostram como, por ventura, condições urbanísticas e sociais idênticas podem conduzir a resultados idênticos em termos de segurança pública.



Figura 61 | Zona de interface entre Prior Velho, Portela e Santa Maria dos Olivais.
Fonte: Imagem obtida através do SITA.I. IGP (2010).

A freguesia do Prior Velho faz fronteira com as freguesias de Camarate, a oeste, Portela de Sacavém, a este, Sacavém, a norte (em Loures), e Santa Maria dos Olivais, a sul (em Lisboa). O Prior Velho genericamente divide-se em duas áreas com características distintas: a habitacional e a industrial. Na área habitacional, tem-se visto a assistir à requalificação urbana do bairro e verifica-se a existência de um núcleo de construções antigas no seio das quais se localizam a maior parte dos estabelecimentos comerciais. Quanto à área industrial, importa referir que esta representa cerca de 50% da freguesia. Entre as duas áreas verifica-se a existência de terrenos não edificados, em direção aos quais se tem vindo a expandir a zona industrial existente.

A Portela é uma freguesia pequena não chega a ter 1km², com uma densidade populacional⁹⁰ muito elevada (12.431hab/Km²) e caracteriza-se urbanisticamente por ser uma zona de construção recente, onde a volumetria é elevada chegando um dos edifícios o Concórdia a atingir vinte andares acima do solo. Mais de 90% dos edifícios que traçam a malha urbana da Portela foram construídos desde o início dos anos 70 do século XX, apresentando alguns resquícios das velhas quintas senhoriais (como a Quinta da Vitória), a Portela foi uma urbanização pensada e construída de raiz a partir de um ponto central, que é o seu centro comercial.

Sendo através da Avenida Dr. Alfredo Bensaúde que se estabelece a interface entre o Prior Velho e a Portela com Santa Maria dos Olivais no concelho de Lisboa sendo esta uma freguesia com um território de grande extensão e variedade morfológica que apresenta cerca de 40% dos edifícios construídos depois da década de 60 do século passado, com necessidades de reparação (seja de dimensão pequena, média ou grande) o que é um indicador da falta de manutenção à qual podem estar associadas diversas razões como a debilidade socioeconómica dos residentes.

Nesta zona Oriental de Lisboa, a reconversão urbanística do Parque das Nações (antiga EXPO), implicou uma reconversão e um incremento das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (comboio e metro) que, juntamente com os acessos à Ponte Vasco da Gama, tornam esta zona da cidade expectante em relação à utilização do transporte coletivo, em particular nalgumas das freguesias dos concelhos de Lisboa e de Loures, como é o caso de Santa Maria dos Olivais, Prior Velho e Portela, bem como de Marvila (Chelas), Moscavide, e Sacavém. A zona oriental, está situada na confluência de todos os grandes eixos rodoviários, beneficiando de infraestruturas como a CRIL, a variante à EN 10, a Ponte Vasco da Gama, a estação do Oriente e o novo terminal fluvial do Parque das Nações, sendo a estação do Oriente o fulcro de toda a rede de transportes públicos que serve a zona oriental da cidade, articulando o metro, o comboio, autocarros – urbanos, suburbanos e expresso – e táxis.

⁹⁰ Portela tem 11.809 habitantes (2011), in http://www.cm-loures.pt/m_Estatisticas.asp - acedido no dia 30 de junho de 2011.

Esta melhoria das acessibilidades tem promovido o aumento da pressão urbanística em toda a zona envolvente ao Parque das Nações, o que consequentemente pode estar na origem do aumento do registo da criminalidade nas freguesias do Prior Velho da Portela e de Santa Maria dos Olivais.

4.4.2 Análise 2 – Interpretação dos crimes registados pela PSP em espaço público urbano, em Lisboa e concelhos periféricos a partir do SITAI

Com o intuito de obtenção de outra perspetiva interpretativa que complemente a análise e interpretação dos 5492 registos que constam da documentação fornecida pela PSP, procedeu-se à migração dos mesmos para a plataforma experimental de SIG da DGAI, designada por SITAI (Sistema de Informação Territorial da Administração Interna), em particular para o protótipo de um Sistema de Informação Territorial para Estudos Sociais (SITES).

Dos 5492 registos de ocorrências migrados, 4676 apresentaram qualidade suficiente (associação a uma freguesia de ocorrência) para o sistema calcular alguns índices do *crime por freguesia por km²*, face aos registos totais dos delitos em espaço público urbano. Contudo, considerou-se que, para analisar tendências, 85% da amostra tinha significado estatístico para podermos elaborar gráficos e quadros comparativos.

Este tipo de indicador pode ser usado como uma leitura da suscetibilidade que um determinado território pode ter para a sua população (ou utentes desse território) o percecionarem como “inseguro”. Esta perceção é afetada por inúmeros fatores, e esta componente apresenta, em certos casos, pouco peso na construção dessa perceção. Em geral quanto menor for a freguesia, em presença de elevados valores de densidade de ocorrências, assiste-se a uma perceção mais forte de insegurança na população. Por outro lado, este indicador não é afetado pelo problema dos indicadores de taxa de incidência de ocorrências por mil habitantes (residentes), que apresenta resultados pouco relevantes em freguesias e bairros com poucos residentes mas muitos utentes, caso das freguesias da Baixa de Lisboa

(pessoas que atravessam as freguesias de e para o trabalho e residência, turistas, serviços, etc.) e que normalmente não são considerados nas taxas de incidência por mil habitantes.

Deste modo, para a amostra em causa, e para os anos no horizonte temporal 2008, 2009 e 2010 inclusive, foi calculada a média de crimes por freguesia, face aos registos totais dos delitos em espaço público urbano, com base na taxa de incidência do crime por km². A partir da análise estatística feita pelo SITA, tendo em consideração a percentagem de ocorrência de crimes, foram estabelecidas cinco classes, ver figura 62, que mostram os níveis de criminalidade em cada uma das freguesias analisadas:

- a. A classe 1 corresponde a uma ocorrência de 0,18 a 1,84 ocorrências por km² (densidade espacial de ocorrências);
- b. A classe 2 corresponde a uma ocorrência de 1,85 a 2,95 ocorrências por km²;
- c. A classe 3 corresponde a uma ocorrência de 2,96 a 4,84 ocorrências por km²;
- d. A classe 4 corresponde a uma ocorrência de 4,85 a 7,07 ocorrências por km²;
- e. A classe 5 corresponde a uma ocorrência de 7,08 a 9,96 ocorrências por km².

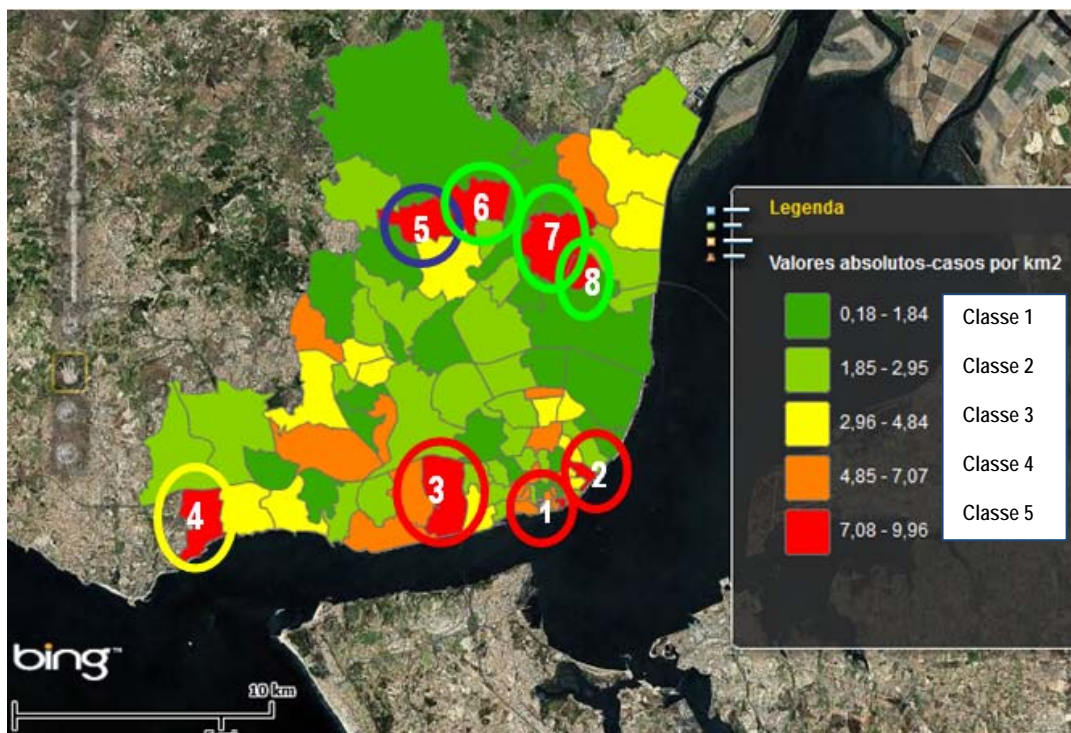


Figura 62 | Distribuição por freguesia dos valores absolutos referentes aos registos de crimes ocorridos por km², ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.

Fonte: Imagem obtida através do SITA. IGP (2010).

Os dados obtidos permitem-nos afirmar que no concelho de Lisboa a maior incidência espacial (densidade) de crimes ocorre nas freguesias da Sé (1), de Santa Engrácia (2), e de Alcântara (3), vide figuras 63, 64 e 65.



Figura 63 | Malha urbana da freguesia da Sé.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 64 | Malha urbana da freguesia de Santa Engrácia.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 65 | Malha urbana da freguesia de Alcântara.
Fonte: Imagem obtida através do SITA.I. IGP (2010).

No concelho de Oeiras a maior incidência dos casos registados ocorre na freguesia de Paço de Arcos (4), ver figura 66. A Amadora não apresenta nenhuma freguesia na classe correspondente a uma maior expressão criminal, o que deve ser avaliado tendo em consideração que uma maior extensão territorial da freguesia faz baixar os índices.



Figura 66 | Malha urbana da freguesia de Paço de Arcos.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Em Odivelas a freguesia com mais expressão criminal dentro dos pressupostos do estudo é a Ramada (5), vide figura 67.



Figura 67 | Malha urbana da freguesia da Ramada.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

No que concerne ao município de Loures as freguesias mais representativas são, Santo António dos Cavaleiros (6), Camarate (7) e Prior Velho (8), ver as respetivas malhas urbanas nas figuras 68, 69 e 70.



Figura 68 | Malha urbana de Santo António dos Cavaleiros.
Fonte: Imagem obtida através do SITA.I. IGP (2010).

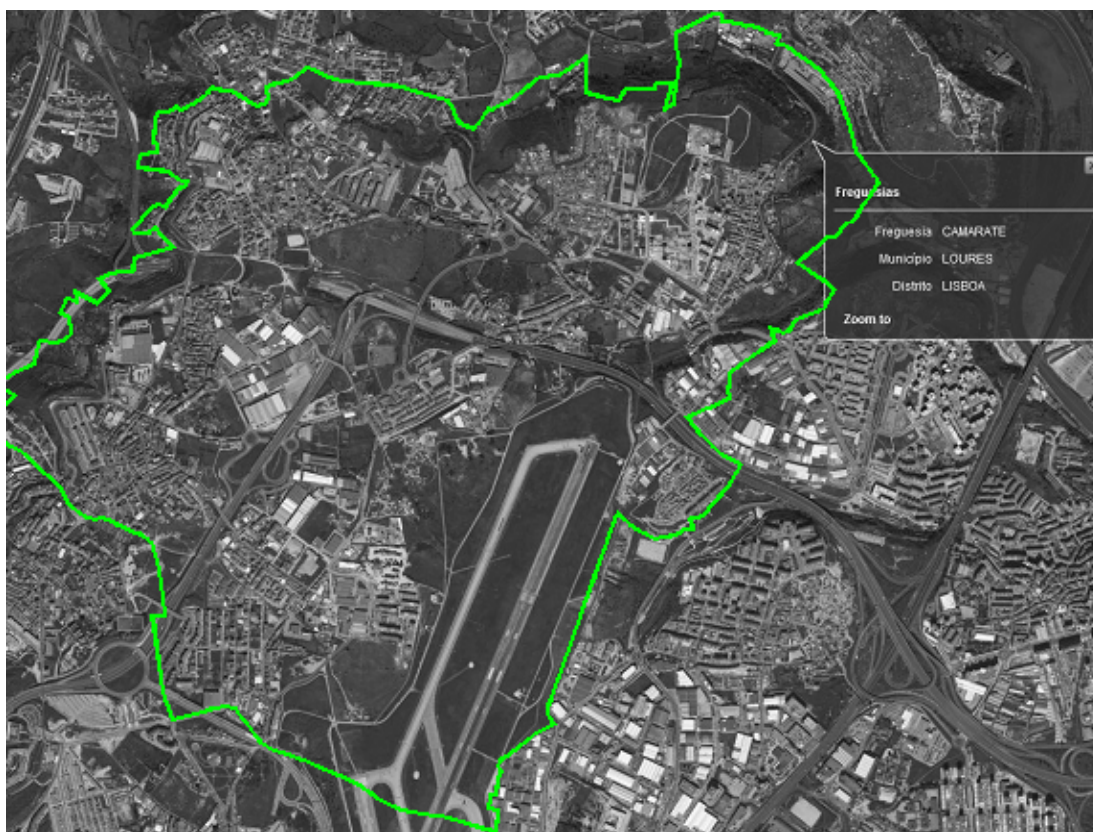


Figura 69 | Malha Urbana de Camarate.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).



Figura 70 | Malha urbana da freguesia do Prior Velho.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Contudo, quando se analisam os mesmos dados da PSP de forma comparativa, isto é, comparando os registos totais dos delitos em espaço público urbano com base na taxa de incidência do crime por km², os resultados mantêm-se.

De acordo com a análise estatística dos dados feita no SITAI, os valores expressos na figura abaixo referem-se à medida do desvio padrão da amostra, isto é o calculo das freguesias a baixo da média ou acima da média é feito através da medida do desvio padrão (medida de dispersão da amostra em torno da sua média) em que quanto maior for a “distancia” de cada valor da amostra à sua média, maior é a sua dispersão. As zonas a vermelho representam freguesias onde esse desvio (distancia desse valor à média da amostra) é maior e os valores são elevados, constituído-se assim como freguesias com “densidade” de ocorrências “Máxima” relativamente às restantes da amostra, tratando-se assim dos territórios mais críticos dentro de todas as zonas consideradas.

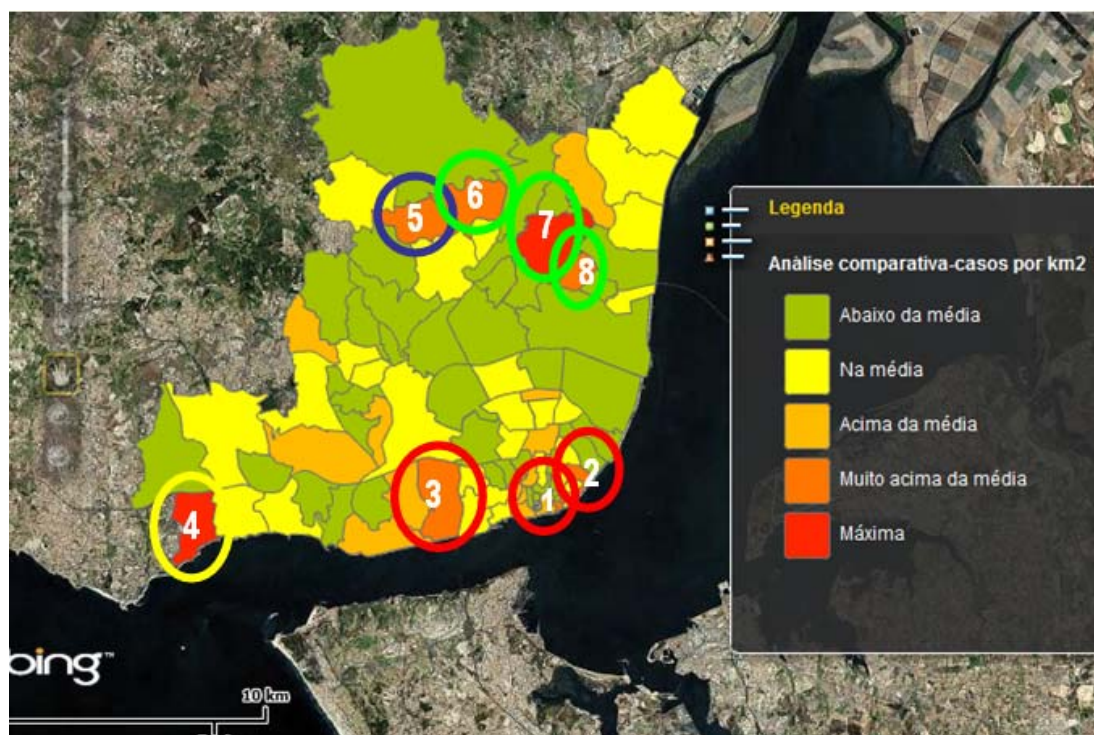


Figura 71 | Análise comparativa por freguesia dos valores absolutos dos crimes registados ocorridos por km², ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Com base na amostra analisada é possível apurar que o concelho de Lisboa apresenta a incidência de crimes acima da média nas freguesias da Sé (1), de Santa Engrácia (2), e de Alcântara (3). No concelho de Oeiras é a freguesia de Paço de Arcos (4) que apresenta os valores de criminalidade mais críticos, tal como a freguesia de Camarate (7) no município de Loures. E as freguesias da Ramada (5) em Odivelas, e Santo António dos Cavaleiros (6) e Prior Velho (8) em Loures apresentam, também, valores acima da média.

Amadora não apresenta nenhuma freguesia com expressão criminal em termos comparativos, pelas razões atrás apontadas.

A análise feita deve, no entanto, ser avaliada considerando também a diferença de extensão territorial de cada uma das freguesias em causa. De facto, de acordo, a análise feita mostra que a maior incidência em freguesia de menor área, o que deve ser tido em conta.

Foram, também, analisados isoladamente os dados do tipo furto por esticção e por freguesia registados na base de dados da PSP em análise. Deste modo, a partir da análise estatística feita no SITAI, foi calculada a média de crimes por freguesia, face aos registos dos roubos por esticção em espaço público urbano, com base na taxa de incidência do crime por km², permitindo-nos definir a percentagem de ocorrência de crimes dentro de cinco classes que mostram os níveis de furto por esticção em cada uma das freguesias analisadas, vide figura 72:

- a. A Classe 1 corresponde a uma ocorrência de 0,39 a 2,34 ocorrências por km² (densidade espacial de ocorrências);
- b. A classe 2 corresponde a uma ocorrência de 2,44 a 4,76 ocorrências por km²;
- c. A Classe 3 corresponde a uma ocorrência de 5,28 a 8,72 ocorrências por km²;
- d. A Classe 4 corresponde a uma ocorrência de 10,00 a 13,51 ocorrências por km²;
- e. A Classe 5 corresponde a uma ocorrência de 16,49 a 28,75 ocorrências por km².

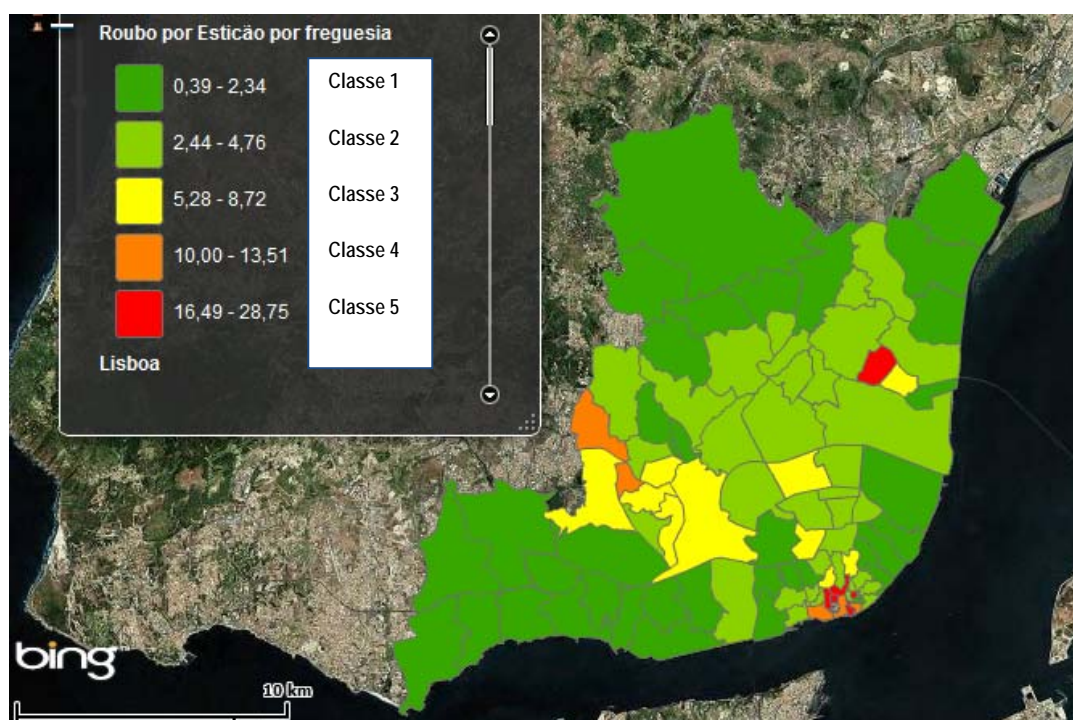


Figura 72 | Distribuição por freguesia dos valores absolutos referentes aos registos de crimes ocorridos por km², ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Os valores expressos na figura abaixo são calculados com base na média que incide no universo dos tipos de crime registados por freguesia como roubo por esticção. Assim, considera-se a “máxima” referida na legenda como sendo a medida do desvio padrão que corresponde às freguesias com valores de maior número de ocorrências relativamente à criminalidade expressa na amostra.

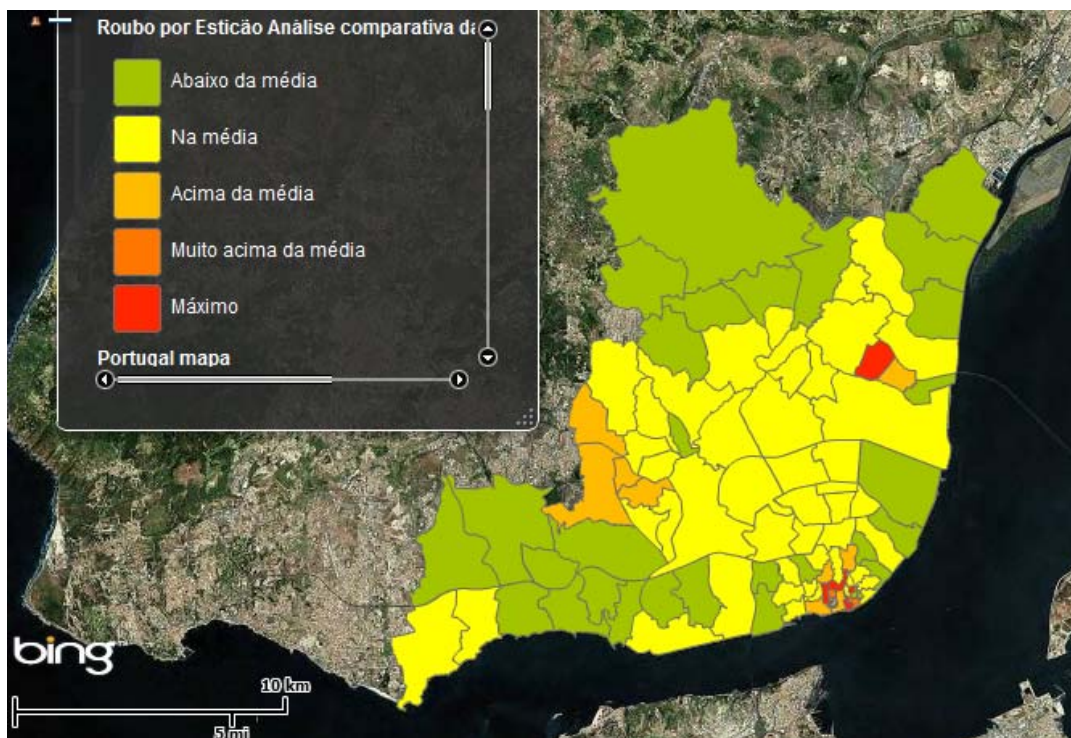


Figura 73 | Análise comparativa por freguesia dos valores absolutos dos crimes registados ocorridos por km², ocorridos cumulativamente nos anos 2008, 2009 e 2010, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Da análise e interpretação das figuras 72 e 73 foi possível apurar que a maior incidência deste tipo de crime ocorre na freguesia do Prior Velho e sobre a zona da Baixa-Chiado e do Castelo em Lisboa, apresentando-se aqui as freguesias do Castelo, da Madalena, de Santa Justa e da Encarnação como as mais críticas relativamente à prática do crime por esticção.

4.5. A espacialização das ocorrências criminais

Da análise 1 para a globalidade dos registos criminais da PSP, no período compreendido entre anos 2008 e 2010, relativamente aos concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures, foi possível identificar alguns fatores de referência que interferem nas formas de uso e ocupação do solo versus delitos.

Conforme se mostra na figura seguinte as ocorrências criminais registadas têm maior expressão na faixa de transição do concelho de Lisboa com os concelhos limítrofes em estudo, delineando uma franja circular à cidade de Lisboa.

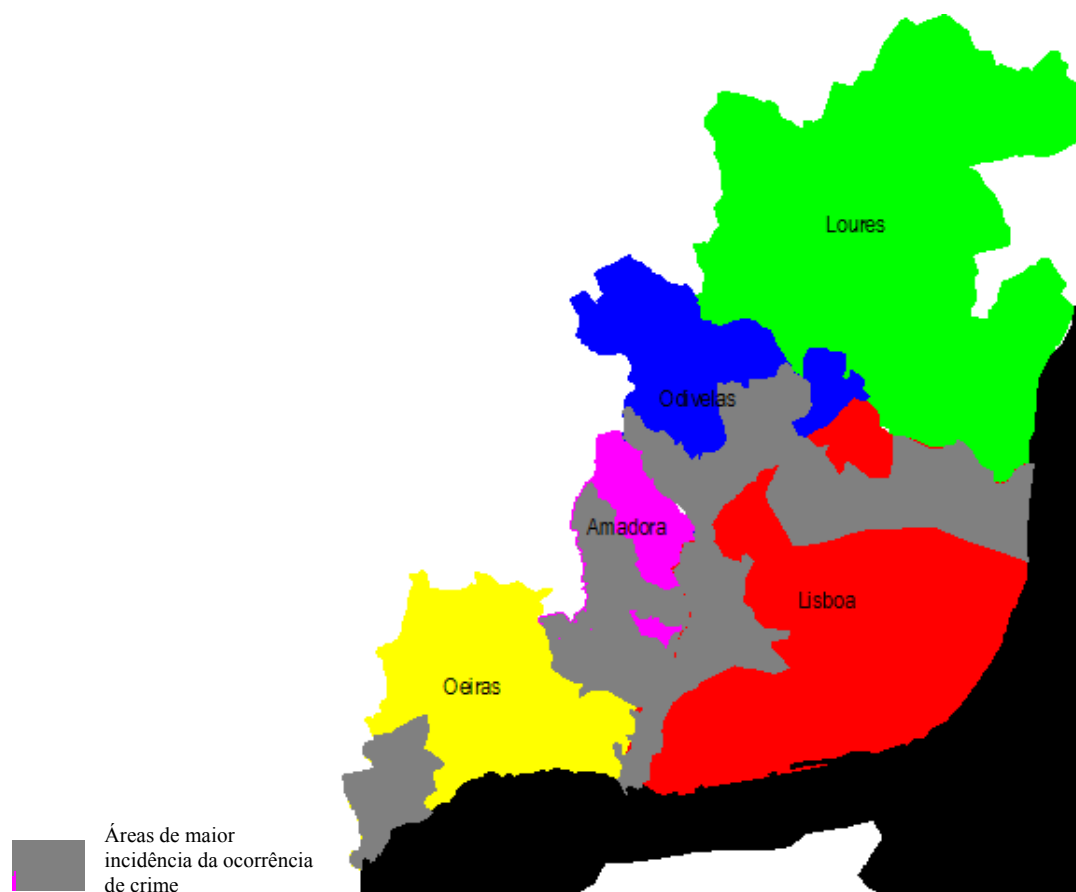


Figura 74 | Espacialização esquemática da incidência do crime em espaço público urbano.

De acordo com o assinalado na figura 75 as freguesias mais problemáticas são: 1) Benfica, 2) Lumiar e 3) Santa Maria dos Olivais (Lisboa); 4) Carnaxide, 5) Algés e 6) Oeiras e São Julião da Barra (Oeiras); 7) Buraca, 8) Damaia, 9) Mina, 10) Reboleira e 11) Venteira (Amadora); 12) Pontinha e 13) Odivelas (Odivelas); 14) Portela e 15) Prior Velho (Loures), as quais constituem uma coroa de transição entre morfologias, formas de uso e de ocupação territorial.

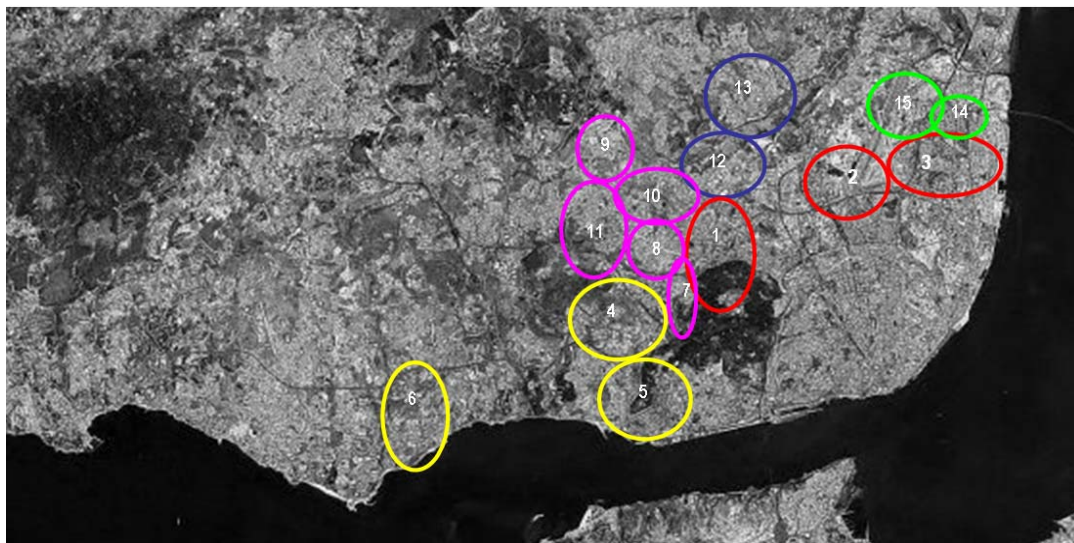


Figura 75 | Representação esquemática da localização das freguesias mais problemáticas em estudo na análise 1.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Constituem-se, assim, áreas sensíveis da espacialização do crime tipificado pela violência urbana que aí ocorre. Deste modo, todo o enquadramento criminal está associado à própria morfologia do espaço público urbano em causa, quer do ponto de vista da sua forma (i.e. volumes/vazios), da dimensão e da qualificação (i. e. espaços pedonais, recreio, entre outros), e também com os diferentes níveis de gestão e ou manutenção do mesmo.

Contudo, deve ser sempre tido em consideração que a cidade é um repositório de símbolos, e o entendimento do que os ícones são e que são os repensáveis por conferirem segurança ou insegurança ao espaço. Assim, o conjunto destas interdependências, em análise, constituem-se como uma mais-valia na construção e/ou requalificação do espaço público urbano.

Já no que concerne à análise 2 (interpretação dos crimes registados pela PSP em espaço público urbano, em Lisboa e concelhos periféricos a partir do SITAI) a realidade é um pouco diferente em relação aos resultados obtidos para a análise 1 (interpretação dos crimes registados pela PSP em espaço público urbano, em Lisboa e concelhos periféricos), apresentadas no ponto 4.4.2 e 4.4.1. respetivamente.

Na segunda observação o município da Amadora não apresenta nenhuma freguesia com expressão criminal quer em termos absolutos, quer em termos comparativos dos registos dos crimes ocorridos por freguesia e por km².

Porém, nesta observação os casos mais relevantes em incidência de crime, quer em termos absolutos, quer comparativos dos registos dos crimes ocorridos por km², manifestam-se nas seguintes freguesias: Sé (1), Santa Engrácia (2), e Alcântara (3) no concelho de Lisboa, Paço de Arcos (4) em Oeiras; Ramada (5) no concelho de Odivelas; Santo António dos Cavaleiros (6), Camarate (7) e Prior Velho (8) no município de Loures. Isto é a dominância da ocorrência do crime localiza-se geograficamente concentrada na zona oriental de Lisboa, vide figura 76.

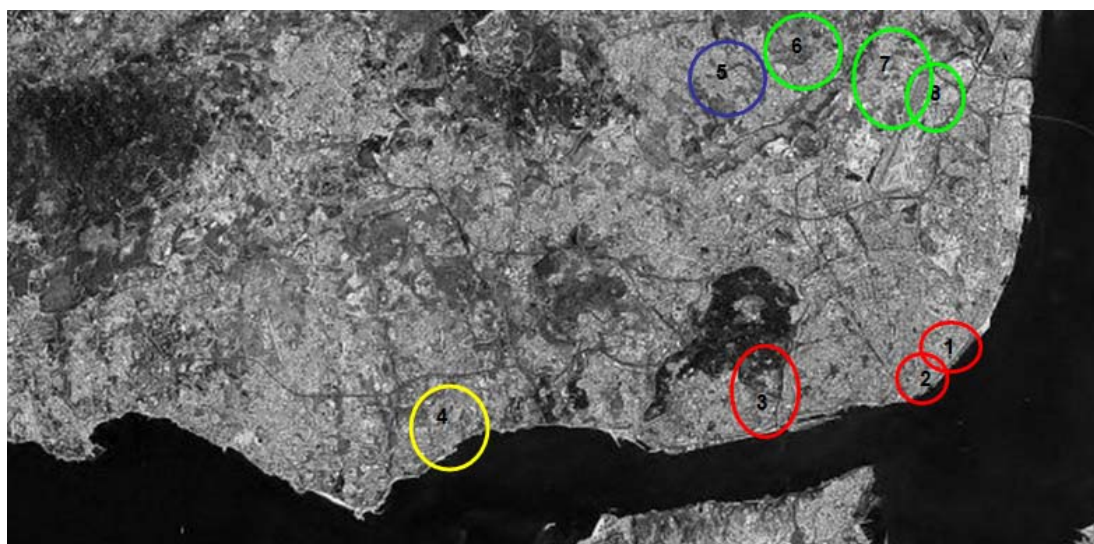


Figura 76 | Fotografia aérea com representação esquemática da localização das freguesias mais problemáticas em estudo na análise 2.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Face ao exposto, é possível apurar que os índices de criminalidade mais expressivos apresentam-se espalhados através de diferentes freguesias que não se sobrepõem; entre ambas as análises ocorre a exceção da freguesia do Prior Velho, vide figura 77, cuja morfologia dominante da zona habitacional a norte e da zona industrial a sul pode constituir uma questão crítica.



Figura 77 | Malha urbana da freguesia do Prior Velho.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Porém, do estudo, também, fica claro que Lisboa perante os dados analisados apresenta os valores relativos ao registo da criminalidade mais elevados perante o contexto das cidades de referência e até mesmo do país, isto se tivermos por base os relatórios anuais de segurança interna (RASI), Lisboa posiciona-se sempre como uma das cidades que apresenta-se sempre com os valores de registo criminal acima da média do país. Contudo, perante o cenário europeu, a cidade de Lisboa posiciona-se como uma das melhores colocadas como cidade com mais segurança da Europa (van Dijk, Manchin, van Kesteren, Nevala & Hideg, 2005) e uma das melhores do mundo em relação à qualidade de vida, de acordo com o relatório publicado em 2011 pela consultora Mercer.

Esta constatação é reveladora da fragilidade destas franjas urbanas, nomeadamente na interface do concelho de Lisboa com os concelhos limítrofes. Estas franjas urbanas constituem territórios de desterritorialização, processo que decorre da mobilidade, dos fluxos, do desenraizamento e do hibridismo cultural que aqui dominam e que se refletem na ausência de sentido social da vizinhança.

Os espaços socialmente marginalizados correspondem a situações de desestruturação morfológica que dificultam tanto formas consistentes de apropriação como o desenvolvimento de sentimentos de pertença.

Salgueiro (1997, 2000) ao estudar as dimensões que estão na base dos processos de marginalização na área metropolitana de Lisboa⁹¹ considera que a distribuição dos diferentes grupos sociais pelo território metropolitano é condicionada pelas características deste e reflete-se no processo de produção do espaço. Para tal, a marginalização dos territórios corresponde, assim, a uma representação negativa desses espaços e está relacionada com a presença de condições deficientes de acessibilidade, infraestruturas e serviços, aglomeração de atividades ou populações marginalizadas em determinados locais, e à falta de investimentos, pela sua reduzida rentabilidade relativamente a oportunidades de investimento noutros sítios.

Contudo, a marginalização dos territórios é também consequência da má qualidade do ambiente urbano, da sua descontinuidade e afastamento em relação à malha urbana consolidada, de constrangimentos legais com consequências diretas no valor do solo e dos próprios mecanismos de produção urbana. Os territórios marginais são, por isso, fatores de marginalização social.

A espacialização territorial do crime mostra uma concentração de ocorrência em grande parte em zonas com residência social, decorrentes sobretudo da operacionalização das políticas de realojamento desde os anos 60 do século passado⁹², por ação tanto da iniciativa da administração central do Estado (Fundo do Fomento da Habitação, IGAPHE) como de administração local, por iniciativa direta ou através de cooperativas de moradores.

⁹¹ A metodologia escolhida utilizou técnicas clássicas de análise cartográfica da estrutura residencial e da ecologia factorial, tal como a selecção de variáveis que expressem dimensões sociais e territoriais e propiciem uma leitura multidimensional das desigualdades. As variáveis utilizadas referem-se, na maioria dos casos, às situações extremas de vantagem e desvantagem de modo a que se adquira uma representação clara dos padrões territoriais que manifestam as desigualdades nas distintas dimensões. Para avaliar a dimensão territorial consideraram-se variáveis que expressam, por um lado as especificidades do alojamento e as suas circunstâncias e, por outro, a dinâmica de produção residencial.

⁹² O Fundo Fomento de Habitação foi criado em 1969.

4.6. Os crimes registados e a interpretação dos dados da imprensa

No pressuposto que os principais meios de comunicação social têm um papel determinante na informação e formação da opinião pública, com especial enfoque para a imprensa escolhemos o jornal *Correio da Manhã* para análise comparativa de uma determinada amostra obtida num primeiro momento a partir dos registos das ocorrências do crime registadas pela PSP. A escolha do *Correio da Manhã* incide sobretudo no facto de ser um jornal diário de cobertura nacional, bem como, também, por ser um periódico exemplificativo de uma imprensa cuja linha editorial de atuação dedica especial atenção às questões da criminalidade e segurança, com registo detalhado das ocorrências, em áreas urbanas e em áreas rurais.

Fica claro que consideramos que a comunicação social tem uma responsabilidade acrescida como principal fornecedora de informação e de formação da opinião pública a qual é impulsionadora das políticas de prevenção da criminalidade. Ao mesmo tempo que contribui para a perceção dos fenómenos criminais, a sua importância e os comportamentos associados em termos de prevenção e combate do crime. Contudo, é importante notar que o impacto ou efeitos dos meios de comunicação sobre o desenvolvimento de sentimentos de insegurança, e estigmatização continua a ser difícil de avaliar com precisão.

A cobertura dos *media* sobre o crime pode contribuir para estratégias de prevenção da criminalidade e constituir-se como uma ferramenta útil para sensibilizar e educar o público sobre questões sociais e sobre como o uso seguro do espaço público pode ser um importante fator de qualidade de vida.

O papel da comunicação social na prevenção do crime pode incentivar políticas adequadas, bem como iniciativa do governo de alocar recursos para locais comunidades ou órgãos de prevenção da criminalidade.

A afirmação de Carli, Capobianco e Sagant (2008) de que os *media* podem ajudar a promover o "*jornalismo cívico*" que traduz a responsabilidade dos meios de comunicação social em fornecer informação confiável participante na prevenção

da criminalidade, pode ser mais que uma aspiração se a cobertura noticiosa ao tratar os factos, não ignorar as causas.

A análise da informação noticiosa do Correio da Manhã, relativamente ao tipo de crime e incivildades que se inscrevem no objeto em estudo permite verificar que o registo de ocorrência relatado pelo jornal acompanha o que é registado nos dados estatísticos da PSP. De referir no entanto que, pelas características do jornal da sua matriz editorial, sensacionalista que apela à emotividade e que a informação desencadeia o sentimento do medo.

Da análise feita por amostragem às edições do Correio da Manhã dos meses de janeiro e julho dos anos 2008, 2009 e 2010 registámos as ocorrências expressas nos dois quadros que se seguem

NOTÍCIAS DE CRIMES EM ESPAÇO PÚBLICO URBANO PUBLICADAS NO JORNAL CM						
N.º de Notícias por Concelhos em Estudo	Amadora	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Total
2008 Janeiro	1	1	0	0	1	3
2008 Julho	2	3	0	0	0	5
2008 Subtotal	3	4	0	0	1	8
2009 Janeiro	1	6	2	0	1	10
2009 Julho	0	1	0	0	0	1
2009 Subtotal	1	7	2	0	1	11
2010 Janeiro	1	14	1	2	0	18
2010 Julho	0	6	0	0	0	6
2010 Subtotal	1	20	1	2	0	24
Total	5	31	3	2	2	43

Quadro 12 | Número de notícias de crimes por Concelhos em estudo que foram publicadas no jornal Correio da Manhã, nos meses de janeiro e julho de 2008, 2009 e 2010.

OCORRÊNCIAS DE CRIMES EM ESPAÇO PÚBLICO URBANO REGISTRADAS NA BASE DE DADOS DA PSP						
N.º de Ocorrências registadas por Concelhos em Estudo	Amadora	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Total
2008 Janeiro	17	69	14	10	18	128
2008 Julho	16	78	12	9	17	132
2008 Subtotal	33	147	26	19	35	260
2009 Janeiro	31	59	25	6	20	141
2009 Julho	38	47	15	6	19	125
2009 Subtotal	69	106	40	12	39	266
2010 Janeiro	21	49	14	11	28	123
2010 Julho	41	82	23	16	31	193
2010 Subtotal	62	131	37	27	59	316
Total	164	384	103	58	133	842

Quadro 13 | Número de ocorrências de crimes por Concelhos em estudo que foram registados pela PSP, nos meses de janeiro e julho de 2008, 2009 e 2010.

A comparação dos resultados obtidos mostra que apenas uma parte das ocorrências registadas pela PSP têm cobertura noticiosa, por serem algumas pouco relevantes como matéria jornalística ou não ter havido conhecimento deles, em tempo oportuno, pela imprensa.

A percentagem de casos notícia é assim, relativamente baixa, face aos dados registados pela PSP, conforme se mostra no quadro abaixo, o que traduz uma realidade social onde a criminalidade em espaço público se torna recorrente, perde importância como notícia. Como se a associação entre espaço público e espaço inseguro passasse a ser uma constante na vida urbana.

% DE CASOS DE NOTÍCIA RELATIVAMENTE ÀS OCORRÊNCIAS DE CRIMES EM ESPAÇO PÚBLICO URBANO REGISTRADAS NA BASE DE DADOS DA PSP						
N.º de Ocorrências registadas por Concelhos em Estudo	Amadora	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Total
2008 Janeiro	5,88%	1,45%	0,00%	0,00%	5,56%	2,34%
2008 Julho	12,50%	3,85%	0,00%	0,00%	0,00%	3,79%
2008 Subtotal	9,09%	2,72%	0,00%	0,00%	2,86%	3,08%
2009 Janeiro	3,23%	10,17%	8,00%	0,00%	5,00%	7,09%
2009 Julho	0,00%	22,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,80%
2009 Subtotal	1,45%	6,60%	5,00%	0,00%	2,56%	4,14%
2010 Janeiro	4,76%	28,57%	7,14%	18,18%	0,00%	14,63%
2010 Julho	0,00%	7,32%	0,00%	0,00%	0,00%	3,11%
2010 Subtotal	1,61%	15,27%	2,70%	7,41%	0,00%	7,59%
Total	3,05%	8,07%	5,17%	3,45%	1,50%	5,11%

Quadro 14 | % de casos de notícia relativamente às ocorrências de crimes em espaço público urbano registadas na base de dados da PSP, nos meses de janeiro e julho de 2008, 2009 e 2010.

Na sua globalidade as notícias não chegam a referir mais de 6 casos por mês para todos os concelhos em estudo. O que representa, por um lado, que muitas das ocorrências têm pouca relevância social e por outro, que as que são referidas ganham mais importância porventura maior que a sua dimensão rural.

Ainda assim, o estudo permite concluir que se tem verificado um acréscimo anual dos crimes registados pela PSP e noticiados no Correio da Manhã.

Do estudo é ainda possível que o conteúdo informativo induz a uma estigmatização que atinge sobretudo algumas localidades, sobretudo o "*centro da cidade*" e a "*periferia da cidade*", cujas malhas urbanas se tornaram os alvos principais para as reportagens sobre o crime; seguindo o que Yanich (2001) descreve como o comportamento dos *media* relativamente a uma "*urban-suburban dimension of crime*", da qual decorre a ideia de ser a cidade uma realidade perigosa.

Estes locais tornam-se assim, imagens de marca utilizadas nos meios de comunicação e relatórios sobre a criminalidade como identificação das práticas criminosas. São exemplo disto a dominância de notícias que referem sistematicamente a incidência de episódios sobretudo em bairros predominantemente habitados por minorias étnicas, designadamente: o Bairro de Santa Filomena (Mina, Amadora); o Bairro 6 de Maio (Damaia, Amadora); a Quinta do Mocho (Sacavém, Loures); a Quinta da Fonte (Sacavém, Loures); Quinta das Mós (Camarate, Loures); e o Bairro do Armador (Marvila, Lisboa).

O resultado, disto observado por Souza (2007), incide no medo relativamente a certas comunidades, o que se pode revelar contraprodutivo para as estratégias de prevenção, uma vez que a marginalização de quem vive na comunidade alvo. Esta estigmatização, que leva à fragilização da coesão social tem consequências económicas e acentua a marginalização dos grupos sociais mais desprotegidos.

A redução no valor dos imóveis, por exemplo, que decorre da deterioração da qualidade de vida da população, do medo, do aumento da perceção do local de violência e da maior fragilidade nas relações sociais aí existentes. Também é uma das consequências urbanas mais evidentes. Os sentimentos de isolamento e a

desvalorização da autoimagem dificultam o investimento futuro e o normal funcionamento de serviços e equipamentos naquelas áreas.

Tudo isto se verifica nestes bairros referenciados no jornal em estudo.

5 | MORFOLOGIA, QUALIDADE DO ESPAÇO E FATORES DE GESTÃO DA SEGURANÇA URBANA

“A construção das cidades não deve ser considerada apenas como uma questão de técnica, mas também de arte, na acepção mais precisa e mais nobre desse termo”.

Camilo Sitte

5.1. A morfologia e o espaço público das áreas de maior incidência criminal

O presente ponto surge na sequência da análise e interpretação dos registos criminais da PSP, efetuados entre 2008 e 2010 inclusive, para as freguesias de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures, apresentada no capítulo anterior.

Da análise e interpretação dos dados destaca-se a forma como ocorrem no tempo e no espaço as variações das ocorrências de crime registadas e como ocorreram ao longo do dia. Verificou-se que as ocorrências registadas genericamente têm maior expressão no período da tarde em Lisboa e Odivelas; em Oeiras e Loures esta manifestação das ocorrências surge no período da noite; na Amadora aquelas ocorrências tem igual expressão nos períodos da tarde e da noite. Sendo que dos dados obtidos para todas estas zonas urbanas a madrugada é no período do dia que ocorrem menos registos de crimes.

O período de ocorrências do crime ao longo do dia pode indiciar o trajeto que os infratores tomam no seu quotidiano, deslocando-se da cidade de Lisboa para os concelhos periféricos (Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures), eventualmente de transportes públicos; eventualmente coincidindo com o percurso de regresso a casa com nos bairros periféricos da cidade de Lisboa, no final do dia.

Da análise e interpretação dos dados, e de acordo com a figura seguinte verifica-se que a “linha amarela” da rede metropolitana de Lisboa - que se dirige para Odivelas - tem estações em freguesias que revelam ter dos maiores índices de criminalidade destes concelhos. Quanto à linha do comboio que serve a Amadora

(linha de Sintra) esta apresenta situação similar à que se verifica na “linha amarela” e metropolitana.

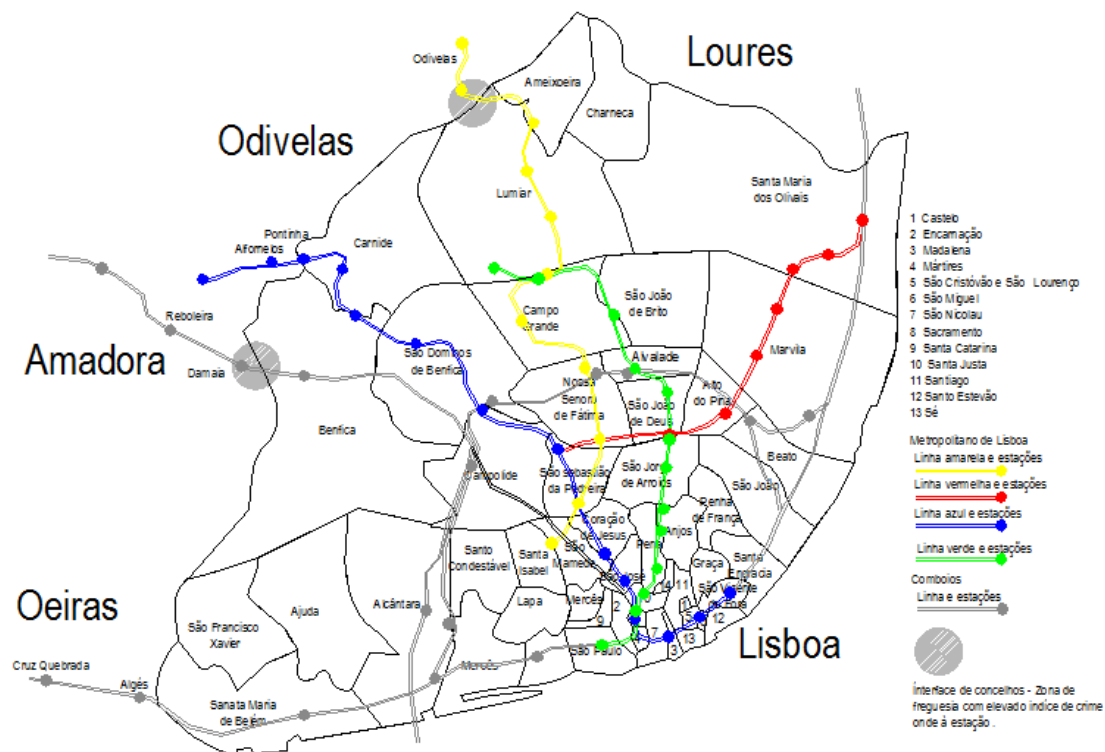


Figura 78 | Esquema de transportes públicos de Lisboa, traçados das linhas de metropolitano e das linhas ferroviárias de Lisboa.

Da análise da morfologia urbana relativa às áreas com maior incidência de crimes ocorridos e registados na base de dados da PSP, foi também possível apurar que existe um forte impacto das infraestruturas viárias na organização urbana; como é o caso da CRIL, um dos principais eixos viários de Lisboa. O mesmo acontece com o sistema de transportes públicos, sobretudo nas zonas intermodais entre metro e, ou, comboio e autocarros, como acontece no nó do Senhor Roubado, com repercussões na criminalidade, (figura 79). As implicações na criminalidade provavelmente são o reflexo da fragmentação do espaço, originando territórios com características de não-lugares e nos quais dificilmente acontece apropriação do lugar e o respetivo sentimento de pertença.

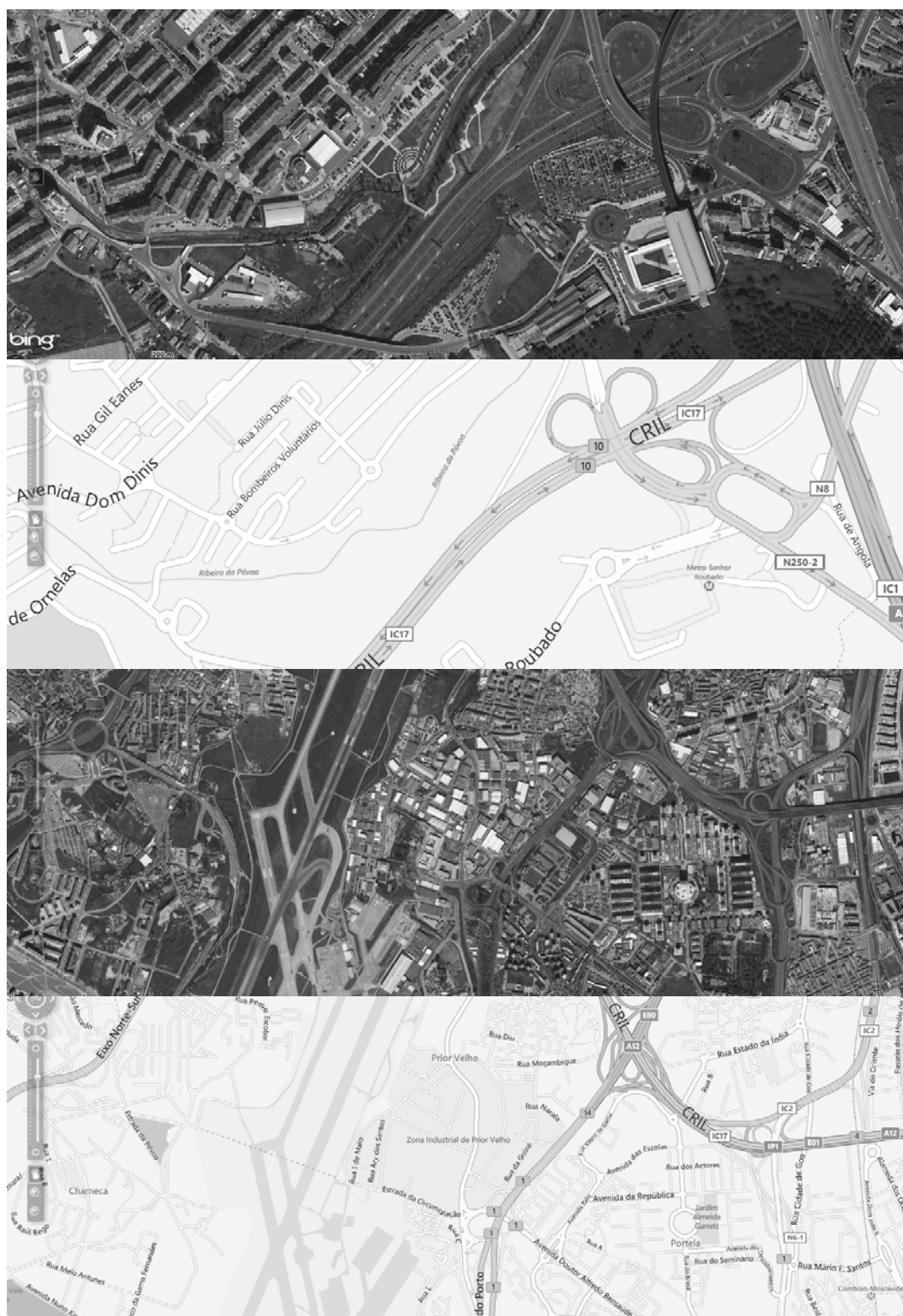


Figura 79 | Zona do nó do Senhor Roubado, freguesia de Odivelas e zona oriental de Lisboa (Santa Maria dos Olivais, Prior Velho e Portela), está situada na confluência de grandes eixos rodoviários e do aeroporto.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Assim, a zona do Senhor Roubado pode ser identificada como um não-lugar por não manifestar bases sólidas de um espaço urbano estruturado, por ser um lugar por onde muitos passam e não ser o lugar de ninguém; o que decorre da ausência de um reconhecimento da sua identidade/territorialidade e consequente apropriação pelo utente. Esta situação deve-se ao facto de ser uma zona fragmentada, heterogénea e predominantemente desqualificada. Na questão da mobilidade, o Senhor Roubado é um centro onde confluem vários modos de transportes, apresentando uma boa cobertura de transportes coletivos, (figura 80). Contudo, à semelhança do que também acontece na zona oriental de Lisboa (Santa Maria dos Olivais, Prior Velho e Portela), a estrutura viária e de circulação é confusa e de difícil leitura, conforme visível na figura 81.



Figura 80 | CRIL, Linha Amarela do Metropolitano de Lisboa e estacionamento automóvel. Nó do Senhor Roubado, Odivelas.

Fonte: Imagem do Google Maps - ©2012



Figura 81 | Estrutura viária que separa e une as freguesias da zona oriental de Lisboa (Santa Maria dos Olivais, Prior Velho e Portela). Lisboa

Fonte: Imagem do Google Maps - ©2012

A zona do Senhor Roubado, da freguesia de Odivelas, está inserida entre a CRIL a norte a calçada de Carriche a nascente, o núcleo habitacional Vale do Forno a poente e a freguesia do Lumiar a sul. Quanto à estrutura urbana, esta área em termos de usos é atualmente um imenso espaço urbano em que a distribuição e disciplina de trânsito rodoviário é, a sua função prioritária, traduzida numa imagem urbana em que a referência dominante é a CRIL e a calçada de Carriche. Como áreas de usos especiais destacam-se o terminal rodoviário, a estação de metro e o estacionamento automóvel, sendo o uso dominante os serviços.

Porém, existem edifícios habitacionais no Vale do Forno, ver figura 82, sendo a tipologia e morfologia deste lugar caracterizado por edificado de pouca altura, estruturado em edifícios isolados, predominantemente com um, dois e três pisos e por vezes ligeiramente maiores, cuja frente urbana apresenta uma cêrcea indiferenciada e aleatória, resultado de um núcleo urbano com génese ilegal.



Figura 82 | Rua Principal do Vale do Forno. Odivelas.
Fonte: Imagem do Google Maps - ©2012

A zona oriental de Lisboa é de igual modo fragmentada, heterogénea e predominantemente desqualificada, que não cria afinidade (sentimento de pertença) com os cidadãos que a percorrem e que resulta numa imagem urbana degradada, com o abandono de alguns espaços públicos no tecido urbano consolidado.

A zona do nó do Senhor Roubado na freguesia de Odivelas e a zona oriental de Lisboa (Santa Maria dos Olivais, Prior Velho e Portela) dadas as características de não-lugares tornam-se espaços impessoais, sem escala humana, pouco aprazíveis, que cumprem funções meramente funcionais.

Ambas as zonas são locais com acessibilidades de grande e médio fluxo, sendo caótica a ligação entre os vários níveis de vias, especialmente ao nível local. Ao que se junta o facto de as mesmas estarem na maioria dos casos subdimensionadas, ou sobredimensionadas.

Estes locais apresentam vida urbana nas primeiras horas do dia e no final do dia de trabalho, sendo completamente dominadas pela atividade de pessoas que se encontram de passagem de um lugar para outro. Não existem grandes atividades culturais e sociais nas áreas e os espaços de lazer não são convidativos para a sua permanência e vivência. O movimento pedonal quase desaparece, dando lugar à predominância da circulação automóvel, como observável na figura 83 e 84. A reduzida vivência é consequência da ausência de atrativos ao nível do espaço público que não está pensado nem estruturado para a escala do peão.



Figura 83 | Zona do nó do Senhor Roubado. Odivelas.
Fonte: Imagem do Google Maps - ©2012



Figura 84 | Rua do Senhor Roubado. Odivelas.
Fonte da imagem: Google Maps - ©2012

A primeira imagem que se obtém da zona da freguesia de Odivelas onde se localiza o Senhor Roubado é a diversidade de obstáculos existentes no espaço público. Além da desorganização e desqualificação do espaço exterior, este local como ponto marcante, que causam maior obstrução à mobilidade do peão, os seguintes obstáculos:

1. As descontinuidades da malha urbana;
2. O estacionamento abusivo de viaturas privadas;
3. Os passeios estreitos;
4. A falta de mobiliário urbano;
5. A ausência de passadeiras;
6. A iluminação desadequada;
7. Pavimentos danificados;
8. A estrutura viária densa.

Para além das infraestruturas que fragmentam as malhas urbanas, da qualidade do desenho urbano e da diversidade de obstáculos que se verificam no espaço público urbano, com consequências na qualidade de vida e na segurança urbana, a densidade urbana também se traduz num indicador de ocorrência da prática do crime e de atividades transgressoras. De facto, quando as densidades apresentam valores extremos de densidade, isto é, ou são muito baixas, ou muito altas,

tornando confusa a organização urbana, mais elevada é a probabilidade de ocorrência de situações de crime e transgressão, (Jacobs, 1961).

Quando nos referimos a densidade urbana referimo-nos a um conjunto de relações diversas, tais como o número de habitantes, o número de fogos, as superfícies construídas e pavimentadas e das funções da ocupação do solo e a sua relação com a dimensão da área em estudo. É comum que a perceção da densidade urbana se centre, sobretudo, na dicotomia alta/baixa densidade e que a estas sejam associados diferentes modelos de ocupação urbana, sem ter em conta que morfotipologias diferentes podem apresentar valores de densidade semelhantes. Ao que acresce a inexistência de um consenso relativamente ao que pode ser considerado alta, média ou baixa densidade, porque que estes conceitos variam consoante o contexto territorial e cultural em que se integram, como mostra a figura seguinte:

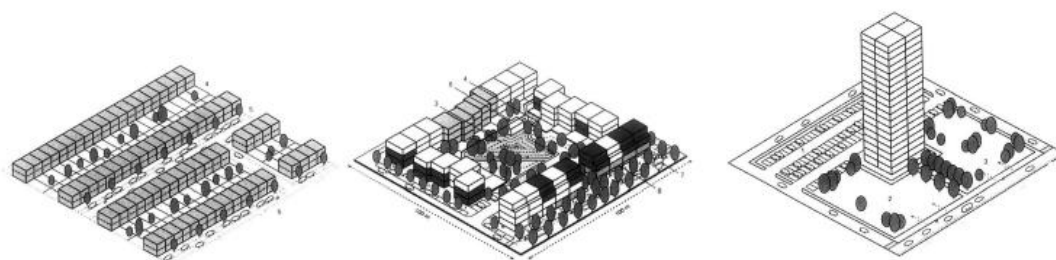


Figura 85 | Três áreas com 75 fogos/ha.
Fonte: Mozas & Fernández (2006).

Entre as diferentes definições e métodos para o cálculo das densidades, dos indicadores de densidade populacional e residencial, e dos índices de densidades de ocupação edificada (DGOTDU, 2007), no presente estudo definiu-se considerar a densidade populacional (correspondente ao número de habitantes existentes ou previstos e à superfície de referência em causa), porque as maiores densidades populacionais, também, podem eventualmente estar associadas à ocorrência da prática do crime e incivildades, tal como sucede com as freguesias do Benfica (ver figura 86), Lumiar e Santa Maria dos Olivais, que cumulam densidade e ocorrências de crime com maior incidência.

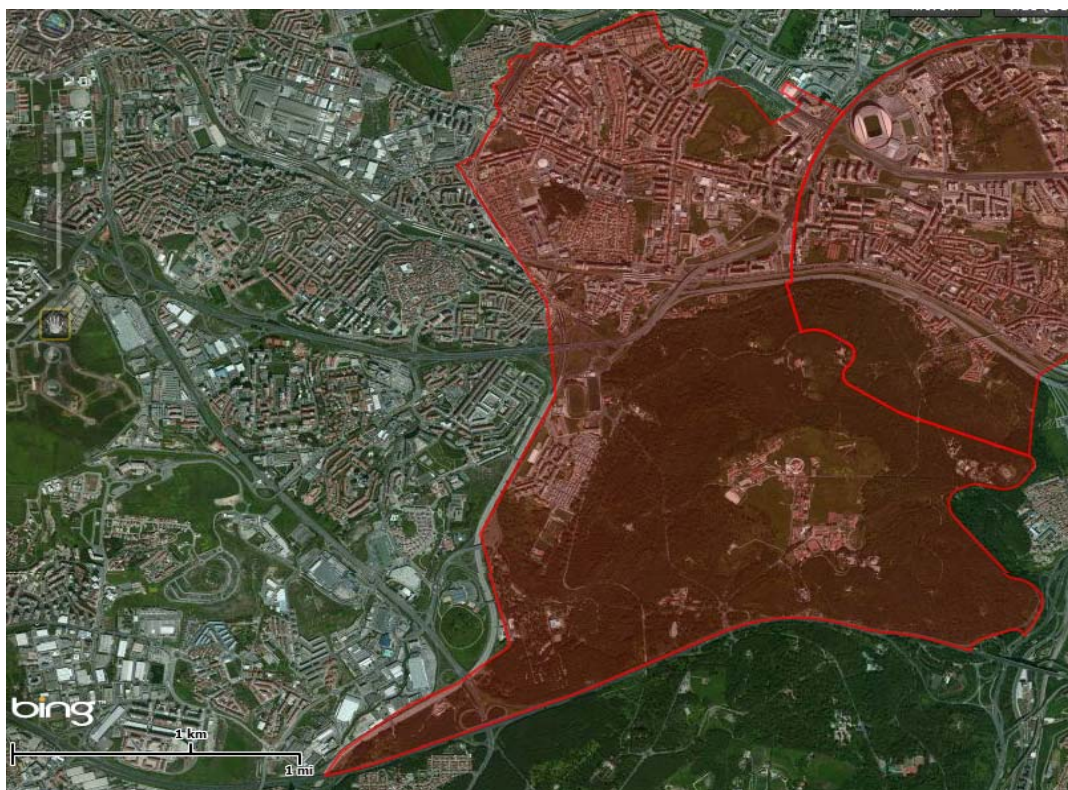


Figura 86 | Freguesia de Benfica.

Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

A freguesia de Benfica a sul apresenta mais de metade da área geográfica ocupada com cerca de dois terços do Parque Florestal de Monsanto e pelo Parque Silva Porto, que está separado da malha urbana a norte, onde se concentra grande parte da população da freguesia, (ver figura 87).

Embora o uso dominante sejam edifícios habitacionais, também existem serviços e comércio.



Figura 87 | Densidade da malha urbana da freguesia de Benfica
Fonte: Imagem obtida através do SITA.I. IGP (2010).

A zona urbana da freguesia de Benfica apresenta uma malha urbana irregular contida por infraestruturas viárias com forte impacto no território, nomeadamente pela avenida dos Condes de Carnide a norte, pelo IC17 (CRIL) a poente, a avenida General Norton de Matos (2.^a circular) a nascente e pela estrada da circunvalação a sul.

O edificado existente em Benfica estrutura-se em tipologias diferentes, que variam entre edifícios isolados de pouca altura, como a Escola Superior de Educação e a Escola Superior de Música, existindo também bandas de edifícios de três, quatro e cinco e seis pisos e edifícios isolados com mais de dez pisos como o complexo habitacional Torres Fontes Nova, edifícios isolados, organizados em altura, unidos por uma galeria comercial no piso térreo.

A figura que se segue ilustra esquematicamente a malha urbana irregular da freguesia de Benfica, com os respetivos canais principais de circulação e edificado.



Figura 88 | Esquema da malha urbana da freguesia de Benfica.

Desde sempre na história das cidades que a importância dos elementos na cidade não é equitativa; há sempre elementos que pela importância, pela localização, pela memória e pela carga emocional que acarretam, atraem as pessoas, formando-se marcos de referência. Constituem-se, assim, como focos de atração de pessoas, tornando o local um lugar de permanência e não de passagem. Disto é exemplo a zona da pastelaria Califa e do centro comercial Fonte Nova que constituem uma forte centralidade da freguesia. Toda esta zona e a estrada de Benfica estabelecem um centro gerador de mobilidade urbana.

As ruas de Benfica apresentam frentes urbanas com tipologias diferenciadas, como é o caso da Estrada de Benfica visível na figura seguinte, que provocam uma descontinuidade no alinhamento das cercceas.



Figura 89 | Estrada de Benfica. Lisboa.
Fonte: Imagem do Google Maps - ©2012

O espaço público urbano da freguesia apresenta uma serie de obstáculos que decorrem da primeira imagem de Benfica. Além da desorganização e desqualificação do espaço exterior, esta freguesia tem como ponto marcante os seguintes obstáculos que dificultam a mobilidade do peão:

1. Estacionamento abusivo de viaturas privadas;
2. Os passeios estreitos;
3. As descontinuidades da malha urbana;
4. A falta de mobiliário urbano;
5. A desadequada iluminação, que por vezes está ausente, outras vezes em excesso causando o encandeamento aos peões;
6. A ausência de passadeiras;
7. A falta de ligações pedonais e cicláveis ao parque de Monsanto;
8. Desníveis topográficos;
9. Pavimentos danificados;
10. Estrutura viária densa.

Para além da freguesia de Benfica, onde a densidade populacional, a morfologia urbana e a qualidade do espaço público podem eventualmente estar associadas à prática do crime e incividades, também as freguesias do Lumiar e Santa Maria dos Olivais acumulam densidade populacional e ocorrências de crime com maior incidência.

O maior número de fogos construídos em Lisboa neste período, resultante das várias intervenções urbanísticas, ocorreu nestas freguesias, em consequência da execução do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar e da expansão de Telheiras/Parque dos Príncipes no Lumiar, e no segundo caso com o Plano da Expo, na freguesia dos Olivais. Do que resultaram, naturalmente, situações morfológicas diversas e diferentes.

A freguesia do Lumiar tem a sua área geográfica dividida por duas importantes infraestruturas viárias que se designa por eixo Norte-Sul e por calçada de Carriche/Av. Padre Cruz, que fragmentam a malha urbana da freguesia (figura 91), em quatro áreas urbanas com características distintas. As que se localizam a sul do eixo Norte-Sul as áreas que apresentam uma maior densidade de edificado e, aparentemente, a maior densidade populacional.

Na freguesia do Lumiar as áreas verdes de recreio são constituídas pelo parque do Monteiro Mor e a Quinta das Conchas, (figura 90).



Figura 90 | Densidade da malha urbana da freguesia do Lumiar
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

A estrutura urbana da freguesia do Lumiar apresenta uma malha urbana irregular fortemente condicionada pelas infraestruturas viárias, com grande impacto no território, e é literalmente fragmentado ao meio, quer pelo Eixo Norte-Sul, quer pela Calçada de Carriche/ avenida Padre Cruz e é limitada a sul pela avenida General Norton de Matos (2.^a circular), (figura 91).

O edificado existente no Lumiar estrutura-se em tipologias diferentes, que variam entre edifícios isolados de pouca altura, como o Polo Tecnológico de Lisboa, existindo também bandas de edifícios com os mais diversos números de pisos, com dominância de edifícios com mais de cinco pisos. Existem, também, aqui diversas zonas de habitação em condomínios fechados, de onde se sai e entra de carro, o que reduz a vivência urbana local.



Figura 91 | Densidade da malha urbana da freguesia do Lumiar.
Fonte: Imagem obtida através do SITA1. IGP (2010).

A estrutura urbana do Lumiar apresenta diversas centralidades que sobretudo se desenvolvem dominantemente nas zonas urbanas onde se localizam as estações do metro, designadamente as estações: do Campo Grande, de Telheiras, e do Lumiar, sendo estas zonas centros geradores de mobilidade urbana. É uma zona dominantemente residencial verificando-se um fluxo pedonal no período da manhã (quando vão trabalhar) e da tarde (quando regressam a casa).

A freguesia do Lumiar também apresenta uma malha urbana irregular conforme representada esquematicamente (edificado e canais principais de circulação) na figura abaixo:



Figura 92 | Esquema da malha urbana da freguesia do Lumiar. Lisboa



Figura 93 | Rua Professor Pulido Valente. Lisboa.
Fonte: Imagem do Google Maps - ©2012

Decorrente de uma primeira leitura do espaço público urbano da freguesia do Lumiar apresenta-se uma serie de obstáculos. Além da desorganização e desqualificação do espaço exterior, os obstáculos que causam obstrução à mobilidade do peão, são os seguintes:

1. Estacionamento abusivo de viaturas privadas;
2. Os passeios estreitos;
3. As descontinuidades da malha urbana;
4. A falta de mobiliário urbano;
5. A desadequada iluminação, que por vezes está ausente, outras vezes em excesso causando o encandeamento;
6. A ausência de passadeiras;
7. A falta de ligações pedonais e cicláveis ao parque de Monsanto;
8. Desníveis topográficos;
9. Estrutura viária densa.

A freguesia de Santa Maria dos Olivais, na zona oriental de Lisboa, tem uma vasta área geográfica, dividindo-se em três regiões distintas resultantes da fragmentação gerada pelos eixos viários que a atravessam: Olivais Norte, Olivais Sul e Parque das Nações, que por sua vez se subdividem em diversos bairros. A freguesia é limitada a norte pelas freguesias de Moscavide, Portela de Sacavém, Prior Velho e Camarate (todas do concelho de Loures), a este com o rio Tejo, a sul com Marvila, a sudoeste com São João de Brito, a oeste com o Lumiar, e a noroeste com a Charneca. O território ocidental da freguesia é, na sua maioria ocupado por parte do Aeroporto da Portela.

As zonas dos Olivais Norte e dos Olivais Sul são limitadas a oeste pela Av. Marechal Craveiro Lopes/ Av. Cidade do Porto (2.^a circular) e a nascente pela Av. Infante D. Henrique, sendo que desta avenida até ao rio se localiza a zona do Parque das Nações, (figura 94). Tendo todas estas zonas malhas urbanas de grande densidade, como o resto da freguesia.



Figura 94 | Densidade da malha urbana da freguesia de Santa Maria dos Olivais.
Fonte: Imagem obtida através do SITAI. IGP (2010).

Trata-se de uma zona com uso habitacional dominante nos Olivais Norte e Olivais Sul. No entanto, a zona ocidental e a zona do Parque das Nações acumulam o uso habitacional com serviços e comércio, alguns deles com grande expressão e dimensão. Nesta freguesia as áreas verdes de recreio dominantes são constituídas pelo parque Vale do Silêncio e por todo o complexo de espaços verdes (jardins, parques, praças, passeio ribeirinho, entre outros) de que o Parque das Nações dispõe, (figura 95).



Figura 95 | Malha urbana da zona do Parque das Nações.
Imagem obtida através do SITAI (fonte da imagem: IGP 2010).

A estrutura urbana da freguesia de Santa Maria dos Olivais apresenta uma malha urbana irregular no seu todo, apresentando bairros com planta radiocêntrica como é o caso do Bairro da Encarnação e bairros com planta regular ou ortogonal como é o caso do Parque das Nações. A freguesia é fortemente condicionada pelas infraestruturas viárias com impacto no território, como a avenida Marechal Craveiro Lopes/ avenida Cidade do Porto (2.ª circular) a ocidente, a avenida Alfredo Bensaúde a norte, a avenida Infante D. Henrique a oriente ou a avenida Marechal Gomes da Costa a sul.

O edificado existente na freguesia de Santa Maria dos Olivais estrutura-se em tipologias diferentes, que variam entre edifícios icónicos isolados de pouca altura, como a Estação do Oriente, e bandas de edifícios com mais de sete pisos e edifícios isolados com mais de dez pisos (caso do complexo habitacional torres de São Gabriel e de São Rafael, com 25 pisos). Na freguesia também condomínios fechados, designadamente no Parque das Nações.

De um modo geral a freguesia de Santa Maria dos Olivais apresenta uma malha urbana irregular e uma forte densidade de vias de circulação conforme ilustrado no esquema apresentado na figura que se segue.



Figura 96 | Esquema da malha urbana freguesia de Santa Maria dos Olivais.

A estrutura urbana desta freguesia apresenta diversas centralidades de que se destaca a estação do Oriente (estações do metro do comboio e da rodoviária). Sendo estas zonas centros geradores de mobilidade urbana, nomeadamente a que envolve a estação do Oriente e centro comercial Vasco da Gama onde em qualquer hora do dia se verifica fluxo pedonal. Esta área não é só um lugar de passagem para qualquer lugar mas também se constitui como um lugar de permanência, (figura 97).



Figura 97 | Avenida D. João II. Parque das Nações, Lisboa.
Fonte da imagem: Google Maps - ©2012

Na freguesia de Santa Maria dos Olivais, tal como sucedeu da leitura dos espaços públicos das anteriores freguesias, também apresenta-se uma serie de obstáculos. Assim, na generalidade os obstáculos que causam obstrução à mobilidade do peão são:

1. Estacionamento abusivo de viaturas privadas;
2. Os passeios estreitos;
3. As descontinuidades da malha urbana;
4. A falta de mobiliário urbano;
5. A desadequada iluminação, que por vezes está ausente, outras vezes em excesso causando o encandeamento;
6. A ausência de passadeiras;
7. A falta de ligações pedonais e cicláveis ao parque de Monsanto;
8. Desníveis topográficos;
9. Estrutura viária densa.

Por último, mas não sem menos importância no que concerne à morfologia e qualidade do espaço urbano, referimos a freguesia da Buraca do concelho da Amadora por ser um exemplo do somatório de desconformidades que potenciam a descontinuidade territorial. A existência de diversos bairros de géneses diferentes, como é o caso do Bairro da Cova da Moura (figura 98) inserido no programa nacional “Iniciativa Bairros Críticos”⁹⁴ e a rede de infraestruturas viárias também constituem para aquela descontinuidade territorial. Nela são significativos os índices de criminalidade registados na base de dados da PSP.



Figura 98 | Freguesia da Buraca e Bairro Cova da Moura.
Imagem obtida através do SITAI (fonte da imagem: IGP 2010).

Em suma, a segurança urbana e a qualidade dos espaços públicos das zonas em estudo, varia consoante a sua localização se verifique predominantemente em áreas habitacionais, áreas de comércio e serviços, áreas mistas (onde existem de forma

⁹⁴ É um Programa Nacional lançada pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e constitui-se como um instrumento da Política de Cidades que visa operações de qualificação e reinserção urbana de bairros críticos, tendo esta surgido em 2005 estimando-se a implementação do programa até 2013.

heterogénea as habitações, comércio e serviços) e áreas industriais. Bem como depende do tipo de infraestruturas, especialmente das viárias que fragmentam o território. O crime tanto ocorre em freguesias onde existem bairros de génese ilegal como em bairros legais e construídos de acordo com um plano e com todos os licenciamentos municipais.

Os quadros sociais de referência, não constituem fatores de insegurança, por si só, nem são indicadores de criminalidade. A relação dos diferentes quadros sociais associados a determinados tipos de morfologia urbana que constituem não conformidades, isto é disfunções que desencadeiam a ocorrência criminal, varia consoante a densidade populacional; A capacidade de carga de um determinado local é, ela sim, um facto importante a considerar na criação de condições de segurança.

As características do espaço urbano determinam a forma como os indivíduos interagem entre si no espaço público e de como incrementam atividades sociais, porque a qualificação do espaço público também acontece pela identificação que o cidadão tem com o respetivo lugar. A interação indivíduo/espaço pode ocorrer em áreas de diferentes características verificando-se, nas freguesias em estudo, maioritariamente em áreas centrais onde o espaço público é o local de encontro e de interação social. Estas interações não ocorrem nos não-lugares.

Outro aspeto relevante que resultou da análise é o facto dos bairros das freguesias periféricas de Lisboa funcionarem basicamente como “dormitórios”, não havendo espaço para, no dia-a-dia, se desenvolverem atividades sociais e interações que promovam a vizinhança e a apropriação do espaço público. O que contribui para que os espaços públicos urbanos se tornem marginais e se degradem, tornando-se assim suscetíveis de uso marginal e, porventura criminal ou transgressor.

Assim, da análise e interpretação conclui-se que:

- a. As morfologias urbanas e a prática do crime estão correlacionadas, particularmente nas franjas que se qualificam como não-lugares;
- b. Mais do que propriamente dependente da estrutura urbana e da sua génese, a ocorrência de delitos ou de práticas transgressoras estão associadas à relação estabelecida entre os quadros sociais e as morfologias urbanas que lhe estão associadas;
- c. As não conformidades urbanas, relacionadas com a existência de não-lugares, constituem-se como fatores críticos de sucesso no processo que visa a segurança pessoal e urbana e a qualidade de vida dos cidadãos;
- d. A não clarificação dos usos e funções das estruturas urbanas (redes viárias complexas, ausência de passadeiras ou de outro tipo de passagens pedonais, reduzida dimensão dos passeios) geram desconforto e insegurança aos transeuntes, expostos a riscos de segurança por se tornarem alvos vulneráveis;
- e. A forma como a comunicação social aborda a perceção da segurança existente nos diferentes lugares, também, pode ser um indicador da criação do sentimento do medo e de (in)segurança, que pode criar ou acentuar a insegurança existente;
- f. A qualidade do espaço público e do edificado, bem como a gestão urbanística, e do espaço público são, para além do policiamento determinantes para a existência de níveis elevados de segurança e superação dos obstáculos que causam obstrução à mobilidade do peão.
- g. A segurança representa um valor económico e social que deve ser considerado na economia urbana como relevante, quer para a qualidade de vida quer para a promoção ou emprego e para a competitividade económica das áreas urbanas das cidades.

Na resposta aos factos concluídos e a outros aspetos que nos parecem determinantes, almeja-se nos pontos posteriores do presente capítulo e no capítulo seguinte estabelecer orientações para o projeto e gestão do espaço público que possibilitem o superar das não conformidades com base na linha de pensamento

CPTED, enquanto linguagem de prevenção criminal através do desenho urbano. Como contributos para o projeto urbano e uso seguro dentro de quadro normativo e institucional adequado, procurando-se deste modo a prevenção do crime e de atividades transgressoras mediante a redução da existência de lugares públicos vulneráveis.

5.2. O desenho urbano na conceção da prevenção da criminalidade

O crime e o medo do crime são o resultado de uma complexa estrutura social, ambiental e de fatores físicos sendo neste contexto que o desenho urbano pode (e deve) surgir como inibidor do crime. O ter medo do crime não é igual a ter a sensação de insegurança. O medo tem-se e sente-se e a sensação não se tem fisicamente, o que sucede é uma vitimização de proximidade decorrente do que ouvimos falar, isto é a influência que tem sobre os indivíduos ao auscultarem uma queixa de uma vítima real próxima. Contudo, apesar das diversas variáveis que contam para a perceção da (in)segurança importa-nos realçar a importância do ordenamento urbano. Esta variável está diretamente influenciada pela qualidade do espaço urbano e do respetivo desenho.

Neste pressuposto, a segurança que é um fator determinante para a qualidade de vida, e que decorre de um direito fundamental do cidadão, está influenciada pelo desenho urbano e pela prática social de apropriação e uso do espaço.

Na composição de um sistema de segurança global existem três aspetos necessários, designadamente:

- a. Medidas de proteção passiva que correspondem à própria morfologia do local, isto é, definida por um desenho urbano;
- b. Medidas de proteção ativa que correspondem a controlo de segurança através de sistemas eletrónicos, como é o caso do sistema CCTV;

- c. Medidas de proteção operacional, através das quais a segurança é efetuada por controlo humano⁹⁵.

Neste pressuposto, são as medidas de proteção passiva que pretendemos abordar e desenvolver de forma que o desenho urbano⁹⁶ funcione como fator promotor da segurança da população.

É disto exemplo a zona referida na figura que se segue, que está dotada de apontamentos urbanos como passeios largos, e ausentes de veículos estacionados, esplanadas, entre outros, que nos conferem segurança.



Figura 99 | Praça dos Restauradores, Lisboa.

O mesmo já não sucede na zona de Lisboa representada na figura que se segue, a qual é dotada de outro tipo de apontamentos urbanos que decorrem da falta de manutenção e da existência de *graffitis* e que nos transmite o sentimento de medo e insegurança, não obstante existir segurança nessa área.

⁹⁵ Como é o caso da operacionalização através das forças policiais.

⁹⁶ Não obstante, os aspectos relacionados com a manutenção e gestão do espaço público urbano, que se impõem ao uso dos espaços.



Figura 100 | Praça José Fontana, em Lisboa

O próprio desenho urbano pode contribuir para a insegurança urbana, tornando-se fundamental estudar as relações urbanísticas com vista à obtenção de resposta para a prevenção criminal, de modo a aplicar o conhecimento na construção e/ou requalificação das novas malhas urbanas e na requalificação das existentes.

A implementação de princípios basilares para a construção de uma melhor segurança, que deve, sobretudo, assentar na prevenção da prática de atos transgressores, é também um contributo para a promoção da qualidade de vida urbana e para um melhor funcionamento da cidade como um todo económico, social e cultural. Do que decorre, que as questões ligadas às políticas de cidade, nomeadamente à sua governança e à participação dos cidadãos, não podem, nesta perspetiva, deixar de ser tidas em conta, vide figura 101.

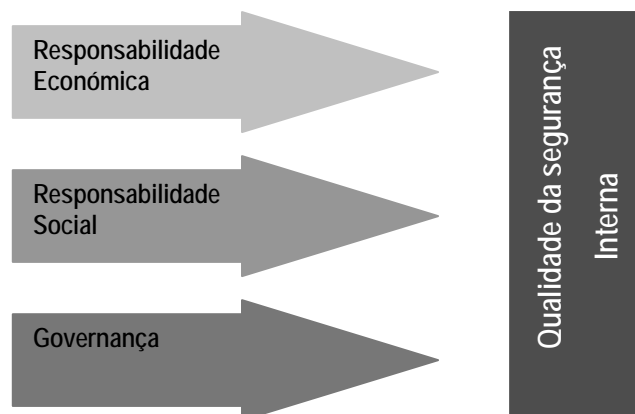


Figura 101 | Princípios base para a prevenção criminal.

A relação entre os cidadãos e as propriedades morfológicas do espaço que habita determina um tipo de contato social que está na base da vivência urbana em harmonia e do reforço da coesão urbana e social.

A prevenção criminal através do desenho urbano baseia-se na ideia de que o comportamento das pessoas em ambiente urbano, nomeadamente em termos de possibilidade de ofender, bem como de um indivíduo ter a perceção sobre a sua segurança, é influenciada pelo modo como o espaço se organiza, funciona e se articula em termos de volumes construídos e espaços abertos (sólidos e vazios), oclusões, abertura de vistas, luz e sombra.

A conceção pode reduzir as oportunidades do agressor e melhorar os sentimentos de segurança por permitir ou dificultar o controlo visual ou físico do espaço onde nos movemos. Neste pressuposto, a prevenção da criminalidade através do desenho urbano envolve a aplicação de uma série de princípios de modo a minimizar o potencial de insegurança e reduzir os fatores que facilitam os comportamentos criminosos ou incivildades.

A prevenção da criminalidade através da conceção ambiental/física, para além dos fatores sociais, implica o controlo da capacidade em termos da redução das

oportunidades da prática do crime, aumentando os riscos e os esforços para os infratores, e, simultaneamente reduzindo as respectivas recompensas.

O paradigma em causa impõe uma abordagem holística para a prevenção do crime, fazendo que nela participem tanto as entidades públicas, políticas e administrativas, através de adequadas estratégias sociais e ambientais.

Ao modelo do “triângulo do crime” referido no capítulo 3 - para além de existir uma motivação, uma oportunidade e uma técnica para a ocorrência do crime ou incivilidade- associamos três componentes colaterais que nos dão orientações sobre o posicionamento face ao crime/incivilidade que varia em função do tipo: de transgressor/delinquente; de ambiente urbano que a cidade oferece; e do potencial alvo/vítima.

Para haver segurança com ausência de crime ou de incivilidades, e além de considerarmos ser determinante haver vigilância natural com as características determinadas no primeiro princípio do CPTED em todo o processo, determinamos os seguintes pontos, ilustrados na figura imediata;

- a. Para haver um tipo de transgressor/delinquente que pratique o crime /incivilidade, também, tem de haver motivação do individuo que pratica o ato, técnica que o individuo utiliza no *modus operandis*, e as características da existência ou da não conformidade da territorialidade no sentido definido no segundo princípio do CPTED.
- b. O potencial alvo ou vítima ocorre sobretudo da ausência da vigilância natural ou controle social conforme o estabelecido no terceiro princípio do CPTED bem como da decorrente oportunidade e técnica utilizada o que vai influenciar na escolha do alvo ou da vítima.
- c. A qualidade de vida que a cidade oferece está diretamente relacionada com a gestão urbanística que inclui os usos a dinâmica e a vivência dos espaços e a manutenção da integridade física dos pavimentos, da vegetação e dos equipamentos locais; a debilidade deste fator associada a uma motivação do individuo e à oportunidade -que decorre da ausência ou debilidade da

gestão/manutenção nos termos definidos no quarto princípio do CPTED - criada num determinado contexto pode levar às condições suficientes ou ideais para a prática do crime.

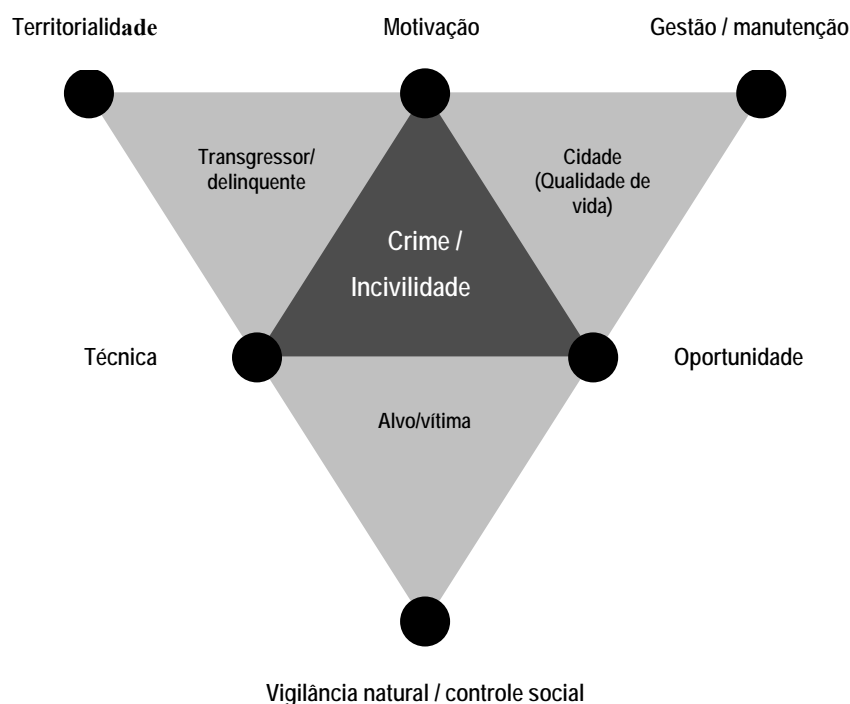


Figura 102 | Triangulação do crime *versus* prevenção criminal através do desenho urbano.

Contudo, muitas vezes o problema grave que sucede prende-se com o facto de os crimes serem puníveis por lei mas as incivildades não o serem, e na realidade são principalmente estas incivildades que levam à degradação do espaço, e a degradação gera mais degradação e consequentemente insegurança.

Face ao exposto, na figura 103 enunciamos esquematicamente a comprovação da tese em apreço que defende que o *focus* da prevenção do crime e incivildades está no ambiente urbano, o qual é fortemente condicionado pelo respetivo desenho urbano da cidade na qual são os seguintes agentes sociais que fazem e refazem a cidade:

- a. Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b. Os proprietários fundiários;

- c. Os promotores imobiliários;
- d. O Estado;
- e. Os grupos sociais excluídos.

E os processos espaciais que estão associados às respectivas formas são os seguintes:

- a. Centralização e área central;
- b. A descentralização e os núcleos secundários;
- c. A coesão e as áreas especializadas;
- d. A segregação e as áreas sociais;
- e. A dinâmica social da segregação;
- f. A inércia e as áreas cristalizadas.

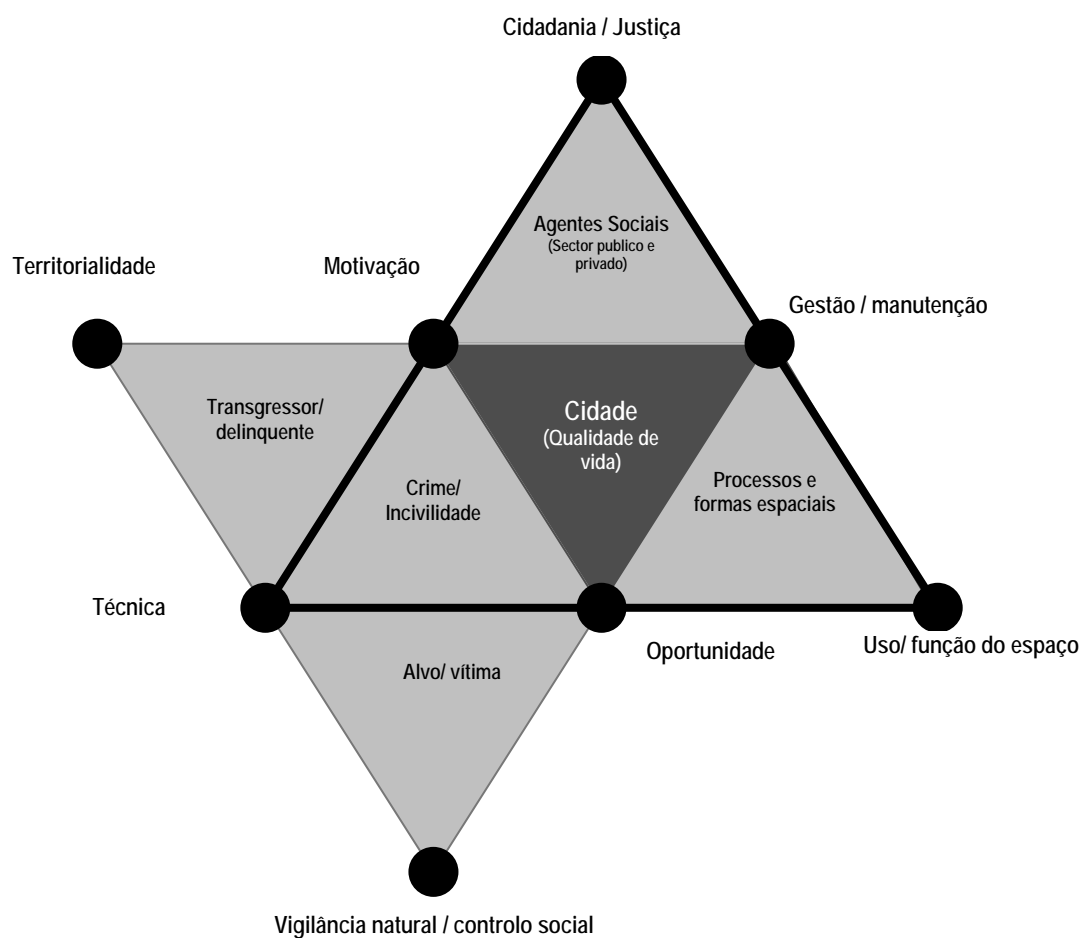


Figura 103 | Triangulação da prevenção criminal no espaço público urbano.

A figura reflete a nossa teoria da triangulação da prevenção criminal no espaço público urbano, na qual defendemos que o ponto fulcral da criminalidade está na cidade e na qualidade dos espaços urbanos que influenciam a qualidade de vida dos cidadãos. Sendo a cidade o palco em que tudo ocorre definimos existirem dois pontos fulcrais que são determinantes para uma cidade (in)segura, isto para além do ponto crime e incivilidades acima descrito:

- a. Os agentes sociais quer estes sejam do sector público ou do privado, que devem estar preferencialmente motivados para a prática do bem, como deve haver uma gestão urbanística eficaz e eficiente, bem como é inevitável e fundamental haver o exercício da cidadania e da justiça.
- b. Os processos formais e espaciais devem responder a um programa para um determinado espaço no qual se pretende um destinado uso e função que responda às necessidades locais que se inscrevem na cidade como um todo. São as formas espaciais que dão corpo ao espaço público urbano e consoante a característica destas podem ou não estar facilitadas as oportunidades para a ocorrência da criminalidade e é também inevitável haver uma eficaz gestão urbanística da cidade e manutenção dos espaços públicos para que seja possível existir qualidade de vida na cidade.

5.3. Condições para segurança dos espaços públicos

Para a determinação das condições com vista ao estabelecimento da segurança nos espaços públicos importa referir de uma forma sistematizada o que designamos por áreas funcionalmente distintas da cidade, as quais de seguida se enumeram:

- a. Áreas dominantemente habitacionais - onde se incluem os centros habitacionais/ bairros.
- b. Áreas dominantemente de serviços – onde se localizam dominantemente escritórios, comércio, bancos e hotéis.
- c. Áreas mistas – onde existem de forma heterogénea as habitações, comércio e serviços referidos nos pontos anteriores.

- d. Áreas industriais – cujo enquadramento da envolvente dos lotes industriais é espaço público.

Importa, também, realçar que todas estas áreas distintas da cidade costumam partilhar de diferentes equipamentos urbanos tais como:

- a. Instituições de ensino e escolas.
- b. Parques de estacionamento.
- c. Parques e jardins públicos, espaços públicos abertos e parques infantis.

Nas áreas supra referidas a segurança urbana dos respetivos espaços públicos decorre de um conjunto alargado de situações e de condições de organização, funcionamento e gestão que, de forma isolada ou cumulativamente concorrem para a criação de condições de segurança global e de uso seguro. De entre estes consideram-se fatores estruturantes na gestão da segurança que influenciam o meio físico dos espaços públicos e que limitam e condicionam a atuação dos infratores:

- a. O **acesso e a circulação**: lugares com linhas visuais bem definidas, de espaços e acessos nos quais convém prever os aspetos relacionados com a circulação sem comprometer a segurança;
- b. A **estrutura**: lugares que são estruturados de modo a que diferentes tipos de utilizações não possam causar conflitos;
- c. A **vigilância**: lugares onde todos os espaços acessíveis ao público não sejam ignorados;
- d. A **propriedade**: locais que promovam um sentimento de propriedade, de respeito, e de responsabilidade territorial e da própria comunidade;
- e. A **proteção física**: lugares que incluem as necessárias e bem concebidas funcionalidades de segurança;
- f. A **atividade**: locais onde o nível de atividade humana é adequada para a localização, que promovem um risco reduzido de criminalidade e geram um sentimento de segurança em todos os momentos;
- g. A **gestão**: lugares que são projetados com a gestão e a manutenção em mente, para desencorajar o crime, no presente e no futuro.

Para além dos fatores estruturantes supra enunciados existem outros aspetos a ter em consideração na conceção básica e nas estratégias de gestão e que estão sistematicamente associados. Aspetos os quais contribuem de forma determinante na construção e qualidade do espaço público:

- a. Aberturas visuais / campos de visão;
- b. Iluminação;
- c. Ruas ocultas ou Isoladas;
- d. Áreas vedadas;
- e. Isolamento;
- f. Uso misto do solo;
- g. Atividades geradoras;
- h. Propriedade, manutenção e gestão;
- i. Sinais e informação;
- j. Conceção global.

De modo a correlacionar todos os fatores com os aspetos determinantes na conceção do desenho urbano apresenta-se a síntese das principais considerações, a saber:

- 1- **Acesso e circulação** (Movimento seguro e conexões), vide a figura 104:
 - a. Limpar os caminhos que estão previstos para os diferentes modos de tráfego;
 - b. O movimento da segurança deve ser especialmente maximizado depois do escurecer;
 - c. À segurança deve ser facultado o acesso entre os principais destinos e a eliminação de áreas fechadas;
 - d. Todos os caminhos deverão ser necessários para levar aos destinos que as pessoas queiram chegar;
 - e. Múltiplas saídas e pontos deverão ser prestados a partir de espaços públicos e ao longo dos caminhos pedonais;
 - f. Os efeitos das ligações, a quantidade e o tipo devem ser cuidadosamente considerados;
 - g. Os caminhos não devem oferecer aos potenciais infratores despercebidos pontos de acesso aos alvos potenciais.



Figura 104 | Av. da Liberdade. Lisboa

- 2- **Estrutura** (A essência está no projeto que deve dar orientações claras e lógicas):
- a. O desenho e o plano devem apoiar e assegurar a circulação e a ajuda, com a orientação e a forma concebida.
 - b. O desenho e plano devem ser apropriados para o risco de criminalidade identificado, e possibilitar o manter ou o melhorar das condições ambientais e valorizar a segurança pessoal.
 - c. O piso térreo dos edifícios com fachadas deverão ter uma alta qualidade e desenho que forneça fachadas ativas para a rua (por exemplo, janelas, portas, visores que torne a atividade da rua visível do interior).
 - d. Os espaços públicos devem ser de uma qualidade elevada, e devem servir um propósito e um nível adequado de apoio legítimo à atividade e.g. lúdica, recreativa, laboral, económica, vide figura 105.
 - e. As entradas e saídas devem ser claramente sinalizadas e facilmente acessíveis.
 - f. A sinalização deve ser legível e informativa em torno da envolvente, dos serviços públicos e das vias de acesso.
 - g. A arquitetura dos espaços exteriores deve apoiar a legibilidade do espaço.



Figura 105 | Desenho e segurança a condição *sine qua none*.

- 3- **Vigilância** (promovendo-se amplos ângulos de visão para se poder ver e ser visto):
- a. Deve ser prestada boa visibilidade, ângulos de visão casuais e vigilância.
 - b. As oportunidades para a vigilância através de edifícios adjacentes devem ser maximizadas.
 - c. A construção do projeto deve criar oportunidades de vigilância informal e integrar medidas de redução do crime.
 - d. A ocultação e o isolamento, geradores de oportunidades delituosas devem ser removidos de modo que as áreas estejam ativas.
 - e. Sempre que necessário, a ocultação de manchas vulneráveis devem de ser eliminadas ou garantidas com visibilidade as ajudas integradas.
 - f. As vedações, o paisagismo e a rua no geral são características que devem ser projetadas para ajudar à visibilidade.
 - g. Devem ser feitos esforços para eliminar 'inativar' fachadas e cantos.
 - h. A iluminação deve ser uma consideração primária e integrante da concepção global, ver figura 106.



Figura 106 | A iluminação urbana como fator ambiental que conduz à segurança.

4- **Propriedade** (O sentimento de propriedade no sentido de visualizar e tomar conta de um lugar):

- a. Os espaços devem ser claramente indicados como os mesmos, quer sejam públicos, comunitários, semiprivados ou privados.
- b. Os limites entre esses espaços devem ser adequadamente indicados para apoiar o seu uso pretendido.
- c. Os elementos que delinearem as fronteiras da propriedade devem estar bem concebidos e não restringir visibilidade, ver figura 107.
- d. Deve ser incorporado no desenho do imóvel a numeração e identificação (n.º de polícia).
- e. O envolvimento comunitário no planeamento e conceção processo deve ser incentivado.
- f. As pessoas que se sentem proprietárias de um local devem estar envolvidas na definição da sua identidade.

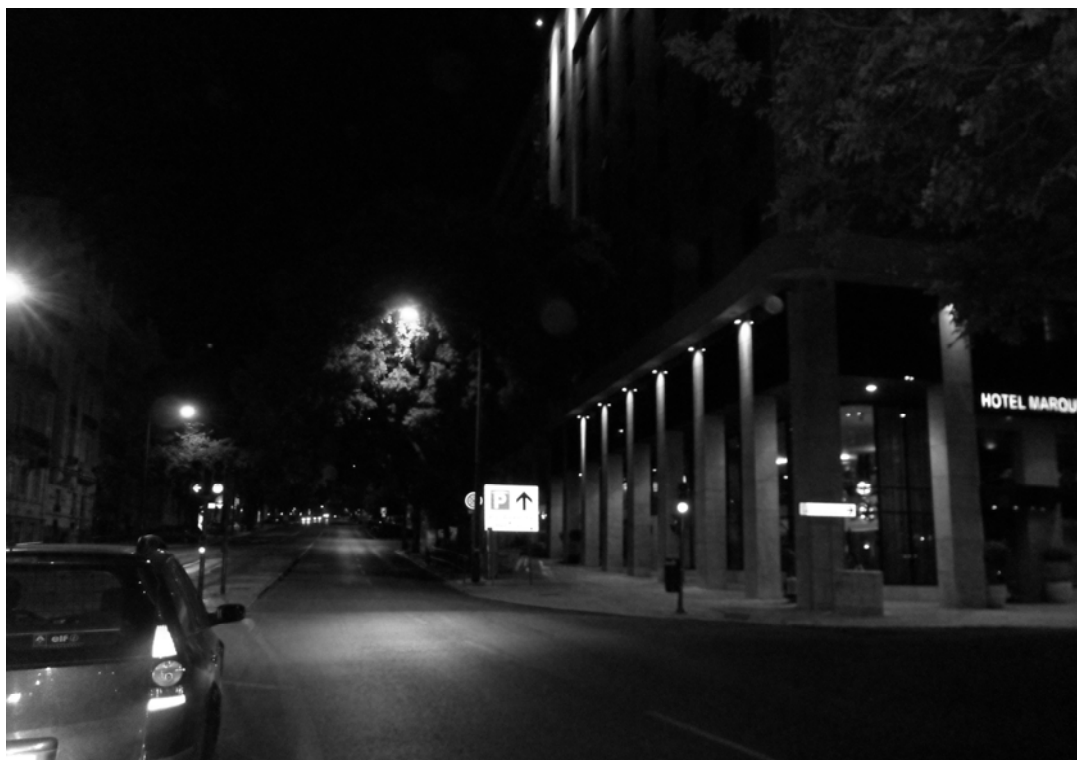


Figura 107 | O espaço público e a interface com o que é privado.

5- **Proteção física** (O uso de medidas ativas de segurança):

- a. O alvo potencial com impacto visualmente negativo deve ser tratado com medidas cuidadosamente tratadas.
- b. Os obstáculos devem ser cuidadosamente projetados, e de ter alta qualidade, ver a boa pratica visível na figura seguinte.



Figura 108 | Obstáculos na via pública.

- 6- **Atividade** (Deve ser mista e geradora, de modo a termos “*olhos na rua*”):
- a. A vigilância informal suporta o uso legítimo do espaço público que é maximizado.
 - b. O uso misto / atividades geradoras incorporam vários usos integrados com sucesso.
 - c. Os usos de uma determinada área devem ser compatíveis com qualquer potencial conflito, sendo exaustivamente abordado.
 - d. As estratégias para incentivar a população residencial da cidade e os centros urbanos são promovidos.
 - e. É considerado adequado o incentivo do uso noturno, ver figura 109.



Figura 109 | Uso múltiplo, atividade mista geradora.

- 7- **Gestão** (Ambientes bem concebidos, geridos e mantidos proporcionam a qualidade do ambiente):
- a. Tomar conta e criar espaços públicos de boa qualidade.
 - b. Deve ser garantida a gestão adequada e a manutenção dos sistemas que estão no lugar, devendo-se anular situações como a ilustrada na figura 110 pelo facto da degradação ser geradora de mais degradação e daí decorrerem diferentes consequências colaterais.
 - c. Devem ser realizados desenhos e planos de apoio à gestão e à manutenção.
 - d. Os materiais e os utensílios devem ser resistentes ao vandalismo.
 - e. Os utentes, as empresas e os residentes devem estar envolvidos na gestão.
 - f. Uma abordagem integrada da conceção deve ser tomada, envolvendo uma vasta gama de disciplinas.
 - g. As alianças ou parcerias entre as partes interessadas devem ser promovidas.



Figura 110 | Pavimento degradado.

Os diferentes fatores enunciados traduzem-se em distintos princípios que conduzem a diversas ações a implementar em diferentes tipologias de espaço público urbano, aos quais poderão estar associadas potenciais zonas de acréscimo de vulnerabilidade onde há maior probabilidade de ocorrência de atividades transgressoras, como por exemplo:

- a. Ruelas traseiras;
- b. Acessos e envoltentes a instalações sanitárias públicas;
- c. Passeios / caminhos pedonais;
- d. Passagens pedonais subterrâneas / e pontes pedonais;
- e. Abrigos de autocarros/ táxis / estações de comboio/ estações de Metro.

De modo a melhor sistematizar esta informação apresenta-se o seguinte quadro:

Tipologias de espaço					
Fatores de gestão da segurança urbana		Uso predominantemente habitacional	Uso predominantemente de comércio e serviços	Uso misto	Uso industrial
Atributos	Acessos e circulação	✓	✓	✓	✓
	Estrutura	✓	✓	✓	✓
	Vigilância	✓	✓	✓	✓
	Propriedade	✓	✓	✓	✓
	Proteção física	✓	✓	✓	✓
	Gestão e manutenção	✓	✓	✓	✓

Quadro 15 | Padrão ideal de atributos físico/ambientais que se traduzem em níveis de qualidade de vida em ambiente urbano.

No exposto, e no pressuposto que por um lado a cidade é uma sucessão de espaços públicos (abertos a todos) e espaços privados (de acessibilidade demarcada) e que por outro lado na maioria das cidades os espaços privados ocupam uma parte significativa do seu território, aquilo que melhor caracteriza as cidades são os seus espaços públicos urbanos.

Para a organização, funcionamento e gestão dos espaços públicos importa perceber, por um lado, quais os usos e funções dos espaços públicos, que estratégias foram sendo encontradas para a segurança urbana, e por outro, caracterizá-los através dos seus atributos físico-ambientais percecionando, deste modo, de que forma eles contribuem para a qualidade de vida urbana, vide figura111 que esquematiza esta ideia.

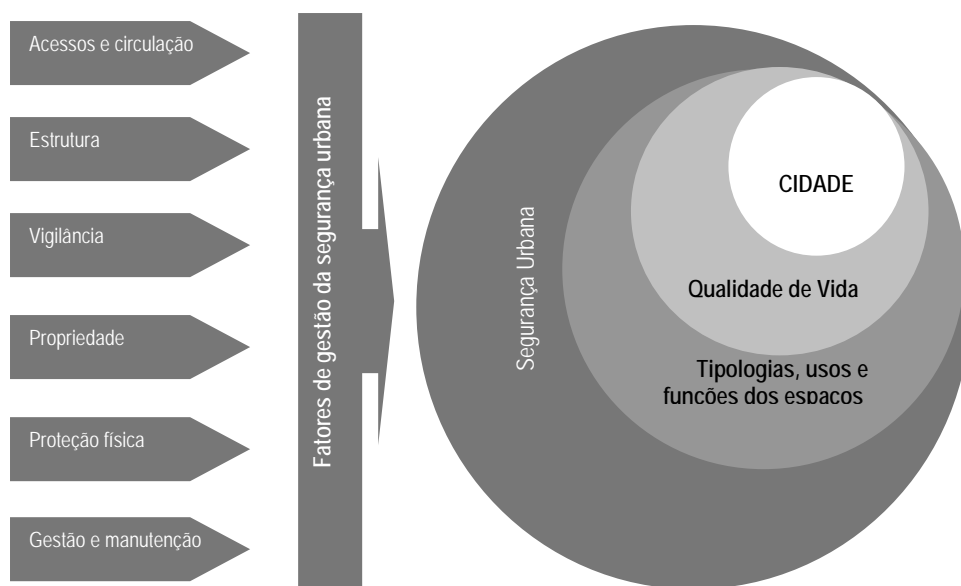


Figura 111 | Atributos físico/ambientais como contributo para a sustentabilidade dos espaços públicos urbanos e respetiva qualidade de vida na cidade.

5.4. Orientações para o projeto e gestão do espaço público

Existem aspetos a considerar e a ter em conta com vista à produção de um guia de boas práticas que possa constituir uma ferramenta de apoio ao desenho e gestão de espaços urbanos numa perspetiva de segurança. Este guia de boas práticas e cuja elaboração poderá constituir uma fase de desenvolvimento e aplicação das questões abordadas nesta investigação, constituirá um instrumento de apoio e orientação para os projetos urbanos e de espaços públicos.

Para este guia de boas práticas as orientações que a seguir de referem são um elemento de referência que posteriormente deverá ser tratado em termos de configuração espacial, materiais, e articulação de usos e funções.

A aplicação de um guia de boas práticas ajustado à realidade urbana e social das nossas cidades servirá tanto os objetivos de um urbanismo que se pretende que seja, para além do instrumento de organização espacial de usos e funções um fator

de qualificação dos espaços ajustados e de reforço da coesão social, como a criação de níveis mais elevados de segurança pública.

Estes guias que noutras situações servem tanto para o ordenamento e gestão urbana como para a avaliação prévia do impacto que tem sobre a segurança dos conjuntos urbanísticos de maior dimensão poderão ser o embrião de uma maior interpretação das questões de segurança na prática urbanística.

Os guias a seguir indicados são para isso uma boa referência: *Designing Small Parks: A Manual for Addressing Social and Ecological Concerns* (Hoboken, New Jersey, 2005); *Crime Prevention through Environmental Design* Guidebook (2003); *Crime Prevention Through Environmental Design: General Guidelines for Designing Safer Communities* (2000); *Safe Cities: Guidelines for Planning, Design, and Management*. (New York, 1995); *A Working Guide for Planning and Designing Safer Urban Environments* (Safe City Committee of the City of Toronto, 1992).

Assim, em termos de desenho urbano, considerando a prevenção da criminalidade deve-se ter em conta:

- a. O local, o contexto, o desenvolvimento com as políticas relacionadas;
- b. As questões de segurança;
- c. Quem deve ser envolvido e / ou consultado na avaliação;
- d. O melhor momento para avaliar o local é durante os seguintes períodos: dia, noite, picos de frequência, eventos especiais;
- e. Os instrumentos para registar as evidências (máquina fotográfica, mapas, vídeo, prancheta, gravador);
- f. O modo de tráfego para auxiliar e melhor avaliar as questões de acesso (caminhada, ciclismo, transportes públicos, veículos automóveis ou todos);
- g. Caminhos pedonais ligando as principais atividades a paragens de transportes públicos e parques de estacionamento;
- h. Locais de estacionamento;
- i. Passagens subterrâneas, passagens superiores, e ruelas.

Neste contexto, a avaliação prévia das condições locais e das envolventes quanto a condições físicas e usos dominantes deve ser também considerado, registrando as áreas ou utilizações vulneráveis, tais como:

- a. Permissões e licenciamentos (bares, hotéis de entretenimento, clubes licenciados, lojas de licor, clubes noturnos);
- b. Grandes espaços lúdicos e recreativos;
- c. Grandes instalações institucionais;
- d. Escolas;
- e. Parques de estacionamento;
- f. Serviços disponíveis e em funcionamento após as 21 horas, ou durante um período de 24 horas, tais como caixas automáticas, estações de serviço e intercâmbios de transportes públicos;
- g. Grandes projetos urbanísticos com implicações mais amplas de segurança, por razão da sua dimensão ou número de utentes ou frequentadores regulares, com os centros comerciais, por exemplo.
- h. Telefones públicos;
- i. Instalações sanitárias públicas.

Considera-se, também, de elevada relevância as questões como:

- a. O tipo de pavimento dos caminhos pedonais;
- b. A distância entre os parques de estacionamento e os acessos às instalações;
- c. Os acessos aos transportes públicos;
- d. As facilidades de mobilidade;
- e. As instalações seguras para as crianças e para os idosos;
- f. A circulação segura das periferias para os centros;
- g. O tipo e a localização da sinalização.

Para que a implementação dos fatores de gestão da segurança sejam um sucesso devem consultar-se:

- a. Diferentes grupos culturais para melhorar a compreensão da conceção ambiental decorrente da sua perspetiva;

- b. Homens e mulheres para entender as diferenças entre sexos relativos aos sentimentos de segurança e aos níveis de medo;
- c. Os idosos e deficientes para compreender melhor as questões relativas ao acesso, à mobilidade, à sinalização e à segurança.

É, também, imprescindível a identificação da presença potencial de grupos vulneráveis para determinar quem são, como eles utilizam as áreas, sejam eles reais ou potenciais alvos, e porquê.

Uma efetiva avaliação local deve considerar, também, o leque de necessidades especiais no seio dos grupos e dos indivíduos identificados como relevantes para a avaliação local da área. Por exemplo, as pessoas mais velhas podem ter necessidades especiais relativas a certos elementos conceção e / ou tratamentos superficiais, tais como:

- a. Qualidade e textura dos materiais;
- b. Percursos seguros para o transporte público desde a habitação, de noite;
- c. O acesso através de transportes públicos;
- d. Caminhadas curtas diretamente para as entradas de espaços e instalações;
- e. Necessidades especiais relativas à largura dos passeios e parques de estacionamento.

As pessoas mais jovens podem ter outras necessidades, designadamente de:

- a. Transportes públicos que sirvam locais em horas pós laborais;
- b. Espaços de socialização;
- c. Regras claras sobre o comportamento e as atividades e oportunidades para participar em debates sobre questões relevantes para eles.

Contudo, igualmente uma série de outras questões podem ter impacto sobre a segurança em torno do local, e requerem recolha de dados e análise, designadamente sobre:

- a. Qual a razão de aos fins-de-semana uma determinada área ter diferentes usos ou utentes;
- b. A localização dos elementos geradores e atrativos tais como instalações licenciadas e lugares de recolha;
- c. O potencial para utilizações mistas ou atividades, tais como eventos comunitários;
- d. As atividades durante o dia (por exemplo, comercial);
- e. O nível de pós-horário de utilização;
- f. As perceções das pessoas;
- g. A relação entre segurança e as perceções de segurança para fatores como sexo, idade, a mobilidade, a nível da deficiência e da cultura;
- h. As rotas de transportes públicos e lojas, e da respetiva distância às áreas residenciais;
- i. O aspeto geral da área;
- j. A importância do património cultural ou do sítio;
- k. A iluminação;
- l. A extensão e a mistura de tipologias de habitação;
- m. As estatísticas criminais e atividades policiais;
- n. O método e o local de acesso a uma área de potenciais infratores;
- o. A existência de bairros ou de grupos empresariais na comunidade;
- p. O papel de outras empresas ou órgãos comunitários;
- q. Programas de desenvolvimento comunitário e de outros programas, processos ou sistemas, que existam;
- r. As tendências futuras que possam afetar a área social, incluindo a mistura demográfica, tais como a distribuição etária, étnica a educação e o emprego.

O planeamento com vista à prevenção da criminalidade atua no seguinte contexto:

- a. Análise do padrão da criminalidade, a partir do estudo do crime e da avaliação dos riscos no planeamento;
- b. Processo de proporcionar uma boa conceção de soluções locais;

- c. Quadro de desenvolvimento local como estratégia principal para implementação de planos de ação onde haja:
 - i) Declarações de envolvimento da comunidade;
 - ii) Documentos de planeamento e gestão complementares, para definição de políticas públicas; e
 - iii) Lista de pontos a considerar quando se escreve uma política geral em matéria de planeamento e gestão para a prevenção criminal e sobre políticas específicas sobre prevenção criminal através do desenho urbano;
- d. Desenvolvimento de controlo, incluindo a implementação das políticas, e consequentes planos, projetos e respetiva monitorização.

Decorrente da lacuna que existe em Portugal sobre a matéria em apreço, propõe-se uma agenda com 10 passos para atingir a prevenção da criminalidade através do desenho do ambiente urbano:

- 1.º Passo - Identificar a necessidade de conceber os princípios de combate à criminalidade;
- 2.º Passo - Integrar o crime no processo de avaliação dos riscos;
- 3.º Passo - Integração das considerações no planeamento e na conceção;
- 4.º Passo - Aplicação de ferramentas de prevenção da criminalidade no projetar;
- 5.º Passo - O desenho estratégico;
- 6.º Passo - A conceção e a monitorização;
- 7.º Passo - Gestão;
- 8.º Passo - Acompanhamento;
- 9.º Passo - Segurança e gestão de riscos;
- 10.º Passo - Revisão da política.

Esta dissertação, também, almeja contribuir para que as autoridades locais responsáveis possam promover os direitos sociais, económicos, culturais e ambientais e o bem-estar das suas comunidades, o que naturalmente, representa um reforço do seu papel na redução da criminalidade.

As autoridades locais também são responsáveis pela gestão sustentável dos recursos físicos e naturais. Isso significa gerir o uso, o desenvolvimento e a proteção dos recursos físicos e naturais, de uma forma (ou a uma taxa) que permite que as pessoas e as comunidades, possam prever a sua integração social, económica, cultural, bem-estar, apoio à saúde e à segurança, evitando ao mesmo tempo, sanar ou mitigar os efeitos adversos que influencia a qualidade de vida em ambiente urbano e consequente segurança.

Esta responsabilidade inclui a proteção e segurança das pessoas que andam nas ruas, que usam os locais públicos (parques públicos e outros lugares de conveniência), os transportes públicos e o desenvolvimento da interface entre o público e o privado (nas ruas e outros espaços urbanos). Pretende-se, assim, contribuir para a definição de novas políticas públicas relativamente ao uso e gestão dos espaços público e para o estabelecer de diretrizes ajustadas a um novo enquadramento das competências das autoridades locais nesta matéria. Como suporte, aliás, do papel das forças na prevenção e no combate à criminalidade.

A segurança e a proteção são essenciais para a coesão social e para a qualidade de vida das comunidades; até porque os locais em que os habitantes se sintam seguros são vibrantes e atraem as pessoas, as atividades e o investimento.

A conceção com base na segurança urbana reforça a qualidade do ambiente, este tipo de conceção não só aumenta a segurança pública, como, também, acrescenta a capacidade de atração e a utilização do ambiente. Os princípios fundamentais da conceção reforçam uma boa conceção urbana. O desenho urbano pode melhorar a qualidade do ambiente em muitos aspetos. É urgente a implementação de diretrizes nacionais para ajudar as autoridades locais a desenvolverem mais planos de ação necessários ao urbanismo.

Financeiramente faz sentido integrar a segurança urbana no planeamento e no início do desenvolvimento do projeto de longo prazo, o que consequentemente traz benefícios sociais e económicos.

Em primeiro lugar, a integração da componente da segurança urbana poupa custos futuros na correção ou na gestão do desenvolvimento de espaços mal concebidos. E, em segundo lugar, a segurança nos espaços públicos pedonais, aumenta a sua procura e torna os espaços melhores para o negócio, o que se reflete num maior volume de negócios, emprego, lucro, rendas, valores e nas taxas de capital.

Um bom desenho urbano, o planeamento integrado e uma gestão eficiente fazem uma contribuição significativa para o combate à criminalidade. Contudo o bom desenho urbano por si só não pode ser esperado para solucionar crimes.

Assim, são considerados positivos, o planeamento e a gestão, especialmente quando coordenado com outras medidas, que podem dar um contributo significativo para a segurança urbana.

Neste pressuposto, é um benefício tomar uma abordagem integrada para o desenvolvimento, onde interajam os profissionais das diferentes disciplinas e das diferentes partes interessadas que trabalhem em conjunto, ver figura seguinte que ilustra o fluxograma do processo de aplicação do modelo apresentado.

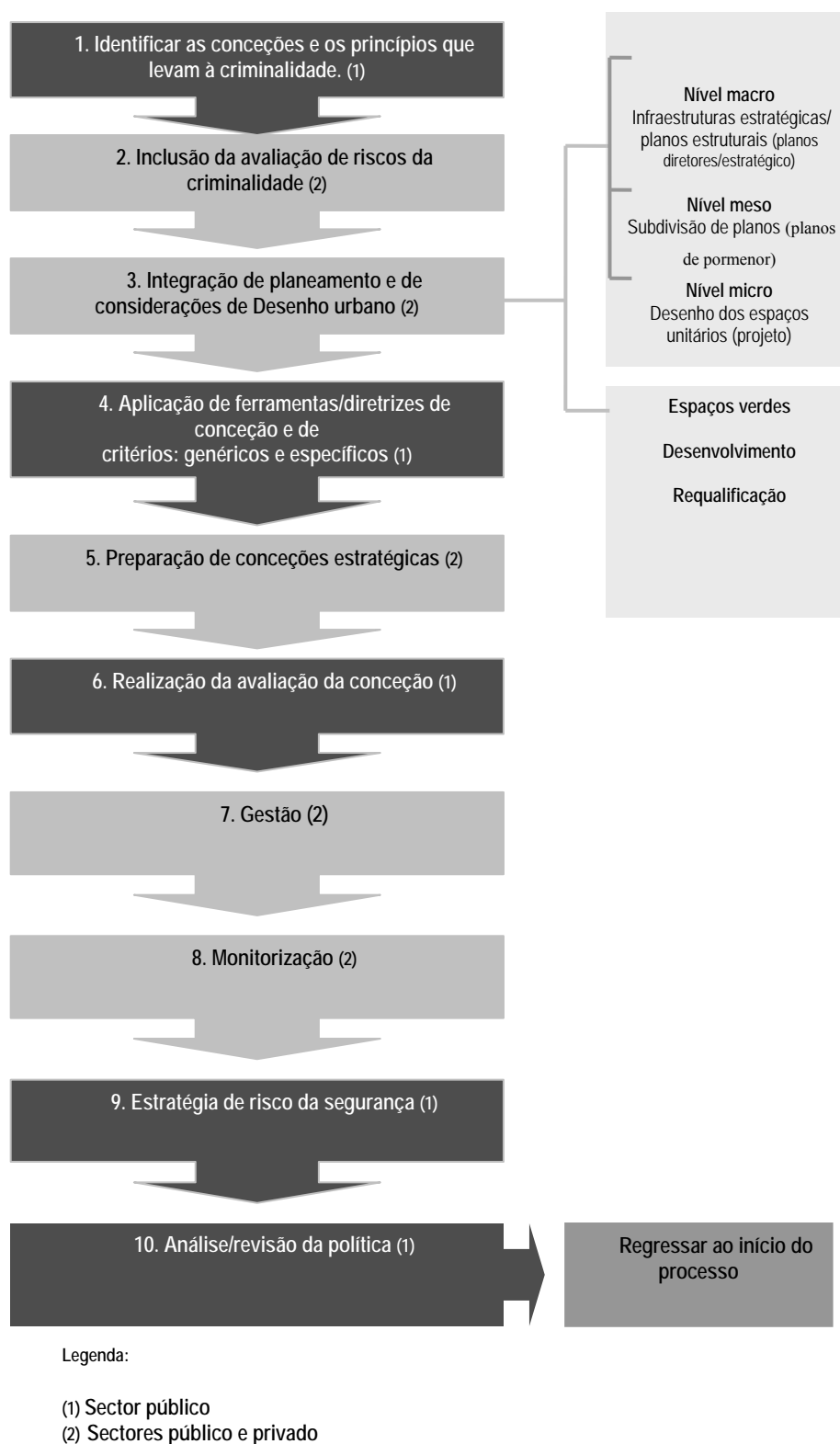


Figura 112 | Fluxograma do processo de aplicação do modelo.

De forma a contribuírmos para o processo de gestão que pressupõe, também, a manutenção e monitorização com vista ao sucesso decorrente dos atributos do desenho urbano definiram-se as seguintes orientações:

1- Iluminação, (Wekerle & Whitzman, 1995).

À noite, o medo do crime é agravado. Embora não seja a fraca iluminação a principal razão para o crime acontecer em locais públicos, esta contribui para o sentimento de medo e dá a mensagem de que uma área é insegura, porque a incerteza do que está para lá da sombra é geradora do sentimento do medo (figura 113).



Figura 113 | Iluminação desadequada.

As áreas bem iluminadas são normalmente seguras e, uma vez mais as pessoas irão usar essas áreas. Deste modo, verifica-se um aumento da vigilância natural. A boa iluminação melhora a aparência de áreas, incentiva a utilização, e cria uma sensação de segurança.

Assim, deve ser tido em conta as seguintes orientações:

- a. Para os espaços que se destinam a ser utilizadas durante a noite, deve-se ser capaz de identificar um rosto, a partir de um mínimo de 15 metros de distância.
- b. Os caminhos pedonais e as vias de acesso ao ar livre, em espaços públicos devem ser bem iluminados. Isto inclui, também, passagens áreas e sinalização.
- c. Os tipos de luz devem ser concebidos e colocados para evitar áreas de sombra ou reflexos.
- d. A iluminação deve iluminar percursos pedonais e potenciais espaços fechados.
- e. De noite toda a iluminação dos portais, alcovas, e entradas deverão estar acesas.
- f. A iluminação deve ter em conta eventuais interferências, tais como árvores e outras plantas.
- g. Os espaços não destinados ao uso noturno não devem ser iluminados para impedir a sua utilização.
- h. As luminárias devem ser mantidas e prontamente substituídas se fundirem ou forem danificadas.

2- **Movimentos** (Wekerle, *Safe City Committee of the City of Toronto, Toronto Planning and Development Dept.*, 1992).

Quando os atacantes podem antever a circulação pedonal a segurança é diminuída.

Por exemplo, túneis pedonais ou estreitos sem um caminho de fuga criam espaços inseguros para as pessoas, sobretudo quando estão em áreas isoladas. Orientações sugeridas:

- a. Eliminar ou minimizar áreas onde o movimento é previsível.
- b. Criar claras aberturas visuais para os peões, sobretudo nos túneis.

- c. Evitar a criação de áreas fechadas ou zonas de isolamento.
- d. Eliminar áreas encarceradas ou áreas isoladas inferiores a 450m-900m no final de um caminho oculto ou isolado.
- e. Adicionar telefones de emergência e de vídeo vigilância, se possível.
- f. Proporcionar vias pedonais bem iluminadas e povoadas.



Figura 114 | É necessário o envolvimento e participação da comunidade na realização de eventos de rua.

3- Controle de acesso, (Wekerle & Whitzman, 1995).

O controle natural de acesso e limites à criação de oportunidade para o crime deve ser tido em conta com base em medidas que distingam claramente o que é espaço público e o que é espaço privado.

Bem como deve ocorrer pela colocação seletiva de entradas e saídas, de adequada iluminação, e do próprio desenho urbano para limitar o acesso ou controlar o fluxo, ver figuras 115 e 116.



Figura 115 | A interface entre o espaço público e o privado.



Figura 116 | Detalhe.

Orientações sugeridas:

- a. Utilizar um único ponto de entrada claramente identificável.
- b. Utilizar estruturas para desviar as pessoas para áreas de recepção.
- c. Incorporar labirinto nas entradas das instalações sanitárias públicas para evitar o isolamento produzido por um sistema com uma antecâmara ou com porta dupla de entrada.
- d. Usar arbustos baixos e espinhosos, abaixo do nível das janelas.
- e. Eliminar as características proeminentes dos edifícios, e.g. tubos de queda de água, socos e cunhais, que possam constituir-se como potenciais acessos a níveis superiores do edificado ou a telhados.

4- Estrutura/ arquitetura dos espaços exteriores, (Wekerle & Whitzman, 1995).

Os espaços com intervenção paisagística e bem mantidos criam uma aparência cuidada, e prevê segurança. Bem como, também, trás benefícios ambientais, sociais, e ecológicos.

O paisagismo em espaços públicos deve criar uma atmosfera segura e atraente para os utentes dos espaços.

Orientações sugeridas:

- a. Na paisagem os materiais não devem bloquear aberturas visuais da rua ou ao longo dos caminhos pedonais.
- b. Deve ser usada uma baixa ou alta ramificação da vegetação que não crie facilmente áreas ocultação ou bloqueie campos visuais.
- c. Deve ser efetuado o corte inferior dos galhos das árvores para, pelo menos, até 2.10m acima do chão e manter os arbustos aparados até 0.90m do nível do solo ou abaixo das soleiras das janela, (*City of Virginia Beach. Crime Prevention Through Environmental Design: general guidelines for designing safer communities*, 2000).

- d. Em áreas de alta criminalidade, através das densas manchas de vegetação deve-se permitir vistas, (Forsyth, & Musacchio, 2005).
- e. Em áreas com caminhos naturalizados deverá incluir-se uma bordadura de 1,20m para minimizar as áreas de ocultação e criar mais um enquadramento estético.
- f. Usar arbustos baixos e espinhosos sob terreno defronte a janelas.
- g) Para identificar fronteiras enquanto permite aos utilizadores ver e ser visto, deve utilizar-se coberturas de herbáceas de revestimento, pavimento, pequenas árvores, cercas, balizadores, prados ou relvados, bancadas, ou luzes.
- g. O paisagismo deve evitar a utilização de materiais ou pedras soltas que possam ser puxados e servirem para quebrar janelas ou serem atirados aos veículos, isto é para além de ser dissonante constitui um foco de insegurança.



Figura 117 | Falta de manutenção.

5- **Visibilidade**, (Wekerle & Whitzman, 1995).

Um aspeto importante da segurança é a capacidade de ver o que está à frente.

Os espaços e percursos com boa visibilidade permitem aos utilizadores criar linhas visuais que permitem escolher os caminhos e incrementa a capacidade dos transeuntes prestarem assistência uns aos outros.

As características acentuadas como cantos, paredes, bermas, sebes, arbustos, e pilares podem reduzir a visibilidade e colocar em risco os utilizadores dos espaços, vide figura 118.



Figura 118 | Visibilidade constante ao longo da deambulação.

Orientações sugeridas:

- a. Evitar cantos com arestas, mudanças bruscas no grau de redução das aberturas visuais, entradas que estão ocultas ou em entremeio, e barreiras ao longo de caminhos, tais como cercas que não sejam visualmente permeáveis.
- b. Seguir as orientações do paisagismo (ver ponto paisagismo) para assegurar que os campos de visão são mantidos.
- c. Os bancos e os espaços de descanso devem ser colocados junto a zonas de tráfego, áreas abertas com amplas aberturas visuais de alta visibilidade.
- d. Quando é necessária fazer uma separação entre o espaço público e o privado, deve recorrer-se a vedações, em vez de utilizar paredes sólidas.

- e. No caso de existirem paredes devem ser utilizados topos oblíquos ou instalar outros acessórios para desencorajar o sentar em cima dos muros.

6- Prevenção de *graffitis* e vandalismo, (*Graffiti hurts and keep America beautiful*, 2003).

Os *graffitis* podem criar uma atmosfera de medo e sugerir que uma área é insegura. No bairro os *graffitis* também podem incentivar o vandalismo, e afetar os valores imobiliários, e diminuir a qualidade de vida dos residentes locais, ver figura seguinte.



Figura 119 | *Graffitis*.

Orientações sugeridas:

- a. Usar materiais que resistem ao *graffiti* e/ou que sejam de fácil limpeza (ou seja, material poroso ou de alvenaria com azulejo esmaltado).
- b. Minimizar características que atraem vândalos de *graffitis* e escritos nas paredes, como espaços com sólidos apoios de bancadas, entre outros.
- c. Utilizar equipamentos com utilizações resistentes ao vandalismo.

Em suma, as orientações a considerar para a gestão dos atributos do desenho urbano, são as seguintes:

- a. Arbustos com espinhos adjacentes às vedações e muros de modo a desencorajar a passagem e os *graffitis*, e manter o público nas rotas pedonais.
- b. O desenho de áreas destinadas a crianças devem estar bem vedadas, os materiais e equipamentos devem ser resistentes à prova de vandalismo e estarem dentro dos ângulos de visão das propriedades adjacentes, conforme situação ilustrada na figura seguinte.



Figura 120 | Parque infantil.

- c. Não situar áreas infantis próximas a estradas ou parques de estacionamento.
- d. Deve evitar-se a utilização de objetos e materiais no espaço público aberto que sejam difíceis de manter.
- e. Utilizar arbustos com espinhos, como *Berberis* sp. e *Pyracantha* sp. para fornecer a proteção de fronteiras vulneráveis ou a delicadas plantas suscetíveis de ser vandalizadas.

- f. Devem ser providenciadas estruturas e ou espécies vegetais resistentes onde exista um potencial risco de rotura por vandalismo.
- g. Na vegetação, o ideal será evitar as plantações de arbustos que cresçam mais de 1 metro de altura, nas zonas imediatamente adjacentes aos caminhos pedonais.
- h. Não plantar árvores perto demais dos prédios, onde elas podem ser usadas como uma forma de escalar e aceder às habitações.
- i. Não plantar árvores ou arbustos que possam tornar obscura a iluminação dos caminhos pedonais, ver figura 121.
- j. A vegetação deve ser resistente ao vandalismo e não se deve constituir como um potencial alvo de risco.
- k. Os espaços públicos devem de estar adequadamente iluminados, já que uma má iluminação pode ser pior do que não ter.



Figura 121 | A importância da escala da vegetação adjacente a caminhos pedonais.

PARTE III

6 | ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA UM USO URBANO SEGURO

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.”

Platão

6.1. Enquadramento

Muitas têm sido as intervenções dispersas que têm vindo a ser realizadas em prol da dinamização e eficiência da segurança urbana, sobretudo em sede de evolução normativa específica e pontual. Em Portugal a segurança é encarada como um bem público que conta com uma aproximação multisectorial para solucionar a problemática, independentemente dos mais diversos fatores e agentes quer estes sejam públicos ou privados. No entanto, é ao nível do planeamento urbano, e no desenho urbano que o formata, que se definem as estruturas físicas e funcionais que suportam tanto as atividades económicas como a vivência social no seu todo.

Não podemos, por isso ignorar que a promoção da segurança urbana pressupõe, por definição para além do envolvimento das organizações sociais e instituições, publicas, privadas ou da sociedade civil que intervêm diretamente nas comunidades, nem as componentes projetuais e administrativas que contribuem para a formatação do espaço público. Dai não se poder subestimar o papel da administração local no empenho de conferir ou restituir a segurança à sociedade, por ser a este nível da administração pública que se colocam os poderes de decisão sobre a conceção e organização do espaço público urbano.

O desenvolvimento nos últimos anos, especialmente, a partir de 2008, da administração local, e central na promoção da segurança em zonas problemáticas

através de medidas e ações de requalificação de espaços e de integração social, nomeadamente através do estabelecimento de contratos locais de segurança¹⁰⁵, vai neste sentido. Em paralelo, naturalmente, com as ações de policiamento de proximidade que completam aqueles.

Com o crescimento das cidades, tem-se vindo a assistir a inaptidão dos instrumentos urbanísticos existentes para responderem de forma adequada e rápida. Havendo uma necessidade emergente de instrumentos urbanísticos com conceitos ajustados para uma efetiva segurança urbana, os quais deverão ter um especial enfoque ao nível da prevenção criminal.

A génese dos problemas de criminalidade e de insegurança pública que se manifestam no quotidiano podem e devem ser assumidas por atores diretamente responsáveis pelas políticas e práticas do desenvolvimento social e urbano através de uma integral reforma e modernização administrativa e uma clarificação das esferas de atuação das várias entidades intervenientes na prevenção da criminalidade e segurança urbana. Tais reformas deverão ter implicações, que se reconheçam de vantajosas na operacionalização do desenho urbano, de modo a este funcionar como inibidor do crime e como complemento dos recursos policiais na busca dissuasora da violação da lei, do conflito ou das incivildades (as quais atualmente em Portugal não são puníveis por lei), bem como restauradora da segurança pública e do sossego das populações, garantindo os direitos fundamentais e liberdades de cada um e dos direitos coletivos.

Não obstante o mérito alcançado pela administração central e local, incluindo todos os agentes públicos e privados na implementação de diferentes medidas e ações no combate à insegurança urbana, falta ainda concretizar e operacionalizar uma série de medidas e estratégias de atuação, que adiante referenciamos, sem as quais, na nossa ótica, tal reforma não atingirá todas as suas potencialidades intrínsecas.

¹⁰⁵ Estratégia de Segurança, definida pelo Governo, que tem vindo a ser concretizada, entre outras, pelo reforço das políticas de policiamento de proximidade.

Os contributos apresentados apresentam alguns riscos, como o cairmos no excesso de formalismo burocrático - na elaboração e operacionalização dos planos, estudos, projetos e gestão urbana- que são assumidos mas não invalidam o propósito de apresentar um cenário plausível que obrigará certamente a alterações conjunturais no sistema jurídico português no que confere à segurança urbana, e consequentemente nos inerentes mecanismos de planeamento e gestão urbanística. A nosso ver falta sobretudo implementar medidas e práticas de operacionalização do sistema e das diretrizes postuladas pela necessária reforma legislativa.

Em síntese, na prossecução da dissertação o presente capítulo visa proceder à estruturação e enunciação dos contributos do desenho urbano para o uso seguro expressos na definição de pilares estratégicos de ação e de medidas de operacionalização para atuação no espaço público urbano como lugar de exercício e de afirmação da cidadania e de valores basilares como a liberdade e a segurança.

6.2. Modelo de atuação

Na esfera da enunciação dos contributos reflexivos tendente à superação das não conformidades diagnosticadas na prevenção da criminalidade e da segurança urbana, decorrentes do desenho urbano e do planeamento e gestão inerente, a metodologia preconizada manifesta-se na definição de pilares estratégicos de atuação e em mediadas de operacionalização a implementar.

Assim, concebemos e organizámos uma metodologia que se sintetiza em três passos interativos e que se relaciona diretamente com a metodologia aplicada nos capítulos 4 e 5 comparativamente ao diagnóstico dos fatores de gestão urbanística e da segurança urbana que influem nas não conformidades do sistema de gestão e segurança urbana na prevenção e combate da criminalidade manifestas nos capítulos 4, 5.

Observando o diagnóstico efetuado no capítulo 5 foram apontados três tipos de não conformidades, ou seja disfunções do sistema, nomeadamente não conformidades: normativas, institucionais/ organizacionais e culturais.

No atual capítulo pretendemos apresentar medidas concretas de operacionalização repartidas por pilares estratégicos de ação conducentes à superação das disfunções aludidas.

Deste modo, tendo por base os três tipos de não conformidades mencionadas, e sempre visando a sua superação, definimos três pilares estratégicos de ação, sendo que o primeiro pilar visa colmatar as não conformidades normativas e define como estratégia primordial a construção de um novo modelo de planeamento e gestão urbana; o segundo pilar aponta no colmatar das não conformidades institucionais e organizacionais e estabelece como estratégia fulcral a modernização da administração interna e territorial do Estado; o terceiro pilar estratégico de ação tem como objetivo o suprir das disfunções, também, designadas por não conformidades culturais, e pretende exatamente operar na alteração cultural e comportamental dos cidadãos.

Os pilares estratégicos de ação em apreço constituem a parte objetiva do modelo apresentado, e traduzir-se-ão em medidas de operacionalização, que se prendem com medidas de referência práticas, concretas e operativas que pretendem concretizar o respetivo pilar estratégico de ação e introduzir mudanças necessárias no sistema de planeamento urbano.

As medidas equacionadas são definidas com base na situação atual do sistema de segurança urbano português, isto é ao que ainda permanece por fazer, no intento de impulsionar e tornar mais cabal e coerente o sistema de segurança urbano mediante um planeamento e gestão urbana eficiente e eficaz. Assim, as medidas de operacionalização surgem mediante medidas de cariz normativo, medidas institucionais/organizacionais e medidas culturais.

Portanto, inicialmente procederemos à definição material dos três pilares estratégicos de ação mais expressivos, onde será explicitado o seu conteúdo material e os seus principais fatores intrínsecos.

Considerando que a cada um dos pilares estratégicos de ação correspondem medidas de operacionalização distintas consoante o seu conteúdo, será de imediato enunciado o âmbito material das medidas de operacionalização conducentes a colmatar as disfunções existentes. Por fim apresentar-se-á uma breve conclusão reflexiva, ver esquema ilustrado na figura seguinte:



Figura 122 | Metodologia adotada para a superação das disfunções do sistema de segurança urbana.

6.3. Pilares estratégicos de ação

6.3.1 Descrição

Por definição consideram-se os pilares estratégicos de ação como pilares de desempenho, ou objetivos de ligação, que proporcionam encaminhar e orientar todas as ações expressas nas medidas de operacionalização, de modo a ultrapassar os desfazamentos entre o planeamento e gestão urbana com os respetivos resultados pragmáticos.

Tais propósitos manifestados nos pilares estratégicos de ação identificam-se com os temas e áreas de intervenção passíveis de serem tidos como prioritários e

estratégicos para a dinamização, reforço da eficiência e superação das não conformidades apontadas ao planeamento (enquanto processo de criação) e gestão urbana (enquanto sistema regulador de uso continuado). Esses objetivos estratégicos e os temas e as áreas de intervenção encarados relevantes deverão, deste modo, estruturar as medidas de operacionalização posteriormente seguidas.

6.3.2 Campo de ação

6.3.2.1 Pilar estratégico de ação n.º1 - Construção de um novo modelo de planeamento e gestão territorial

Não obstante ter-se vindo a assistir na última década e meia à evolução da legislação urbanística portuguesa e dos instrumentos de ordenamento do território e à respetiva experiência administrativa decorrente do atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)¹⁰⁷, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (REJUE)¹⁰⁸ e de outros instrumentos de gestão territorial de âmbito regional como PROT's¹⁰⁹ e de âmbito local como PDM's¹¹⁰, bem como de outras tipologias de instrumentos urbanísticos¹¹¹. Nesta esfera torna-se essencial tornar todos estes mecanismos jurídicos como normas mais rigorosas e operativas de gestão dos respetivos espaços, com regras claras para os poderes decisórios, promotores públicos e particulares.

O contexto social, económico, financeiro e político de Portugal influência o comportamento sóciourbanístico; a vivência da rua, outrora dominante, perde importância como fator e condição de socialização. Não apenas por efeito do desenho urbano mas também se alteraram tanto as condições de vida, como os hábitos e os comportamentos sociais. O uso seguro dos espaços públicos fica,

¹⁰⁷ RJIGT em vigor (DL n.º 380/99, de 22 de setembro, com alterações introduzidas pelo DL n.º 310/2003, de 10 de dezembro, e pelo DL n.º 316/2007, de 16 de setembro).

¹⁰⁸ RJUE - Inicialmente surgiu através da Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, a qual atualmente vai na Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto –Lei n.º 26/2010, de 30 de março, que procede à sua décima alteração ao Diploma.

¹⁰⁹ PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território.

¹¹⁰ PDM – Plano Director Municipal.

¹¹¹ Planos especiais de ordenamento do território; Plano director municipal; Plano de urbanização; Plano de pormenor; Medidas preventivas, Zona de defesa e controlo urbano; Área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

assim, condicionado por estas mudanças comportamentais, exigindo um reforço de qualificação que recupere a atratividade que estes espaços foram perdendo.

A legislação que permita operacionalizar as ações a levar adiante com base nos diferentes princípios CPTED¹¹² é assim, neste quadro, um elemento essencial mas complementar porque a segurança não se consegue por efeito de medidas legais e intervenções policiais.

A experiência internacional mostra que, para alcançar bons resultados é necessária a formação de equipas multidisciplinares capazes de dialogar e trocar conhecimentos para a solução de problemas específicos, integrando técnicos e especialistas de arquitetura, urbanismo, forças de segurança, Proteção Civil, bem como pelas comunidades locais, apostando na interdisciplinaridade dos seus membros.

O envolvimento de todos os agentes que contribuem para a organização, uso e gestão dos espaços públicos tem como finalidade identificar os problemas relacionados com o espaço construído, o tipo, frequência e localização da prática de atos criminais ou de incivildades. Os utilizadores do espaço têm, também, um papel importante, na definição dos fatores que mais consideram como promotores de atratividade, conforto e uso seguro.

Face ao exposto, o novo paradigma de intervenção pública deve assentar na confiança e responsabilização dos diferentes agentes públicos e privados constituindo um aperfeiçoamento do sistema de planeamento e gestão do território no geral e da urbanística no particular.

Em conjunto com a aprovação de diferentes ferramentas de gestão territorial torna-se, portanto, essencial criar novos paradigmas de planeamento e gestão urbana assentes na concertação entre políticas públicas de segurança e políticas de

¹¹² Neste contexto e da leitura de documentos nacionais, o presente tema, em Portugal, nos últimos anos tem vindo a assistir a uma crescente investigação da temática, apesar de tudo o mesmo não se verifica na aplicação do modelo no domínio da prática profissional.

desenvolvimento urbano. De nada servindo bons instrumentos de gestão territorial se estes não se ajustarem à realidade, isto é, se os seus sistemas de execução ou a respetiva aplicação não servir os objetivos estabelecidos.

Assim, como modo de dinamizar o sistema de planeamento urbano há que dinamizar o desenvolvimento da aplicação dos sistemas e instrumentos de execução dos planos, de modo a permitir a integral prossecução dos mesmos. Na realidade, os instrumentos de gestão territorial, incluindo a escala urbana, bem como todas as dinâmicas nacionais, devem ser encarados enquanto processo em construção, aonde os reptos de desenvolvimento sujeitam-se à capacidade de executar desses instrumentos, impondo a competência dos agentes intervenientes no processo para a adaptação a novos modelos e para a negociação com os diferentes pares envolvidos.

Deste modo, a execução dos planos, estudos e projetos são a concretização, num dado tempo, da solução para a organização do bairro ou da cidade. Contudo, para que tal suceda é indispensável espelhar a ligação e a continuidade em termos de propostas de desenvolvimento recorrendo a criação de estruturas, que fomentem a sua discussão e que gerem consensos à volta dos projetos urbanísticos mais importantes.

Só assim, o urbanismo ficará equipado para intervir na estrutura urbana de modo a construir um ambiente seguro e sustentável, através de uma dialética proativa entre o projeto e o uso seguro, que procure satisfazer as necessidades atuais sem por em causa as gerações futuras.

Na perspetiva de que o processo de conceção do plano não pode estar separado da contingente da execução, Miranda (2002) refere que a divisão entre a conceção da norma jurídica e a sua efetiva aplicação não parece ter significado no plano, sendo a própria distinção inflexível entre a constituição do plano e a sua execução o que se traduz na ineficácia, crendo-se que a alternativa passa pelo planeamento como um processo incessante de criação do Direito.

6.3.2.2 Pilar estratégico de ação n.º2 - Modernização da administração interna e territorial do Estado

Com a modernização da Administração Pública pretende-se estabelecer novas políticas públicas de segurança urbana que interajam com as políticas de desenvolvimento urbano, de modo mais coeso e defensável, com vista à eficiência no âmbito de um planeamento e gestão urbana defensável que efetive os direitos e os deveres que qualquer cidadão tem face à segurança e à qualidade de vida.

Os sistemas da administração interna e territorial do Estado exigem uma grande competência de coordenação concertada e de decisão da Administração Pública, tanto local como central, que passará infalivelmente por um quadro normativo claro, tal como em processos de concertação, negociação e contratualização entre os pares, sejam eles organismos públicos ou privados.

Como tal, urge a conclusão, da reforma estrutural da Administração do Estado de forma consistente e estável quer da administração central, territorial, quer local, bem como a implementação de medidas conducentes a capacitar a administração e os atores privados das transformações urbanísticas para uma nova cultura e prática de planeamento e gestão urbana.

As medidas devem apontar sobretudo para três prioridades em prol do bom desempenho do planeamento e da gestão urbana que deve assentar numa gestão territorial e administração interna concertada, designadamente:

- a. A otimização de procedimentos e circuitos de modo a tornar mais clara, objetiva, transparente e rápida a atuação dos Serviços, com o reforço dos programas de apoio à desburocratização, à informatização e à inovação nos serviços, promovendo a formação contínua dos colaboradores dos organismos e incremento da formação e utilização das tecnologias de informação (SIG) na gestão territorial e na administração interna. Isto é, qualificar os técnicos da Administração com novas competências técnico-funcionais: na execução dos IGT (negociação, contratualização), na área da comunicação, na área da gestão dinâmica de processos socio-territoriais em “novos” domínios técnicos

(segurança, sustentabilidade territorial, coesão social, impactes territoriais das transformações económicas e sociais).

E na disponibilização *online* da tramitação dos processos para acesso dos interessados, o que já se encontra parcialmente em prática com a reforma do RJUE introduzida pela Lei n.º60/2007, de 4 de setembro mas que deve ser uma prática amplamente difundida e aplicada. Isto é, deve-se sensibilizar e qualificar os promotores e os técnicos para novas formas de dialogar e interagir com a Administração (negociação, contratualização e colaboração);

- b. Adoção difundida da contratualização entre organismos públicos e entre estes e organismos privados, nomeadamente de essência permanente no tempo e alinhada em projetos e investimentos específicos para a realização de infraestruturas, de equipamentos, mobilidade, elaboração e monitorização dos instrumentos de planeamento e gestão, entre outros. Ou seja, contrariar a centralização do planeamento e gestão urbanística nos planos e promover o reforço da vertente operacional, a partir de uma negociação mais inteligível.
- c. O papel decisivo das autarquias locais em concertação com as forças policiais locais, enquanto organismos respetivamente representativos dos interesses municipais e cuja atuação se processa junto das populações e atores na zona. Adotam especial relevância, instituindo-se como um agente privilegiado em todo o processo o que acarreta pleno e consciente exercício das competências municipais e a simultânea qualificação dos respetivos técnicos. Assim, torna-se necessário dar especial ênfase às competências dos órgãos municipais na definição das estratégias e das políticas de desenvolvimento local, bem como no uso dos Planos Municipais e de Ordenamento do Território (PMOT) como ferramentas de exercício dessas competências.

Em suma, as medidas a implementar neste grande pilar estratégico, do que nos é dado a conhecer sobre os estudos existentes relativamente à matéria em análise que cruzam diversas áreas do saber, designadamente da antropologia, sociologia, geografia, arquitetura paisagista, arquitetura e urbanismo. Permite-nos afirmar que apesar do domínio ser do urbanismo é fundamental libar noutras áreas do saber,

uma vez que a dialética proativa entre o projeto e o uso seguro localiza-se na charneira entre as diferentes ciências.

6.3.2.3 Pilar estratégico de ação n.º3 - Alteração cultural e comportamental do cidadão

Na perspetiva da mudança das mentalidades e da cultura territorial e urbana, verifica-se a ausência de uma cultura cívica valorizadora e assente no conhecimento real dos problemas, na participação dos cidadãos e na capacidade técnica das instituições e dos atores compreendidos, tendo em vista uma atitude cidadina proativa no cumprimento dos deveres coletivos e de cada cidadão *per si*.

Atualmente, verifica-se que os portugueses não têm uma correta perceção e compreensão dos valores pessoais, patrimoniais, territoriais e urbanos, e inclusivamente maltratam o território, as cidades, os bairros, a comunidade, as pessoas, e demitem-se das suas responsabilidades, obrigações, isto é dos seus deveres pessoais e coletivos, estando sobretudo focalizados para acatar os respetivos direitos.

Urgem as mudanças culturais e comportamentais necessárias no modo como os portugueses e agentes económicos, sociais e políticos encarem e utilizem os bairros, as cidades, o território, e os recursos ambientais.

Assim, com este pilar estratégico de ação procura-se a criação de uma nova cultura de planeamento e gestão urbana em que se enalteça a diversidade, a complementaridade e a cooperação, a efetiva ponderação de interesses e a justa repartição dos benefícios e encargos resultantes nas intervenções urbanas.

A nova cultura e comportamento do cidadão devem ser baseados nos seguintes princípios de modo a que se possa fortalecer e divulgar uma cultura urbanística como recurso coletivo:

- a. O planeamento municipal deve ter como objetivos garantir a todos os cidadãos os direitos constitucionais à segurança, habitação e ao ambiente;

- b. O planeamento e gestão urbanística são ferramentas fundamentais da atuação dos poderes públicos;
- c. O planeamento urbano deve possibilitar consensos básicos sobre, a segurança urbana, o desenvolvimento urbano, a localização dos equipamentos públicos, os traçados das redes, e o sistema de espaços livres;
- d. O Estado, as autarquias e a sociedade civil detêm uma responsabilidade solidária no planeamento urbano, com vista a uma gestão integrada do bairro, da cidade, do território;
- e. O solo é um bem escasso, não renovável, e essencial;
- f. O território é uma realidade complexa e frágil, que contem valores ecológicos, culturais e patrimoniais que não se circunscrevem ao custo do solo;
- g. Bem geridos, um bairro, uma cidade ou um território, são um ativo económico de primeira categoria;
- h. O urbanismo deve seguir um modelo humanista e social;
- i. Mudar as atitudes e os valores: o bairro, a cidade ou o território como um património comum a todos nós;
- j. Explorar a gestão de oportunidades decorrente das complementaridades dos interesses e não os conflitos;
- k. Utilizar a regra de uso e ocupação do solo como referência e ferramenta de requalificação do espaço público urbano¹¹⁴;
- l. Realizar uma avaliação regular das políticas urbanas, nos âmbitos, nacional, regional e local;
- m. Divulgar informação sobre os bairros, a cidade e os instrumentos que regulam a sua transformação, através de observatórios;

¹¹⁴ O art.º 15.º, n.º 4, da LBOTU, dispõe que “O regime de uso do solo é estabelecido em instrumentos de planeamento territorial, que descrevem, para o efeito, as ajustadas classificação e qualificação.” A classificação do solo, nos termos do art.º 15.º, n.º 2, da LBOTU, e do art.º 72.º, n.º 1, do RJGT, estabelece o destino basilar dos terrenos e assenta na distinção entre solo urbano e solo rural. O solo urbano integra as áreas para as quais é declarada vocação para o processo de urbanização e edificação. Compreende os terrenos urbanizados, os solos cuja urbanização seja planeada e os solos afectos à estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano (art. 15.º, n.º 2, alínea b), da LBOTU, e artigos 72.º, n.º 2, alínea b), e 73.º, n.º 4, alínea c), do RJGT). É por correspondência espacial com o solo urbano definido nos planos municipais, primordialmente no plano director municipal, que se define o perímetro urbano. O solo rural integra os solos aos quais é reconhecida aptidão para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais. Integra, ainda, os espaços naturais de protecção ou de lazer e os que sejam ocupados por infra-estruturas que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano. O solo rural consente, assim, ocupação urbanística desde que esta não implique a sua reclassificação como solo urbano. É o caso dos empreendimentos turísticos cuja dimensão, equipamentos e infra-estruturas associadas não justifiquem a reclassificação do solo rural como solo urbano, e ainda o caso de edificações de apoio às actividades típicas do solo rural, de vias de comunicação ou equipamentos e infra-estruturas que, pela sua natureza, devam situar-se fora do espaço urbano.

- n. Desenvolver mecanismos de acompanhamento e participação dos habitantes e das suas organizações nos processos de planeamento e gestão urbana;
- o. Praticar formas de gestão descentralizada do território e progredir nos mecanismos para responsabilizar, controlar e sancionar.

Sendo aconselhável fomentar o *benchmarking* sobre as boas práticas de referência internacional.

6.4. Medidas de operacionalização

6.4.1 Descrição

As medidas de operacionalização cifram-se em ações práticas, objetivas e de carácter operativo, conducente a possibilitar a integral prossecução do pilar estratégico de ação a que se encontram associadas.

Estas medidas foram estabelecidas como contributos, por serem consideradas prioritárias para a operacionalização eficiente e eficaz, sendo estas medidas que visam a operacionalização de um planeamento e gestão urbanística com particular sensibilidade para a prevenção da criminalidade, com vista ao superar das não conformidades, disfunções estas que involuntariamente têm favorecido a prática do crime e de incividades.

Estas medidas constituem uma agenda de políticas públicas que se enquadram num processo dinâmico, que na prática carece de negociações, mobilizações e alianças ou coligações de interesses que se contratualizem no estabelecimento de parcerias.

Assim, traduzem-se em ações concretas e encontram-se repartidas por três âmbitos, em subordinação ao diagnóstico das não conformidades e ao respetivo pilar estratégico de ação, dividindo-se deste modo em medidas de operacionalização normativas, institucionais/organizacionais e culturais.

6.4.2 Campo de ação

a) As medidas de operacionalização normativa consistem nas ações de teor normativo e legislativo a efetuar no âmbito do pilar estratégico de atuação n.º1 – Construção de um novo modelo de planeamento e gestão territorial.

Os seus destinatários e conjuntamente entidades a abarcar são o poder político e legislativo, e a administração central e local.

b) As medidas de operacionalização de carácter institucional/ organizacional estabelecem as ações concretas a desenvolver no âmbito da organização institucional das entidades com competências territoriais, de forma a promover a sua melhor coordenação mútua, tal como a eficiência e transparência das suas acuações em submissão ao pilar estratégico de ação n.º2 - Modernização da administração interna e territorial do Estado

Os destinatários destas medidas são a Administração Local e Central, a Direcção Geral do Ordenamento de Território (DGOTDU), a Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI), as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP), as forças policiais, sobretudo a PSP e ONG's como o Fórum Português para a Segurança Urbana (FPSU) e o Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) entre outras estruturas associativas e entidades públicas. Estas entidades, pela aplicação continuada no tempo e no espaço das regras relativas ao ordenamento do território possuem uma visão integrada que lhes permite identificar incoerências e patologias na inter-relação das entidades intervenientes nos processos de planeamento e gestão territorial.

c) As medidas de operacionalização culturais manifestam-se em ações concretas de teor cultural e conceptual que tendem proceder a uma inversão cultural e de mentalidades, no que concerne às questões territoriais, em subordinação ao pilar estratégico de ação n.º3 - Alteração cultural e comportamental.

Pelo seu espectro ser mais abrangente, igualmente os seus destinatários e entidades a compreender instituem um grupo mais alargado compreendendo: o

poder político, legislativo, a Administração Pública, os cidadãos, os *media*, os promotores imobiliários, as estruturas associativas, as entidades públicas com competências territoriais, as entidades privadas, ONG's, entre outros.

6.4.3 Medidas de operacionalização normativas

As medidas de operacionalização normativas propostas são:

Medida 1) Promover o cariz estratégico e a flexibilização e simplificação normativa dos instrumentos territoriais.

Com base nas diretrizes constantes no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro (RJIGT), que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, e que vem fortificar o carácter estratégico, operativo e proativo dos instrumentos de gestão territorial, há que consubstanciar na prática este documento normativo, promovendo uma maior flexibilização nas normas dos planos e na utilização e aplicação de processos rápidos conducentes à alteração dos planos, designadamente nas situações em que se reconheça a sua desatualização, desadequação, ou inclusivamente as mesmas ferramentas se constituam como um impedimento à realização de projetos de interesse para o desenvolvimento local, regional ou nacional.

Urge a promoção de uma maior flexibilização e diferenciação¹¹⁵ das normas urbanísticas e dos planos, seguida da simplificação dos respetivos procedimentos de aprovação e alteração, e da adoção da contratualização como princípio geral das políticas urbanas.

¹¹⁵ Segundo Soares (2004) “a flexibilização dos sistemas de planeamento é uma questão central das políticas públicas de ordenamento do território e do urbanismo em diversos países, entendida como forma de adequar os planos e a gestão territorial ao acelerar as dinâmicas sociais, económicas e políticas e à sua imprevisibilidade crescente. A flexibilização regulada é a forma de contrariar o casuísmo, a exceção discriminatória e a arbitrariedade que tende a instalar-se no ordenamento do território.

Neste sentido tanto o RJIGT como PDM, enquanto instrumentos de regulação e ação, deverão atender à inclusão de visões supramunicipais. Contudo, há que dotá-los de verdadeiras orientações estratégicas, afastando as opções urbanísticas concretas para opções na menor escala do planeamento territorial, designadamente planos de urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) de modo proativo, mais ajustado com as dinâmicas territoriais e as iniciativas locais, explorando as suas especificidades e finalidades.

Medida 2) Garantir uma concertada fusão de freguesias no âmbito da atual reforma administrativa

Atualmente está em curso uma reforma administrativa que prevê a reorganização territorial, o que vai implicar uma redução do número atual de freguesias dos diferentes concelhos que cobrem o território nacional. Consequentemente este processo implica uma redefinição geográfica dos limites administrativos para a qual se alerta da fragilidade destes limites serem estabelecidos pelos eixos viários estruturantes do território.

Deve ser tida em consideração esta situação porque o estabelecimento deste tipo de limites leva ao acentuar dos problemas de criminalidade associadas às zonas urbanas que se localizam nas imediações destas infraestruturas que tornam estes espaços em não-lugares promotores de condições que facilitam o processo da prática do crime ou de incivilidades.

O facto de estes não-lugares estabelecerem os limites de uma determinada freguesia agravam-se ainda mais pelo facto de terem uma localização periférica à freguesia e da morfologia urbana ser tendencialmente ignorada, eventualmente pela dificuldade da concertação das ações de intervenção entre os diferentes responsáveis no processo de gestão urbanística destas zonas de interface.

Medida 3) Garantir a articulação entre planos estratégicos e planos normativos e regulamentares.

Deve ser promovida a melhor articulação entre IGT porque é fundamental a articulação dos diversos âmbitos da articulação territorial como garante da

coerência e da uniformização na aplicação dos instrumentos e no estabelecimento de regras incidentes sobre determinada área, sobretudo no que concerne à articulação entre os PROT e os PMOT, e destes últimos entre si.

Contudo, no que respeita à articulação entre PMOT's impera uma relação de hierarquia discreta, constituindo-se como desejável a articulação e coordenação dos instrumentos e das respetivas soluções. Os PDM's, também, são possíveis de alterar com os PU e os PP, mesmo que essa alteração consista numa reclassificação dos solos.

Esta medida de operacionalização pretende garantir a articulação e coordenação entre os instrumentos de natureza estratégica, que determinam diretrizes gerais e de ligação, e as ferramentas normativas e regulamentares que terão um cunho mais operante e de conquista das metas estratégicas definidas pelos primeiros, de forma a se constituir um todo coeso e adaptado.

Em Portugal a ausência de estratégias coerentes de aplicação de modelos eficientes e eficazes na prevenção do crime e do vandalismo nos espaços públicos, inibindo ou reduzindo a delinquência, através do planeamento urbano e dos espaços públicos, sejam ou não espaços verdes deve ser colmatada. Assim, os IGT portugueses devem considerar a segurança pública.

Assim, o planeamento incluindo o projeto dos espaços públicos, bem como a referente gestão, devem contribuir para a criação de níveis de segurança propiciadores de usos seguros e confortáveis e para reduzir a insegurança urbana, o que implica integrar e articular o desenho como instrumento conceptual da organização e uso do espaço com as necessidades de quem utiliza os espaços públicos e com os diferentes sistemas de segurança. Para tal deverá ser promovida a criação de um diploma legal dentro da mesma esfera do Código do Urbanismo francês no artigo L111-3-1 que prevê que os projetos de ordenamento e a realização dos equipamentos coletivos e dos programas de construção que, pela sua importância, a sua localização ou as suas características próprias possam ter incidências sobre a proteção das pessoas e bens contra as ameaças e as agressões,

devem ser objeto de um estudo prévio de segurança pública, que permita apreciar as suas consequências nessa matéria.

Pretende-se, igualmente, fomentar a criação do estatuto, equivalente ao Decreto n.º 2007-1177, de 3 de Agosto, que regulamenta o artigo L. 111-3-1 do Código do Urbanismo de França, para dispor sobre os estudos de impacto de segurança pública.

Destaca-se, também, a necessidade de serem elaborados relatórios periódicos, quer pelas autarquias, quer pelos observatórios¹¹⁶ institucionais referentes à temática em apreço.

Medida 4) Estimular o recurso à concertação e contratualização

Apesar das alterações efetuadas no RJIGT estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 316/2007, de 19 de setembro ao nível da concertação e contratualização, cumpre-nos o dever de fomentar e incentivar o recurso a formas cada vez mais exigentes de concertação entre os atores envolvidos, abraçando a contratualização, envolvendo agentes públicos e privados no processo de planeamento urbanístico, rentabilizando oportunidades e condições, bem como promovendo parcerias público-privadas a partir da criação de medidas de incentivo.

A contratualização deve ser realizada mediante instrumentos de planeamento estratégico e constitui, também, uma forma de governança. Assim, o planeamento mais próximo dos cidadãos requer o envolvimento de diversos atores e o reforço da participação pública.

Medida 5) Ajustar ferramentas de gestão urbanística à participação

É essencial a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento do território que está prevista na legislação nacional e garante um direito constitucional português. O que envolve a apresentação de cidadãos ou de associações, de alvites para a elaboração dos planos. No entanto, os cidadãos ou

¹¹⁶ E.g. Observatório do Urbanismo (ObsOT/U), observatório do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), OSCOT, e dos Relatórios do Estado do Ordenamento do Território (REOT).

associações têm, também, o direito de serem informados ou a reclamem de decisões caso se sintam prejudicados.

Os processos de planeamento participado devem resultar de ações políticas que ajudem o seu desenvolvimento e devem constituir um fator de diferenciação na concertação e aplicação das políticas de Governo para o território e para a administração interna com foco na segurança urbana.

Medida 6) Criação de novo regime de solos e de fiscalidade urbanística

As autarquias carecem de quantidade de solo municipal para o poderem utilizar como influência reguladora de mercado. Dos solos urbanizáveis nos planos verifica-se a falta de terrenos disponíveis para expansões urbanas em tempo e local oportuno.

Tem que se definir medidas de reforço do papel da Administração, e dos municípios em particular para impedir o crescimento inflacionado do preço dos solos. A implementação dos planos depende enormemente desta medida, porque só com disponibilidade suficiente de solo para urbanizar e construir é possível executar as propostas dos PMOT. Logo, a problemática da execução dos PMOT não pode estar desligada da política de solos. Por outro lado, o fenómeno urbanístico e as operações urbanísticas criam parte dos rendimentos com expressão nas receitas municipais, uma vez que a maioria das receitas municipais tem origem nos impostos municipais sobre imóveis e nas taxas incidentes sobre operações urbanísticas, o que torna as autarquias indiretamente submissas aos interesses imobiliários.

Assim, crê-se ser fundamental promover a necessidade dos particulares participarem no financiamento da execução dos sistemas gerais das infraestruturas e equipamentos públicos municipais e da fiscalidade urbanística se transformar num instrumento de melhoria do desenvolvimento urbano. Há que criar um novo regime de fiscalidade urbanística articulado com a lei da Finanças Locais, e adequado às leis de ordenamento e gestão territorial, o que pressupõe, também, a alteração à Lei dos solos que remonta a 1976 e se encontra desarticulada com os restantes regimes legais de gestão do território.

Neste contexto importa ainda realçar que há várias dezenas de anos, que no nosso país as políticas de urbanismo fomentam o desenvolvimento da urbanização e da habitação. O seu quadro jurídico assenta no princípio da regulamentação segundo o destino dos solos.

A lei organiza uma repartição funcional do espaço, distinguindo as zonas segundo a natureza da atividade quer seja ela habitação, comércio, serviços ou outra. Contudo, atualmente, as políticas urbanas devem, assegurar a harmonia entre estas diferentes funções. Sucede que estas ferramentas manifestam-se, na sua aplicação, demasiado rígidas e inaptas face à evolução e às novas exigências da sociedade, ou centram-se demasiado na planificação espacial, negligenciando as ligações que esta deve estabelecer com as restantes políticas ao nível local, desde os transportes aos grandes equipamentos públicos ou privados que organizam de facto os aglomerados urbanos. Pelo que se propõe a criação de ferramentas mais adaptadas à realidade e concertadas.

Medida 7) Fomentar regime de monitorização e avaliação dos PMOT

No processo de planeamento a monitorização e a avaliação constituem etapas fundamentais, porque possibilitam avaliar a correção dos resultados obtidos com a aplicação prática do conteúdo de um IGT e definir novos objetivos, metas e atuações, caso os resultados não seja favoráveis ou não se harmonizem com os espectáveis. Em Portugal não existe tradição de avaliar os efeitos dos planos, i.e. de monitorizar a sua execução, o que se traduz numa lacuna relevante na dinâmica dos planos, que possibilita que se encontrem em vigência instrumentos totalmente desadequados da realidade territorial, e não só continuam os objetivos desejados, como travam oportunidades de desenvolvimento.

Deste modo, a monitorização e a avaliação constituem-se como instrumentos imprescindíveis à execução do plano, por contribuírem para a melhoria contínua das propostas contidas no plano e o respetivo ajuste a novas circunstâncias.

A monitorização não deve estar dissociada da avaliação, que pode ser executada *ex ante* (à priori), *ex post* (à posteriori) ou *in continuum* (durante o decurso do processo).

Considerando-se que é desejável aplicar a monitorização e avaliação em todas as escalas de planeamento, com enfoque para os PMOT. No âmbito dos PMOT sugere-se a elaboração anual de relatórios internos, que espelhe o estado de execução dos PMOT e da sua adequação à realidade, i.e. às dinâmicas territoriais como o ambiente, os aspetos sociais e económicos, a segurança entre outros fatores relevantes para a autarquia. Caso se verifique a desadequação parcial ou total das normas à realidade, o processo de monitorização e avaliação em planeamento estratégico aconselha a redefinição de metas, objetivos e recuo de atuação, ou em casos extremos a alteração total dos planos.

Na sequência do previsto diploma equivalente ao artigo L. 111-3-1 do Código do Urbanismo de França e ao Decreto nº 2007-1177, de 3 de Agosto, que o regulamenta para dispor sobre os estudos de impacto de segurança pública. Propõe-se que tal como o mesmo diploma legal, o estudo de impacto de segurança pública deverá contemplar:

- a. Um diagnóstico que precise o contexto social e urbano e a interação do projeto e do seu ambiente imediato;
- b. A análise do projeto em relação aos riscos de segurança pública que recaem sobre a operação;
- c. As medidas propostas, no que concerne, nomeadamente, ao ordenamento das vias e espaços públicos e, quando o projeto é de uma construção, a implantação, o destino, a natureza, a arquitetura, as dimensões, o saneamento da construção e o ordenamento da sua zona circundante, para:
 - Prevenir e reduzir os riscos de segurança evidenciados no diagnóstico;
 - Facilitar as missões dos serviços policiais e de socorro.

Geralmente verifica-se, por um lado, uma forte separação entre os serviços encarregados da conceção e monitorização do ordenamento do espaço urbano, e por outro lado os serviços responsáveis pela gestão quotidiana dos equipamentos urbanos. A cooperação entre os serviços de ordenamento, de urbanismo e de habitação, e entre estes e os serviços responsáveis, a nível nacional, pelas áreas da segurança pública, da segurança social ou da juventude e desporto, ainda tem carácter excecional, devendo, por isso, ser fomentada, de modo a criar sinergias.

Medida 8) Promover a formação ao nível da CPTED

É imperioso que as entidades que tomam decisões locais se familiarizem com a CPTED, para que as suas decisões não ignorem os princípios de uma conceção adequada. Embora os princípios CPTED possam parecer simples, a sua implementação requer a orientação de especialistas formados na área. Em alguns Países, a Polícia tem um papel fundamental neste sentido, realizando cursos para os responsáveis pela conceção e planeamento urbano, atuando como um órgão técnico responsável pela intervenção CPTED ou como um componente fundamental no âmbito de equipas multidisciplinares.

Contudo, para que possa existir um trabalho conjunto entre os vários participantes na aplicação de estratégias CPTED, é absolutamente necessário, existir uma formação nesse âmbito. A formação ao nível da CPTED deverá estar presente nos currículos de todos os profissionais, principalmente dos arquitetos, urbanistas, projetistas e elementos policiais, bem como nos programas de formação relacionados com o planeamento, conceção e manutenção, facto que não se verifica nas escolas de arquitetura portuguesas, nem no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna e que deverá passar a haver.

Diversos países têm adotado estas estratégias de prevenção criminal criando programas capazes de identificar as condições sociais e físicas que contribuem para o aumento da criminalidade, no sentido de desenvolver ações capazes de modificar as ditas condições. Em muitos casos, como por exemplo na Europa, a CPTED é conhecida por *Designing Out Crime (DOC)* ou *Designing Against Crime (DAC)*.

6.4.4 Medidas de operacionalização institucionais/organizacionais

As medidas de operacionalização Institucionais/organizacionais são:

Medida 1) Aperfeiçoar a aptidão na tomada de resolução e intervenção da Administração pública na gestão urbana

A forma de possibilitar a melhoria da capacidade decisória da Administração Pública, impõem-se aprofundar uma verdadeira descentralização, passando o processo de transferência de competências para os municípios e freguesias, em simultâneo com a alocação dos recursos financeiros correspondentes.

Dever-se-á fomentar uma reforma do sistema de financiamento das autarquias, recaindo especialmente nos critérios de repartição da transferência anual do Orçamento do Estado (OE); no quadro de taxas, tarifas e preços e, enfim, no regime de endividamento. Esta reforma incluirá as mudanças essenciais para tornar os municípios menos dependentes das receitas provenientes da gestão urbanística, sem prejudicar os atuais níveis globais de financiamento, bem como a receita pública.

Sugere-se, igualmente, começar a revisão do regime de organização e funcionamento dos serviços das autarquias e a regulamentação do regime de cooperação entre a Administração central e a Administração local e desta com as entidades públicas e privadas. A revisão da lei das empresas municipais e intermunicipais e a instituição de novos regulamentos para as parcerias público-privadas (PPP) e para a concessão de serviços municipais que proporcionarão, deste modo, um novo quadro de atuação ao dispor dos municípios. Devem, ainda ser reforçados os programas de apoio à desburocratização, à informação e à inovação nos serviços, tal como à formação contínua dos recursos humanos das autarquias locais.

Medida 2) Promover a descentralização de aptidões e atribuições

Urge desenvolver uma efetiva descentralização, mediante a intensificação do processo de transferência de competências para os municípios e freguesias, e capacitando-os de recursos para a sua prossecução. Pela sua proximidade com territórios e cidadão, os municípios possuem um enquadramento excecional enquanto agentes principais do processo de planeamento e gestão urbanística. Assim, considera-se esta proximidade com o terreno o fator essencial para uma melhor execução operacional, quer física quer financeira, do que se o processo de

planeamento e gestão for liderado pela Administração Central do Estado, no sentido da eficácia e da economia.

Neste sentido, a prevenção da criminalidade deve ser cuidada através de uma forma de inclusão de preocupações de prevenção situacional nas estratégias sectoriais, como as estratégias de turismo, de transportes, de ordenamento do território e urbanismo, de desenvolvimento social e económico, e da política das cidades.

Medida 3) Melhor articulação de políticas e governança

A coesão territorial obriga a um reajustamento da rede administrativa face à atual organização territorial, com implicações nos modelos de tomada de decisão. Deste modo, defendemos que a coesão territorial e o princípio da governança decorrem de uma coesão de formas de ligação institucional mais efetiva, i.e. um quadro institucional mais adequado para a intervenção.

Assim, o desenvolvimento de novos modos de governança deverá iniciar-se por contemplar a descoordenação entre tutelas sectoriais e entre escalas de intervenção que ainda existem e que têm dificultado a emergência de novos comportamentos e o reforço da participação dos agentes.

Para melhorar as políticas de governança é imprescindível fomentar a consistência das políticas, sobretudo nos critérios da eficiência, equidade e sustentabilidade.

Quando estamos perante zonas carenciadas, para os quais a procura de investimentos privados e o estabelecimento de PPP são fundamentais, aí o desenvolvimento de soluções inovadoras de governança são muito importantes. Como é o caso da realização de parcerias públicas e público-privadas, tendo em conta tornar as pessoas, os espaços, e os objetos menos vulneráveis ao crime, devendo, para o resultado, ser criado um fundo de apoio financeiro exclusivo, no âmbito da estratégia nacional de prevenção criminal, promovendo-se, sempre que possível, resoluções locais para problemas locais.

Medida 4) Desenvolver processos de gestão urbanística partilhada nos vários níveis da Administração

De forma a reforçar a capacidade efetiva de intervenção da administração territorial e a aumentar a qualidade e eficácia das políticas de ambiente, ordenamento, segurança e desenvolvimento territorial, é imperativo desenvolver processos de partilha das atribuições e competências territoriais.

Medida 5) Valorizar a gestão urbanística municipal

Deve-se valorizar o planeamento e a gestão urbanística municipal, estabelecendo o urbanismo e a gestão urbanística como competência municipal fulcral, a realizar nos termos e condições constantes da legislação, dos PDM e dos regulamentos municipais. É determinante haver uma gestão urbanística com qualidade decorrente de competências técnicas para a correta aplicação das ferramentas jurídicas (legais e regulamentares), de modo a potenciar a dinamização do sistema territorial, a sua eficiência, transparência e legalidade.

Para a excelência da gestão urbanística municipal é fundamental instruírem-se programas de formação de quadros técnicos intervenientes no processo da gestão urbanística, definindo-se as competências técnicas e o quadro de responsabilização dos membros das equipas.

Medida 6) Investir na formação especializada de quadros técnicos

A qualificação e formação dos quadros técnicos são determinantes para conceber a gestão urbanística e as estruturas administrativas que no quotidiano desenvolvem competências “*no terreno*”. As competências técnico profissionais que determinam as decisões, a qualidade dos procedimentos administrativos, e do simples entendimento das normas legais e regulamentares a aplicar.

Deste modo, a qualificação para a valorização dos recursos humanos é essencial no âmbito da modernização e complementaridade da eficiência da administração territorial e da sua capacidade de fazer face aos sucessivos desafios.

No que concerne à escala local do ordenamento do território e urbanismo deve ser considerada a formação e nomeação de oficiais de polícia especializados em arquitetura e segurança, de forma a inteirarem equipas conjuntas nas câmaras municipais, que emitam pareceres técnicos vinculativos sobre projetos de arquitetura, de planeamento e ordenamento do espaço urbano, de acordo com a legislação específica que se propõe para aprovar sobre o tema da segurança urbana.

Medida 7) Fomentar a simplificação do processo organizacional

Deve-se atuar na redefinição dos modos de inter-relação administrativa que se devem pautar pela ideia de concertação de interesses e não pelo caminho do confronto.

Esta medida de operacionalização consiste na proposta de promover a simplificação organizacional deve envolver a redução das entidades consideradas demasiadas no procedimento. E implica a enunciação de estratégias de concertação entre as diferentes entidades intervenientes no processo organizacional, de modo a obter ganhos de eficiência nas decisões dos poderes públicos e abandonar definitivamente a ideia de que a sua ação no âmbito territorial é um entrave à atuação dos agentes económicos.

Medida 8) Adotar os novos procedimentos administrativos às TIC e criar novas estruturas técnicas

Há que criar estruturas técnicas adequadas à modernização dos procedimentos com recurso às Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC), designadamente através de programas de gestão documental, estruturas operativas de gestão processual e informatização de processos, plataformas de georreferenciação e alargar essas ferramentas e meios a todos os procedimentos administrativos, de modo progressivo, em prol da celeridade e eficiência.

Medida 9) Alargar o recurso aos instrumentos informais de planeamento

Pretende-se estimular o recurso a mecanismos informais de planeamento como protocolos a celebrar entre promotores e municípios, pelos quais são chamados a intervir neste desígnio. Destaca-se os contratos para planeamento estabelecidos

através do Decreto-lei n.º316/2007¹¹⁷, pelo qual os particulares se associam à administração e executam eles próprios o processo de planeamento.

Promover e criar um modelo em termos semelhantes ao do Reino Unido, onde foi criado um selo de qualidade, *Secured By Design (SBD)*, que promove a integração do fator segurança nos projetos de arquitetura e dos espaços exteriores, facilitando a intervenção dos gestores de segurança.

Fomentar a fixação de prémios de seguro pelas companhias seguradoras. Além disso, é desejável a criação de um concurso anual para a melhor conceção preventiva, de modo a promover o estímulo sobre esta temática, este prémio recompensaria o projeto de ordenamento ou de construção que melhor tenha integrado as preocupações de prevenção da delinquência.

No nosso país, a emissão de autorizações de ordenamento e de construções urbanas não está dependente, da consulta de serviços especializados na área da segurança pública ou da prevenção da criminalidade geral. Ao contrário do previsto, no Reino Unido ou nos Países-Baixos, em que as autorizações de construção para os projetos imobiliários de uma certa importância devem obter o parecer favorável de um oficial de polícia, especialmente formado para o efeito (*architecture liaison officer*).

Medida 10) Criar estruturas de coordenação e concertação estratégica entre as entidades locais, DGOTDU e a DGAJ

Deverão ser constituídos núcleos de coordenação e concertação que possibilitem a articulação da execução das medidas de política e proporcionem espaços de mediação entre os diversos intervenientes nos processos de planeamento e gestão territorial (departamentos da Administração do Estado, autarquias locais, outras instituições públicas e privadas) de forma a concertar posições e contratualizar soluções e procedimentos, que de um modo profícuo agilize o processo operacional local.

¹¹⁷ Desde o DL 380/99, de 2 de setembro, até ao DL 46/2009, de 20 de fevereiro, o **RJIT** foi sendo alterado pelo DL 53/2000, de 7 de abril, DL 310/2003, de 10 de dezembro, Lei 58/2005, de 29 de dezembro, Lei 58/2007, de 31 de agosto, e posteriormente pelo Decreto-lei n.º316/2007, de 19 de setembro.

No caso de certos requisitos urbanos deverá ter uma presença de um núcleo policial o qual deve ser estabelecido como uma obrigatoriedade a contemplar no planeamento de urbanizações ou equipamentos públicos de grande dimensão, mediante o projeto e a obra de uma unidade policial de raiz, tendo em conta a redução do impacto para a segurança pública.

Medida 11) Promover um sistema de fiscalização eficaz

Considera-se que há a reformular as estruturas fiscalizadoras no âmbito territorial de modo a tornar o sistema de gestão mais eficiente, eficaz e operativo. Sobretudo ao nível municipal considera-se positiva a criação de uma estrutura própria de fiscalização no âmbito do ordenamento do território distinta dos sistemas de fiscalização gerais, através da formação de técnicos qualificados com o adequado conhecimento de normas e IGT em vigor em determinadas áreas de atuação, possibilitando a identificação de não conformidades que exigem uma intervenção sancionatória da autarquia.

Propõe-se que seja legalmente obrigatória a realização de estudos de impacto de segurança pública, em termos análogos aos estudos de impacto ambiental, para projetos de grande dimensão ou com determinado intuito.

Medida 12) Fomentar incentivos aos cidadão e empresas

Deverá ser fomentado a instituição de incentivos aos cidadãos e empresas que respeitam normas de prevenção criminal situacional, diminuindo, por exemplo, os prémios de seguro e criação de prémios nacionais de urbanismo, arquitetura paisagista e *design* de utensílios domésticos, veículos e outros objetos que possam ser usados como instrumento ou alvo do crime; bem como a criação de certificações de segurança, tipo *Secure By Design* (SBD) a aplicar a espaços, estabelecimentos ou objetos.

6.4.5 Medidas de operacionalização culturais

As medidas de operacionalização culturais são:

Medida 1) Configuração de uma visão estratégica e prospetiva da qualidade do espaço público urbano

Na sociedade complexa e de rápidas mudanças perante um futuro contingente, é de salientar-se a necessidade de encarar, cada vez mais, o planeamento e a gestão urbana em termos prospetivos e apelando às mais avançadas metodologias do planeamento estratégico, dado que o atual planeamento urbanístico funcionalista está a perder operacionalidade.

Há que encarar o território, porquanto pólo dinamizador de atividades e elemento/espaço integrado onde se podem antecipar tendências e oportunidades.

É fundamental darem-se profundas mudanças de atitude, no modo como os portugueses encaram, projetam e transformam o território, as cidades e os bairros. A nova atitude deve assentar numa visão estratégica e prospetiva onde o fator de segurança, também, seja planeado concertadamente com o ordenamento do território.

Deste modo, propõe-se a criação de uma estratégia global e integrada de prevenção da criminalidade, que inclua uma vertente de prevenção situacional, orientada, designadamente para a conceção e ordenamento do espaço e do património integrado, tendo em vista prevenir ou reduzir a potencialidade da prática de crimes.

Medida 2) Promoção da cultura cívica urbana

Reparamos numa ausência de cultura cívica valorizadora do território em geral e das cidades em particular, assente no desconhecimento dos problemas que nos assolam, na fraca participação dos cidadãos e na, por vezes, incapacidade técnica das instituições e dos agentes mais diretamente abrangidos.

Deverá agir uma intensa revisão das relações com os ecossistemas ambientais. O desenvolvimento sustentável do território e das cidades em particular, em termos de segurança, ambientais, económicos, sociais no respeito pelos recursos e valores naturais, ecológicos, humanos e patrimoniais, tem de ser uma das influências forçosamente a distinguir nas políticas públicas.

Assim, pensa-se como essencial a criação de um programa de ação, expresso num Plano de Valorização Territorial com carácter integrado, dispondo de um âmbito territorial local.

Medida 3) Consciencialização da génese do território como bem comum e dos respetivos impactos individuais na segurança e qualidade de vida dos habitantes

Há que fomentar, a consciencialização da natureza comum do território como bem comum, i.e. como pertença de todos nós, e que dessa forma tem implicações diretas na qualidade de vida dos cidadãos. Sugere-se a constituição de gabinetes locais que fomentem ações de sensibilização destinadas a impulsionar o ato de consciencializar da necessidade de zelar e valorizar o território, nas mais diversas vertentes, como: ambiental, social, cultural, segurança e urbana. Aí poderão ser desenvolvidas iniciativas, programas e ações comuns e conducentes a melhorar o ordenamento do território a nível local, de modo a gerar e sedimentar a consciencialização de que este bem de todos nós reflete-se direta e indiretamente na qualidade de vida dos indivíduos.

Medida 4) Desenvolvimento da criação de uma cidadania efetiva e proativa

Mediante as medidas anteriores procura-se dirigir o impulsionar de uma opinião pública sólida e de uma cidadania exigente e participativa nos processos de planeamento e salvaguarda, para que haja uma cidadania, informada, proativa, interessada e exigente nas questões territoriais, considerando que é aí que reside a solução. Contudo, verifica-se que na generalidade os cidadãos não nutrem preocupações com o território, o inerente ordenamento e o meio ambiente, nem sequer pela rua em que habitam, e conjuntamente não possuem qualquer informação pelas iniciativas que são levadas adiante pelo poder central e local.

Urge divulgar assertivamente as iniciativas territoriais, desde a escala nacional à escala local, promovendo a divulgação, informação, a formação, a transparência, e a auscultação da opinião pública. De facto, só com cidadãos mais informados com o conhecimento das questões territoriais é que poderão sucessivamente se tornarem exigentes, participativos, realizando sugestões e reclamações, com intervenções e participações de forma proativa nestes processos territoriais.

Face ao exposto e como exemplo pragmático de uma iniciativa territorial de escala local que se pode realizar propõe-se: a criação ao nível dos órgãos de polícia criminal, e prosseguindo os objetivos de prevenção consagrados na nova lei de política criminal, de grupos de agentes de prevenção criminal, com o propósito de administrarem conselhos de prevenção situacional aos habitantes e transeuntes, especialmente nos bairros com índices de criminalidade e de sentimento de medo e de insegurança mais expressivos; e a aprovação de um manual de procedimentos destinado aos habitantes e utilizadores de espaços e equipamentos públicos, tendo por objetivo fulcral a adoção de hábitos e medidas de prevenção situacional, quer da sua pessoa, quer dos seus bens patrimoniais.

Não obstante, destaca-se, também, a necessidade da comunicação social ter um papel ativo sobre a prevenção do crime, pelo impacto que tem na sociedade. Uma vez, que ocupam um lugar de destaque para a comunicação, partilha de informação e divulgação na sociedade. Acreditamos que, mediante o estabelecimento de uma relação inclusiva, interativa e democrática, com as diferentes fontes dos *media*, existe lugar para resultados positivos em termos de prevenção da criminalidade.

Sintetizando, a comunicação social é elementar na promoção e sucesso de estratégias políticas, pelo que devem ser estabelecidas parcerias que podem envolver governos, ONG's e jornalistas que se dedicam localmente, a fim de estimular o "*jornalismo cívico*" e a participação na prevenção do crime.

Medida 5) Limitar multiplicação legislativa de forma avulsa

Nos últimos anos no âmbito do ordenamento do território e do urbanismo tem sido absurdamente elevada contribuindo para consequências danosas na perspetiva da segurança jurídica. Face ao exposto, importa restaurar a confiança junto dos destinatários das normas do ordenamento do território e do urbanismo, sustendo a tendência para a criação avulsa de nova legislação, promovendo-se sim a uma avaliação global da legislação em vigor, com vista à renovação de diplomas obsoletos, ou desadequados, promovendo a clarificação, simplificação e atualização de conceitos e normas, publicando diplomas de acessível compreensão pelos utilizadores designados para orientá-los na aplicação legislativa e regulamentar.

7 | CONCLUSÃO

“É sempre prudente olhar em frente, mas é difícil olhar para mais longe do que pode ver-se.”

Churchill

O modo de fazer viver as cidades passa pelo estudo, planeamento, regulação, controlo e gestão das mesmas, cujo processo envolve equipas multidisciplinares dos vários ramos do saber: urbanismo, arquitetura, arquitetura paisagista e das ciências sociais. Ao que acresce, naturalmente, uma dimensão política e administrativa indispensável à coerência da organização e funcionamento dos sistemas urbanos.

Nas últimas décadas, no mundo globalizado em que vivemos atualmente, tem-se vindo a assistir à mudança do paradigma da construção do território local que as cidades são. Isto decorre, para além dos fatores sociais como a migração e as relações sociais, de outros fatores que contribuem para a desagregação das cidades: o crescimento de grandes superfícies comerciais que alteram o seu modo de funcionamento, a alteração do uso e das funções dos centros históricos e a sua crescente desertificação, a gentrificação e a mobilidade da população residente. O espaço público, em consequência, apresenta, também, sinais e marcas de uma transformação que é tanto um sinal de mudança como um sinal de crise.

O seu uso, em muitas situações, deixou de ser seguro ou, pelo menos, passou a ser feito como se a segurança tivesse deixado de ser um elemento presente. O que acentua a importância da abordagem das questões da segurança dos espaços públicos na reflexão permanente que o urbanismo faz acerca do modo como se organizam, projetam, usam e gerem aqueles espaços.

A investigação feita seguiu, na sua organização e desenvolvimento, o caminho de procura das relações que o urbanismo pode e deve manter com as questões da segurança e do uso seguro, procurando alargar os seus domínios de ação e

contribuir para soluções urbanísticas que permitam promover a segurança pública como um bem essencial.

A investigação desenvolvida permitiu confiar que o tipo e a natureza das situações de maior incidência de práticas criminais e transgressões têm alguma relações com as morfologias urbanas e, nomeadamente, com expressões territoriais onde a falta de coerência formal e funcional é mais evidente. A realidade urbana sobre a qual trabalhamos mostra-nos, assim, que há um caminho a percorrer relativamente à conceção e estruturação dos tecidos urbanos e, consequentemente, ao quadro normativo que enquadra e regula o planeamento e a gestão urbana. Enquadrando nisto a operacionalização do planeamento, relativamente à construção, reabilitação e gestão das áreas residenciais da cidade à sua reabilitação e regeneração urbanística, económica e social, com integração dos sistemas de mobilidade e de transportes públicos, numa perspetiva de prevenção criminal e de sustentabilidade social e ambiental.

O conceito CPTED, enquanto modelo operativo de prevenção criminal através do desenho urbano, torna possível incentivar a vivência dos espaços públicos, integrando neles condições naturais de segurança, através da contribuição para as relações de vizinhança residencial, tornando-os verdadeiramente amigáveis e mais disponíveis para um uso continuado e despreocupado; caso contrário, não bastará o reforço do policiamento para suprir o que resulta de múltiplos de fatores que estão para além das ações correntes de manutenção da ordem cívica. De facto, e como conclusão preliminar, a segurança não é uma questão exclusiva do foro policial; resulta da conjugação de fatores urbanísticos, territoriais e funcionais, da morfologia, qualificação e modo de uso dos espaços e das realidades sociais dos espaços habitados, na cidade estruturada e coerente e nas periferias resultantes tanto da fragmentação urbana como da desarticulação funcional.

A qualificação urbana, como resultado da coerência das realizações urbanísticas, é um fator de segurança global e de uso seguro dos espaços públicos e um contributo para a qualidade de vida das populações. A articulação das questões de segurança com o urbanismo coloca algumas questões que se centram essencialmente, em torno de 3 pilares interdependentes, designadamente:

- a. Mediação – No sentido de “como intervir” quer no programa, quer nas várias escalas do planeamento quer no projeto, bem como posteriormente na gestão do espaço público, e consequentemente na respetiva monitorização, a qual deve funcionar, também, como instrumento da gestão urbana.
- b. Conforto – Como criar bem-estar: o que passa bastante pela criação de fatores de atratividade do uso dos espaços públicos e de promoção e reforço da sua segurança.
- c. Cooperação – Entre autoridades e entidades administrativas e envolvimento de agentes sociais diversificados com vista à criação e à implementação de medidas de ação por entidades públicas e privadas.

O espaço público une e divide, atrai e repele, e é vulnerável em várias frentes, e o seu uso está sujeito a modas e a circunstâncias temporais que faz com que não seja possível pensar num espaço com características iguais para sempre.

O objetivo de alcançar um espaço público urbano apto a desempenhar todas as funções que lhe são inerentes e a valorizar as suas potencialidades, suscita um conjunto de respostas céleres e eficazes aos sistemáticos desafios que se lhe colocam. Do que ressalta a necessidade urgente de desenvolver respostas estratégicas, utilizando instrumentos de planeamento e gestão urbanística adequados destinados a promover a qualidade dos espaços públicos e a segurança e, a qualidade de vida dos cidadãos.

Do ponto de vista concetual e metodológico, os conceitos e abordagens subjacentes ao planeamento e gestão urbana não sofreram alterações significativas nas últimas décadas. Tal facto explica, em parte, a ocorrência de situações e realidades urbanas que, no quadro de transformações económicas, sociais e territoriais rápidas, não poderão ser, atempadamente, e de modo adequado, acompanhadas ou reguladas por intervenções urbanísticas apropriadas.

A investigação feita procurou, por isso, realizar uma análise crítica do sistema de segurança urbana, lançando a reflexão sobre os principais problemas existente no âmbito deste sistema, integrando nela uma análise das recentes alterações legislativas e mudanças de perspetiva ocorridas. Com o que se pretendeu, também, apresentar contributos para a reformulação do sistema, de forma a corrigir as

problemáticas que foram diagnosticadas, designadas no estudo por deficiências ou não conformidades.

A análise crítica e a segurança em espaços públicos urbanos tiveram por base, a investigação e pesquisa bibliográfica, e na perspetiva programática, a recolha e o confronto de experiências várias que, na sua diversidade, permitiram apontar para caminhos idênticos a outros que, noutros quadrantes e situações, resultam de investigações e experiências similares. A análise crítica realizada propôs-se essencialmente, sistematizar e definir os tipos essenciais de deficiências que se denotam no sistema de planeamento e gestão urbana, relativamente à segurança, classificando-as posteriormente em três núcleos básicos de disfunções, ou seja de não conformidades, segundo uma metodologia e um sistema de avaliação especificamente criados para o efeito, designadas por: normativas; institucionais e organizacionais; e culturais.

No âmbito da presente dissertação, coube, também, uma reflexão sobre a questão que se prende com o modo como poderemos manter o espaço público urbano mais coerente, integrado, eficaz e, conseqüentemente, seguro. Sendo a esta questão que pretendemos dar resposta com a presente dissertação, definindo diversos contributos reflexivos tendentes a colmatar as não conformidades existentes no sistema de planeamento e gestão urbana. Com o que se pretendeu assumir uma atitude reflexiva de todo o percurso evolutivo e de aprendizagem ao longo da elaboração da dissertação, de que resultou a proposta de uma estratégia de ação para um uso urbano seguro do espaço público.

Para isso foi definida uma metodologia conducente à definição de medidas direcionadas para a superação das não conformidades, também designadas de disfunções do sistema de planeamento e gestão urbana com vista à segurança efetiva. Essa metodologia baseia-se na definição de pilares estratégicos de ação (pilares de atuação) e em medidas de operacionalização prática a concretizar (ações práticas), objetivas e de cariz operativo.

Deste modo, as questões tratadas no capítulo 6, a par com a análise crítica do sistema de planeamento e gestão urbana e das suas não conformidades, e com as condições e orientações para projeto e gestão urbana expressas no capítulo 5 visam

contribuir para sanar os principais problemas de segurança urbana, de modo a dar resposta às exigências atuais que um desenho urbano sustentado carece. Numa perspetiva que integra na mesma atitude proativa o urbanismo, as políticas públicas de segurança e a gestão urbana, nesta incluindo as ações de prevenção e controlo da criminalidade por parte das forças policiais. Sempre com o objetivo de resposta ao problema em análise que tem como *focus* para prevenção do crime e incividades o ambiente urbano, consideravelmente condicionado pelas morfologias, modo de uso e formas de estruturação funcional, o que nos permitiu apresentar um modelo da triangulação da prevenção criminal no espaço público urbano, na qual defendemos que o ponto fulcral da criminalidade está na cidade e na qualidade dos espaços urbanos que influenciam a qualidade de vida dos cidadãos.

Limitações, contributos e recomendações

Pela natureza do estudo, a abordagem das situações concretas circunscreveu-se ao território da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes. A pesquisa, a análise e interpretação dos dados dos registos criminais efetuados pela PSP e da respetiva georreferenciação apenas se limitou às freguesias da cidade de Lisboa e às freguesias dos concelhos limítrofes que a coroam a norte. Como tal, o seu contexto territorial e social corresponde a uma realidade urbana territorial que, não podendo ser generalizada constitui, a nosso ver, uma limitação do estudo. No entanto, permite retirar conclusões que podem ser de grande utilidade na necessária articulação entre urbanismo e segurança e na progressiva integração destas questões nos processos de urbanização e de gestão urbana.

O estudo, a análise e reflexão sobre as temáticas expostas permitiram uma visão abrangente e alargada dos conteúdos, e preparou uma análise crítica de caráter programática dos principais problemas de segurança urbana referenciados ao contexto português. Considerando a interdisciplinaridade do tema, e as áreas com ele relacionadas, isso constituiu uma tarefa que revelou a importância da transversalidade disciplinar na definição do foco principal das problemáticas em questão e das insuficiências do atual sistema de planeamento e gestão urbana para as tratar de forma adequada; isto é, permitindo que os processos de urbanização e

de gestão urbana integrem, desde o início, as questões da segurança e do uso seguro como fatores de qualificação urbana e da promoção da qualidade de vida das populações.

Procurou-se, assim, sobretudo que o diagnóstico das problemáticas, deficiências e disfunções efetuado, tal como a definição de medidas conducentes à sua superação, pudesse eleger uma fonte de conformidades – boas práticas – para a prevenção da criminalidade através do desenho urbano. No sentido de uma dialética proativa entre o desenho e o uso seguro a ser tido em conta pelas entidades intervenientes no planeamento e gestão dos espaços públicos, nomeadamente a administração central, as forças policiais, a administração local, organizações sociais, a sociedade civil, os construtores e os promotores imobiliários.

A investigação realizada permitiu, assim, concluir que podemos estabelecer uma ligação entre a organização e a morfologia urbana e a disponibilidade dos espaços públicos para a prática de crimes e de transgressões sociais que reduzem os níveis de segurança do espaço habitado. O que, no plano das preocupações urbanísticas reforça a importância da qualidade dos projetos urbanos e do desenho dos espaços públicos para a promoção da segurança e do uso seguro e para sua maior atratividade. Mostra também que as questões da segurança não são exclusivamente sociais nem exclusivo de determinados grupos ou áreas urbanas.

O caminho para alcançar a prevenção criminal através do desenho urbano de modo coerente e sustentado será um longo percurso, marcado por necessárias e onerosas dificuldades. Crê-se que, com toda a mudança registada neste domínio, se começa agora a percorrer tal caminho, em busca de resoluções ágeis, expeditas, eficazes e eficientes, e formas de conceção, construção, gestão e manutenção do espaço público urbano mais estratégicas e capazes de resolver os problemas que a sociedade quotidianamente reclama.

As reflexões e medidas de operacionalização explanadas constituem contributos com sugestões e recomendações, umas de alcance limitado, outras a propor alterações e mudanças, as quais se espera que detenham utilidade efetiva na adoção de novos paradigmas de urbanização de gestão urbana. Sendo certo que a adoção

das medidas propostas compreenderá essencialmente um empenho conjunto e uma atuação planeada e articulada entre os vários atores que o processo envolve, designadamente as várias entidades públicas e privadas envolvidas no planeamento e gestão da cidade. Nessa circunstância, emerge a necessidade de aproximação das diferentes partes envolvidas no processo da segurança urbana, do passando aos moradores, às organizações não-governamentais, às autoridades administrativas, às forças policiais e de segurança pública e ao Governo.

Apesar das diversas medidas de operacionalização propostas se apresentarem em várias escalas e modos de desempenho, desde procedimentos legislativos, normativos, ou administrativos até à obra de construção, reabilitação, requalificação e recuperação dos espaço público urbano, de forma a torna-lo seguro, o planeamento urbanístico e a cuidada gestão urbana são a base para a prevenção e inibição da prática do crime e de incividades.

Uma nova atitude face às realidades urbanas, no que toca à definição das políticas de descentralização e de desconcentração administrativas, desburocratização e eficiência aliadas a uma cultura de consciencialização pública das questões da criminalidade e segurança urbana é uma parte importante das ações a empreender para a promoção da segurança urbana. No que a ação da comunicação social, sem dramatismos nem desajustada exploração da ocorrência de situações de insegurança urbana é parte desse processo. Face ao exposto, poderemos ter uma sociedade mais segura e mais justa, na qual os custos associados ao crime sejam, com evidente efeitos positivos na redução dos encargos públicos e no aumento da competitividade urbana que é fator de desenvolvimento económico e de melhoria das condições nas cidades e nas suas periferias.

Contudo, o ciclo evolutivo e continuado da dinâmica dos espaços públicos e as alterações de usos e ou funções a que se encontram sujeitos ao longo do tempo, face à necessidade de responder às solicitações dos seus utilizadores, implicarão uma análise contínua da adequação e adaptação de medidas propostas a tais agentes, de modo a manterem a sua atualidade e pertinência.

Será, também, determinante como condição de aplicabilidade das medidas preconizadas, iniciar uma nova abordagem de intervenção administrativa pública e

de governação. Assim, considera-se fulcral ultrapassar os défices de articulação e de cooperação entre os poderes públicos, entre estes e os agentes privados, em subordinação a uma estratégia de modernização e eficiência da gestão urbana. Só deste modo é possível sarar as debilidades do sistema de segurança urbana como aliás se desenvolveu no capítulo anterior.

Fundamental à ampla operatividade das medidas propostas é a constituição de estruturas que fomentem a cooperação e a concertação, que efetuem os investimentos indispensáveis e que procedam a uma monitorização e avaliação do desenvolvimento do espaço público urbano.

Finalmente, mas não sem menos importância, o conjunto das considerações definidas serão necessariamente potenciadas pelas funções das instituições que gerem o espaço público, cabendo a estas a definição de políticas interventivas e dinamizadoras da cidade, assentes na perspectiva da descentralização, desburocratização, eficiência, concertação, contratualização e participação, em prol de uma melhor governança.

Em suma, a investigação realizada constitui um contributo para uma longa caminhada na procura incessante de um sistema de segurança urbana mais eficiente, coerente e sustentável, assente na qualificação do espaço público e na adoção de políticas que potenciem e estimulem o seu uso pela população.

O trabalho desenvolvido na sequência da investigação realizada permite apontar para a necessidade do desenvolvimento de uma nova cultura de segurança assente na prevenção da criminalidade mediante o esclarecimento dos cidadãos, como veículo para uma maior consciência e responsabilidade; uma ferramenta para a satisfação e qualidade de vida; um escudo para o civismo; e uma via para o entendimento e cidadania, com redução do custo do crime.

A segurança urbana é o resultado de um conjunto alargado de políticas, de atitudes e comportamentos e baseia-se na interdisciplinaridade da organização e gestão dos espaços urbanos. Para a operacionalização destes princípios a existência de manuais de boas práticas relativamente à integração das normas de segurança no planeamento e na gestão das cidades, com base em recomendações de projeto

inspiradas nos critérios do CPTED deverá por isso acompanhar a produção dos documentos urbanísticos que suportam a organização e transformação do território e do uso do solo.

Neste sentido no capítulo 5 estão enunciadas uma serie de bases para a elaboração de um guia de boas práticas que se constitua como uma ferramenta de apoio ao desenho e gestão de espaços urbanos, numa perspetiva de segurança pública e de qualificação dos espaços ajustados e de reforço da coesão social.

Outro aspeto a considerar incide na introdução de processos de avaliação prévia do impacte na segurança urbana da aprovação e construção de grandes blocos edificados e de grandes conjuntos urbanos. Algo que poderá ser conseguido com uma maior intimidade de ação entre a gestão urbana municipal e as forças policiais na sua ação de prevenção e controle da criminalidade e de apoio ao cidadão.

Pretendendo-se, com estas recomendações contribuir para o reforço da coesão social e territorial e dos níveis de segurança das nossas cidades.

Como conclusão, importa referir que a análise espacial dos registos de ocorrências criminais e de transgressões mostrou que o modo como se estrutura o território, especialmente em áreas de transição morfológica e funcional e em espaços com características de não-lugares, influencia a segurança do seu uso ou, perceção que se tem dessa segurança. Como ponto de partida esta conclusão conduz a que, no quadro atual da organização e funcionamento das cidades, entendidas estas na sua expressão funcional alargada, se torne evidente a necessidade de uma atenção redobrada às questões da organização e qualificação dos espaços públicos.

A proposta de organização de um guia de boas práticas, orientador do planeamento e projeto urbano e dos espaços públicos vai nesse sentido. Daí ter sido apresentado o conjunto de orientações com essa finalidade.

O reconhecimento da importância da integração das questões da segurança e do uso seguro do espaço público nos processos de urbanização e gestão urbana implica uma profunda reflexão sobre o modo como se organiza e estrutura a prática urbanística e a gestão do território. A interdisciplinaridade que tal implica, dando

um sentido de transversalidade às relações entre as áreas disciplinares envolvidas, exige, também, uma melhor articulação entre os diferentes níveis da administração pública e o reconhecimento da segurança como uma questão de cidadania e urbanidade. Sem ela o uso do espaço público torna-se difícil, reduz-se a vida em comunidade e fragiliza-se a coesão social que, por si, é também um fator de segurança.

Como sugestões para novas investigações a desenvolver em continuidade com o que foi feito sugere-se:

- a) O estudo das relações entre diferentes morfologias urbanas e o uso seguro do espaço público, tendo em consideração tanto os aspetos formais como os funcionais, os materiais de construção e a sua articulação com outras partes da cidade. No sentido de organizar o seu uso seguro do espaço público como objetivo programático do projeto urbano.
- b) O estudo dos modos de apropriação do espaço público por diferentes grupos etários e segmentos culturais e sua relação com a sua morfologia, funcionalidade e articulação espacial com outras áreas da cidade.
- c) A identificação de áreas de influência de segurança a partir da identificação e caracterização dos espaços públicos seguros que sirvam de referência de organização das malhas urbanas.

Fazer da segurança um objetivo programático do urbanismo e uma condição de equilibrada gestão urbana é uma necessidade que, cada vez mais se afirma, e que a investigação realizada permite concluir ser essencial para que seja possível viver melhor nas cidades; e para que se não reduza ao policiamento uma questão que, em muito, o ultrapassa.

Bibliografia

ABOTT, A. (1997). Of Time and Space: The Contemporary Relevance of the Chicago school. *Social Forces*, 75(4), 1149-1182.

AGRA, C. (2002). Prefácio. In: *O cidadão, o Crime e o Estado*. Lisboa: Editorial Notícias.

AGRA, C., Fonseca, E., & Quintas, J. (1999a). Dimensões da Criminalidade no Porto - parte I. *OlhareSeguros*, 1(1).

AGRA, C., Quintas, J. & Fonseca, E. (1999b). Dimensões da Criminalidade no Porto - parte II. *OlhareSeguros*, 1(2).

AGRA, C., Quintas, J. & Fonseca, E. (2000). Dimensões da Criminalidade no Porto - parte III. *OlhareSeguros*, 2(1).

AKERS, C., & Kaukinen, C. (2009). The Police Reporting Behavior of Intimate Partner Violence Victims. *Journal of family violence*, 24(3), 159.

ALAT, Z. (2006). News Coverage of Violence Against Women. *Feminist Media Studies*, 6(3) 295-314.

ALVES CORREIA, F. (2004). *Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Legislação Básica)*(6ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina. Maio.

ARAÚJO, D. (2009). Ciclos de Conferências Segurança e Defesa. *Novos desafios para a segurança interna: Contratos Locais de Segurança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ARGAN, G. (1993). *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

ALEXANDER, C. (1977). *A Pattern Language*. New York: Oxford University Press.

ANGEL, S. (1968). Discouraging Crime Through City Planning. (Dissertação de doutoramento. Institute of Urban and Regional Development, 1968).

ASCHER, F. (1995). *Metapolis ou Icavenir Dès Villes*. Paris: Editions Odile Jacob.

ASCHER, F. (1998). *Acerca do Futuro da Cidade*. Oeiras : Colecção Geografias, Edições Celta.

ASCHER, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Prefácio de Nuno Portas. Lisboa: Livros Horizonte.

AUGÉ, M. (1992). *Los No Lugares - Espacios del Anonimato - Una antropologia de la sobremodernidad*. Barcelona: Gedisa Editorial.

Bibliografia

BABBIE, E. R. (2007). *The Practice of Social Research* (11.^a ed.). Belmont: Thomson Wadsworth.

BACHMAN, R. (1998). The Factors Related to Rape Reporting Behavior and Arrest: New Evidence From the National Crime Victimization Survey. *Criminal Justice and Behavior*, 25, 8-29.

BAUMER, E. P. (2006). Neighbourhood disadvantage and police notification by victims of violence. *Criminology*, 40(3), 579-616.

BEATO, F., & Claudio, C. (2000). Determining Factors of Criminality in Minas Gerais. *Brazilian Review of Social Sciences*, 1, 159-173.

BEATO, F., & Claudio, C. (2001). Acción y Estrategia de Las Organizaciones Policiales. In H. Frühling & A. Candina (Eds.), *Policía, sociedad y estado: modernización y reforma policial en America del Sur* (pp. 39-56). Santiago: Centro de Estudios para el Desarrollo.

BECKER, G. S. (1968). Crime and Punishment: An Economic Approach, *Journal of Political Economy*, 76, 169-217.

BECKER, G. S. (1975). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, With Special Reference to Education* (2.^a ed.). New York: Columbia University Press.

BENNETT, T., & Wright, R. (1984). *Burglars on burglary: prevention and the offender*, Aldershot: Hants, England: Gower.

BICKMAN, L., & Rosenbaum, D. P. (1977). Crime Reporting as a Function of Bystander Encouragement. *Surveillance, and Credibility. Journal of Personality and Social Psychology*, 35(8), 577-586.

BORJA, J. (2003). *La Ciudad Conquistada*. Madrid: Alianza Editorial.

BOWLES, R., Reyes, M. G., & Garoupa, N. (2009). Crime Reporting Decisions and the Costs of Crime. *European Journal on Criminal Policy and Research. Springer*, 15(4) (Nov.), 365-377.

BOX, S., Hale, C., & Andrews, G. (1988). Explaining Fear of Crime, *British Journal Criminal*, 28(3), 340-356.

BRANDÃO ALVES, F. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Janeiro.

BRANDÃO, P., & Remesar, A. (2000). *O Espaço Público e a Interdisciplinaridade*. Lisboa: Centro Português de Design.

BRANDÃO, P., Carrelo, M., & Águas, S. (2002). *O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*, Lisboa: Centro Português de Design.

- BRANDÃO, P., & Remesar, A. (2004). *Design Urbano Inclusivo: Uma Experiência de Projecto em Marvila "Fragmentos e Nexos"*. Lisboa: Centro Português de Design.
- BRANTINGHAM, P.J., & Brantingham, P.L. (1978). A theoretical model of crime site selection. In M. Krohn & R.L. Akers (Eds.), *Crime, law, and sanctions*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- BRANTINGHAM, P. J. & Brantingham P. L. (1981). *Environmental criminology*. United States: Sage Publications, Inc.
- BROWN, M. (1996). The portrayal of violence in the media: impacts and implications for policy. *Trends & issues in crime and criminal justice*, 55(Jun.). Australian Institute of Criminology.
- BRE (2008a). Curso apresentado por Tim Pascoe. *Building Safer Communities: Place making by Designing and Managing out Crime*. Acedido em 14 de Maio, 2009, de <http://www.bre.co.uk/eventdetails.jsp?id=2253>>17 October 2008
- BRE (2008b). Curso apresentado por Tim Pascoe. *Building Safer Communities: Problem solving by Managing Crime and the Fear of Crime*. Acedido em 14 de Maio, 2009, de <http://www.bre.co.uk/eventdetails.jsp?id=2255> 20 October 2008
- BRE (2008c). Curso apresentado por Tim Pascoe: *Building Safer Communities: Tackling Anti Social Behaviour*. Acedido em 14 de Maio, 2009, de <http://www.bre.co.uk/eventdetails.jsp?id=2257>> 24 October 2008
- CAMPOS, M. B. (1997). *Strategic Spaces: Patterns of use in publicsquares of the City of London. International spaces syntax symposium*, Vol. II (pp. 26.1-26.11.). Urban themes, 1. Proceedings...
- CANHOTO, C. I. (2010). *Políticas públicas de segurança – novo paradigma*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Ciência Política. Aveiro: Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas. Universidade de Aveiro.
- CARLI, V., Capobianco, L., & Sagant, V. (2008). *The Media, Crime Prevention and Urban Safety: A brief discussion on media influence and areas for further exploration*. Acedido em 23 de setembro, 2010, de http://www.crime-prevention-intl.org/fileadmin/user_upload/Publications/The_Media__Crime_Prevention_and_Urban_Safety_ANG.pdf
- CARRILHO, M. J. (2008). A Situação Demográfica Recente em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos*, 44, 35-80. Lisboa: INE.
- CARRILHO, M. J. (2010). A Situação Demográfica Recente em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos*, 48, 101-145. Lisboa: INE.
- CARVALHO, J. (2003), *Ordenar a Cidade*. Coimbra: Quarteto Editora.

Bibliografia

- CASANOVA, J. L. (2001). Ambiente Urbano – Representações Sociais e Cidadania – Concepções, problemas e responsabilidades ambientais em Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 2(Jun). CET – ISCTE.
- CASTRO, A. (2002). Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade – Contributos Para Uma Reflexão Sobre os Espaços Públicos Urbanos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 5(Dez). CET – ISCTE.
- CHOAY, F. (1965), *L'urbanisme, Utopies et Realités: Une Anthologie*. Paris: Éditions du Seuil.
- CHUECA-GOITIA, F. (1982), *Breve História do Urbanismo* (1.^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- CIDRAIS, A. (1998). *O Marketing Territorial Aplicado Às Cidades Médias Portuguesas: Os casos de Évora e Portalegre*. Fevereiro. Lisboa: Departamento de Geografia da Faculdade Letras – Universidade de Lisboa.
- CLARKE, R., & FELSON, M. (1993), *Routine activity and rational choice*. New Brunswick/ Londres: Transaction Publishers.
- CLARKE, R. V. (1995). Situational crime prevention. In M. Tony & D. Farrington (Eds.) *Crime and Justice: A Review of Research*, Vol. 19 (pp. 91-150). Chicago: University of Chicago Press.
- CLARKE, R. (Ed.). (1997). *Situational crime prevention*. Albany, NY: Harrow and Heston, Publishers.
- CML (2009), *Relatório do Estado do Ordenamento do Território REOT. Versão preliminar*. Acedido em 29 de Maio, 2012, de <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1238771728M4oRB5tc6V117GV4.pdf>
- COELHO, A. B. (2009). Entre Casa e Cidade, a Humanização do Habitar. *Opúsculo 18 — Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura*. Porto: Dafne Editora.
- COELHO, A. B. (2011). Sobre uma Cidade Amiga do Peão (i): espaços pedonais estruturados e estruturadores da cidade. Acedido em 15 de setembro, 2011, de http://infohabitar.blogspot.com/2011_07_10_archive.html
- COELHO, C. D. (coord.)(2008). *A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público – Continente*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. DGOTDU.
- COETZER, C. (2003). *Crime Prevention in Neighbourhoods*. Pretoria: University of South Africa.
- COHEN, M. A. (2005). *The Cost of Crime and Justice*. New York: Routledge.
- COLQUHOUN, I. (2004). *Design Out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities*. Oxford: Architectural Press.

Constituição da República Portuguesa (VII revisão constitucional - 2005). Acedido em 15 de setembro, 2011, de <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

CORNISH, D. B., & Clarke, R. V. (1986). Situational Prevention, Displacement of Crime and Rational Choice Theory. In K. Heal & G. Laycock (Eds.), *Situational Crime Prevention: From Theory into Practice*. London: Her Majesty's Stationery Office.

CORNISH, D. B., & Clarke, R. V. (1987). Understanding Crime Displacement: An Application of Rational Choice Theory. In H. Stuart & W. Einstader (Eds.), *The Criminology Theory Reader*. (pp. 45-56). New York: New York University Press.

CORREIA, P. V. D., & Costa Lobo, I. M. (2003). *A Nova Carta de Atenas 2003. A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Associação de Urbanistas Portugueses (AUP).

COSTA LOBO, M., Pardal, S. C., Correia, P. V. D., & Sousa Lobo, M. (1993). *Normas Urbanísticas, Elementos de Direito Urbanístico, Loteamentos Urbanos, Ordenamento Agro-Florestal*. Vol. III. Lisboa: DGOTDU – UTL.

COSTA LOBO, M., Pardal, S. C., Correia, P. V. D., & Sousa Lobo, M. (1995). *Normas Urbanísticas, Princípios e Conceitos Fundamentais*. Vol. I (2ª ed.). Lisboa: DGOTDU – UTL.

COSTA LOBO, M. (1999). *Planeamento regional e urbano*. Lisboa: Universidade Aberta

COTTA, F. A. (2005). A Crise da Modernidade e a Insegurança Social. *Revista de Humanidades*, 7(14). In <http://www.seol.com.br/mneme>.

City of Virginia Beach. Crime Prevention Through Environmental Design: general guidelines for designing safer communities. (2000). Acedido em 15 de setembro, 2011, de <http://www.humanics-es.com/cpted.pdf>. 23.

CLEMENTE, P. J. L. (2006). A Polícia em Portugal. *Colecção Cadernos INA*, 26. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

Commission of The European Communities (2008). *Preparing Europe's digital future - i2010 Mid-Term Review*. Brussels.

COZENS, P., Hillier D., & Prescott, G. (1999). The Sustainable and the Criminogenic. The Case for New-Build Housing Projects in Britain. *Property Management*, 17(3), 252-261.

COZENS, P. (2002). Sustainable Urban Development and Crime Prevention Through Environmental Design for the British City. Towards an Effective Urban Environmentalism for the 21st Century. *Cities*, 19(2), 129-137. Amsterdam: Elsevier Science.

Bibliografia

COZENS, P., Pascoe, T., & Hillier, D. (2004). The Policy and Practice of Secured By Design (SBD). *Crime Prevention and Community Safety: an International Journal*, 6 (1), 13-29.

COZENS, P., Saville, G., & Hillier, D. (2005). Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED): a review and modern bibliography. *Journal of Property Management*, 23(5), 328-356.

COZENS, P. (2005). Designing Out Crime – From evidence to action. *Comunicação apresentada em Delivering crime prevention: making the evidence work*, 21-22 November. Sydney.

COZENS, P. (2008). *Crime Prevention Through Environmental Criminology and Crime Analysis*. In: Richard Wortley e Lorraine Mazerolle, Willain Publishing.

Crime Prevention Through Environmental Design - Guidebook. National Crime Prevention Council de Singapura. (2003). Acedido em 23 de setembro, 2008, de <http://www.ncpc.gov.sg/pdf/CPTED%20Guidebook.pdf>

CROWE, T. D. (1991). *Crime Prevention Through Environmental Design: applications of architectural design and space management concepts*. Boston: Butterworth-Heinemann.

CRUCHO DE ALMEIDA, M. R. (1998). *Vitimação e Insegurança no Concelho de Lisboa*. Lisboa: GEPMJ.

CURWELL, S. (2005). Contruction of the Urban Environment. In S. Curwell, M. Deakin & M. Symes (Eds). *Sustainable urban development*. New York: Routledge.

CZABAŃSKI, J. (2008). *Estimates of Cost of Crime: History, Methodologies, and Implications*. Springer, XII.

DALTON, N. (2001). Fractional Configurational Analysis and a Solution to the Manhattan Problem. *Internationalspaces Syntax Symposium*, 3, 26.1-26.13. Atlanta: Proceedings ...

DANTAS, A. C. (1997). Planejamento Urbano nos anos 90: Negociações entre as esferas pública e privada. (Dissertação de mestrado em planejamento urbano e regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007).

DAUNTON, M. (2000). *The Cambridge Urban History of Britain: 1840-1950*. Cambridge: Cambridge University Press.

DAVIS, M. (1998). *Ecology of Fear: Los Angeles and the imagination of disaster*. New York : Metropolitan Books.

DGOTDU (1997). *Sistema Urbano Nacional. Cidades médias e Dinâmicas Territoriais*. Lisboa.

- DGOTDU (2000). *Vocabulário de Ordenamento do Território*, Colecção Informação 5. Direcção de Serviços de Estudos e Planeamentos Estratégicos. Lisboa.
- DGOTDU (2007). *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Colecção Informação 8. Lisboa: Europress.
- DIXON, T. L., & Azocar, C. L. (2007). Priming Crime and Activating Blackness: Understanding the Psychological Impact of the Overrepresentation of Blacks as Lawbreakers on Television News. *Journal of Communication*, 57(2), 229- 253.
- DUBOIS, J. (2002). *Media Coverage of Organized Crime: Impact on Public Opinion?*. Acedido em 14 Maio, 2009, de http://www.rcmp-grc.gc.ca/ccaps/media_e.htm.
- ENGELSTOFT, S., & Jensen-Butler, C. (1992). Environment and environmental planning. The Copenhagen metropolitan region. *Working Paper do Institut for Statskundskab, Institute of Political Science*. Denmark.
- ERICSON, R., Baranek, P., & Chan, J. (1991). Representing Order: Crime, Law and Justice. *The News Media*. University of Toronto. Toronto: Press/Buckingham.
- ESTEVES, A. I. P. (1999). *A Criminalidade na Cidade de Lisboa – Uma Geografia de Insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.
- FADIGAS, L. (2010). *Urbanismo e Natureza – Os Desafios*. Lisboa: Edições Silabo.
- FADIGAS, L., Barreiros Ferreira, E. M., & Vacas de Carvalho, L. (2010). A Coesão Social nos Espaços Urbanos e a Segurança Nacional. In *Actas do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*.
- FELSON, M. (1994). *Crime and Everyday Life*. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press.
- FERNANDES, L., & Neves, T. (1999). Periferias Urbanas, Sentimento de Insegurança e Controlo Social, *Insegurança Urbana na Cidade do Porto. Estudos Interdisciplinares*. Vol. V. Observatório Permanente de Segurança (policopiado). Porto.
- FERNANDES, L. (2003). A Imagem Predatória da Cidade. *Etnografias Urbanas*. Lisboa: Celta, 53-62.
- FERNANDES, L. (2004). Bases Ecosociais do Sentimento de Insegurança, *Educação, Sociedade e Culturas*, 21, 93-112.
- FERNANDES, L. F. (2005). As “novas” Ameaças Como Instrumento de Mutação do Conceito “segurança”. In M. Valente (Coord.), *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 123-152). Coimbra: Edições Almedina.

Bibliografia

FERNANDES, L. F. (2006). A prevenção da criminalidade. In M. Valente (Coord.), *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 69-117). Coimbra: Edições Almedina.

FERNANDES, M. C. (2007). Urbanismo, Arquitectura e Segurança. In M. Valente (Coord.), *Urbanismo, segurança e Lei Tomo I* (pp. 97-120). Coimbra: Editora Almedina.

FERRÃO, J. (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, V. M. (2001). Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade – A Condição Pública e Patrimonial das Cidades. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 2(Jun). CET – ISCTE.

FERREIRA, V. M., Castro, A., Seixas, J. *et al.* (2002). Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 5(Dez). CET – ISCTE.

FONSECA, F. J. S. (2010). *A Evolução das Políticas Públicas de Segurança Interna em Portugal, na Era da Globalização*. (Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010).

FORSYTH, A., & Musacchio, L. R. (2005). *Designing Small Parks: A Manual for Addressing Social and Ecological Concerns*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

FREITAS, L. P. C. (2011). *Influência do Desenho Urbano na Insegurança da Cidade - Uma proposta para o bairro da Cova da Moura*. (Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa, 2011).

GAMMAN, L., & Pascoe, T. (2004a). Seeing is Believing: notes toward a visual methodology and manifesto for Crime Prevention Through Environmental Design. *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal*, 6(4), 9-18.

GAMMAN, L., & Pascoe, T. (2004b). Design Out Crime? Using Practice-based Models of the Design Process”, *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal*, 6(4), 37-56.

GARLAND, D. (1998). Les Contradictions de La Société Punitive: Le Cas Britannique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 124, 49-67.

GAROUPA, N. (2001). Optimal Law Enforcement When Victims are Rational Players. *Economics of Governance*, 2(3), 231–242.

GASPAR, J. (1975). Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental, *Finisterra*, 10(19), 107-152.

GILLING, D., & Barton, A. (1997). Crime Prevention and Community Safety: A New Home for Social Policy?. *Critical Social Policy*, No. 52, Vol. 17(3), August.

- GILLING, D. (1999). Community Safety: A critique. In M. Brogden (Ed.), *The British Criminology Conferences: Selected Proceedings. Vol.2. British Criminology Conference, 15-19 July 1997*. Belfast: Queens University.
- GILLIAM, F., D., & Iyengar, S. (2000). Prime Suspects: The Influence of Local Television News on the Viewing Public. *American Journal of Political Science* 44(3), 560.
- GIRÃO, A. A. (1954a). *Origens e Evolução do Urbanismo em Portugal*. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 1, 39-77. Lisboa: INE.
- GIRÃO, A. A. (1954b), *População Rural e População Urbana em Portugal*. *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, 2, 49-54. Lisboa: M.O.P., republ. no Boletim do Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, 2 (12, 13), 1956, 67-76.
- GOMES, P. V. (2006). Cooperação policial internacional: o paradigma da União Europeia. In M. Valente (Coord.), *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 227-284). Coimbra: Edições Almedina.
- GOMES, P. V. (2007). A Prevenção Criminal Através do Ordenamento do Espaço Urbano: Subsídios Para uma Agenda Nacional. In M. Valente (Coord.), *Urbanismo. Segurança e Lei- Tomo I* (pp. 61-80). Coimbra: Editora Almedina.
- GONÇALVES, J. (2005). *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*. (Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005).
- GOUVEIA, J. B., & Pereira, R. (Coord.) (2007). *Estudos de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- Graffiti hurts and keep America beautiful. (2003). *Graffiti Prevention: Tips for Businesses*. Acedido em 29 de Maio, 2012, de http://www.graffitihurts.org/learn_more/bustips.pdf.
- HACKLER, J. C. (2007). *Canadian Criminology. Strategies and Perspectives*, (4^a ed.). Toronto: Pearson Prentice Hall.
- HAUGHTON, G., & Hunter, C. (1994). *Sustainable cities*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- HALL, S. (1978). *Policing the Crisis*. London: Macmillan.
- HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HUBBARD, J. C., & DeFleur, M. L. (1975). Mass Media Influences on Public Conceptions of Social Problems. *Social Problems*, 23(1) 22-34.
- HEITOR, T. V. (1997). *A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas: Uma Abordagem Sintáctica*. (Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa, 1997).

Bibliografia

HEITOR, T. V. (2007). Insegurança em Meio Urbano: O Espaço na Mediação de Oportunidades Delituosas. *Psicologia*, Vol. XXI. Lisboa: Edições Colibri.

HEITOR, T. V. (2009). (In)Segurança em Zonas de Residências. O Espaço da Oportunidade. In M. Valente (Coord.), *Urbanismo. Segurança e Lei- Tomo II* (pp. 129-144). Coimbra: Edições Almedina.

HILLIER, B., & Hanson, J. (1984). *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.

HILLIER, B., Burdett, R., Peponis, J., & Penn, A. (1987). Creating Life: Or, does Architecture determine anything?. *Arch. & Comport.*, 3(3), 233-250. Lausanne.

HILLIER, B. (1996). *Space Is The Machine – a configurational theory of architecture*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

HILLIER, B. (2001). A theory of the city as object, or how the spatial laws mediate the social construction of urban space. *International Spaces Syntax Symposium*, 3, 02.1-02.14. Atlanta: Proceedings...

HILLIER, B. (2002). Can Streets be made Safe?. *Urban Design International*, 9, 31-45.

HILLIER, B. (2007). *Space is the machine: a configurational theory of architecture*. Space Syntax: London. United Kingdom (Hardback and paperback editions first published in the United Kingdom in 1996 and 1999, respectively).

INDOVINA, F. (2002). O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 5(12), CET – ISCTE.

INE (2011). *Censos 2011- Resultados provisórios*. Acedido em 3 janeiro, 2012, de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUES_dest_boui=129675729&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

JACOBS, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. USA: Random House, Vintage Books.

JEFFERY, C. R. (1971). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.

JOHNSON, B. D., Williams, T., Dei, K. A., & Sanabria, H. (1990). Drug Abuse in the Inner City: Impact on hard-drug users and the community. In J. Q. Wilson e M. Tonry. *Drugs and Crime. Crime and Justice*, Vol. 13 (pp. 9-67). University of Chicago Press.

JOHNSON, C. & Mathews, B. P. (1997). 'An evaluation of consumers' interpretation of satisfaction. *Proceedings of the Academy of Marketing Conference* (pp. 527 -538). Manchester Metropolitan University.

JOCE (2001), *Jornal oficial das Comunidades Europeias*, n.º 153 de 8 de junho.

- LAKATOS, E.M. & Marconi, M.A. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*, (6ª ed.). São Paulo: Atlas
- LAMAS, J. M. R. G. (2000). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LANDAUER, P. (2009). *L'Architect La Ville et la Secutité – La ville en Débat*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LE BRETON, D. (1995). *Antropologia del Cuerpo y Mordernidad*. Buenos Aires: Nueva Vision.
- LEVY, A. (2005). Formes Urbaines et Significations: Morfologie Urbaine, *Espaces et Societiés*, 122, 25-48.
- LYNCH, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- LOURENÇO, N., & Lisboa, M. (1993). Violência, Criminalidade e Sentimento de Insegurança. *Textos*, 1991-92/1992-93. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários (CEJ).
- LOURENÇO, N., & Lisboa, M. (1998). Dez Anos de Crime em Portugal. Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993), Lisboa: Edição do Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.
- LOURENÇO, N., Cabral, C. C., Machado, P., & Duque, J. (2006). *Apresentação Pública do Relatório Preliminar do Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*. Relatório Final – Modelo e cenários. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais - Universidade Nova de Lisboa.
- LOURENÇO, N. (2010). O Custo Social e Económico do Crime - Introdução à análise dos impactes do crime nas vítimas e na sociedade. *Pela Lei e pela Grei – Revista da Guarda Nacional Republicana - Conhecer*, XXII(88), 50-55.
- LUEDTKE, G., & Associates. (1970). *Crime and the Physical City: Neighborhood Design Techniques for Crime Reduction*. Washington D.C.: U.S. Department of Justice.
- MACHADO, C. (2004). *Crime e Insegurança. Discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MACHADO, P. (2006). Insegurança Urbana: Questões de proximidade e distanciamento ao problema social. *Encontro Cidade para o cidadão. O planeamento de pormenor em questão - Textos de opinião*, 9. Ordem dos Arquitectos.
- MACHADO, P., Pereira, A, Rebelo, M., Menezes, M., Craveiro, J. et al. (2007). *Metrópoles Seguras: Bases para uma intervenção multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*, (3 volumes), Relatório 114/2007. Lisboa: LNEC.

Bibliografia

MACHADO, P. (2008). Abordagem Sócio-Ecológica do Comportamento Anti-social em Meio Urbano. *Actas do VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

MACHADO, P. (2009). “Uma análise sociológica de algumas questões relativas à segurança pública. Evolução e principais tendências em Portugal”. Direcção Geral da Administração Interna – Ministério da Administração Interna.

MACHADO, P. (2010a). Reflectindo Sobre o Conceito de Envelhecimento Activo, Pensando no Envelhecimento em Meio Urbano. *Fórum Sociológico-CESNOVA*. Série II (2007), 17(Fev.), 53-63.

MACHADO, P. (2010b). L'amélioration de L'espace Public et les Enjeux de la Civilité. *Sociologia on Line, Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 1(4).

MACHADO, P & Neves, A.V. (Coord.). (2011). *Segurança pública e desenvolvimento urbano, a prevenção do crime através do espaço construído*. Série Política de cidades, 7. Lisboa: DGOTDU.

MADANIPOUR, A. (1999). Why Are the Design and Development of Public Spaces Significant for Cities?. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 26(6), 879–891.

MALHEIROS, J. M. (Coord.), Mendes, M. (Coord.), Barbosa, C. E., Silva, S. B., Schiltz, A. *et al.* (2007). Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa. Colecção *Estudos do Observatório da Imigração*, 22. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

MARAT-MENDES, T. (2006). Os aspectos morfológicos da periferia urbana portuguesa. Um contributo para a construção de um modelo de crescimento urbano sustentável. *XII Congresso Ibero-americano de Urbanismo. Salamanca, Espanha, 16, 17 e 18 de outubro*. Acedido em 20 de abril, 2012, de http://iscte-iul.academia.edu/TeresaMaratMendes/Papers/102209/Os_aspectos_morfológicos_d_a_periferia_urbana_portuguesa._Um_contributo_para_a_construção_de_um_modelo_de_crescimento_urbano_sustentavel

MARAT-MENDES, T. (2007), Measuring urban form: a methodological sustainable appraisal approach. *Ecopolis, Revealing and Enhancing Sustainable Design. Cities, Design & Sustainability Series 3*, 49-58. Dimitra Babalis ed.

MARZBALI, M. H., Abdullah, A., Razak, N.A., & Tilaki, M.J.M. (2011). A review of the effectiveness of crime prevention by design approaches towards sustainable development. *Journal of Sustainable Development*, 4(1), 160-172.

MEDEIROS, V. A., Holanda, F. R. B., & Trigueiros, E.B. F. (2003). From Compact Colonial Villages to Sparse Metropolis: Investigating grid integration, compactness and form of the integration core in Brazilian cities. *Internationalspaces Syntax Symposium*, 4, 12.1-12.16. London: Proceedings...

- MIRANDA, J. (2002): *A Dinâmica Jurídica do Planeamento Territorial - A Alteração, a Revisão e a Suspensão dos Planos*. Coimbra Editora.
- MORIN, E. (1996). *O problema Epistemológico da Complexidade*. Publicações Europa-América.
- MOZAS, J., & Fernández, A. (2006). *Density – New Collective Housing*. A+T Density Series.
- MUMFORD, L. (1964). *La Cite à Travers l'histoire*. Paris: Seuil.
- NARCISO, C. (2009). Espaço Público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e precedências. *Estudos e pesquisas em psicologia - UERJ, RJ*, 9(2), 265-291.
- NEWMAN, G., Clarke, R. & Shoham, S. G. (1997), *Rational choice and situational crime prevention*. Ashgate: Dartmouth Publishing Company Limited.
- NEWMAN, O. (1972). *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design*. New York: McMillan.
- NEWMAN, O. (1996). *Creating Defensible Space*. New York: Institute of Community Design Analysis, US Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research.
- NGOBO, P.V. (1997). Qualité Perçue et Satisfaction des Consommateurs: un état des recherches. *Revue Française du Marketing*, 163(3), 67-79.
- OLIVER, R. L. (1997). *Satisfaction: a Behavioral Perspective on the Consumer*. McGraw-Hill.
- OLIVER, R. L. (1980). A Cognitive Model of Antecedents and Consequences of Satisfaction Decisions. *Journal of Marketing Research*, 17(4)(nov.) 460-469.
- ONU. (2010). *World Population Prospect: the 2009 Revision and World Urbanization Prospects: the 2009 Revision*. New York: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat.
- PARTIDÁRIO, M. R. (2000). Indicadores de Qualidade de Ambiente Urbano, (2ª ed.). *Colecção Estudos 4*. Lisboa: DGOTDU
- PARASURAMAN, A., Zeithaml, V.A., & Berry, L.L. (1985). A conceptual Model of service quality and its implication for future research. *Journal of Marketing*, 49(April), 41-50.
- PARDAL, S. C., Correia, P. V. D., & Costa Lobo, M. (1998), *Normas Urbanísticas, Desenho Urbano Apreciação de Planos Perímetros Urbanos*. Vol. II. (2ª ed.). Lisboa: DGOTDU – UTL.

Bibliografia

PARK, Burgess, & McKenzie, R. (1925). *The City. Suggestions for the Investigation of Human Nature in the Urban Environment*. Chicago: University of Chicago Press.

PASCOE, T. (1998). Crime Auditing & Analysis - Strategies for the Crime & Disorder Bill. *Comunicação apresentada na BRE National Conference*. Sept. 25th. London UK.

PASCOE T. (1997). CPTED a Risk Management Tool for the Future. *Comunicação apresentada na 2nd International CPTED Conference*. Dec. 2-5. Orlando, Florida, USA.

PASCOE, T., & Topping, P. (1997). Secure By Design: Assessing the basis of the scheme. *International Journal of Risk, Security and Crime Prevention*. Spring/Summer.

PASCOE, T., & Topping, P. (1997). Secure By Design: Assessing the Basis of the Scheme. *International Journal of Risk, Security and Crime Prevention*. Spring/Summer.

PIAGET, J. (2002). *O Comportamento, Motor da Evolução*. Porto: Rés.

PIAGET, J. (2000). *Seis Estudos de Psicologia*. Lisboa: Dom Quixote.

POPPER, K. (1999). *O Mito do Contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*. Edições 70.

POPPER, K. (2003). *Conjecturas e Refutações*, de Karl Popper Tradução de Benedita Bettencourt. Coimbra: Almedina,

PORTAS, N., Domingues, A., & Cabral, J. (2003). *Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PRETECEILLE, E. (1998). *Mutations Urbaines et Politiques Locales. Vol.1*. Paris: Centre de Sociologie Urbaine. Institut de Recherché sur les Sociétés Contemporaines.

PUNTER, J., & Carmona, M. (2007), *The Design Dimension of Planning. Theory, content and best practice for design policies*. Rontledge: Oxon.

Relatório Anual de Segurança Interna (2008). Acedido em 14 de Maio, 2009, de http://www.portugal.gov.pt/media/564308/rasi_2008.pdf

Relatório Anual de Segurança Interna (2009). Acedido em 15 de junho, 2010, de http://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi_2009.pdf

Relatório Anual de Segurança Interna (2010). Acedido em 23 de setembro, 2011, de http://www.portugal.gov.pt/media/564302/rasi_2010.pdf

- Relatório Anual de Segurança Interna* (2011), Acedido em 3 Maio, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf
- RIBEIRO, O. (1969). Prémio Metodológico ao Estudo das Pequenas Cidades Portuguesas, *Finisterra*, 4(7), 64-75.
- ROBERT, P. (2002). *O Cidadão, o crime e o Estado*, Editorial Notícias.
- ROBINSON, M. B. (1999). The Theoretical Development of 'CPTED': 25 years of responses to C. Ray Jeffery. In W. Laufer & F. ADLER, F. (Eds.), *The Criminology of Criminal Law, Advances in Criminological Theory*, Vol. 8. New Brunswick, USA: Transaction Publishers.
- ROCHÉ, S. (1993). *Le Sentiment d'insécurité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- ROCHÉ, S. (1994). *Insécurité et Libertés*. Paris: Seuil.
- ROCHÉ, S. (1996). *La Société Incivile*. Paris: Seuil.
- ROGERS, T. (s.d.). *Towards an Analytical Framework on Fear of Crime and its Relationship to Print Media Reportage*. Acedido em 12 de abril, 2012, de http://www.sheffield.ac.uk/polopoly_fs/1.71409!/file/8rogers.pdf
- SACCO, V. F. (2000). News that Counts: Newspaper Images of Crime and Victimization Statistic. *Criminologie*, 33(1).
- SALGUEIRO, E. (1997), *Internacionalização, Reestruturação Económica e Produção de Novas Marginalidades na Região de Lisboa, Relatório final do projecto de Investigação*. Lisboa: DGOTDU/JNICT.
- SALGUEIRO, T. B. (1999). *A cidade em Portugal, uma Geografia Urbana*, (3.^a ed.). Lisboa: Edições Afrontamento.
- SALGUEIRO, T. B. (2000). Fragmentação e Exclusão nas Metrópoles, *Sociedade e Território*, 30.
- SAMPAIO, A. M. C. G. O. (2007). Design Against Crime - Prevenção situacional do crime em espaço urbano. (Dissertação de Mestrado em em Design, Materiais e Gestão do Produto, Departamento de Comunicação e Arte – Universidade de Aveiro, 2007).
- SAMPSON, R. J. (2002). *Transcending Tradition: New Directions in Community Research, Chicago Style*. *Criminology*, 40(2), 213-230.
- SANTOS, M. (1986). Espacio y Método. *Geocritica. Cadernos Críticos de Geografia Humana*, 65(Sept) Barcelona: Pulicacions i Edicions UB.
- SANTOS, M. (1996). *Metamorfosis del Espacio Habitado*. Barcelona: Oikos-tau.

Bibliografia

SANTOS, M. (2000). *La Naturaleza del Espacio*, Técnica y tiempo. Razón y emoción. Barcelona: Editorial Ariel.

SARMENTO, C. M. (2006). Poder e Identidade – Desafios de Segurança. In M. Valente (Coord.), *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 155-168). Coimbra: Edições Almedina.

SARMENTO, C. M. (2010), *Política & Segurança - Novas Configurações do Poder*, prefácio de Adriano Moreira. Lisboa: Centro de Investigação do Inst. Ciên. Pol. e Segurança Interna e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

SAVILLE, G., & Cleveland, G. (1998). Second Generation CPTED: an Antidote to the Social Y2K Virus of Urban Design. *Comunicação apresentada na 3rd International CPTED Association conference*. Washington.

SAVILLE, G. (1996). Situational Crime Prevention as Responsible Urban Design. *Plan*. 36(2), 27-28. Ottawa, Canada: Canadian Institute of Planners.

SAVILLE, G. (1995). *Crime Problems, Community Solutions: Environmental Criminology as a Developing Prevention Strategy*. Port Moody, B.C.: AAG Publications.

SCHISSEL, B. (1997). *Blaming Children: Youth Crime, Moral Panic and the Politics of Hate*, Fernwood Publishing Co., Ltd.

SCOZKA, L. (1984). *Espaço Urbano e Comportamentos Agressivos – da Etologia à Psicologia Ambiental*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

SCOZKA, L., & Machado, P. (1990). *Os trajectos escolares das crianças de um bairro degradado de Lisboa – Contributos para uma leitura Sócio-Ecológica das Respostas Escolares da Musgueira Sul*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

SERDOURA, F. M., & Silva, F. N. (2006). Espaço Público. Lugar de Vida Urbana. *Pluris*. Acedido em 29 abril, 2012, do http://utl.academia.edu/FranciscoSerdoura/Papers/369628/ESPACO_PUBLICO._LUGAR_DE_VIDA_URBANA.

SERDOURA, F. M. (2006). *Espaço Público, Vida Pública – O caso do Parque das Nações*. (Dissertação de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano, Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, 2006).

SERDOURA, F. M. (2007). As Dimensões do Espaço Urbano Público. *Artitextos*, 5, 144-156.

SERDOURA, F. M. (2008). A Emergência de Novas Centralidades: O caso de Lisboa. *Minerva*, 5(2) 187-196. Acedido em 19 Maio, 2012, do http://utl.academia.edu/FranciscoSerdoura/Papers/369630/A_EMERGENCIA_DE_NOVAS_CENTRALIDADES_O_CASO_DE_LISBOA.

- SERDOURA, F. M., & Almeida, H. (2010). Small Open Spaces. Liveable spaces. *Comunicação apresentada na 4th Luso-Brazilian conference on Urban, Regional, Integrated and Sustainable Planning*.
- SERPA, A. (2004). Espaço Público e Acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. *Revista Geosp – Espaço e Tempo*, 15, 21-37. São Paulo.
- SHAFTOE, H., & Read, T. (2005). Planning Out Crime: The application of science or na act of faith?. In N. Tilley (Ed.), *Crime Prevention and Community Safety* (pp.71-106). Willan Publishing.
- SIMÕES, G. R. C. (2001). Subsídios para Análise da Distribuição e Afectação da Polícia de Segurança Pública na Área Metropolitana de Lisboa. (Dissertação de licenciatura, ISCPSI, 2001).
- SIMÕES, J. F. (2002). Cidade para todos. *Sociedade e Território*, 33(Fev.).
- SIMÕES, J. M. H. (2002). Planeamento/Ordenamento. In *Gestão Urbana: Passado, Presente, Futuro* (pp. 130-156). Lisboa: Ed. Parque Expo'98, S.A.
- SIMÕES, J. M. H. (2007). Jorge Gaspar: Geógrafo, Professor. *Geophilia: o Sentir e os Sentidos da Geografia* (pp. 17-61). Lisboa: Ed. Centro de Estudos Geográficos.
- SIMÕES, J. M. (2008). Paisagens Urbanas e Sociabilização. In E. M. Barreiros Ferreira (Coord.) *Actas. Património Paisagístico: os caminhos da Transversalidade, Colóquio, 12 de outubro de 2007* (pp. 113-117). Lisboa: Ed. Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas.
- SITTE, C. (1980). Construcción de ciudades según principios artísticos. Viena, 1889, in George R. Collins y Christiane C. Collins, “*Camillo Sitte y el nacimiento del urbanismo moderno*”. Barcelona: Gustavo Gili.
- SMITH, E. (1901). The Cost of Crime. In *Annual Meeting of the Nacional Prison Association*. 1900. Washington, DC.
- SOARES, L. J. B. (2004). Paradoxos e Equívocos de 20 anos de planeamento do território. In: *Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 37/38. Edições Afrontamento.
- SOUSA LARA, A. (Coord.), Carreira, C., Romana, H. B., Fernandes, J. A., Clemente, P. et al. (2012). *Caos urbano*. Lisboa: Pactor Editora.
- SOUZA, R. S. R. (2007). The Role of the Press in Public. *Brazilian Journalism Research*, 3(1) 281-8.
- SPIRN, A. W. (1989). The Poetics of City and Nature: Toward a New Aesthetic for Urban Design. In: *Places*, 6(1), 82-93.
- SRIVASTVA, S. K., & Agarwal, S. (2004). The Visual Media Contribute to Violence Against Women?. *Journal of Social Studies*, 9(1) 63-65.

Bibliografia

STERN, W. J. (2001). O Ressurgimento de Times Square: Uma lição inesperada. In M. Magnet (Ed.), *Paradigma urbano: As cidades do novo milénio*. Lisboa: Quetzal Editores.

TEIXEIRA, M. C. (1993). A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. *Análise Social*, XXVIII (121) (2.º), 371-390.

TEIXEIRA, N. S., Lourenço, N., & Piçarra, N. (2006), *Estudo para a reforma do modelo de organização do sistema de segurança interna. Relatório preliminar*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais - Universidade Nova de Lisboa.

THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G. (1970). *A Modern Dictionary of Sociology*. London: Methuen.

TRIGUEIROS, E. B. F., & Medeiros, V. A. S. (2003). Marginal Heritage: Studying effects of change in spatial integration over land-use patterns and architectural conservation in the old town centre of Natal, Brazil. *International Spaces Syntax Symposium*, 4, 20.1-20.16. London: Proceedings... London.

VAN DIJK, J., Manchin, R., van Kesteren, J., Nevala, S., & Hideg, G. (2005). *The burden of crime in the EU. Research Report: A Comparative Analysis of the European Crime and Safety Survey (EU ICS) 2005*. Acedido em 14 de março, 2008, de <http://www.europeansafetyobservatory.eu/downloads/EUICS%20%20The%20Burden%20of%20Crime%20in%20the%20EU.pdf>

VAN KESTEREN, J., Mayhew, P., & Nieuwbeerta, P. (2001), Criminal Victimization in Seventeen Industrialised Countries. Key findings from the 2000 International Crime Victims Survey. *Onderzoek en beleid*, 187. Wetenschappelijk Onderzoek-en Documentatiecentrum, The Hague.

VÉSTIA, J. P. P. (2011). *Métricas Urbanas -Análise de espaços públicos da cidade de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa, 2011).

VYGOTSKY, L. S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

WALLON, H. (1986). *Psicopatologia e Psicologia Genética*. In: Werebe, M J. & Nadel-Brulfert, J. Henri Wallon, São Paulo: Editora Ática, pp. 179-186 (orig. 1951).

WALSH, E. (1999). Crime Prevention Through Environmental Design. *Jornal of housing and community development*. 42-44(junho/agosto).

WEKERLE, G. R., Safe City Committee of the City of Toronto, Toronto (Ont.) Planning and Development Dept. (1992). A Working guide for planning and designing safer urban environments. Toronto : Corporation of the City of Toronto.

WEKERLE, G.R., & Whitzman, C. (1995). *Safe cities: Guidelines for planning, design, and management*. New York: John Wiley.

WERKERLE, G. R. (1996). Planning for Safer Cities. In Plan Canada. Canada: Canadian Institute of Planners. March.

WEKERLE, G. R. (2009). Gender and the Neoliberal City: Urban Restructuring, Social Exclusion and Democratic participation. In H. Hiller (Ed.), *Urban Sociology in Canada*. Toronto: Oxford University Press.

WILSON, J., & Kelling, G. (1982). Broken Windows. The police and neighborhood safety. *The Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38. Washington.

World Population Prospects: the 2009 Revision and world Urbanization. (2010). Acedido em 23 de março, 2011, de <http://www.ctc-health.org.cn/file/2011061610.pdf>

WIRTH, L. (1938). Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, 44(1) (Jul.), 1-24. Publicado pela University of Chicago Press.

WOOD, E. (1961). *Housing Design: A Social Theory*. New York: Citizen's Housing and Planning Counsel of New York.

WOOD, E. (1967). *Social Aspects of Housing in Urban Development*. ST/SOA/71. New York: Department of Economic and Social Affairs, United Nations.

World Health Organization (2002). *Preventing Violence. A guide to implementing the recommendations of the World report on violence and health*. Acedido em 14 Março, 2012, do <http://whqlibdoc.who.int/publications/2004/9241592079.pdf>

YANICH, D. (2001). Location, Location, Location: Urban and Suburban Crime on Local TV News. *Journal of Urban Affairs*, 23(3).

ZAHM, D. (2007). *Using Crime Prevention Through Environmental Design in Problem-Solving*. Washington: U.S. Department of Justice Office of Community Oriented Policing Services.

Endereços na internet

Australian Institute of Criminology (Australian Government) - <http://www.aic.gov.au/>

California Design Out Crime Association - www.caldoca.org

Centrum Criminaliteitspreventie Veiligheid - <http://www.politiekeurmerk.nl/>

Comité Europeu de Normalização (CEN) - <http://www.cen.eu/>

CPTED Chile - <http://www.cpted.cl/spanish/>

CPTED Netherlands - <http://www.cpted.nl/cms/>

CPTED Security- <http://cptedsecurity.com/index.htm>

CPTED South África - <http://www.cpted.co.za/>

Designing Out Crime - <http://www.designingoutcrime.com/>

Designing Out Crime Association (Reino Unido) - www.doca.org.uk

European Designing Out Crime - www.e-doca.eu

European Council of Spatial Planners - Conseil européen des urbanistes (ECTP-CEU) - <http://www.ceu-ectp.eu/>

European Crime Prevention Network (EUCPN) - <http://www.eucpn.org/>

Florida Design Out Crime Association - www.fldoca.com

Graffiti Hurt and Keep America Beautiful - <http://www.graffitihurts.org/>

International Centre for the Prevention of Crime (ICPC) - <http://www.crime-prevention-intl.org/>

International CPTED Association (Canada) - <http://www.cpted.net/>

United Nations - Department of Economic and Social Affairs Population Division - <http://www.un.org/esa/population/unpop.htm>

United States Designing Out Crime Association - www.us-doca.com

Veilig Ontwerp en Beheer” (Países Baixos) - <http://www.veilig-ontwerp-beheer.nl/>

<http://www.doca.org.uk/> - Associação Inglesa DOCA-UK (Designing out crime Association)

Global Peace Index - http://en.wikipedia.org/wiki/Global_Peace_Index - Acedido em 11 de maio de 2009.

Alliance for Peace Building - *<http://www.allianceforpeacebuilding.org/?page=workGPI>* – Acedido em 8 de março de 2012.

Mercer - *<http://www.mercer.com/press-releases/quality-of-living-report-2011>*,
acedido em 25 maio 2012.

ANEXO 1

Tabelas

ANEXO 1 | Tabelas

Tabela 1

CONCELHOS																
NATUREZA DO CRIME	Total Crimes	%	Alenquer	%	Amadora	%	Cascais	%	Lisboa	%	Loures	%	Odivelas	%	Oeiras	%
Particular	32	0%	0	0%	4	0%	1	0%	2	0%	0	0%	17	1%	3	0%
Semi-público	4379	34%	1	100%	354	21%	118	23%	606	17%	1836	62%	862	63%	131	13%
Público	8617	66%	0	0%	1297	78%	384	76%	2977	83%	1109	38%	499	36%	853	86%
Total	13028	100%	1	100%	1655	100%	503	100%	3585	100%	2945	100%	1378	100%	987	100%

Continuação da tabela 1

GLOBAL										EM ESTUDO		NÃO CONSIDERADOS		
NATUREZA DO CRIME	Sintra	%	Torres Vedras	%	Vila F. Xira	%	Em Branco	%	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Particular	4	0%	0	0%	1	1%	0	0%	Particular	32	Particular	26	Particular	6
Semi-público	433	25%	9	53%	21	13%	8	16%	Semi-público	4378	Semi-público	3789	Semi-público	590
Público	1305	75%	8	47%	144	87%	41	82%	Público	8617	Público	6735	Público	1882
Total	1742	100%	17	100%	166	100%	50	100%	Total	13028	Total	10550	Total	2478

Nota: Total global de crimes participados entre 2008-2010= 13028

Nota: Total dos registos por concelhos em estudo=10550

Tabela 2

CONCELHOS

ANO DA OCORRÊNCIA	Total Crimes	%	Alenquer	%	Amadora	%	Cascais	%	Lisboa	%	Loures	%	Odivelas	%	Oeiras	%
2008	3955	30%	1	100%	408	25%	196	39%	1281	36%	885	30%	410	30%	297	30%
2009	4382	34%	0	0%	552	33%	182	36%	1125	31%	1054	36%	362	26%	342	35%
2010	4691	36%	0	0%	695	42%	125	25%	1179	33%	1006	34%	606	44%	348	35%
Total	13028	100%	1	100%	1655	100%	503	100%	3585	100%	2945	100%	1378	100%	987	100%
%crime/concelho / global	100%		0%		13%		30%		28%		23%		11%		8%	

null2

null1

null1

Nota: os Null considerados na base foram agrupados no ano da participação da ocorrência 2010 por se saber que ocorreram em 2010 e como não temos mais nenhuma ano de registo posterior a 2010

Continuação da
tabela 2

GLOBAL										EM ESTUDO		NÃO CONSIDERADOS		
ANO DA OCORRÊNCIA	Sintra	%	Torres Vedras	%	Vila F. Xira	%	Em Branco	%	Total	Total	Total			
2008	405	23%	4	24%	44	27%	24	49%	2008	3955	2008	3281	2008	674
2009	686	39%	9	53%	61	37%	9	18%	2009	4382	2009	3435	2009	947
2010	651	37%	4	24%	61	37%	16	33%	2010	4691	2010	3834	2010	857
Total	1742	100%	17	100%	166	100%	49	100%	Total	13028	Total	10550	Total	2478
	13%		0%		1%		30%		100%		81%		19%	

Tabela 3

ESPAÇO PÚBLICO URBANO		CONCELHOS										
TIPO DE OCORRÊNCIA	Total Crimes	%	Lisboa	%	Amadora	%	Loures	%	Odivelas	%	Oeiras	%
Crimes contra o património	5228	95%	2371	94%	1103	100%	550	81%	435	100%	769	100%
Crimes contra as pessoas	264	5%	138	6%	0	0%	126	19%	0	0%	0	0%
Total	5492	100%	2509	100%	1103	100%	676	100%	435	100%	769	100%
% crime contra património/concelho	100%		45%		21%		11%		8%		15%	
%total crime/concelho	100%		46%		20%		12%		8%		14%	

95% dos crimes participados para o universo em estudo são crimes contra o património

Tabela 4

ESPAÇO PÚBLICO URBANO		CONCELHOS										
ANO DA OCORRÊNCIA	Total Crimes	%	Lisboa	%	Amadora	%	Loures	%	Odivelas	%	Oeiras	%
2008	1593	29%	854	34%	231	21%	182	27%	110	25%	216	28%
2009	1731	32%	763	30%	366	33%	232	34%	108	25%	262	34%
2010	2168	39%	892	36%	506	46%	262	39%	217	50%	291	38%
Total	5492	100%	2509	100%	1103	100%	676	100%	435	100%	769	100%
%crime/concelho	100%		46%		20%		12%		8%		14%	

Tabela 5												
ESPAÇO PÚBLICO URBANO		CONCELHOS										
TIPO DE LOCAL	Total Crimes	%	Lisboa	%	Amadora	%	Loures	%	Odivelas	%	Oeiras	%
Jardim	9	0%	5	0%	2	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Jardim Gulbenkian	1	0%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Jardim Público	3	0%	1	0%	2	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Parque	3	0%	1	0%	2	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Parque de Skate	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%
Parque Infantil	1	0%	0	0%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Via Pública	5492	99%	2509	99%	1103	98%	676	100%	435	99%	769	99%
Parque de Estacionamento	25	0%	10	0%	8	1%	0	0%	2	0%	5	1%
Entrada de Estação de Metro	1	0%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Gare/Aerogare	4	0%	2	0%	1	0%	1	0%	0	0%	0	0%
Saída da Estação do Metropolitano	1	0%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Descampado	2	0%	0	0%	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Paragem de Autocarro	2	0%	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Total	5545	100%	2532	100%	1120	100%	678	100%	438	100%	777	100%
% crime/concelho	100%		46%		20%		12%		8%		14%	

Tabela 6												
ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO		Lisboa	Ano		Ano		Ano				
VIA PÚBLICA/ FREGUESIA	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Ajuda	21	1%			10	1%		4	1%		7	1%
Alcântara	40	2%			13	2%		13	2%		14	2%
Alto do Pina	33	1%			8	1%		12	2%		13	1%
Alvalade	37	1%			9	1%		19	2%		9	1%
Ameixoeira	39	2%			13	2%		8	1%		18	2%
Anjos	85	3%			30	4%		39	5%		16	2%
Beato	25	1%			5	1%		6	1%		14	2%
Benfica	198	8%			57	7%		52	7%		89	10%
Campo Grande	59	2%			26	3%		12	2%		21	2%
Campolide	35	1%			8	1%		11	1%		16	2%
Carnide	78	3%			25	3%		21	3%		32	4%
Castelo	8	0%			3	0%		4	1%		1	0%
Charneca	29	1%			12	1%		7	1%		10	1%
Coração de Jesus	12	0%			3	0%		3	0%		6	1%
Encarnação	44	2%	Bairro Alto		21	2%		11	1%		12	1%
Graça	16	1%			5	1%		7	1%		4	0%
Lapa	21	1%			3	0%		7	1%		11	1%
Lumiar	129	5%			38	4%		49	6%		42	5%
Madalena	7	0%	Baixa		2	0%		3	0%		2	0%
Marvila	82	3%			29	3%		17	2%		36	4%
Mercês	15	1%	Bairro Alto		7	1%		2	0%		6	1%
Nossa Senhora de Fátima	50	2%			20	2%		11	1%		19	2%
Pena	15	1%			4	0%		7	1%		4	0%

Penha de França	22	1%		3	0%	13	2%	6	1%
Prazeres	8	0%		2	0%	4	1%	2	0%
Sacramento	11	0%	Baixa	5	1%	4	1%	2	0%
Santa Catarina	13	1%	Bairro Alto	4	0%	5	1%	4	0%
Santa Engrácia	5	0%		1	0%	3	0%	1	0%
Santa Isabel	14	1%		4	0%	3	0%	7	1%
Santa Justa	28	1%	Baixa	10	1%	8	1%	10	1%
Santa Maria de Belém	20	1%		9	1%	6	1%	5	1%
Santa Maria dos Olivais	199	8%		79	9%	52	7%	68	8%
Santiago	1	0%		0	0%	0	0%	1	0%
Santo Condestável	28	1%		7	1%	6	1%	15	2%
Santo Estêvão	6	0%		4	0%	2	0%	0	0%
Santos-o-Velho	16	1%		5	1%	6	1%	5	1%
São Cristóvão e São Lourenço	5	0%	Baixa	3	0%	0	0%	2	0%
São Domingos de Benfica	93	4%		28	3%	34	4%	31	3%
São Francisco Xavier	5	0%		1	0%	0	0%	4	0%
São João	33	1%		13	2%	10	1%	10	1%
São João de Brito	39	2%		15	2%	9	1%	15	2%
São João de Deus	35	1%		11	1%	15	2%	9	1%
São Jorge de Arroios	69	3%		24	3%	15	2%	30	3%
São José	22	1%		8	1%	6	1%	8	1%
São Mamede	7	0%		1	0%	3	0%	3	0%
São Miguel	3	0%		1	0%	0	0%	2	0%
São Nicolau	17	1%	Baixa	6	1%	6	1%	5	1%
São Paulo	33	1%		10	1%	10	1%	13	1%

ANEXO 1 | Tabelas

São Sebastião da Pedreira	34	1%	10	1%	13	2%	11	1%
São Vicente de Fora	14	1%	10	1%	2	0%	2	0%
Sé	12	0%	2	0%	5	1%	5	1%
Socorro	17	1%	11	1%	2	0%	4	0%
Em branco*	622	25%	216	25%	196	26%	210	24%
Total	2509	100%	854	100%	763	100%	892	100%

* nota: em branco consideram-se todas as freguesia que não foi possível considerar isoladamente

Tabela 7											
ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO		Amadora		Ano		Ano		Ano		
VIA PÚBLICA/ FREGUESIA	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Alfornelos	12	1%		0	0%		2	1%		10	2%
Alfragide	23	2%		4	2%		5	1%		14	3%
Brandoa	41	4%		2	1%		19	5%		20	4%
Buraca	104	9%		28	12%		31	8%		45	9%
Damaia	161	15%		35	15%		62	17%		64	13%
Falagueira	50	5%		11	5%		22	6%		17	3%
Mina	200	18%		47	20%		75	20%		78	15%
Reboleira	148	13%		32	14%		35	10%		81	16%
São Brás	77	7%		20	9%		22	6%		35	7%
Venda Nova	52	5%		6	3%		21	6%		25	5%
Venteira	152	14%		34	15%		42	11%		76	15%
Em branco*	83	8%		12	5%		30	8%		41	8%
Total	1103	100%		231	100%		366	100%		506	100%

* nota: em branco consideram-se todas as freguesia que não foi possível considerar isoladamente

ANEXO 1 | Tabelas

Tabela 8											
ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO		Loures		Ano		Ano		Ano		
VIA PÚBLICA/ FREGUESIA	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Apelação	36	5%		13	7%		13	6%		10	4%
Bobadela	14	2%		2	1%		6	3%		6	2%
Camarate	83	12%		23	13%		24	10%		36	14%
Frielas	2	0%		2	1%		0	0%		0	0%
Loures	35	5%		11	6%		11	5%		13	5%
Moscavide	35	5%		10	5%		12	5%		13	5%
Portela	104	15%		35	19%		41	18%		28	11%
Prior Velho	123	18%		32	18%		59	25%		32	12%
Sacavém	99	15%		13	7%		25	11%		61	23%
Santa Iria de Azoia	35	5%		9	5%		14	6%		12	5%
Santo António dos Cavaleiros	38	6%		11	6%		5	2%		22	8%
São João da Talha	30	4%		9	5%		8	3%		13	5%
Unhos	39	6%		12	7%		13	6%		14	5%
Em branco*	3	0%		0	0%		1	0%		2	1%
Total	676	100%		182	100%		232	100%		262	100%

* nota: em branco consideram-se todas as freguesia que não foi possível considerar isoladamente

Tabela 9											
ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Odivelas	Ano		Ano		Ano		Ano		
VIA PÚBLICA/ FREGUESIA	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Caneças	17	4%		4	4%		7	6%		6	3%
Famões	8	2%		2	2%		0	0%		6	3%
Odivelas	217	50%		50	45%		51	47%		116	53%
Olival Basto	16	4%		4	4%		6	6%		6	3%
Pontinha	106	24%		29	26%		30	28%		47	22%
Póvoa de Santo Adrião	35	8%		8	7%		10	9%		17	8%
Ramada	28	6%		11	10%		3	3%		14	6%
Em branco*	8	2%		2	2%		1	1%		5	2%
Total	435	100%		110	100%		108	100%		217	100%

* nota: em branco consideram-se todas as freguesia que não foi possível considerar isoladamente

Tabela 10											
ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Oeiras	Ano		Ano		Ano		Ano		
VIA PÚBLICA/ FREGUESIA	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Algés	127	17%		39	18%		44	17%		44	15%
Barcarena	45	6%		12	6%		15	6%		18	6%
Carnaxide	152	20%		46	21%		50	19%		56	19%
Caxias	33	4%		12	6%		8	3%		13	4%
Cruz Quebrada – Dafundo	29	4%		6	3%		10	4%		13	4%
Linda-a-Velha	76	10%		22	10%		28	11%		26	9%
Oeiras e São Julião da Barra	156	20%		48	22%		51	19%		57	20%
Paço de Arcos	83	11%		22	10%		30	11%		31	11%
Porto Salvo	42	5%		6	3%		20	8%		16	5%
Queijas	8	1%		1	0%		3	1%		4	1%
Em branco*	18	2%		2	1%		3	1%		13	4%
Total	769	100%		216	100%		262	100%		291	100%

* nota: em branco consideram-se todas as freguesia que não foi possível considerar isoladamente

Tabela 11

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	Lisboa/zonas
VIA PÚBLICA/ Bairros	Total Crimes
Bairro Alto	74
Baixa	71
Chiado/Bairro Alto	3
Av.ª 24 Julho	7
Rossio	6
Sete Rios	3
Campo Grande	7
Martim Moniz	5
Total	176

Bairro Alto inclui as freguesias:

Santa catarina
 Mercês
 Encarnação
 Mártires

Baixa inclui as freguesias:

São Nicolau
 Mártires
 Sacramento
 Santa Justa
 São Cristóvão
 São Lourenço
 Madalena

Tabela 12

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHOS											
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	Lisboa	%	Amadora	%	Loures	%	Odivelas	%	Oeiras	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	601	11%	334	13%	83	8%	57	8%	28	6%	99	13%
Manhã_6:01:00-12:00:00	950	17%	421	17%	205	19%	118	17%	92	21%	114	15%
Tarde_12:01:00-18:00:00	1948	35%	913	36%	404	37%	223	33%	160	37%	248	32%
Noite_18:01:00- 0:00:00	1980	36%	837	33%	404	37%	278	41%	154	35%	307	40%
Null	13	0%	4	0%	7	1%	0	0%	1	0%	1	0%
Total	5492	100%	2509	100%	1103	100%	676	100%	435	100%	769	100%
crime Patr Período/% concelho/% global	100%		46%		20%		12%		8%		14%	

Tabela 13

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO		Lisboa								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	334	13%		108	13%		108	14%		118	13%
Manhã_6:01:00-12:00:00	421	17%		144	17%		121	16%		156	17%
Tarde_12:01:00-18:00:00	913	36%		309	36%		260	34%		344	39%
Noite_18:01:00- 0:00:00	837	33%		291	34%		274	36%		272	30%
Null	4	0%		2	0%		0	0%		2	0%
Total	2509	100%		854	100%		763	100%		892	100%

Tabela 14

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO Amadora										
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	83	8%		23	10%		27	7%		33	7%
Manhã_6:01:00-12:00:00	205	19%		36	16%		84	23%		85	17%
Tarde_12:01:00-18:00:00	404	37%		71	31%		112	31%		221	44%
Noite_18:01:00- 0:00:00	404	37%		101	44%		142	39%		161	32%
Null	7	1%		0	0%		1	0%		6	1%
Total	1103	100%		231	100%		366	100%		506	100%

Tabela 15

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO Loures										
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	57	8%		24	13%		15	6%		18	7%
Manhã_6:01:00-12:00:00	118	17%		28	15%		36	16%		54	21%
Tarde_12:01:00-18:00:00	223	33%		48	26%		79	34%		96	37%
Noite_18:01:00- 0:00:00	278	41%		82	45%		102	44%		94	36%
Null	0	0%		0	0%		0	0%		0	0%
Total	676	100%		182	100%		232	100%		262	100%

ANEXO 1 | Tabelas

Tabela 16

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO Odivelas										
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	28	6%		5	5%		5	5%		18	8%
Manhã_6:01:00-12:00:00	92	21%		24	22%		19	18%		49	23%
Tarde_12:01:00-18:00:00	160	37%		41	37%		34	31%		85	39%
Noite_18:01:00- 0:00:00	154	35%		40	36%		50	46%		64	29%
Null	1	0%		0	0%		0	0%		1	0%
Total	435	100%		110	100%		108	100%		217	100%

Tabela 17

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO Oeiras										
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	99	13%		25	12%		31	12%		43	15%
Manhã_6:01:00-12:00:00	114	15%		37	17%		37	14%		40	14%
Tarde_12:01:00-18:00:00	248	32%		59	27%		83	32%		106	36%
Noite_18:01:00- 0:00:00	307	40%		95	44%		110	42%		102	35%
Null	1	0%		0	0%		1	0%		0	0%
Total	769	100%		216	100%		262	100%		291	100%

Tabela 18

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Lisboa	FREGUESIA	Benfica							
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	5	3%		2	4%		1	2%		2	2%
Manhã_6:01:00-12:00:00	32	16%		12	21%		9	17%		11	12%
Tarde_12:01:00-18:00:00	88	44%		15	26%		22	42%		51	57%
Noite_18:01:00- 0:00:00	72	36%		28	49%		20	38%		24	27%
Null	1	1%		0	0%		0	0%		1	1%
Total	198	100%		57	100%		52	100%		89	100%

Tabela 19

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Lisboa	FREGUESIA	Lumiar							
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	6	5%		1	3%		3	6%		2	5%
Manhã_6:01:00-12:00:00	21	16%		6	16%		9	18%		6	14%
Tarde_12:01:00-18:00:00	52	40%		17	45%		17	35%		18	43%
Noite_18:01:00- 0:00:00	50	39%		14	37%		20	41%		16	38%
Null	0	0%		0	0%		0	0%		0	0%
Total	129	100%		38	100%		49	100%		42	100%

ANEXO 1 | Tabelas

Tabela 20

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Lisboa	FREGUESIA	Santa Maria dos Olivais							
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	19	10%		2	3%		10	19%		7	10%
Manhã_6:01:00-12:00:00	40	20%		16	20%		7	13%		17	25%
Tarde_12:01:00-18:00:00	65	33%		29	37%		14	27%		22	32%
Noite_18:01:00- 0:00:00	75	38%		32	41%		21	40%		22	32%
Null	0	0%		0	0%		0	0%		0	0%
Total	199	100%		79	100%		52	100%		68	100%

Tabela 21

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Amadora	FREGUESIA	Buraca							
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	7	7%		3	11%		3	10%		1	2%
Manhã_6:01:00-12:00:00	16	15%		4	14%		9	29%		3	7%
Tarde_12:01:00-18:00:00	43	41%		11	39%		9	29%		23	51%
Noite_18:01:00- 0:00:00	38	37%		10	36%		10	32%		18	40%
Null	0	0%		0	0%		0	0%		0	0%
Total	104	100%		28	100%		31	100%		45	100%

Tabela 22

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Amadora	FREGUESIA	Damaia								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	11	7%			3	9%		3	5%		5	8%
Manhã_6:01:00-12:00:00	37	23%			11	31%		14	23%		12	19%
Tarde_12:01:00-18:00:00	47	29%			9	26%		13	21%		25	39%
Noite_18:01:00- 0:00:00	65	40%			12	34%		31	50%		22	34%
Null	1	1%			0	0%		1	2%		0	0%
Total	161	100%			35	100%		62	100%		64	100%

Tabela 23

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Amadora	FREGUESIA	Mina								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	19	10%			3	6%		7	9%		9	12%
Manhã_6:01:00-12:00:00	27	14%			7	15%		8	11%		12	15%
Tarde_12:01:00-18:00:00	76	38%			11	23%		27	36%		38	49%
Noite_18:01:00- 0:00:00	76	38%			26	55%		33	44%		17	22%
Null	2	1%			0	0%		0	0%		2	3%
Total	200	100%			47	100%		75	100%		78	100%

Tabela 24

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Amadora	FREGUESIA	Reboleira								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	18	12%			4	13%		6	17%		8	10%
Manhã_6:01:00-12:00:00	37	25%			6	19%		14	40%		17	21%
Tarde_12:01:00-18:00:00	43	29%			11	34%		3	9%		29	36%
Noite_18:01:00- 0:00:00	49	33%			11	34%		12	34%		26	32%
Null	1	1%			0	0%		0	0%		1	1%
Total	148	100%			32	100%		35	100%		81	100%

Tabela 25

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Amadora	FREGUESIA	Venteira								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	6	4%			1	3%		1	2%		4	5%
Manhã_6:01:00-12:00:00	31	20%			5	15%		13	31%		13	17%
Tarde_12:01:00-18:00:00	70	46%			15	44%		14	33%		41	54%
Noite_18:01:00- 0:00:00	45	30%			13	38%		14	33%		18	24%
Null	0	0%			0	0%		0	0%		0	0%
Total	152	100%			34	100%		42	100%		76	100%

Tabela 26

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Loures	FREGUESIA	Portela								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	7	7%			4	11%		1	2%		2	7%
Manhã_6:01:00-12:00:00	17	16%			9	26%		4	10%		4	14%
Tarde_12:01:00-18:00:00	31	30%			6	17%		16	39%		9	32%
Noite_18:01:00- 0:00:00	49	47%			16	46%		20	49%		13	46%
Null	0	0%			0	0%		0	0%		0	0%
Total	104	100%			35	100%		41	100%		28	100%

Tabela 27

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Amadora	FREGUESIA	Prior Velho								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	14	11%			7	22%		6	10%		1	3%
Manhã_6:01:00-12:00:00	10	8%			3	9%		3	5%		4	13%
Tarde_12:01:00-18:00:00	42	34%			6	19%		22	37%		14	44%
Noite_18:01:00- 0:00:00	57	46%			16	50%		28	47%		13	41%
Null	0	0%			0	0%		0	0%		0	0%
Total	123	100%			32	100%		59	100%		32	100%

Tabela 28

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Odivelas	FREGUESIA	Odivelas								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	10	5%			1	2%		2	4%		7	6%
Manhã_6:01:00-12:00:00	45	21%			9	18%		7	14%		29	25%
Tarde_12:01:00-18:00:00	79	36%			23	46%		14	27%		42	36%
Noite_18:01:00- 0:00:00	82	38%			17	34%		28	55%		37	32%
Null	1	0%			0	0%		0	0%		1	1%
Total	217	100%			50	100%		51	100%		116	100%

Tabela 29

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Odivelas	FREGUESIA	Pontinha								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	12	11%			2	7%		3	10%		7	15%
Manhã_6:01:00-12:00:00	21	20%			6	21%		8	27%		7	15%
Tarde_12:01:00-18:00:00	34	32%			7	24%		7	23%		20	43%
Noite_18:01:00- 0:00:00	39	37%			14	48%		12	40%		13	28%
Null	0	0%			0	0%		0	0%		0	0%
Total	106	100%			29	100%		30	100%		47	100%

Tabela 30

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Oeiras	FREGUESIA	Algés								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	15	12%			3	8%		3	7%		9	20%
Manhã_6:01:00-12:00:00	17	13%			7	18%		6	14%		4	9%
Tarde_12:01:00-18:00:00	52	41%			15	38%		17	39%		20	45%
Noite_18:01:00- 0:00:00	42	33%			14	36%		17	39%		11	25%
Null	1	1%			0	0%		1	2%		0	0%
Total	127	100%			39	100%		44	100%		44	100%

Tabela 31

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Oeiras	FREGUESIA	Carnaxide								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	22	14%			5	11%		5	10%		12	21%
Manhã_6:01:00-12:00:00	23	15%			10	22%		5	10%		8	14%
Tarde_12:01:00-18:00:00	29	19%			8	17%		12	24%		9	16%
Noite_18:01:00- 0:00:00	78	51%			23	50%		28	56%		27	48%
Null	0	0%			0	0%		0	0%		0	0%
Total	152	100%			46	100%		50	100%		56	100%

Tabela 32

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHO	Oeiras	FREGUESIA	Oeiras e S. Jilão da Barra								
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%		2008	Total Crimes	%	2009	Total Crimes	%	2010	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	19	12%			8	17%		5	10%		6	11%
Manhã_6:01:00-12:00:00	17	11%			4	8%		9	18%		4	7%
Tarde_12:01:00-18:00:00	54	35%			11	23%		16	31%		27	47%
Noite_18:01:00- 0:00:00	66	42%			25	52%		21	41%		20	35%
Null	0	0%			0	0%		0	0%		0	0%
Total	156	100%			48	100%		51	100%		57	100%

Tabela 33

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	CONCELHOS											
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	Lisboa	%	Amadora	%	Loures	%	Odivelas	%	Oeiras	%
Inverno_21Dez a 20Mar	1271	23%	576	23%	245	22%	154	23%	97	22%	199	26%
Primavera_21Mar a 20Jul	1388	25%	632	25%	268	24%	189	28%	104	24%	195	25%
Verão_21Jul a 20Set	1438	26%	658	26%	311	28%	178	26%	123	28%	168	22%
Outono_21Set a 20Dez	1395	25%	643	26%	279	25%	155	23%	111	26%	207	27%
Null	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	5492	100%	2509	100%	1103	100%	676	100%	435	100%	769	100%
crime Patr Período/% concelho/% global	100%		46%		20%		12%		8%		14%	

Tabela 34

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	FREGUESIA Benfica		FREGUESIA Carnaxide	
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	5	3%	22	14%
Manhã_6:01:00-12:00:00	32	16%	23	15%
Tarde_12:01:00-18:00:00	88	44%	29	19%
Noite_18:01:00- 0:00:00	72	36%	78	51%
Null	1	1%	0	0%
Total	198	100%	152	100%

Tabela 35

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	FREGUESIA Benfica		FREGUESIA Buraca	
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	5	3%	7	7%
Manhã_6:01:00-12:00:00	32	16%	16	15%
Tarde_12:01:00-18:00:00	88	44%	43	41%
Noite_18:01:00- 0:00:00	72	36%	38	37%
Null	1	1%	0	0%
Total	198	100%	104	100%

Tabela 36

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	FREGUESIA Lumiar		FREGUESIA Odivelas	
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	6	5%	10	5%
Manhã_6:01:00-12:00:00	21	16%	45	21%
Tarde_12:01:00-18:00:00	52	40%	79	36%
Noite_18:01:00- 0:00:00	50	39%	82	38%
Null	0	0%	1	0%
Total	129	100%	217	100%

Tabela 37

ESPAÇO PÚBLICO URBANO	FREGUESIA Prior Velho		FREGUESIA Portela		FREGUESIA Sta M. Olivais	
PERÍODO DE OCORRÊNCIA DO CRIME	Total Crimes	%	Total Crimes	%	Total Crimes	%
Madrugada_0:01:00-6:00:00	14	11%	7	7%	19	10%
Manhã_6:01:00-12:00:00	10	8%	17	16%	40	20%
Tarde_12:01:00-18:00:00	42	34%	31	30%	65	33%
Noite_18:01:00- 0:00:00	57	46%	49	47%	75	38%
Null	0	0%	0	0%	0	0%
Total	123	100%	104	100%	199	100%

